



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

Processo: **005187-0200/17-2**

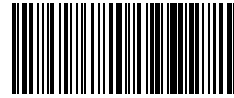
Gabinete: **Marco Peixoto**

Data de abertura: **12 de janeiro de 2017**

Matéria: **Contas de Governo**

Órgão: **PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE - 80500**

Interessado(s): **Matione Sonego**



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

## 1. Informações da Entidade

### 1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94444247000140

Período: 01/01/2017 a 28/02/2017 - 1º Bimestre

Prefeitura: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Logradouro: Rua Guilherme Albertti

nr: 1631

compl: Predio

Telefone: (55) 3269-1155

HomePage: www.saojoaodopolesine.rs.gov.br

E-Mail: prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br

Prefeito Municipal: MATIONE SONEGO

Contabilista: CLOVIS COLETTI

Número do CRC: 46331

### 1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: dueto@duetotecnologia.com.br

### 1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil  
☒ Financeiro  
☒ Patrimonial  
☒ Pessoal  
☒ Orçamentário  
☒ Tributário  
☒ Folha de Pagamento  
☐ Outros  
☐ Nenhum

### 1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
1509149000163	CONDESUS QUARTA COLONIA
94446804000162	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

### 1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

### 1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

## 2. Informações Contábeis





11701033048707510

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



24/03/2017 - 15:17:47

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 28/02/2017

## 2.1 Contas de Receita

### 2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	1.445.300,00	192.389,68
RECEITA DE CONTRIBUICOES	100.000,00	12.236,64
RECEITA PATRIMONIAL	43.800,00	37.991,25
RECEITA DE SERVICOS	325.700,00	20.122,03
TRANSFERENCIAS CORRENTES	13.645.654,53	2.084.258,69
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	220.100,00	21.798,32
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>15.780.554,53</b>	<b>2.368.796,61</b>
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITAS DE CAPITAL		
OPERACOES DE CREDITO	150.000,00	63.129,59
ALIENACAO DE BENS	120.000,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.345.430,96	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.200,00	983,85
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.620.630,96</b>	<b>64.113,44</b>
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DEDUÇÕES DE RECEITA</b>	<b>-2.447.700,00</b>	<b>-412.154,47</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>15.953.485,49</b>	<b>2.020.755,58</b>

## 2.2 Contas de Despesa

### 2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	15.290.285,49
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	179.106,27
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	29.000,00
<b>DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES</b>	<b>15.440.391,76</b>
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	2.161.653,56
Liquidado	1.663.120,53
Pago	1.365.037,05



<b>SALDO A LIQUIDAR</b>	<b>498.533,03</b>
<b>SALDO A PAGAR</b>	<b>298.083,48</b>

<b>DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>VALOR</b>
Empenhado	1.187.070,76
Liquidado	1.187.070,76
Pago	849.910,76
<b>SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO</b>	<b>337.160,00</b>

### 2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

#### ORIGEM DO RECURSO

Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	29.000,00
Superávit Financeiro	150.106,27
<b>TOTAL</b>	<b>179.106,27</b>

### 2.3 Contas de Verificação

#### 2.3.1 Resumo por Grupos

	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
ATIVO CIRCULANTE	1.193.039,77D	1.058.404,76D
ATIVO NAO CIRCULANTE	13.939.124,96D	14.020.772,04D
PASSIVO CIRCULANTE	1.148.002,27C	785.649,35C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	494.822,71C	538.503,52C
PATRIMONIO LIQUIDO	13.489.339,75C	13.489.339,75C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	1.008.836,67D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	78.843,05D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	439.878,48D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	18.047,49D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	485.547,81D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	130,13D
TRIBUTARIAS	0,00	24.681,63D
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	4.337,96D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	155.870,55C
CONTRIBUICOES	0,00	12.236,64C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	20.890,26C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	13.683,40C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	2.084.258,69C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	1.000,00C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	38.047,86C

#### 2.3.3 Disponibilidade Financeira

<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	1.200,61D	1.900,42D
Bancos Conta Movimento	673.336,56D	622.947,16D
Bancos Conta Aplicação	146.250,00D	147.202,34D
Outros	0,00	0,00



<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
<b>TOTAL PODER EXECUTIVO</b>	<b>820.787,17D</b>	<b>772.049,92D</b>
<b>RPPS</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>OUTROS</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL OUTROS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>820.787,17D</b>	<b>772.049,92D</b>

## 2.5 Valores do Exercício Anterior

<b>CONTAS DE DESPESA</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>	<b>Pago</b>
1º Bimestre	1.839.624,65	1.569.756,71	1.189.517,50
2º Bimestre	2.749.660,30	1.848.035,69	1.626.607,71
3º Bimestre	1.782.303,45	2.157.310,49	1.942.081,81
4º Bimestre	2.114.225,30	2.151.015,97	2.157.066,82
5º Bimestre	1.667.451,37	1.987.576,16	1.719.939,36
6º Bimestre	2.023.764,32	2.463.334,37	2.652.920,22

<b>CONTAS DE RECEITA</b>	<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>
RECEITAS CORRENTES	14.775.923,11	14.240.135,75
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.664.480,00	691.618,71
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>
DEDUCOES	-2.296.420,00	-2.171.280,01
<b>TOTAL CONTAS DE RECEITA</b>	<b>15.143.983,11</b>	<b>12.760.474,45</b>

## 2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

### Contas Patrimoniais

<b>Cod. Conta</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Adição/Exclusão</b>	<b>Valor Ajustado</b>
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

Contas de Receita

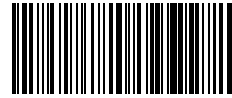
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	15.274,93	0,00	15.274,93
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	6.364,73	0,00	6.364,73
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	3.818,82	0,00	3.818,82
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	459,34	0,00	459,34
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	191,41	0,00	191,41
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	114,84	0,00	114,84
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	245,64	0,00	245,64
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	102,34	0,00	102,34
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	61,41	0,00	61,41
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	9,73	0,00	9,73
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	4,06	0,00	4,06
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	2,42	0,00	2,42
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	8.527,11	0,00	8.527,11
11120800020000000000	ITBI - MDE	3.552,97	0,00	3.552,97
11120800030000000000	ITBI - ASPS	2.131,79	0,00	2.131,79
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	89.849,68	0,00	89.849,68
11130501020000000000	ISS - MDE	37.437,56	0,00	37.437,56
11130501030000000000	ISS - ASPS	22.462,43	0,00	22.462,43
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	827.700,96	0,00	827.700,96
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	68.975,08	0,00	68.975,08
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	206.925,14	0,00	206.925,14
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	275.900,22	0,00	275.900,22
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	286,13	0,00	286,13
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	23,84	0,00	23,84
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	71,52	0,00	71,52



11701033048707510



24/03/2017 - 15:17:47

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 28/02/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	95,36	0,00	95,36
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	1.470,58	0,00	1.470,58
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	122,54	0,00	122,54
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	367,64	0,00	367,64
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	490,18	0,00	490,18
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	204.203,46	0,00	204.203,46
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	17.016,97	0,00	17.016,97
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	51.050,87	0,00	51.050,87
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	68.067,83	0,00	68.067,83
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	77.394,38	0,00	77.394,38
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	6.449,54	0,00	6.449,54
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	19.348,61	0,00	19.348,61
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	25.798,15	0,00	25.798,15
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	3.443,29	0,00	3.443,29
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	286,95	0,00	286,95
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	860,83	0,00	860,83
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	1.147,76	0,00	1.147,76
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	176,26	0,00	176,26
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	73,47	0,00	73,47
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	44,03	0,00	44,03
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	1.287,86	0,00	1.287,86
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	536,85	0,00	536,85
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	322,11	0,00	322,11
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	0,30	0,00	0,30
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	0,12	0,00	0,12
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	0,08	0,00	0,08
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	5.698,51	0,00	5.698,51
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	2.374,61	0,00	2.374,61
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.424,65	0,00	1.424,65
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	63,38	0,00	63,38
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	26,41	0,00	26,41
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	15,85	0,00	15,85
91112043102010000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	-179,46	0,00	-179,46
91112043102020000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	-74,78	0,00	-74,78
91112043102030000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	-44,86	0,00	-44,86
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-24.186,31	0,00	-24.186,31
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-10.077,63	0,00	-10.077,63
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-6.046,57	0,00	-6.046,57
<b>SUBTOTAL</b>		<b>2.019.543,92</b>	<b>0,00</b>	<b>2.019.543,92</b>

**TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada**

**504.885,98**

**3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados**



Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	47.653,07	0,00	47.653,07
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	92.874,92	0,00	92.874,92
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.011,46	0,00	3.011,46
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-10.152,41	0,00	-10.152,41
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	371.499,50	0,00	371.499,50
TOTAL II		504.886,54	0,00	504.886,54

### 3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	83.528,51	0,00	83.528,51
20	Educação Infantil	63.412,91	0,00	63.412,91
31	Ensino Fundamental	43.895,03	0,00	43.895,03
31	Educação Infantil	60.063,39	0,00	60.063,39
SUBTOTAL I		250.899,84	0,00	250.899,84

### 3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(+ ) Perda com o FUNDEB		244.221,29	0,00	244.221,29
(- ) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		285,50	0,00	285,50
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		24,50		494.835,63

### 3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

### 3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

#### 3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	827.700,96	0,00	827.700,96
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	68.975,08	0,00	68.975,08
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	206.925,14	0,00	206.925,14
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	275.900,22	0,00	275.900,22
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	286,13	0,00	286,13
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	23,84	0,00	23,84
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	71,52	0,00	71,52
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	95,36	0,00	95,36
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	1.470,58	0,00	1.470,58
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	122,54	0,00	122,54



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	367,64	0,00	367,64
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	490,18	0,00	490,18
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	204.203,46	0,00	204.203,46
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	17.016,97	0,00	17.016,97
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	51.050,87	0,00	51.050,87
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	68.067,83	0,00	68.067,83
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	77.394,38	0,00	77.394,38
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	6.449,54	0,00	6.449,54
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	19.348,61	0,00	19.348,61
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	25.798,15	0,00	25.798,15
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	3.443,29	0,00	3.443,29
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	286,95	0,00	286,95
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	860,83	0,00	860,83
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	1.147,76	0,00	1.147,76
<b>SUBTOTAL</b>		<b>1.857.497,83</b>	<b>0,00</b>	<b>1.857.497,83</b>

**Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada** **371.499,57**

### 3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	371.499,50	0,00	371.499,50
<b>TOTAL II</b>		<b>371.499,50</b>	<b>0,00</b>	<b>371.499,50</b>

### 3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	43.895,03	0,00	43.895,03
31	Educação Infantil	60.063,39	0,00	60.063,39
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>103.958,42</b>	<b>0,00</b>	<b>103.958,42</b>

(+) Perda com o FUNDEB	244.221,29	0,00	244.221,29
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	242,93	0,00	242,93

	% de Aplicação	Valor Aplicado
<b>TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB</b>	<b>18,73</b>	<b>347.936,78</b>

### 3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

#### 3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2017

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13250102000000000000	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	242,93	0,00	242,93
17240100000000000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	127.278,21	0,00	127.278,21
<b>Total</b>		<b>127.521,14</b>	<b>0,00</b>	<b>127.521,14</b>

**Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB** **76.512,68**

#### 3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2017





Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	43.895,03	0,00	43.895,03
31	Educação Infantil	60.063,39	0,00	60.063,39
<b>TOTAL</b>		<b>103.958,42</b>	<b>0,00</b>	<b>103.958,42</b>
<b>% de Aplicação</b>				<b>81,52</b>

### 3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

#### 3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2016	2.165,79	0,00	2.165,79
<b>TOTAL</b>	<b>2.165,79</b>	<b>0,00</b>	<b>2.165,79</b>
<b>Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%</b>			<b>108,29</b>

#### 3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2017 (Janeiro - Fevereiro)

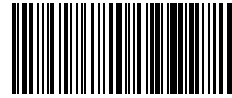
Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

#### 3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	15.274,93	0,00	15.274,93
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	6.364,73	0,00	6.364,73
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	3.818,82	0,00	3.818,82
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	459,34	0,00	459,34
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	191,41	0,00	191,41
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	114,84	0,00	114,84
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	245,64	0,00	245,64
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	102,34	0,00	102,34
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	61,41	0,00	61,41
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	9,73	0,00	9,73
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	4,06	0,00	4,06
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	2,42	0,00	2,42
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	8.527,11	0,00	8.527,11
11120800020000000000	ITBI - MDE	3.552,97	0,00	3.552,97
11120800030000000000	ITBI - ASPS	2.131,79	0,00	2.131,79
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	89.849,68	0,00	89.849,68
11130501020000000000	ISS - MDE	37.437,56	0,00	37.437,56
11130501030000000000	ISS - ASPS	22.462,43	0,00	22.462,43
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	827.700,96	0,00	827.700,96
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	68.975,08	0,00	68.975,08





11701033048707510



24/03/2017 - 15:17:47

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 28/02/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	206.925,14	0,00	206.925,14
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	275.900,22	0,00	275.900,22
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	286,13	0,00	286,13
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	23,84	0,00	23,84
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	71,52	0,00	71,52
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	95,36	0,00	95,36
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	1.470,58	0,00	1.470,58
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	122,54	0,00	122,54
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	367,64	0,00	367,64
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	490,18	0,00	490,18
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	204.203,46	0,00	204.203,46
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	17.016,97	0,00	17.016,97
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	51.050,87	0,00	51.050,87
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	68.067,83	0,00	68.067,83
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	77.394,38	0,00	77.394,38
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	6.449,54	0,00	6.449,54
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	19.348,61	0,00	19.348,61
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	25.798,15	0,00	25.798,15
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	3.443,29	0,00	3.443,29
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	286,95	0,00	286,95
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	860,83	0,00	860,83
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	1.147,76	0,00	1.147,76
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	176,26	0,00	176,26
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	73,47	0,00	73,47
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	44,03	0,00	44,03
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	1.287,86	0,00	1.287,86
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	536,85	0,00	536,85
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	322,11	0,00	322,11
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	0,30	0,00	0,30
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	0,12	0,00	0,12
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	0,08	0,00	0,08
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	5.698,51	0,00	5.698,51
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	2.374,61	0,00	2.374,61
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.424,65	0,00	1.424,65
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	63,38	0,00	63,38
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	26,41	0,00	26,41
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	15,85	0,00	15,85
91112043102010000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	-179,46	0,00	-179,46
91112043102020000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	-74,78	0,00	-74,78
91112043102030000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	-44,86	0,00	-44,86
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-24.186,31	0,00	-24.186,31
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-10.077,63	0,00	-10.077,63
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-6.046,57	0,00	-6.046,57



11701033048707510

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



24/03/2017 - 15:17:47

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 28/02/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		2.019.543,92	0,00	2.019.543,92

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada 302.931,59

### 3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	28.591,71	0,00	28.591,71
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	278.624,61	0,00	278.624,61
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.806,72	0,00	1.806,72
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-6.091,43	0,00	-6.091,43
TOTAL II		302.931,61	0,00	302.931,61

### 3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-391,30	0,00	-391,30
40	Administração Geral	550,00	0,00	550,00
40	Atenção Básica	334.055,25	0,00	334.055,25
SUBTOTAL I		334.213,95	0,00	334.213,95

### 3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		421,93	0,00	421,93
SUBTOTAL III		421,93	0,00	421,93

TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS) 16,53 333.792,02

### 3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

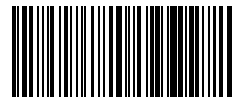
## 4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

### 4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 181, 182, 291, 292, 401, 402, 511, 512, 621, 622, 731, 732, 841, 842, 951, 952, 1061, 1062, 1171, 1172, 1281, 1282, 1391, 1392, 1501, 1502, 1611, 1612, 1721 e 1722 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1117, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	20 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros

### 4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: SFU\_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 181, 182, 291, 292, 401, 402, 511, 512, 621, 622, 731, 732, 841, 842, 951, 952, 1061, 1062, 1171, 1172,



1281, 1282, 1391, 1392, 1501, 1502, 1611, 1612, 1721 e 1722 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

**Justificativa:** Estamos realizando a manutenções em nosso sistema para adequar as sub-funções de conforme as determinações do TCE-RS.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1117, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** Recurso 1117 Vinculado a operação de crédito programa PIMES BADESUL contrato nº 055/2015.

## 5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

### 5.1 Transparência da Gestão Fiscal

#### 5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	30/03/2017	Átrio da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/03/2017	www.saojoaodopolesine.rs.gov.br

#### 5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2016	17/02/2017	Câmara Municipal de Vereadores

#### 5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/

*Não foram inseridas observações.*

#### 5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

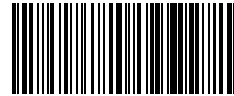
O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

### 5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.630.092,53	2.368.796,61
2º Bimestre	2.630.092,53	0,00
3º Bimestre	2.630.092,53	0,00
4º Bimestre	2.630.092,53	0,00
5º Bimestre	2.630.092,53	0,00
6º Bimestre	2.630.091,88	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>15.780.554,53</b>	<b>2.368.796,61</b>

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	436.771,86	64.113,44
2º Bimestre	436.771,86	0,00
3º Bimestre	436.771,86	0,00
4º Bimestre	436.771,86	0,00
5º Bimestre	436.771,86	0,00
6º Bimestre	436.771,66	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.620.630,96</b>	<b>64.113,44</b>



**RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS**

<b>TOTAL</b>	<b>META</b>	<b>REALIZADA</b>
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**DEDUÇÕES DA RECEITA**

	<b>META</b>	<b>REALIZADA</b>
1º Bimestre	-407.949,98	-412.154,47
2º Bimestre	-407.949,98	0,00
3º Bimestre	-407.949,98	0,00
4º Bimestre	-407.949,98	0,00
5º Bimestre	-407.949,98	0,00
6º Bimestre	-407.950,10	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>-2.447.700,00</b>	<b>-412.154,47</b>

<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>15.953.485,49</b>	<b>2.020.755,58</b>
-------------------------	----------------------	---------------------

**5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001**

**5.5.1 Poder Executivo**

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

**6. Cadastro de Administradores da Entidade**

**6.1 Administradores da Entidade**

**Poder Executivo**

Identificação do(a) Administrador

Nome: Matione Sonego

CPF: 63594897087

Cargo/Função: Prefeito Municipal

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

**Não houve substituições formais no 1º bimestre.**

**7. Observações da Entidade para o TCE-RS**

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

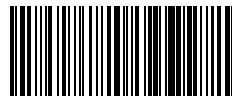
Nada a declarar



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas  
Programa Autenticador de Dados - PAD Versão: 17.0.0.0

Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE



11701033048707510

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



24/03/2017 - 15:17:47

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

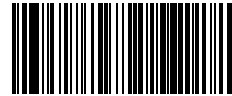
01/01/2017 a 28/02/2017

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 24 de Março de 2017

CLOVIS COLETTI  
Contabilista

MATIONE SONEGO  
Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

## 1. Informações da Entidade

### 1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94444247000140

Período: 01/01/2017 a 30/04/2017 - 2º Bimestre

Prefeitura: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Logradouro: Rua Guilherme Albertti

nr: 1631

compl: Predio

Telefone: (55) 3269-1155

HomePage: www.saojoaodopolesine.rs.gov.br

E-Mail: prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br

Prefeito Municipal: MATIONE SONEGO

Contabilista: CLOVIS COLETTI

Número do CRC: 46331

### 1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: dueto@duetotecnologia.com.br

### 1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil  
☒ Financeiro  
☒ Patrimonial  
☒ Pessoal  
☒ Orçamentário  
☒ Tributário  
☒ Folha de Pagamento  
☐ Outros  
☐ Nenhum

### 1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
1509149000163	CONDESUS QUARTA COLÔNIA
94446804000162	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA SAÚDE

### 1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

### 1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

## 2. Informações Contábeis



## 2.1 Contas de Receita

### 2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	1.445.300,00	341.612,13
RECEITA DE CONTRIBUICOES	100.000,00	25.197,31
RECEITA PATRIMONIAL	43.800,00	43.373,72
RECEITA DE SERVICOS	325.700,00	41.669,48
TRANSFERENCIAS CORRENTES	13.645.654,53	4.006.578,34
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	220.100,00	40.363,79
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>15.780.554,53</b>	<b>4.498.794,77</b>
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITAS DE CAPITAL		
OPERACOES DE CREDITO	150.000,00	113.484,87
ALIENACAO DE BENS	120.000,00	140.260,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.345.430,96	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.200,00	2.822,06
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.620.630,96</b>	<b>256.566,93</b>
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DEDUÇÕES DE RECEITA</b>	<b>-2.447.700,00</b>	<b>-760.352,07</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>15.953.485,49</b>	<b>3.995.009,63</b>

## 2.2 Contas de Despesa

### 2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	15.290.285,49
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	294.633,87
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	132.200,00
<b>DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES</b>	<b>15.452.719,36</b>
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	4.185.985,81
Liquidado	3.534.157,98
Pago	3.077.766,39



21701033573521209

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



11/05/2017 - 15:38:23

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/04/2017

<b>SALDO A LIQUIDAR</b>	<b>651.827,83</b>
<b>SALDO A PAGAR</b>	<b>456.391,59</b>

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR
Empenhado	1.187.070,76
Liquidado	1.187.070,76
Pago	947.278,62
<b>SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO</b>	<b>239.792,14</b>

## 2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

### ORIGEM DO RECURSO

Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	132.200,00
Superávit Financeiro	162.433,87
<b>TOTAL</b>	<b>294.633,87</b>

## 2.3 Contas de Verificação

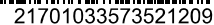
### 2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	1.193.039,77D	1.516.282,17D
ATIVO NAO CIRCULANTE	13.939.124,96D	13.878.608,04D
PASSIVO CIRCULANTE	1.148.002,27C	947.258,31C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	494.822,71C	459.755,82C
PATRIMONIO LIQUIDO	13.489.339,75C	13.488.348,58C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	1.945.077,42D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	169.227,90D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	1.135.224,75D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	29.709,41D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	910.505,97D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	160.700,34D
TRIBUTARIAS	0,00	78.329,95D
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	14.145,69D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	686.754,71C
CONTRIBUICOES	0,00	25.197,31C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	43.187,85C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	24.196,64C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	4.006.578,34C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	108.288,65C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	48.245,43C

### 2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	1.200,61D	2.108,55D
Bancos Conta Movimento	673.336,56D	673.921,88D
Bancos Conta Aplicação	146.250,00D	149.035,05D
Outros	0,00	0,00





<b>PODER EJECUTIVO</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
<b>TOTAL PODER EJECUTIVO</b>	<b>820.787,17D</b>	<b>825.065,48D</b>

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL OUTROS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>TOTAL</b>	<b>820.787,17D</b>	<b>825.065,48D</b>
--------------	--------------------	--------------------

## 2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	1.839.624,65	1.569.756,71	1.189.517,50
2º Bimestre	2.749.660,30	1.848.035,69	1.626.607,71
3º Bimestre	1.782.303,45	2.157.310,49	1.942.081,81
4º Bimestre	2.114.225,30	2.151.015,97	2.157.066,82
5º Bimestre	1.667.451,37	1.987.576,16	1.719.939,36
6º Bimestre	2.023.764,32	2.463.334,37	2.652.920,22

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	14.775.923,11	14.240.135,75
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.664.480,00	691.618,71
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-2.296.420,00	-2.171.280,01
<b>TOTAL CONTAS DE RECEITA</b>	<b>15.143.983,11</b>	<b>12.760.474,45</b>

## 2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

## Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0.00	0.00	0.00



21701033573521209

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



11/05/2017 - 15:38:23

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/04/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

#### Contas de Receita

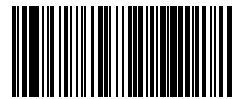
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

### 3. Índices Constitucionais

#### 3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

##### 3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PRÓPRIO	2.181,35	0,00	2.181,35
11120200020000000000	IPTU - MDE	908,91	0,00	908,91
11120200030000000000	IPTU - ASPS	545,34	0,00	545,34
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PRÓPRIO	31.482,36	0,00	31.482,36
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	13.117,93	0,00	13.117,93
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	7.870,72	0,00	7.870,72
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PRÓPRIO	653,28	0,00	653,28
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	272,23	0,00	272,23
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	163,32	0,00	163,32
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PRÓPRIO	695,66	0,00	695,66
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	289,85	0,00	289,85
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	173,91	0,00	173,91
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PRÓPRIOS	190,17	0,00	190,17
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	79,26	0,00	79,26
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	47,53	0,00	47,53
11120800010000000000	ITBI - PRÓPRIO	12.255,25	0,00	12.255,25
11120800020000000000	ITBI - MDE	5.106,37	0,00	5.106,37
11120800030000000000	ITBI - ASPS	3.063,83	0,00	3.063,83
11130501010000000000	ISS - PRÓPRIO	155.071,93	0,00	155.071,93
11130501020000000000	ISS - MDE	64.613,69	0,00	64.613,69
11130501030000000000	ISS - ASPS	38.768,05	0,00	38.768,05
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PRÓPRIO	1.470.063,93	0,00	1.470.063,93
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	122.505,33	0,00	122.505,33
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	367.515,81	0,00	367.515,81
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	490.021,14	0,00	490.021,14



21701033573521209



11/05/2017 - 15:38:23

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/04/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	304,67	0,00	304,67
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	25,39	0,00	25,39
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	76,15	0,00	76,15
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	101,54	0,00	101,54
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	2.941,16	0,00	2.941,16
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	245,08	0,00	245,08
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	735,28	0,00	735,28
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	980,36	0,00	980,36
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	441.664,91	0,00	441.664,91
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	36.805,42	0,00	36.805,42
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	110.416,25	0,00	110.416,25
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	147.221,67	0,00	147.221,67
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	136.345,70	0,00	136.345,70
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	11.362,15	0,00	11.362,15
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	34.086,44	0,00	34.086,44
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	45.448,61	0,00	45.448,61
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	6.450,98	0,00	6.450,98
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	537,59	0,00	537,59
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	1.612,76	0,00	1.612,76
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	2.150,34	0,00	2.150,34
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	303,58	0,00	303,58
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	126,59	0,00	126,59
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	75,87	0,00	75,87
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	2.324,18	0,00	2.324,18
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	968,92	0,00	968,92
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	581,17	0,00	581,17
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	18,60	0,00	18,60
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	7,79	0,00	7,79
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	4,66	0,00	4,66
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	9.577,16	0,00	9.577,16
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	3.990,92	0,00	3.990,92
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	2.394,41	0,00	2.394,41
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	192,87	0,00	192,87
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	80,35	0,00	80,35
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	48,18	0,00	48,18
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-2.181,35	0,00	-2.181,35
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-908,91	0,00	-908,91
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-545,34	0,00	-545,34
91112043102010000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	-179,46	0,00	-179,46
91112043102020000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	-74,78	0,00	-74,78
91112043102030000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	-44,86	0,00	-44,86
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-42.269,00	0,00	-42.269,00
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-17.612,10	0,00	-17.612,10



21701033573521209

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



11/05/2017 - 15:38:23

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/04/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-10.567,25	0,00	-10.567,25
<b>SUBTOTAL</b>		<b>3.713.481,80</b>	<b>0,00</b>	<b>3.713.481,80</b>

**TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada** **928.370,45**

**3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados**

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	84.388,24	0,00	84.388,24
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	171.480,96	0,00	171.480,96
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.174,57	0,00	5.174,57
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-18.595,79	0,00	-18.595,79
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	685.923,66	0,00	685.923,66
<b>TOTAL II</b>		<b>928.371,64</b>	<b>0,00</b>	<b>928.371,64</b>

**3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados**

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	175.310,58	0,00	175.310,58
20	Educação Infantil	129.271,58	0,00	129.271,58
31	Ensino Fundamental	87.196,35	0,00	87.196,35
31	Educação Infantil	112.226,35	0,00	112.226,35
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>504.004,86</b>	<b>0,00</b>	<b>504.004,86</b>

**3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais**

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL II</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
(+) Perda com o FUNDEB		418.386,09	0,00	418.386,09
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		564,92	0,00	564,92
	% de Aplicação			Valor Aplicado
<b>TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)</b>		<b>24,82</b>		<b>921.826,03</b>

**3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação**

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
<b>TOTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB**

**3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas**

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	1.470.063,93	0,00	1.470.063,93
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	122.505,33	0,00	122.505,33
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	367.515,81	0,00	367.515,81



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	490.021,14	0,00	490.021,14
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	304,67	0,00	304,67
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	25,39	0,00	25,39
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	76,15	0,00	76,15
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	101,54	0,00	101,54
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	2.941,16	0,00	2.941,16
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	245,08	0,00	245,08
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	735,28	0,00	735,28
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	980,36	0,00	980,36
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	441.664,91	0,00	441.664,91
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	36.805,42	0,00	36.805,42
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	110.416,25	0,00	110.416,25
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	147.221,67	0,00	147.221,67
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	136.345,70	0,00	136.345,70
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	11.362,15	0,00	11.362,15
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	34.086,44	0,00	34.086,44
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	45.448,61	0,00	45.448,61
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	6.450,98	0,00	6.450,98
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	537,59	0,00	537,59
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	1.612,76	0,00	1.612,76
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	2.150,34	0,00	2.150,34
<b>SUBTOTAL</b>		<b>3.429.618,66</b>	<b>0,00</b>	<b>3.429.618,66</b>

**Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada** **685.923,73**

### 3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	685.923,66	0,00	685.923,66
<b>TOTAL II</b>		<b>685.923,66</b>	<b>0,00</b>	<b>685.923,66</b>

### 3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	87.196,35	0,00	87.196,35
31	Educação Infantil	112.226,35	0,00	112.226,35
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>199.422,70</b>	<b>0,00</b>	<b>199.422,70</b>

(+) Perda com o FUNDEB 418.386,09 0,00 418.386,09

(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB 488,52 0,00 488,52

% de Aplicação Valor Aplicado  
**TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB** **18,00** **617.320,27**

### 3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

#### 3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2017

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13250102000000000000	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS	488,52	0,00	488,52



Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB			
17240100000000000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	267.537,57	0,00	267.537,57
<b>Total</b>		<b>268.026,09</b>	<b>0,00</b>	<b>268.026,09</b>
<b>Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB</b>				<b>160.815,65</b>

#### 3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2017

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	87.196,35	0,00	87.196,35
31	Educação Infantil	112.226,35	0,00	112.226,35
<b>TOTAL</b>		<b>199.422,70</b>	<b>0,00</b>	<b>199.422,70</b>
<b>% de Aplicação</b>				<b>74,40</b>

#### 3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

##### 3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2016	2.165,79	0,00	2.165,79
<b>TOTAL</b>	<b>2.165,79</b>	<b>0,00</b>	<b>2.165,79</b>
<b>Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%</b>			<b>108,29</b>

##### 3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2017 (Janeiro - Abril)

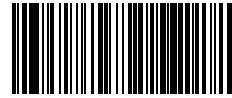
Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	3.924,86	0,00	3.924,86
31	Educação Infantil	8.402,74	0,00	8.402,74
<b>TOTAL</b>		<b>12.327,60</b>	<b>0,00</b>	<b>12.327,60</b>

#### 3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

##### 3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	2.181,35	0,00	2.181,35
11120200020000000000	IPTU - MDE	908,91	0,00	908,91
11120200030000000000	IPTU - ASPS	545,34	0,00	545,34
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	31.482,36	0,00	31.482,36
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	13.117,93	0,00	13.117,93
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	7.870,72	0,00	7.870,72
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	653,28	0,00	653,28
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	272,23	0,00	272,23
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	163,32	0,00	163,32
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	695,66	0,00	695,66
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	289,85	0,00	289,85
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	173,91	0,00	173,91
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	190,17	0,00	190,17





21701033573521209

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



11/05/2017 - 15:38:23

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/04/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	79,26	0,00	79,26
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	47,53	0,00	47,53
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	12.255,25	0,00	12.255,25
11120800020000000000	ITBI - MDE	5.106,37	0,00	5.106,37
11120800030000000000	ITBI - ASPS	3.063,83	0,00	3.063,83
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	155.071,93	0,00	155.071,93
11130501020000000000	ISS - MDE	64.613,69	0,00	64.613,69
11130501030000000000	ISS - ASPS	38.768,05	0,00	38.768,05
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	1.470.063,93	0,00	1.470.063,93
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	122.505,33	0,00	122.505,33
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	367.515,81	0,00	367.515,81
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	490.021,14	0,00	490.021,14
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	304,67	0,00	304,67
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	25,39	0,00	25,39
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	76,15	0,00	76,15
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	101,54	0,00	101,54
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	2.941,16	0,00	2.941,16
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	245,08	0,00	245,08
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	735,28	0,00	735,28
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	980,36	0,00	980,36
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	441.664,91	0,00	441.664,91
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	36.805,42	0,00	36.805,42
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	110.416,25	0,00	110.416,25
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	147.221,67	0,00	147.221,67
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	136.345,70	0,00	136.345,70
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	11.362,15	0,00	11.362,15
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	34.086,44	0,00	34.086,44
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	45.448,61	0,00	45.448,61
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	6.450,98	0,00	6.450,98
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	537,59	0,00	537,59
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	1.612,76	0,00	1.612,76
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	2.150,34	0,00	2.150,34
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	303,58	0,00	303,58
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	126,59	0,00	126,59
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	75,87	0,00	75,87
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	2.324,18	0,00	2.324,18
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	968,92	0,00	968,92
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	581,17	0,00	581,17
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	18,60	0,00	18,60
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	7,79	0,00	7,79
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	4,66	0,00	4,66



21701033573521209



11/05/2017 - 15:38:23

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/04/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	9.577,16	0,00	9.577,16
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	3.990,92	0,00	3.990,92
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	2.394,41	0,00	2.394,41
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	192,87	0,00	192,87
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	80,35	0,00	80,35
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	48,18	0,00	48,18
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-2.181,35	0,00	-2.181,35
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-908,91	0,00	-908,91
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-545,34	0,00	-545,34
91112043102010000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	-179,46	0,00	-179,46
91112043102020000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	-74,78	0,00	-74,78
91112043102030000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	-44,86	0,00	-44,86
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-42.269,00	0,00	-42.269,00
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-17.612,10	0,00	-17.612,10
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-10.567,25	0,00	-10.567,25
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>3.713.481,80</b>	<b>0,00</b>	<b>3.713.481,80</b>
<b>TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada</b>				<b>557.022,27</b>

### 3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	50.632,70	0,00	50.632,70
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	514.442,69	0,00	514.442,69
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.104,29	0,00	3.104,29
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-11.157,45	0,00	-11.157,45
<b>TOTAL II</b>		<b>557.022,23</b>	<b>0,00</b>	<b>557.022,23</b>

### 3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-1.173,90	0,00	-1.173,90
40	Administração Geral	2.267,87	0,00	2.267,87
40	Atenção Básica	760.732,54	0,00	760.732,54
40	Vigilância Sanitária	19,72	0,00	19,72
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>761.846,23</b>	<b>0,00</b>	<b>761.846,23</b>

### 3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL II</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		722,59	0,00	722,59
<b>SUBTOTAL III</b>		<b>722,59</b>	<b>0,00</b>	<b>722,59</b>
		% de Aplicação	Valor Aplicado	
<b>TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)</b>		<b>20,50</b>	<b>761.123,64</b>	





### 3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

### 4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

#### 4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 181, 182, 291, 292, 401, 402, 511, 512, 621, 622, 731, 732, 841, 842, 951, 952, 1061, 1062, 1171, 1172, 1281, 1282, 1391, 1392, 1501, 1502, 1611, 1612, 1721 e 1722 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1117, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	20 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros

#### 4.2 Avisos Justificados pela Entidade

**Descrição:** SFU\_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 181, 182, 291, 292, 401, 402, 511, 512, 621, 622, 731, 732, 841, 842, 951, 952, 1061, 1062, 1171, 1172, 1281, 1282, 1391, 1392, 1501, 1502, 1611, 1612, 1721 e 1722 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

**Justificativa:** Estamos realizando a manutenções em nosso sistema para adequar as sub-funções de conforme as determinações do TCE-RS.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1117, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** Recurso 1117 Vinculado a operação de crédito programa PIMES BADESUL contrato nº 055/2015.

### 5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

#### 5.1 Transparência da Gestão Fiscal

##### 5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	30/03/2017	Átrio da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet		www.saojoaodopolesine.rs.gov.br
2º Bimestre	Mural	30/05/2017	Átrio da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet		www.saojoaodopolesine.rs.gov.br

##### 5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2016	17/02/2017	Câmara Municipal de Vereadores
1º Quadrimestre/2017	30/05/2017	Câmara Municipal de Vereadores

##### 5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

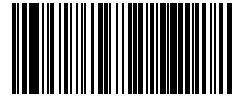
Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/

Não foram inseridas observações.

##### 5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

### 5.3 Metas de Arrecadação



RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.630.092,53	2.368.796,61
2º Bimestre	2.630.092,53	2.129.998,16
3º Bimestre	2.630.092,53	0,00
4º Bimestre	2.630.092,53	0,00
5º Bimestre	2.630.092,53	0,00
6º Bimestre	2.630.091,88	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>15.780.554,53</b>	<b>4.498.794,77</b>
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	436.771,86	64.113,44
2º Bimestre	436.771,86	192.453,49
3º Bimestre	436.771,86	0,00
4º Bimestre	436.771,86	0,00
5º Bimestre	436.771,86	0,00
6º Bimestre	436.771,66	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.620.630,96</b>	<b>256.566,93</b>
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-407.949,98	-412.154,47
2º Bimestre	-407.949,98	-348.197,60
3º Bimestre	-407.949,98	0,00
4º Bimestre	-407.949,98	0,00
5º Bimestre	-407.949,98	0,00
6º Bimestre	-407.950,10	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>-2.447.700,00</b>	<b>-760.352,07</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>15.953.485,49</b>	<b>3.995.009,63</b>

## 5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

### 5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.



21701033573521209

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



11/05/2017 - 15:38:23

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/04/2017

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

## 6. Cadastro de Administradores da Entidade

### 6.1 Administradores da Entidade

#### Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Matione Sonogo

CPF: 63594897087

Cargo/Função: Prefeito Municipal

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

Não houve substituições formais no 2º bimestre.

## 7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas  
Programa Autenticador de Dados - PAD Versão: 17.0.0.1

Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE



21701033573521209

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



11/05/2017 - 15:38:23

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

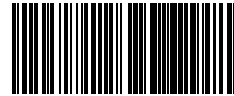
01/01/2017 a 30/04/2017

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 11 de Maio de 2017

CLOVIS COLETTI  
Contabilista

MATIONE SONEGO  
Prefeito Municipal



31701012016657916

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2017 - 08:30:17

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/06/2017

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

## 1. Informações da Entidade

### 1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94444247000140

Período: 01/01/2017 a 30/06/2017 - 3º Bimestre

Tipo de entrega: Semestral

Prefeitura: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Logradouro: Rua Guilherme Albertti

nr: 1631      compl: Predio

Telefone: (55) 3269-1155

HomePage: [www.saojoaodopolesine.rs.gov.br](http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br)

E-Mail: [prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br](mailto:prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br)

Prefeito Municipal: MATIONE SONEGO

Contabilista: CLOVIS COLETTTO

Número do CRC: 46331

### 1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: [dueto@duetotecnologia.com.br](mailto:dueto@duetotecnologia.com.br)

### 1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil  
☒ Financeiro  
☒ Patrimonial  
☒ Pessoal  
☒ Orçamentário  
☒ Tributário  
☒ Folha de Pagamento  
☐ Outros  
☐ Nenhum

### 1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
1509149000163	CONDESUS QUARTA COLÔNIA
94446804000162	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA SAÚDE

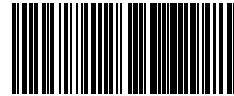
### 1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

### 1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

## 2. Informações Contábeis



31701012016657916

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2017 - 08:30:17

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/06/2017

## 2.1 Contas de Receita

### 2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	1.445.300,00	494.600,77
RECEITA DE CONTRIBUICOES	100.000,00	38.243,07
RECEITA PATRIMONIAL	43.800,00	52.871,83
RECEITA DE SERVICOS	325.700,00	69.967,20
TRANSFERENCIAS CORRENTES	13.645.654,53	6.113.597,37
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	220.100,00	63.069,93
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>15.780.554,53</b>	<b>6.832.350,17</b>
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITAS DE CAPITAL		
OPERACOES DE CREDITO	150.000,00	180.102,87
ALIENACAO DE BENS	120.000,00	140.260,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.345.430,96	162.917,36
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.200,00	5.164,45
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.620.630,96</b>	<b>488.444,68</b>
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DEDUÇÕES DE RECEITA</b>	<b>-2.447.700,00</b>	<b>-1.140.751,82</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>15.953.485,49</b>	<b>6.180.043,03</b>

## 2.2 Contas de Despesa

### 2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	15.290.285,49
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	437.414,94
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	265.400,00
<b>DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES</b>	<b>15.462.300,43</b>
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	6.105.447,57
Liquidado	5.728.517,45
Pago	5.106.700,84



31701012016657916

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2017 - 08:30:17

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/06/2017

<b>SALDO A LIQUIDAR</b>	<b>376.930,12</b>
<b>SALDO A PAGAR</b>	<b>621.816,61</b>

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR
Empenhado	1.187.070,76
Liquidado	1.187.070,76
Pago	1.002.092,96
<b>SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO</b>	<b>184.977,80</b>

## 2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

### ORIGEM DO RECURSO

Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	265.400,00
Superávit Financeiro	172.014,94
<b>TOTAL</b>	<b>437.414,94</b>

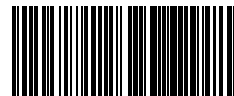
## 2.3 Contas de Verificação

### 2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	1.193.039,77D	1.546.921,30D
ATIVO NAO CIRCULANTE	13.939.124,96D	14.136.866,63D
PASSIVO CIRCULANTE	1.148.002,27C	1.024.623,04C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	494.822,71C	526.373,82C
PATRIMONIO LIQUIDO	13.489.339,75C	13.488.348,58C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	2.860.011,02D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	256.162,72D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	1.973.445,70D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	43.187,49D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	1.362.602,86D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	167.710,62D
TRIBUTARIAS	0,00	105.034,53D
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	17.359,77D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	815.542,75C
CONTRIBUICOES	0,00	38.243,07C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	71.252,20C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	38.157,23C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	6.276.053,71C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	108.288,65C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	82.419,59C

### 2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	1.200,61D	2.901,77D
Bancos Conta Movimento	673.336,56D	803.042,84D
Bancos Conta Aplicação	146.250,00D	4.457,20D
Outros	0,00	0,00



31701012016657916

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2017 - 08:30:17

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/06/2017

<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
<b>TOTAL PODER EXECUTIVO</b>	<b>820.787,17D</b>	<b>810.401,81D</b>
<b>RPPS</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>OUTROS</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL OUTROS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>820.787,17D</b>	<b>810.401,81D</b>

## 2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	1.839.624,65	1.569.756,71	1.189.517,50
2º Bimestre	2.749.660,30	1.848.035,69	1.626.607,71
3º Bimestre	1.782.303,45	2.157.310,49	1.942.081,81
4º Bimestre	2.114.225,30	2.151.015,97	2.157.066,82
5º Bimestre	1.667.451,37	1.987.576,16	1.719.939,36
6º Bimestre	2.023.764,32	2.463.334,37	2.652.920,22

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	14.775.923,11	14.240.135,75
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.664.480,00	691.618,71
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

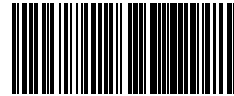
DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-2.296.420,00	-2.171.280,01
<b>TOTAL CONTAS DE RECEITA</b>	<b>15.143.983,11</b>	<b>12.760.474,45</b>

## 2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

### Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00





31701012016657916

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2017 - 08:30:17

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

Contas de Receita

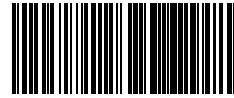
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	11.705,72	0,00	11.705,72
11120200020000000000	IPTU - MDE	4.877,54	0,00	4.877,54
11120200030000000000	IPTU - ASPS	2.926,52	0,00	2.926,52
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	46.938,65	0,00	46.938,65
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	19.558,19	0,00	19.558,19
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	11.734,82	0,00	11.734,82
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	960,43	0,00	960,43
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	400,22	0,00	400,22
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	240,11	0,00	240,11
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	1.854,25	0,00	1.854,25
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	772,60	0,00	772,60
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	463,55	0,00	463,55
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	276,04	0,00	276,04
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	115,05	0,00	115,05
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	68,98	0,00	68,98
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	19.146,77	0,00	19.146,77
11120800020000000000	ITBI - MDE	7.977,86	0,00	7.977,86
11120800030000000000	ITBI - ASPS	4.786,72	0,00	4.786,72
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	209.268,93	0,00	209.268,93
11130501020000000000	ISS - MDE	87.195,89	0,00	87.195,89
11130501030000000000	ISS - ASPS	52.317,31	0,00	52.317,31
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	2.235.235,33	0,00	2.235.235,33
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	186.269,61	0,00	186.269,61
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	558.808,57	0,00	558.808,57
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	745.078,20	0,00	745.078,20



31701012016657916

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2017 - 08:30:17

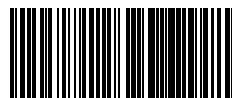
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/06/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	332,01	0,00	332,01
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	27,67	0,00	27,67
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	82,96	0,00	82,96
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	110,63	0,00	110,63
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	4.411,74	0,00	4.411,74
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	367,62	0,00	367,62
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.102,92	0,00	1.102,92
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	1.470,54	0,00	1.470,54
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	677.492,57	0,00	677.492,57
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	56.457,75	0,00	56.457,75
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	169.373,18	0,00	169.373,18
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	225.830,92	0,00	225.830,92
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	158.822,69	0,00	158.822,69
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	13.235,24	0,00	13.235,24
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	39.705,70	0,00	39.705,70
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	52.940,95	0,00	52.940,95
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	9.765,87	0,00	9.765,87
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	813,83	0,00	813,83
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	2.441,49	0,00	2.441,49
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	3.255,31	0,00	3.255,31
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	333,35	0,00	333,35
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	139,03	0,00	139,03
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	83,31	0,00	83,31
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	3.878,81	0,00	3.878,81
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	1.616,94	0,00	1.616,94
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	969,91	0,00	969,91
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	63,73	0,00	63,73
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	26,60	0,00	26,60
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	15,95	0,00	15,95
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	14.056,79	0,00	14.056,79
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	5.857,63	0,00	5.857,63
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	3.514,41	0,00	3.514,41
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	334,81	0,00	334,81
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	139,52	0,00	139,52
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	83,68	0,00	83,68
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-3.133,71	0,00	-3.133,71
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-1.305,83	0,00	-1.305,83
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-783,45	0,00	-783,45
91112043102010000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	-179,46	0,00	-179,46
91112043102020000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	-74,78	0,00	-74,78
91112043102030000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	-44,86	0,00	-44,86
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-63.615,07	0,00	-63.615,07
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-26.506,30	0,00	-26.506,30



31701012016657916

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2017 - 08:30:17

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/06/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-15.903,76	0,00	-15.903,76
<b>SUBTOTAL</b>		<b>5.546.586,70</b>	<b>0,00</b>	<b>5.546.586,70</b>

**TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada** **1.386.646,67**

**3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados**

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	120.897,35	0,00	120.897,35
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	257.171,72	0,00	257.171,72
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.779,72	0,00	7.779,72
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-27.886,91	0,00	-27.886,91
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.028.686,55	0,00	1.028.686,55
<b>TOTAL II</b>		<b>1.386.648,43</b>	<b>0,00</b>	<b>1.386.648,43</b>

**3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados**

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	264.502,78	0,00	264.502,78
20	Educação Infantil	168.590,32	0,00	168.590,32
31	Ensino Fundamental	137.611,36	0,00	137.611,36
31	Educação Infantil	217.181,06	0,00	217.181,06
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>787.885,52</b>	<b>0,00</b>	<b>787.885,52</b>

**3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais**

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL II</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
(+) Perda com o FUNDEB		627.837,85	0,00	627.837,85
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		1.634,66	0,00	1.634,66
	% de Aplicação			Valor Aplicado
<b>TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)</b>		<b>25,49</b>		<b>1.414.088,71</b>

**3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação**

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
<b>TOTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB**

**3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas**

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	2.235.235,33	0,00	2.235.235,33
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	186.269,61	0,00	186.269,61
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	558.808,57	0,00	558.808,57



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	745.078,20	0,00	745.078,20
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	332,01	0,00	332,01
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	27,67	0,00	27,67
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	82,96	0,00	82,96
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	110,63	0,00	110,63
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	4.411,74	0,00	4.411,74
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	367,62	0,00	367,62
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.102,92	0,00	1.102,92
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	1.470,54	0,00	1.470,54
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	677.492,57	0,00	677.492,57
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	56.457,75	0,00	56.457,75
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	169.373,18	0,00	169.373,18
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	225.830,92	0,00	225.830,92
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	158.822,69	0,00	158.822,69
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	13.235,24	0,00	13.235,24
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	39.705,70	0,00	39.705,70
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	52.940,95	0,00	52.940,95
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	9.765,87	0,00	9.765,87
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	813,83	0,00	813,83
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	2.441,49	0,00	2.441,49
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	3.255,31	0,00	3.255,31
<b>SUBTOTAL</b>		<b>5.143.433,30</b>	<b>0,00</b>	<b>5.143.433,30</b>

<b>Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada</b>	<b>1.028.686,66</b>
---	---------------------

### 3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.028.686,55	0,00	1.028.686,55
<b>TOTAL II</b>		<b>1.028.686,55</b>	<b>0,00</b>	<b>1.028.686,55</b>

### 3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

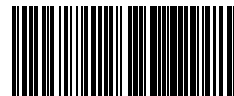
Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	137.611,36	0,00	137.611,36
31	Educação Infantil	217.181,06	0,00	217.181,06
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>354.792,42</b>	<b>0,00</b>	<b>354.792,42</b>

(+) Perda com o FUNDEB	627.837,85	0,00	627.837,85
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	1.453,44	0,00	1.453,44
	% de Aplicação		Valor Aplicado
<b>TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB</b>	<b>19,08</b>		<b>981.176,83</b>

### 3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

#### 3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2017

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13250102000000000000	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS	1.453,44	0,00	1.453,44



31701012016657916

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2017 - 08:30:17

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/06/2017

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB			
17240100000000000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	400.848,70	0,00	400.848,70
<b>Total</b>		<b>402.302,14</b>	<b>0,00</b>	<b>402.302,14</b>
<b>Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB</b>				<b>241.381,28</b>

#### 3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2017

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	135.763,36	0,00	135.763,36
31	Educação Infantil	208.245,06	0,00	208.245,06
<b>TOTAL</b>		<b>344.008,42</b>	<b>0,00</b>	<b>344.008,42</b>
<b>% de Aplicação</b>				<b>85,51</b>

#### 3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

##### 3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2016	2.165,79	0,00	2.165,79
<b>TOTAL</b>	<b>2.165,79</b>	<b>0,00</b>	<b>2.165,79</b>

**Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%** **108,29**

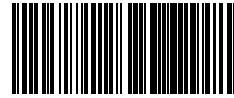
##### 3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2017 (Janeiro - Junho)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	3.924,86	0,00	3.924,86
31	Educação Infantil	8.402,74	0,00	8.402,74
<b>TOTAL</b>		<b>12.327,60</b>	<b>0,00</b>	<b>12.327,60</b>

#### 3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

##### 3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	11.705,72	0,00	11.705,72
11120200020000000000	IPTU - MDE	4.877,54	0,00	4.877,54
11120200030000000000	IPTU - ASPS	2.926,52	0,00	2.926,52
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	46.938,65	0,00	46.938,65
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	19.558,19	0,00	19.558,19
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	11.734,82	0,00	11.734,82
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	960,43	0,00	960,43
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	400,22	0,00	400,22
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	240,11	0,00	240,11
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	1.854,25	0,00	1.854,25
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	772,60	0,00	772,60
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	463,55	0,00	463,55
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	276,04	0,00	276,04



31701012016657916

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2017 - 08:30:17

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/06/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	115,05	0,00	115,05
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	68,98	0,00	68,98
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	19.146,77	0,00	19.146,77
11120800020000000000	ITBI - MDE	7.977,86	0,00	7.977,86
11120800030000000000	ITBI - ASPS	4.786,72	0,00	4.786,72
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	209.268,93	0,00	209.268,93
11130501020000000000	ISS - MDE	87.195,89	0,00	87.195,89
11130501030000000000	ISS - ASPS	52.317,31	0,00	52.317,31
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	2.235.235,33	0,00	2.235.235,33
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	186.269,61	0,00	186.269,61
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	558.808,57	0,00	558.808,57
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	745.078,20	0,00	745.078,20
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	332,01	0,00	332,01
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	27,67	0,00	27,67
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	82,96	0,00	82,96
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	110,63	0,00	110,63
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	4.411,74	0,00	4.411,74
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	367,62	0,00	367,62
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.102,92	0,00	1.102,92
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	1.470,54	0,00	1.470,54
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	677.492,57	0,00	677.492,57
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	56.457,75	0,00	56.457,75
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	169.373,18	0,00	169.373,18
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	225.830,92	0,00	225.830,92
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	158.822,69	0,00	158.822,69
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	13.235,24	0,00	13.235,24
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	39.705,70	0,00	39.705,70
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	52.940,95	0,00	52.940,95
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	9.765,87	0,00	9.765,87
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	813,83	0,00	813,83
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	2.441,49	0,00	2.441,49
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	3.255,31	0,00	3.255,31
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	333,35	0,00	333,35
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	139,03	0,00	139,03
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	83,31	0,00	83,31
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	3.878,81	0,00	3.878,81
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	1.616,94	0,00	1.616,94
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	969,91	0,00	969,91
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	63,73	0,00	63,73
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	26,60	0,00	26,60
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	15,95	0,00	15,95





Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	14.056,79	0,00	14.056,79
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	5.857,63	0,00	5.857,63
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	3.514,41	0,00	3.514,41
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	334,81	0,00	334,81
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	139,52	0,00	139,52
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	83,68	0,00	83,68
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-3.133,71	0,00	-3.133,71
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-1.305,83	0,00	-1.305,83
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-783,45	0,00	-783,45
91112043102010000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	-179,46	0,00	-179,46
91112043102020000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	-74,78	0,00	-74,78
91112043102030000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	-44,86	0,00	-44,86
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-63.615,07	0,00	-63.615,07
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-26.506,30	0,00	-26.506,30
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-15.903,76	0,00	-15.903,76
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>5.546.586,70</b>	<b>0,00</b>	<b>5.546.586,70</b>
<b>TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada</b>				<b>831.988,00</b>

### 3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	72.538,01	0,00	72.538,01
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	771.514,82	0,00	771.514,82
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.667,26	0,00	4.667,26
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-16.732,07	0,00	-16.732,07
<b>TOTAL II</b>		<b>831.988,02</b>	<b>0,00</b>	<b>831.988,02</b>

### 3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-1.956,50	0,00	-1.956,50
40	Administração Geral	4.499,95	0,00	4.499,95
40	Atenção Básica	1.189.547,34	0,00	1.189.547,34
40	Vigilância Sanitária	19,72	0,00	19,72
40	Vigilância Epidemiológica	77,32	0,00	77,32
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>1.192.187,83</b>	<b>0,00</b>	<b>1.192.187,83</b>

### 3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL II</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		1.212,10	0,00	1.212,10
<b>SUBTOTAL III</b>		<b>1.212,10</b>	<b>0,00</b>	<b>1.212,10</b>

% de Aplicação

Valor Aplicado





31701012016657916

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2017 - 08:30:17

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/06/2017

TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS) 21,47 1.190.975,73

### 3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

### 4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

#### 4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1117, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	20 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros

#### 4.2 Avisos Justificados pela Entidade

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1117, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** Recurso 1117 Vinculado a operação de crédito programa PIMES BADESUL contrato nº 055/2015.

### 5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

#### 5.1 Transparência da Gestão Fiscal

##### 5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	30/03/2017	Átório da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet		www.saojoaodopolesine.rs.gov.br
2º Bimestre	Mural	30/05/2017	Átório da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet		www.saojoaodopolesine.rs.gov.br
3º Bimestre	Mural	28/07/2017	Átório da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet		www.saojoaodopolesine.rs.gov.br

##### 5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural	28/07/2017	Átório da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet		www.saojoaodopolesine.rs.gov.br
1º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

##### 5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2016	17/02/2017	Câmara Municipal de Vereadores
1º Quadrimestre/2017	30/05/2017	Câmara Municipal de Vereadores



#### 5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	<a href="http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/">http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/</a>

Não foram inseridas observações.

#### 5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

#### 5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

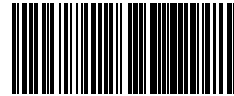
##### 5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

##### 5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2016 - 01/07/2016 a 31/12/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES	7.784.494,00	0,00	7.784.494,00
9100000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-1.140.314,54	0,00	-1.140.314,54
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	52.246,24	0,00	52.246,24
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	21.769,64	0,00	21.769,64
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	13.061,56	0,00	13.061,56
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	5.411,12	0,00	5.411,12
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	2.254,66	0,00	2.254,66
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	1.352,80	0,00	1.352,80
<b>Subtotal</b>		<b>6.548.083,44</b>	<b>0,00</b>	<b>6.548.083,44</b>
	(+) Perda com o FUNDEB	604.605,01	0,00	604.605,01
<b>TOTAL</b>		<b>7.152.688,45</b>	<b>0,00</b>	<b>7.152.688,45</b>

##### 5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES	6.832.350,17	0,00	6.832.350,17
9100000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-1.140.250,80	0,00	-1.140.250,80
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	46.938,65	0,00	46.938,65
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	19.558,19	0,00	19.558,19
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	11.734,82	0,00	11.734,82
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	960,43	0,00	960,43
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	400,22	0,00	400,22
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	240,11	0,00	240,11
91112043102010000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	-179,46	0,00	-179,46
91112043102020000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	-74,78	0,00	-74,78
91112043102030000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	-44,86	0,00	-44,86
<b>Subtotal</b>		<b>5.612.566,05</b>	<b>0,00</b>	<b>5.612.566,05</b>



31701012016657916

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2017 - 08:30:17

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	(+) Perda com o FUNDEB	627.837,85	0,00	627.837,85
<b>TOTAL</b>		<b>6.240.403,90</b>	<b>0,00</b>	<b>6.240.403,90</b>
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>		<b>13.393.092,35</b>	<b>0,00</b>	<b>13.393.092,35</b>

#### 5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

##### 5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2016 - 01/07/2016 a 31/12/2016

#### CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.274.709,42	0,00	3.274.709,42
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319003010000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	14.768,46	0,00	14.768,46
319008990400	CONTRIB. DA ENTIDADE PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SERVIDOR	150.742,01	0,00	150.742,01
<b>TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA</b>		<b>3.109.198,95</b>	<b>0,00</b>	<b>3.109.198,95</b>

#### CONTAS DE RECEITA

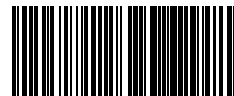
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	52.246,24	0,00	52.246,24
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	21.769,64	0,00	21.769,64
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	13.061,56	0,00	13.061,56
<b>TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA</b>		<b>87.077,44</b>	<b>0,00</b>	<b>87.077,44</b>

#### CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



31701012016657916

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2017 - 08:30:17

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/06/2017

Página

45

Processo  
05187-0200/17-2

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior	3.022.121,51	0,00	3.022.121,51
--	--------------	------	--------------

#### 5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 30/06/2017

##### CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.014.320,03	0,00	3.014.320,03
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319003010000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	16.504,02	0,00	16.504,02
319008990400	CONTRIB. DA ENTIDADE PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SERVIDOR	189.939,40	0,00	189.939,40
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		2.807.876,61	0,00	2.807.876,61

##### CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	46.938,65	0,00	46.938,65
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	19.558,19	0,00	19.558,19
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	11.734,82	0,00	11.734,82
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		78.231,66	0,00	78.231,66

##### CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

##### EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.307,50	0,00	13.307,50
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		13.307,50	0,00	13.307,50

##### CONTAS CONTÁBEIS DE CONTROLE

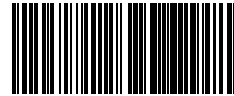
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
853240201000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO	3.380,50	0,00	3.380,50

Página da  
peça

15

Peça  
664927

DOCUMENTO  
PUBLICO



31701012016657916

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2017 - 08:30:17

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/06/2017

#### CONTAS CONTÁBEIS DE CONTROLE

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
ATUAL - 1o BIMESTRE				
853240202000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 2o BIMESTRE	4.203,22	0,00	4.203,22
853240203000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 3o BIMESTRE	4.262,28	0,00	4.262,28
TOTAL DAS CONTAS CONTÁBEIS DE CONTROLE		11.846,00	0,00	11.846,00
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual		2.754.798,45	0,00	2.754.798,45
Total da Despesa com Pessoal		5.776.919,96	0,00	5.776.919,96

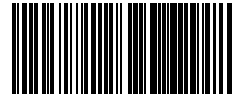
#### 5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

##### 5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
212110298010000	BADESUL DESENVOLVIMENTO CONT. 55/2015 PROGRAMA PIMES	75.741,53	0,00	75.741,53
222310198010000	BADESUL DESENVOLVIMENTO CONT0 55/2015 PROGRAMA PIMES	526.373,82	0,00	526.373,82
TOTAL		602.115,35	0,00	602.115,35

##### 5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111111902010000	BANCO DO BRASIL C/ FPM	61.439,19	0,00	61.439,19
111111902020000	BANCO DO BRASIL C/ MOV	128,56	0,00	128,56
111111902030000	BANCO DO BRASIL C/ ICMS DES	955,19	0,00	955,19
111111902040000	BANCO DO BRASIL C/ FEP	6.458,30	0,00	6.458,30
111111902050000	BANCO DO BRASIL C/ ITR	241,71	0,00	241,71
111111902070000	BANCO DO BRASIL C/ CEX	100,36	0,00	100,36
111111902090000	BANCO DO BRASIL C/ DNPM/CFEM	298,84	0,00	298,84
111111902100000	BANCO DO BRASIL C/ QSE	19.255,13	0,00	19.255,13
111111902110000	BANCO DO BRASIL C/ MDE	3.555,64	0,00	3.555,64
111111902120000	BANCO DO BRASIL C/ CIDE	437,17	0,00	437,17
111111902130000	BANCO DO BRASIL C/ FUS	8.231,41	0,00	8.231,41
111111902140000	BANCO DO BRASIL C/ PNAT	14.075,39	0,00	14.075,39
111111902160000	BANCO DO BRASIL CTA RETENCAO PREFEITURA	96.081,80	0,00	96.081,80
111111902180000	BANCO BRASIL C/ FUNDEB	60.129,94	0,00	60.129,94



31701012016657916

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2017 - 08:30:17

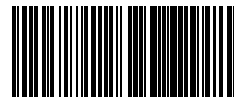
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111902190000	BANCO DO BRASIL CTA SNA	3.041,80	0,00	3.041,80
111111902210000	BCO BRASIL CTA MERENDA ESCOLAR FEDERAL	1.600,46	0,00	1.600,46
111111902220100	BANCO DO BRASIL CTA FMS PAB FIXO	11.343,95	0,00	11.343,95
111111902220200	BANCO DO BRASIL CTA FMS SAUDE BUCAL	1.984,36	0,00	1.984,36
111111902220300	BANCO DO BRASIL CTA FMS PACS-FEDERAL	2.472,14	0,00	2.472,14
111111902220400	BANCO DO BRASIL CTA FMS PSF-FEDERAL	1.126,76	0,00	1.126,76
111111902220500	BANCO DO BRASIL CTA FMS PMAQ	58.131,79	0,00	58.131,79
111111902230100	BANCO DO BRASIL CTA FMS ASSIST. FARMACEUTICA BASICA	5.602,62	0,00	5.602,62
111111902240100	PISO FIXO VIGILANCIA EM SAUDE 3.1	9.352,73	0,00	9.352,73
111111902240200	ACOES ESTRUTURANTE DE VIGILANCIA SANITARIA 3.2	4.460,25	0,00	4.460,25
111111902250100	BANCO DO BRASIL CTA HOSPITAL CONTRATO 199/2010 TETO FINANCEIRO	10.874,39	0,00	10.874,39
111111902260100	TETO MUNICIPAL REDE CEGONHA (RCE-RCEG)	56,00	0,00	56,00
111111902400000	BANCO DO BRASIL CTA FMAS IGD-SUAS	9.837,76	0,00	9.837,76
111111902410000	BANCO DO BRASIL CTA FMAS PB-PAIF	17.120,85	0,00	17.120,85
111111902420000	BANCO DO BRASIL CTA FMAS IGD-BF	32.423,92	0,00	32.423,92
111111903010000	CAIXA FEDERAL C/ MOV	260,90	0,00	260,90
111111912010000	BANRISUL C/ MOV	3.491,29	0,00	3.491,29
111111912030000	BANRISUL C/ IPTU	240,64	0,00	240,64
111111912050000	BANRISUL C/ MULTA TRANSITO	473,68	0,00	473,68
111111912090000	BANRISUL C/ TRANSPORTE ESCOLAR	48.569,85	0,00	48.569,85
111111912150000	BANRISUL CTA ILUMINACAO PUBLICA	6.995,52	0,00	6.995,52
111111912290000	BANRISUL CTA ALIENACAO BENS MOVEIS REC LIVRES	71.111,25	0,00	71.111,25
111111912470000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-FRAMACIA BASICA ESTADUAL	5.279,86	0,00	5.279,86
111111912480000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-PIM ESTADUAL	1.740,11	0,00	1.740,11
111111912490000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-PSF ESTADUAL	5.308,54	0,00	5.308,54
111111912500000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-PACS ESTADUAL	229,17	0,00	229,17
111111912510000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-INCENTIVO ATENCAO BASICA	6.354,72	0,00	6.354,72
111111912600000	BANRISUL CTA CUCA LEGAL (CAPS)	6.678,97	0,00	6.678,97
111111912610000	BANRISUL CTA ALIENACAO BENS MOVEIS SAUDE	14.266,68	0,00	14.266,68
111111912660000	BANRISUL CTA ALIENACAO BENS IMOVEIS	4.200,64	0,00	4.200,64
111111912670000	BANRISUL CTA FMAS REC PEAS	4.316,69	0,00	4.316,69
111111912760000	BANRISUL CTA FUNDO MUNIC CRIAN ADOLESCENTES	1.418,26	0,00	1.418,26
111111912770000	BANRISUL CTA CONCURSO	50,00	0,00	50,00
111111912780000	BANRISUL CTA INCENTIVO CUSTEIO HOSPITALAR POR 906/2015	17,20	0,00	17,20
111111912810000	BANRISUL CTA ALIANACAO BENS MOVEIS -MDE	17.635,85	0,00	17.635,85
111111912820000	BANRISUL CTA FMS CP 14/15 AQUIS EQUIP HOSPITAL	163.584,61	0,00	163.584,61
111115002020000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL CTA PRODESA CONVENIO 811526/2014	4.457,20	0,00	4.457,20
632100000000000	RP PROCESSADOS A PAGAR	-184.977,80	0,00	-184.977,80



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		622.522,24	0,00	622.522,24

#### 5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121110302000000	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A RECEBER	2.205,11	0,00	2.205,11
121310102010000	COTAS DE SOCIEDADES	407,87	0,00	407,87
TOTAL		2.612,98	0,00	2.612,98
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				625.135,22
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				0,00

#### 5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
213110703000000	PRECATORIOS DE CONTAS A PAGAR - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 05/05/2000 - NAO VENCIDOS	59.069,76	0,00	59.069,76
TOTAL		59.069,76	0,00	59.069,76

#### 5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

##### 5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

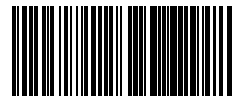
##### 5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

#### 5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

##### 5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 30/06/2017





31701012016657916

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2017 - 08:30:17

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
21149900000000000000	OUTRAS OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	180.102,87	0,00	180.102,87
<b>TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA</b>		<b>180.102,87</b>	<b>0,00</b>	<b>180.102,87</b>
<b>Total para fins da apuração do cumprimento do limite</b>		<b>180.102,87</b>	<b>0,00</b>	<b>180.102,87</b>

#### 5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### 5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

##### 5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	228.930,99	0,00	228.930,99
11120200020000000000	IPTU - MDE	95.390,25	0,00	95.390,25
11120200030000000000	IPTU - ASPS	57.233,79	0,00	57.233,79
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	90.302,62	0,00	90.302,62
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	37.626,80	0,00	37.626,80
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	22.575,62	0,00	22.575,62
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	10.123,06	0,00	10.123,06
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	4.217,99	0,00	4.217,99
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	2.530,79	0,00	2.530,79
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	2.326,08	0,00	2.326,08
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	969,21	0,00	969,21
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	581,45	0,00	581,45
11120431070200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - MDE	103,97	0,00	103,97
11120431070300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - ASPS	18,35	0,00	18,35
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	563,50	0,00	563,50
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	234,79	0,00	234,79
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	140,86	0,00	140,86



31701012016657916

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2017 - 08:30:17

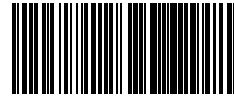
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120800010000000000	ITBI - PRÓPRIO	60.411,20	0,00	60.411,20
11120800020000000000	ITBI - MDE	25.171,34	0,00	25.171,34
11120800030000000000	ITBI - ASPS	15.102,80	0,00	15.102,80
11130501010000000000	ISS - PRÓPRIO	342.361,71	0,00	342.361,71
11130501020000000000	ISS - MDE	142.651,82	0,00	142.651,82
11130501030000000000	ISS - ASPS	85.590,49	0,00	85.590,49
11211700000000000000	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3.006,46	0,00	3.006,46
11212100000000000000	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	4.549,12	0,00	4.549,12
11212500000000000000	TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRESTADORA DE SERVIÇOS	28.689,39	0,00	28.689,39
11212900000000000000	TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	5.483,85	0,00	5.483,85
11213100000000000000	TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO	540,44	0,00	540,44
11229900060000000000	OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4.490,63	0,00	4.490,63
12300000000000000000	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	67.628,21	0,00	67.628,21
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRÓPRIO	4.357.571,70	0,00	4.357.571,70
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - MDE	363.130,89	0,00	363.130,89
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - ASPS	1.089.392,35	0,00	1.089.392,35
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.452.523,32	0,00	1.452.523,32
17210103010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO - PRÓPRIO	192.571,03	0,00	192.571,03
17210103020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO - MDE	80.237,94	0,00	80.237,94
17210103030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO - ASPS	48.142,76	0,00	48.142,76
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE JULHO - PRÓPRIO	129.010,40	0,00	129.010,40
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE JULHO - MDE	53.754,32	0,00	53.754,32
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE JULHO - ASPS	32.252,57	0,00	32.252,57
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PRÓPRIO	3.529,51	0,00	3.529,51
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	294,13	0,00	294,13
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	882,27	0,00	882,27
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	1.176,39	0,00	1.176,39
17213600010000000000	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PRÓPRIO	8.354,76	0,00	8.354,76
17213600020000000000	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	696,26	0,00	696,26
17213600040000000000	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	2.088,66	0,00	2.088,66
17213600050000000000	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	2.784,92	0,00	2.784,92



31701012016657916

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2017 - 08:30:17

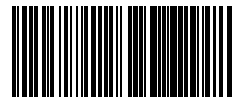
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.285.687,61	0,00	1.285.687,61
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	107.140,61	0,00	107.140,61
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	321.421,89	0,00	321.421,89
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	428.562,59	0,00	428.562,59
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	183.135,90	0,00	183.135,90
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	15.261,33	0,00	15.261,33
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	45.783,98	0,00	45.783,98
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	61.045,34	0,00	61.045,34
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	16.058,26	0,00	16.058,26
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.338,20	0,00	1.338,20
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	4.014,59	0,00	4.014,59
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	5.352,82	0,00	5.352,82
17220113000000000000	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO - CIDE	11.348,89	0,00	11.348,89
19113500000000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	11,35	0,00	11,35
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	450,86	0,00	450,86
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	188,20	0,00	188,20
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	112,86	0,00	112,86
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	1.318,06	0,00	1.318,06
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	549,69	0,00	549,69
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	329,58	0,00	329,58
19119901010100000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	127,37	0,00	127,37
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	8.285,64	0,00	8.285,64
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	3.453,69	0,00	3.453,69
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	2.071,81	0,00	2.071,81
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	115,71	0,00	115,71
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	48,28	0,00	48,28
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	28,93	0,00	28,93
19133500000000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	22,09	0,00	22,09
19139900010100000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	1.397,43	0,00	1.397,43
19139900010200000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	8,78	0,00	8,78
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	20.658,05	0,00	20.658,05
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	8.608,46	0,00	8.608,46
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	5.164,81	0,00	5.164,81
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	779,81	0,00	779,81
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	324,95	0,00	324,95



31701012016657916

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2017 - 08:30:17

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

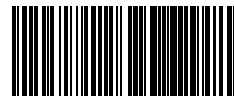
CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	194,95	0,00	194,95
19313500000000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	110,34	0,00	110,34
19319901010100000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	2.728,31	0,00	2.728,31
19319901010200000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	79,25	0,00	79,25
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-21.922,96	0,00	-21.922,96
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-9.013,73	0,00	-9.013,73
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-5.407,79	0,00	-5.407,79
91112080001000000000	Deducao - ITBI - PROPRIO	-412,30	0,00	-412,30
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-109.552,82	0,00	-109.552,82
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-45.647,03	0,00	-45.647,03
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-27.388,20	0,00	-27.388,20
91121250000000000000	Deducao - TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRESTADORA DE SERVICOS	-192,36	0,00	-192,36
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53
91911380001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	-1,55	0,00	-1,55
91911380002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	-0,64	0,00	-0,64
91911380003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	-0,38	0,00	-0,38
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-0,49	0,00	-0,49
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-0,20	0,00	-0,20
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-0,12	0,00	-0,12
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-0,57	0,00	-0,57
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,26	0,00	-0,26
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,13	0,00	-0,13
91931110001000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-2,21	0,00	-2,21
91931110002000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,96	0,00	-0,96
91931110003000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,54	0,00	-0,54
<b>TOTAL</b>		<b>11.481.700,26</b>	<b>0,00</b>	<b>11.481.700,26</b>

**5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016**

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	844.105,86	0,00	844.105,86	1,0757	908.004,67
Fevereiro	934.266,57	0,00	934.266,57	1,0597	990.042,28
Março	722.756,36	0,00	722.756,36	1,0512	759.761,49
Abril	807.547,19	0,00	807.547,19	1,0467	845.259,64
Mai	997.794,53	0,00	997.794,53	1,0430	1.040.699,69
Junho	787.024,66	0,00	787.024,66	1,0313	811.658,53
Julho	907.567,56	0,00	907.567,56	1,0148	920.999,56



Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Agosto	1.055.826,95	0,00	1.055.826,95	1,0148	1.071.453,19
Setembro	643.246,07	0,00	643.246,07	1,0104	649.935,83
Outubro	780.233,78	0,00	780.233,78	1,0101	788.114,14
Novembro	1.214.580,51	0,00	1.214.580,51	1,0088	1.225.268,82
Dezembro	1.786.750,22	0,00	1.786.750,22	1,0083	1.801.580,25
<b>TOTAL</b>	<b>11.481.700,26</b>	<b>0,00</b>	<b>11.481.700,26</b>		<b>11.812.778,10</b>

### 5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.630.092,53	2.368.796,61
2º Bimestre	2.630.092,53	2.129.998,16
3º Bimestre	2.630.092,53	2.333.555,40
4º Bimestre	2.630.092,53	0,00
5º Bimestre	2.630.092,53	0,00
6º Bimestre	2.630.091,88	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>15.780.554,53</b>	<b>6.832.350,17</b>

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	436.771,86	64.113,44
2º Bimestre	436.771,86	192.453,49
3º Bimestre	436.771,86	231.877,75
4º Bimestre	436.771,86	0,00
5º Bimestre	436.771,86	0,00
6º Bimestre	436.771,66	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.620.630,96</b>	<b>488.444,68</b>

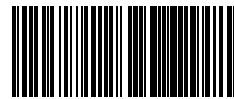
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-407.949,98	-412.154,47
2º Bimestre	-407.949,98	-348.197,60
3º Bimestre	-407.949,98	-380.399,75
4º Bimestre	-407.949,98	0,00
5º Bimestre	-407.949,98	0,00
6º Bimestre	-407.950,10	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>-2.447.700,00</b>	<b>-1.140.751,82</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>15.953.485,49</b>	<b>6.180.043,03</b>

### 5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

#### 5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.



Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

## 6. Cadastro de Administradores da Entidade

### 6.1 Administradores da Entidade

#### Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Matione Sonego

CPF: 63594897087

Cargo/Função: Prefeito Municipal

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

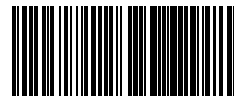
Não houve substituições formais no 2º bimestre.

Não houve substituições formais no 3º bimestre.

## 7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar



31701012016657916

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2017 - 08:30:17

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 30/06/2017

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 21 de Julho de 2017

CLOVIS COLETTTO

Contabilista

MATIONE SONEGO

Prefeito Municipal

Página

55

Processo  
05187-0200/17-2

Página da  
peça

25

Peça  
664927

DOCUMENTO  
PÚBLICO





## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2017  
Período: 1º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



41704013902477499

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
21/07/2017 09:40:08 3.0.0.7 Pág.: 1/6	

Nome da Entidade: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

CNPJ: 94444247000140

ORGÃO Nº: 80500

Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 31702012016657916 (Modelo 9)

Possui RPPS? Não

Lei de Instituição do Controle Interno: 750/2014

Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 15/10/2014

Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 784/2016

Data da Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 29/03/2016

### Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

#### - Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
30375002049	Delisete Maria Benetti Vizzotto	PORTARIA Nº 327/2014	controleinterno@saojoaodopolesine.rs.gov.br	(55) 3269-1155

#### - Demais Integrantes do Controle Interno

CPF	NOME
56254440059	Luiz Carlos Cera
2195167076	Francine Taís Krummenauer

#### - Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

**Observações:** A funcionária Francine Taís Krumenauer não faz parte da Comissão do Controle Interno conforme portaria PORTARIA Nº 172/2017 publicada no site do município:  
<http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/Content/upload/4a32c783-cd6f-42bf-af9e-753b34c008fc.pdf>

### 1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 3º Quadrimestre do exercício anterior, em audiência pública, realizada Camara Municipal de Vereadores dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

O cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre do exercício atual, foi demonstrado e avaliado em audiência pública, realizada Camara Municipal de Vereadores dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 2 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

A LDO nº 795, publicada em 03/11/2016:

- Contém matéria acerca do equilíbrio entre receitas e despesas;
- Fixou critérios e forma de limitação de empenho;
- Estabeleceu normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- Definiu demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

*Não foram inseridas observações para este item.*



## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2017  
Período: 1º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



41704013902477499

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
21/07/2017 09:40:08 3.0.0.7 Pág.: 2/6	

### 3 - Anexo de Metas Fiscais

O Anexo de Metas Fiscais integrou o Projeto da LDO, sendo que nele constaram as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício de 2017 e para os dois seguintes.

Verificou-se, ainda, que o Anexo de Metas Fiscais:

- Contemplou a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- Contém o demonstrativo das metas anuais para o exercício de 2017, devidamente instruído com memória e metodologia de cálculo que justificam os resultados pretendidos. As metas anuais foram comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores, e foi evidenciada a sua consistência com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
- Trata da evolução do patrimônio líquido para os três últimos exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- Não possui a avaliação da situação financeira e atuarial dos fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;
- Contém o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 4 - Anexo de Riscos Fiscais

A LDO contém o Anexo de Riscos Fiscais, onde foram avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e foram informadas as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 6 - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

O Poder Executivo não estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso em até trinta dias após a publicação dos orçamentos.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 7 - Metas Bimestrais de Arrecadação

As receitas previstas não foram desdobradas, pelo Poder Executivo, no prazo previsto no art. 8º da LRF (30 dias após a publicação dos orçamentos), em metas bimestrais de arrecadação.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 9 - Operações de Crédito



## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2017  
Período: 1º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



41704013902477499

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
	21/07/2017
	09:40:08
3.0.0.7	Pág.: 3/6

As operações de crédito foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 1º Semestre de 2017, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 1º Semestre de 2017 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

O Poder Executivo aplicou, no 1º Semestre de 2017, a receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa de capital.

A receita de capital foi vinculada a recurso específico, código(s) 1103,1105,4002,1121.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 12 - Consolidação das Contas

O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União em 26/04/2017 no prazo definido no inciso I do § 1º do art. 51 da LRF, enviando cópia ao Poder Executivo Estadual dentro do mesmo prazo.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

A contabilidade identifica os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, possibilitando a observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 15 - Renúncia de Receita

No 1º Semestre de 2017 houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.



## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2017  
Período: 1º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



41704013902477499

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2017

09:40:08

3.0.0.7

Pág.: 4/6

Não foram inseridas observações para este item.

### 16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

Considerando que o município possui menos de 50.000 habitantes, o Poder Executivo poderá optar pela publicação do RREO no jornal ou pela afixação no Mural, sendo obrigatória a disponibilização via Internet.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Não	Não	Não	-	-	-
Foi observado o prazo?	Não	Não	Não	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Não	Não	Não	-	-	-
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-

Não foram inseridas observações para este item.

### 17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 1º Semestre de 2017, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

### 18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 1º Semestre de 2017.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 1º Semestre de 2017.

Não foram inseridas observações para este item.

### 25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

As informações foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em atendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, a partir do dia 27/05/2013.

Não foram inseridas observações para este item.



## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2017  
Período: 1º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



41704013902477499



3.0.0.7

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica

21/07/2017

09:40:08

Pág.: 5/6

### 26 - Sistema de controle de custos

A Administração Pública mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

Nada a declarar



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2017  
Período: 1º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



3.0.0.7

21/07/2017  
09:40:08  
Pág.: 6/6

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 21/07/2017

MATIONE SONEGO  
Prefeito Municipal

Delisete Maria Benetti Vizzotto  
Responsável pelo Controle Interno



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS  
EXERCÍCIO DE 2017  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE  
1º Semestre



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17.0.0.1  
21/07/2017  
08:30:17  
Pág.: 1/2

Nome da Entidade: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE  
CNPJ: 94444247000140  
ORGÃO Nº: 80500  
Cód. Barras do RVE Vinculado: 31701012016657916

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53		Valores expressos em reais
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)		13.393.092,35

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "a" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses	5.776.919,96	43,13 %
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60 %
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30 %
Limite Legal - LRF, alínea "b" do Inciso III do art. 20		54,00 %

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
DÍVIDA	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00 %
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00 %
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00 %

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "c" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	0,00	0,00 %
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80 %
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00 %

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "d" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	180.102,87	1,34 %
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40 %
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00 %
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	0,00	0,00 %
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		6,30 %
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		7,00 %





**Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF**  
**EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS**  
**EXERCÍCIO DE 2017**  
**PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE**  
**1º Semestre**



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



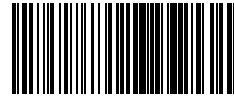
**17.0.0.1**  
21/07/2017  
08:30:17  
Pág.: 2/2

SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 21 de Julho de 2017 .

MATIONE SONEGO  
Prefeito Municipal

REJANE BARBARA SEGABINAZZI FOLETTO  
Responsável pela Administração Financeira

DELISETTE MARIA BENETTI VIZZOTTO  
Responsável pelo Controle Interno



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

## 1. Informações da Entidade

### 1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94444247000140

Período: 01/01/2017 a 31/08/2017 - 4º Bimestre

Prefeitura: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Logradouro: Rua Guilherme Albertti

nr: 1631

compl: Predio

Telefone: (55) 3269-1155

HomePage: www.saojoaodopolesine.rs.gov.br

E-Mail: prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br

Prefeito Municipal: MATIONE SONEGO

Contabilista: CLOVIS COLETTI

Número do CRC: 46331

### 1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: dueto@duetotecnologia.com.br

### 1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil  
☒ Financeiro  
☒ Patrimonial  
☒ Pessoal  
☒ Orçamentário  
☒ Tributário  
☒ Folha de Pagamento  
☐ Outros  
☐ Nenhum

### 1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
94446804000162	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA SAUDE
1509149000163	CONDESUS/QUARTA COLONIA

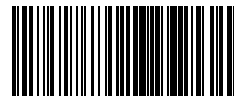
### 1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

### 1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

## 2. Informações Contábeis



41701033340060514

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/09/2017 - 09:56:00

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/08/2017

## 2.1 Contas de Receita

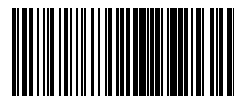
### 2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	1.445.300,00	1.069.115,21
RECEITA DE CONTRIBUICOES	100.000,00	50.897,32
RECEITA PATRIMONIAL	43.800,00	59.053,47
RECEITA DE SERVICOS	325.700,00	94.968,88
TRANSFERENCIAS CORRENTES	13.645.654,53	8.216.388,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	220.100,00	109.418,16
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>15.780.554,53</b>	<b>9.599.841,69</b>
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITAS DE CAPITAL		
OPERACOES DE CREDITO	150.000,00	180.102,87
ALIENACAO DE BENS	120.000,00	140.260,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.345.430,96	162.917,36
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.200,00	6.724,21
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.620.630,96</b>	<b>490.004,44</b>
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DEDUÇÕES DE RECEITA</b>	<b>-2.447.700,00</b>	<b>-1.497.368,84</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>15.953.485,49</b>	<b>8.592.477,29</b>

## 2.2 Contas de Despesa

### 2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	15.290.285,49
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	714.994,28
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	498.800,00
<b>DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES</b>	<b>15.506.479,77</b>
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	8.313.502,93
Liquidado	7.979.920,10
Pago	7.384.828,17



41701033340060514

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/09/2017 - 09:56:00

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/08/2017

<b>SALDO A LIQUIDAR</b>	<b>333.582,83</b>
<b>SALDO A PAGAR</b>	<b>595.091,93</b>

<b>DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>VALOR</b>
Empenhado	1.187.070,76
Liquidado	1.187.070,76
Pago	1.057.934,86
<b>SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO</b>	<b>129.135,90</b>

## 2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

### ORIGEM DO RECURSO

Excesso de Arrecadação	44.179,34
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	498.800,00
Superávit Financeiro	172.014,94
<b>TOTAL</b>	<b>714.994,28</b>

## 2.3 Contas de Verificação

### 2.3.1 Resumo por Grupos

	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
ATIVO CIRCULANTE	1.193.039,77D	1.132.145,50D
ATIVO NAO CIRCULANTE	13.939.124,96D	14.210.485,17D
PASSIVO CIRCULANTE	1.148.002,27C	856.963,19C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	494.822,71C	526.373,82C
PATRIMONIO LIQUIDO	13.489.339,75C	13.488.348,58C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	3.978.681,69D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	346.572,56D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	2.796.767,20D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	72.367,29D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	1.760.971,63D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	169.018,72D
TRIBUTARIAS	0,00	131.273,64D
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	19.359,77D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	965.616,15C
CONTRIBUICOES	0,00	50.897,32C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	99.426,40C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	52.023,93C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	8.378.844,99C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	108.288,65C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	90.860,14C

### 2.3.3 Disponibilidade Financeira

<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	1.200,61D	2.045,07D
Bancos Conta Movimento	673.336,56D	774.294,44D
Bancos Conta Aplicação	146.250,00D	4.610,91D



<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL PODER EXECUTIVO</b>	<b>820.787,17D</b>	<b>780.950,42D</b>
<b>RPPS</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>OUTROS</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL OUTROS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>820.787,17D</b>	<b>780.950,42D</b>

## 2.5 Valores do Exercício Anterior

<b>CONTAS DE DESPESA</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>	<b>Pago</b>
1º Bimestre	1.839.624,65	1.569.756,71	1.189.517,50
2º Bimestre	2.749.660,30	1.848.035,69	1.626.607,71
3º Bimestre	1.782.303,45	2.157.310,49	1.942.081,81
4º Bimestre	2.114.225,30	2.151.015,97	2.157.066,82
5º Bimestre	1.667.451,37	1.987.576,16	1.719.939,36
6º Bimestre	2.023.764,32	2.463.334,37	2.652.920,22

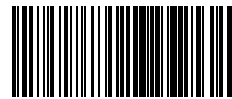
<b>CONTAS DE RECEITA</b>	<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>
RECEITAS CORRENTES	14.775.923,11	14.240.135,75
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.664.480,00	691.618,71
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>
DEDUCOES	-2.296.420,00	-2.171.280,01
<b>TOTAL CONTAS DE RECEITA</b>	<b>15.143.983,11</b>	<b>12.760.474,45</b>

## 2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

### Contas Patrimoniais

<b>Cod. Conta</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Adição/Exclusão</b>	<b>Valor Ajustado</b>
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Contas de Receita**

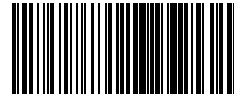
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**3. Índices Constitucionais**

**3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)**

**3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas**

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	232.861,58	0,00	232.861,58
11120200020000000000	IPTU - MDE	97.027,31	0,00	97.027,31
11120200030000000000	IPTU - ASPS	58.216,03	0,00	58.216,03
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	63.264,82	0,00	63.264,82
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	26.360,91	0,00	26.360,91
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	15.816,44	0,00	15.816,44
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	1.470,12	0,00	1.470,12
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	612,59	0,00	612,59
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	367,53	0,00	367,53
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	2.191,61	0,00	2.191,61
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	913,17	0,00	913,17
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	547,89	0,00	547,89
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	328,43	0,00	328,43
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	136,88	0,00	136,88
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	82,08	0,00	82,08
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	47.703,99	0,00	47.703,99
11120800020000000000	ITBI - MDE	19.876,70	0,00	19.876,70
11120800030000000000	ITBI - ASPS	11.926,01	0,00	11.926,01
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	283.274,09	0,00	283.274,09
11130501020000000000	ISS - MDE	118.031,53	0,00	118.031,53
11130501030000000000	ISS - ASPS	70.818,65	0,00	70.818,65
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	2.840.137,67	0,00	2.840.137,67
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	236.678,12	0,00	236.678,12
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS	710.034,04	0,00	710.034,04



41701033340060514

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/09/2017 - 09:56:00

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/08/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS			
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	946.712,19	0,00	946.712,19
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	190.410,55	0,00	190.410,55
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	79.337,73	0,00	79.337,73
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	47.602,63	0,00	47.602,63
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	332,01	0,00	332,01
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	27,67	0,00	27,67
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	82,96	0,00	82,96
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	110,63	0,00	110,63
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	5.882,31	0,00	5.882,31
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	490,16	0,00	490,16
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.470,56	0,00	1.470,56
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	1.960,72	0,00	1.960,72
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	923.718,17	0,00	923.718,17
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	76.976,55	0,00	76.976,55
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	230.929,60	0,00	230.929,60
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	307.906,14	0,00	307.906,14
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	166.200,97	0,00	166.200,97
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	13.850,09	0,00	13.850,09
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	41.550,28	0,00	41.550,28
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	55.400,39	0,00	55.400,39
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	13.293,68	0,00	13.293,68
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.107,82	0,00	1.107,82
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	3.323,45	0,00	3.323,45
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	4.431,25	0,00	4.431,25
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	50,39	0,00	50,39
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	21,06	0,00	21,06
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	12,63	0,00	12,63
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	398,74	0,00	398,74
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	166,36	0,00	166,36
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	99,69	0,00	99,69
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	5.949,50	0,00	5.949,50
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	2.480,01	0,00	2.480,01
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.487,60	0,00	1.487,60
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	125,93	0,00	125,93
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	52,57	0,00	52,57
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	31,52	0,00	31,52
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	19.190,76	0,00	19.190,76
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	7.996,99	0,00	7.996,99
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	4.798,01	0,00	4.798,01





Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	484,54	0,00	484,54
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	201,95	0,00	201,95
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	121,14	0,00	121,14
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-23.602,52	0,00	-23.602,52
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-9.835,87	0,00	-9.835,87
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-5.901,19	0,00	-5.901,19
91112043102010000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	-179,46	0,00	-179,46
91112043102020000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	-74,78	0,00	-74,78
91112043102030000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	-44,86	0,00	-44,86
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-84.412,49	0,00	-84.412,49
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-35.171,90	0,00	-35.171,90
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-21.103,10	0,00	-21.103,10
91911380001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	-1,98	0,00	-1,98
91911380002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	-0,83	0,00	-0,83
91911380003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	-0,49	0,00	-0,49
<b>SUBTOTAL</b>		<b>7.815.126,62</b>	<b>0,00</b>	<b>7.815.126,62</b>
<b>TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada</b>				<b>1.953.781,65</b>

### 3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	262.959,09	0,00	262.959,09
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	408.468,14	0,00	408.468,14
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.918,94	0,00	10.918,94
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-45.082,55	0,00	-45.082,55
20	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-0,83	0,00	-0,83
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.316.521,32	0,00	1.316.521,32
<b>TOTAL II</b>		<b>1.953.784,11</b>	<b>0,00</b>	<b>1.953.784,11</b>

### 3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	353.572,29	0,00	353.572,29
20	Educação Infantil	227.106,45	0,00	227.106,45
31	Ensino Fundamental	192.560,11	0,00	192.560,11
31	Educação Infantil	329.336,83	0,00	329.336,83
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>1.102.575,68</b>	<b>0,00</b>	<b>1.102.575,68</b>

### 3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL II</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
(+) Perda com o FUNDEB		798.842,93	0,00	798.842,93
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		2.353,61	0,00	2.353,61
	% de Aplicação			Valor Aplicado
<b>TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)</b>		<b>24,30</b>		<b>1.899.065,00</b>



### 3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

### 3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

#### 3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

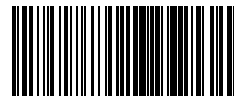
Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	2.840.137,67	0,00	2.840.137,67
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	236.678,12	0,00	236.678,12
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	710.034,04	0,00	710.034,04
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	946.712,19	0,00	946.712,19
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	332,01	0,00	332,01
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	27,67	0,00	27,67
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	82,96	0,00	82,96
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	110,63	0,00	110,63
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	5.882,31	0,00	5.882,31
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	490,16	0,00	490,16
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.470,56	0,00	1.470,56
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	1.960,72	0,00	1.960,72
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	923.718,17	0,00	923.718,17
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	76.976,55	0,00	76.976,55
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	230.929,60	0,00	230.929,60
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	307.906,14	0,00	307.906,14
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	166.200,97	0,00	166.200,97
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	13.850,09	0,00	13.850,09
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	41.550,28	0,00	41.550,28
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	55.400,39	0,00	55.400,39
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	13.293,68	0,00	13.293,68
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.107,82	0,00	1.107,82
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	3.323,45	0,00	3.323,45
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	4.431,25	0,00	4.431,25
SUBTOTAL		6.582.607,43	0,00	6.582.607,43
Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada				1.316.521,49

#### 3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.316.521,32	0,00	1.316.521,32
TOTAL II		1.316.521,32	0,00	1.316.521,32

#### 3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	192.560,11	0,00	192.560,11
31	Educação Infantil	329.336,83	0,00	329.336,83



41701033340060514

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/09/2017 - 09:56:00

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/08/2017

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		521.896,94	0,00	521.896,94

(+) Perda com o FUNDEB	798.842,93	0,00	798.842,93
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	2.123,45	0,00	2.123,45
	% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB	20,03		1.318.616,42

### 3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

#### 3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2017

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13250102000000000000	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	2.123,45	0,00	2.123,45
17240100000000000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	517.678,39	0,00	517.678,39
Total		519.801,84	0,00	519.801,84
Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB				311.881,10

#### 3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2017

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	188.462,11	0,00	188.462,11
31	Educação Infantil	311.900,83	0,00	311.900,83
TOTAL		500.362,94	0,00	500.362,94
% de Aplicação				96,26

### 3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

#### 3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2016	2.165,79	0,00	2.165,79
TOTAL	2.165,79	0,00	2.165,79
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			108,29

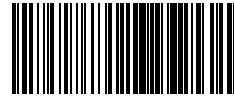
#### 3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2017 (Janeiro - Agosto)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	3.924,86	0,00	3.924,86
31	Educação Infantil	8.402,74	0,00	8.402,74
TOTAL		12.327,60	0,00	12.327,60

### 3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

#### 3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	232.861,58	0,00	232.861,58
11120200020000000000	IPTU - MDE	97.027,31	0,00	97.027,31



41701033340060514

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/09/2017 - 09:56:00

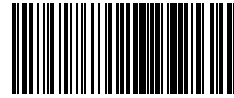
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/08/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120200030000000000	IPTU - ASPS	58.216,03	0,00	58.216,03
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	63.264,82	0,00	63.264,82
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	26.360,91	0,00	26.360,91
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	15.816,44	0,00	15.816,44
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	1.470,12	0,00	1.470,12
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	612,59	0,00	612,59
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	367,53	0,00	367,53
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	2.191,61	0,00	2.191,61
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	913,17	0,00	913,17
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	547,89	0,00	547,89
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	328,43	0,00	328,43
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	136,88	0,00	136,88
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	82,08	0,00	82,08
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	47.703,99	0,00	47.703,99
11120800020000000000	ITBI - MDE	19.876,70	0,00	19.876,70
11120800030000000000	ITBI - ASPS	11.926,01	0,00	11.926,01
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	283.274,09	0,00	283.274,09
11130501020000000000	ISS - MDE	118.031,53	0,00	118.031,53
11130501030000000000	ISS - ASPS	70.818,65	0,00	70.818,65
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	2.840.137,67	0,00	2.840.137,67
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	236.678,12	0,00	236.678,12
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	710.034,04	0,00	710.034,04
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	946.712,19	0,00	946.712,19
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	190.410,55	0,00	190.410,55
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	79.337,73	0,00	79.337,73
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	47.602,63	0,00	47.602,63
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	332,01	0,00	332,01
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	27,67	0,00	27,67
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	82,96	0,00	82,96
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	110,63	0,00	110,63
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	5.882,31	0,00	5.882,31
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	490,16	0,00	490,16
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.470,56	0,00	1.470,56
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	1.960,72	0,00	1.960,72
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	923.718,17	0,00	923.718,17
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	76.976,55	0,00	76.976,55
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	230.929,60	0,00	230.929,60
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	307.906,14	0,00	307.906,14



41701033340060514

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/09/2017 - 09:56:00

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

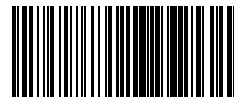
01/01/2017 a 31/08/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	166.200,97	0,00	166.200,97
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	13.850,09	0,00	13.850,09
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	41.550,28	0,00	41.550,28
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	55.400,39	0,00	55.400,39
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	13.293,68	0,00	13.293,68
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.107,82	0,00	1.107,82
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	3.323,45	0,00	3.323,45
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	4.431,25	0,00	4.431,25
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	50,39	0,00	50,39
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	21,06	0,00	21,06
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	12,63	0,00	12,63
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	398,74	0,00	398,74
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	166,36	0,00	166,36
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	99,69	0,00	99,69
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	5.949,50	0,00	5.949,50
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	2.480,01	0,00	2.480,01
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.487,60	0,00	1.487,60
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	125,93	0,00	125,93
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	52,57	0,00	52,57
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	31,52	0,00	31,52
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	19.190,76	0,00	19.190,76
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	7.996,99	0,00	7.996,99
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	4.798,01	0,00	4.798,01
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	484,54	0,00	484,54
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	201,95	0,00	201,95
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	121,14	0,00	121,14
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-23.602,52	0,00	-23.602,52
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-9.835,87	0,00	-9.835,87
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-5.901,19	0,00	-5.901,19
91112043102010000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	-179,46	0,00	-179,46
91112043102020000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	-74,78	0,00	-74,78
91112043102030000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	-44,86	0,00	-44,86
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-84.412,49	0,00	-84.412,49
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-35.171,90	0,00	-35.171,90
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-21.103,10	0,00	-21.103,10
91911380001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	-1,98	0,00	-1,98
91911380002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	-0,83	0,00	-0,83
91911380003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	-0,49	0,00	-0,49
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>7.815.126,62</b>	<b>0,00</b>	<b>7.815.126,62</b>

**TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada**

**1.172.268,99**

**3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados**



Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	157.774,63	0,00	157.774,63
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.034.993,52	0,00	1.034.993,52
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.550,59	0,00	6.550,59
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-27.049,15	0,00	-27.049,15
40	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-0,49	0,00	-0,49
<b>TOTAL II</b>		<b>1.172.269,10</b>	<b>0,00</b>	<b>1.172.269,10</b>

### 3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-2.739,10	0,00	-2.739,10
40	Administração Geral	6.209,22	0,00	6.209,22
40	Atenção Básica	1.646.666,84	0,00	1.646.666,84
40	Vigilância Sanitária	19,72	0,00	19,72
40	Vigilância Epidemiológica	91,82	0,00	91,82
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>1.650.248,50</b>	<b>0,00</b>	<b>1.650.248,50</b>

### 3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL II</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	1.468,82	0,00	1.468,82
<b>SUBTOTAL III</b>	<b>1.468,82</b>	<b>0,00</b>	<b>1.468,82</b>

	% de Aplicação	Valor Aplicado
<b>TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)</b>	<b>21,10</b>	<b>1.648.779,68</b>

### 3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
<b>TOTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

### 4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 181, 182, 291, 292, 401, 402, 511, 512, 621, 622, 731, 732, 841, 842, 951, 952, 1061, 1062, 1171, 1172, 1281, 1282, 1391, 1392, 1501, 1502, 1611, 1612, 1721 e 1722 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 2%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1117, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	20 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros

### 4.2 Avisos Justificados pela Entidade

**Descrição:** SFU\_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 181, 182, 291, 292, 401, 402, 511, 512, 621, 622, 731, 732, 841, 842, 951, 952, 1061, 1062, 1171, 1172, 1281, 1282, 1391, 1392, 1501, 1502, 1611, 1612, 1721 e 1722 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

**Justificativa:** Estamos realizando a manutenções em nosso sistema para adequar as solicitações conforme as determinações do TCE-RS.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1117, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT





41701033340060514

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/09/2017 - 09:56:00

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/08/2017

**Justificativa:** Recurso 1117 Vinculado a operação de crédito programa PIMES BADESUL contrato nº 055/2015.

## 5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

### 5.1 Transparência da Gestão Fiscal

#### 5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	30/03/2017	Átrio da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/03/2017	www.saojoaodopolesine.rs.gov.br
2º Bimestre	Mural	30/05/2017	Átrio da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/05/2017	www.saojoaodopolesine.rs.gov.br
3º Bimestre	Mural	28/07/2017	Átrio da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet	28/07/2017	www.saojoaodopolesine.rs.gov.br
4º Bimestre	Mural	30/09/2017	Átrio da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/09/2017	www.saojoaodopolesine.rs.gov.br

#### 5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2016	17/02/2017	Câmara Municipal de Vereadores
1º Quadrimestre/2017	30/05/2017	Câmara Municipal de Vereadores
2º Quadrimestre/2017	30/09/2017	Câmara Municipal de Vereadores

#### 5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/

*Não foram inseridas observações.*

#### 5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

## 5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.630.092,53	2.368.796,61
2º Bimestre	2.630.092,53	2.129.998,16
3º Bimestre	2.630.092,53	2.333.555,40
4º Bimestre	2.630.092,53	2.767.491,52
5º Bimestre	2.630.092,53	0,00
6º Bimestre	2.630.091,88	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>15.780.554,53</b>	<b>9.599.841,69</b>
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>





**RECEITAS DE CAPITAL**

	META	REALIZADA
1º Bimestre	436.771,86	64.113,44
2º Bimestre	436.771,86	192.453,49
3º Bimestre	436.771,86	231.877,75
4º Bimestre	436.771,86	1.559,76
5º Bimestre	436.771,86	0,00
6º Bimestre	436.771,66	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.620.630,96</b>	<b>490.004,44</b>

**RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS**

	META	REALIZADA
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**DEDUÇÕES DA RECEITA**

	META	REALIZADA
1º Bimestre	-407.949,98	-412.154,47
2º Bimestre	-407.949,98	-348.197,60
3º Bimestre	-407.949,98	-380.399,75
4º Bimestre	-407.949,98	-356.617,02
5º Bimestre	-407.949,98	0,00
6º Bimestre	-407.950,10	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>-2.447.700,00</b>	<b>-1.497.368,84</b>

<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>15.953.485,49</b>	<b>8.592.477,29</b>
-------------------------	----------------------	---------------------

**5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001**

**5.5.1 Poder Executivo**

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

**6. Cadastro de Administradores da Entidade**

**6.1 Administradores da Entidade**

**Poder Executivo**

Identificação do(a) Administrador

Nome: Matione Sonogo

CPF: 63594897087

Cargo/Função: Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas  
Programa Autenticador de Dados - PAD Versão: 17.0.0.2

Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE



41701033340060514

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/09/2017 - 09:56:00

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/08/2017

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

Não houve substituições formais no 2º bimestre.

Não houve substituições formais no 3º bimestre.

Não houve substituições formais no 4º bimestre.

## 7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.

Página

78

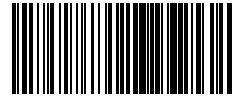
Processo  
05187-0200/17-2

Página da  
peça

15

Peça  
733510

DOCUMENTO  
PÚBLICO



41701033340060514

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/09/2017 - 09:56:00

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/08/2017

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 27 de Setembro de 2017

CLOVIS COLETTTO

Contabilista

MATIONE SONEGO

Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

## 1. Informações da Entidade

### 1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94444247000140

Período: 01/01/2017 a 31/10/2017 - 5º Bimestre

Prefeitura: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Logradouro: Rua Guilherme Albertti

nr: 1631

compl: Predio

Telefone: (55) 3269-1155

HomePage: www.saojoaodopolesine.rs.gov.br

E-Mail: prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br

Prefeito Municipal: MATIONE SONEGO

Contabilista: CLOVIS COLETTI

Número do CRC: 46331

### 1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: dueto@duetotecnologia.com.br

### 1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil  
☒ Financeiro  
☒ Patrimonial  
☒ Pessoal  
☒ Orçamentário  
☒ Tributário  
☒ Folha de Pagamento  
☐ Outros  
☐ Nenhum

### 1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
94446804000162	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA SAUDE
1509149000163	CONDESUS/QUARTA COLONIA

### 1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

### 1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

## 2. Informações Contábeis



## 2.1 Contas de Receita

### 2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	1.445.300,00	1.238.872,49
RECEITA DE CONTRIBUICOES	100.000,00	63.544,07
RECEITA PATRIMONIAL	43.800,00	63.733,70
RECEITA DE SERVICOS	325.700,00	160.777,74
TRANSFERENCIAS CORRENTES	13.645.654,53	9.919.894,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	220.100,00	120.091,29
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>15.780.554,53</b>	<b>11.566.913,49</b>
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITAS DE CAPITAL		
OPERACOES DE CREDITO	150.000,00	202.902,38
ALIENACAO DE BENS	120.000,00	140.260,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.345.430,96	313.517,36
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.200,00	8.126,50
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.620.630,96</b>	<b>664.806,24</b>
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DEDUÇÕES DE RECEITA</b>	<b>-2.447.700,00</b>	<b>-1.807.026,28</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>15.953.485,49</b>	<b>10.424.693,45</b>

## 2.2 Contas de Despesa

### 2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	15.290.285,49
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	1.148.849,77
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	873.650,00
<b>DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES</b>	<b>15.565.485,26</b>
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	10.211.961,73
Liquidado	9.853.549,38
Pago	9.025.086,02



51701030438680945

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/11/2017 - 16:28:49

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/10/2017

<b>SALDO A LIQUIDAR</b>	<b>358.412,35</b>
<b>SALDO A PAGAR</b>	<b>828.463,36</b>

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR
Empenhado	1.187.070,76
Liquidado	1.187.070,76
Pago	1.057.934,86
<b>SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO</b>	<b>129.135,90</b>

### 2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

#### ORIGEM DO RECURSO

Excesso de Arrecadação	53.535,47
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	873.650,00
Superávit Financeiro	221.664,30
<b>TOTAL</b>	<b>1.148.849,77</b>

### 2.3 Contas de Verificação

#### 2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	1.193.039,77D	1.221.588,20D
ATIVO NAO CIRCULANTE	13.939.124,96D	14.264.640,12D
PASSIVO CIRCULANTE	1.148.002,27C	1.062.865,01C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	494.822,71C	549.173,33C
PATRIMONIO LIQUIDO	13.489.339,75C	13.488.348,58C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	4.927.728,04D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	431.888,42D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	3.525.806,98D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	83.945,20D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	2.151.060,97D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	169.376,75D
TRIBUTARIAS	0,00	150.161,40D
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	32.005,87D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	1.108.550,03C
CONTRIBUICOES	0,00	63.544,07C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	170.619,90C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	64.287,47C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	10.232.950,54C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	123.288,65C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	94.574,37C

#### 2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	1.200,61D	1.362,60D
Bancos Conta Movimento	673.336,56D	856.835,83D
Bancos Conta Aplicação	146.250,00D	4.658,69D



51701030438680945

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/11/2017 - 16:28:49

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/10/2017

<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL PODER EXECUTIVO</b>	<b>820.787,17D</b>	<b>862.857,12D</b>
<b>RPPS</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>OUTROS</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL OUTROS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>820.787,17D</b>	<b>862.857,12D</b>

## 2.5 Valores do Exercício Anterior

<b>CONTAS DE DESPESA</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>	<b>Pago</b>
1º Bimestre	1.839.624,65	1.569.756,71	1.189.517,50
2º Bimestre	2.749.660,30	1.848.035,69	1.626.607,71
3º Bimestre	1.782.303,45	2.157.310,49	1.942.081,81
4º Bimestre	2.114.225,30	2.151.015,97	2.157.066,82
5º Bimestre	1.667.451,37	1.987.576,16	1.719.939,36
6º Bimestre	2.023.764,32	2.463.334,37	2.652.920,22

<b>CONTAS DE RECEITA</b>	<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>
RECEITAS CORRENTES	14.775.923,11	14.240.135,75
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.664.480,00	691.618,71
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>
DEDUCOES	-2.296.420,00	-2.171.280,01
<b>TOTAL CONTAS DE RECEITA</b>	<b>15.143.983,11</b>	<b>12.760.474,45</b>

## 2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

### Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				





51701030438680945

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/11/2017 - 16:28:49

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/10/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Contas de Receita**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**3. Índices Constitucionais**

**3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)**

**3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas**

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	253.887,52	0,00	253.887,52
11120200020000000000	IPTU - MDE	105.788,64	0,00	105.788,64
11120200030000000000	IPTU - ASPS	63.472,63	0,00	63.472,63
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	79.581,32	0,00	79.581,32
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	33.159,61	0,00	33.159,61
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	19.895,62	0,00	19.895,62
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	1.965,56	0,00	1.965,56
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	819,03	0,00	819,03
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	491,39	0,00	491,39
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	2.235,98	0,00	2.235,98
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	931,66	0,00	931,66
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	558,98	0,00	558,98
11120431070100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - PROPRIO	19,80	0,00	19,80
11120431070200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - MDE	8,25	0,00	8,25
11120431070300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - ASPS	4,95	0,00	4,95
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	464,34	0,00	464,34
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	193,52	0,00	193,52
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	116,04	0,00	116,04
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	51.738,17	0,00	51.738,17
11120800020000000000	ITBI - MDE	21.557,61	0,00	21.557,61
11120800030000000000	ITBI - ASPS	12.934,55	0,00	12.934,55
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	338.301,46	0,00	338.301,46
11130501020000000000	ISS - MDE	140.959,84	0,00	140.959,84



51701030438680945

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/11/2017 - 16:28:49

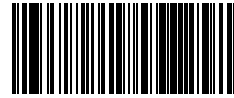
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/10/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130501030000000000	ISS - ASPS	84.575,51	0,00	84.575,51
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	3.415.947,91	0,00	3.415.947,91
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	284.662,31	0,00	284.662,31
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	853.986,49	0,00	853.986,49
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.138.648,84	0,00	1.138.648,84
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	190.410,55	0,00	190.410,55
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	79.337,73	0,00	79.337,73
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	47.602,63	0,00	47.602,63
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	3.743,30	0,00	3.743,30
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	311,94	0,00	311,94
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	935,74	0,00	935,74
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	1.247,68	0,00	1.247,68
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	7.352,89	0,00	7.352,89
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	612,70	0,00	612,70
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.838,20	0,00	1.838,20
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	2.450,90	0,00	2.450,90
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.175.668,84	0,00	1.175.668,84
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	97.972,45	0,00	97.972,45
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	293.917,26	0,00	293.917,26
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	391.889,71	0,00	391.889,71
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	168.000,58	0,00	168.000,58
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	14.000,07	0,00	14.000,07
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	42.000,19	0,00	42.000,19
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	56.000,28	0,00	56.000,28
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	17.517,65	0,00	17.517,65
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.459,83	0,00	1.459,83
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	4.379,47	0,00	4.379,47
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	5.839,25	0,00	5.839,25
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	144,35	0,00	144,35
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	60,30	0,00	60,30
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	36,18	0,00	36,18
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	480,98	0,00	480,98
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	200,72	0,00	200,72
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	120,24	0,00	120,24
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	7.014,80	0,00	7.014,80
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	2.924,02	0,00	2.924,02
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.753,93	0,00	1.753,93
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	159,63	0,00	159,63
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	66,64	0,00	66,64



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	39,95	0,00	39,95
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	21.736,85	0,00	21.736,85
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	9.057,98	0,00	9.057,98
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	5.434,59	0,00	5.434,59
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	568,08	0,00	568,08
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	236,77	0,00	236,77
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	142,01	0,00	142,01
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-23.604,18	0,00	-23.604,18
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-9.836,57	0,00	-9.836,57
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-5.901,60	0,00	-5.901,60
91112043102010000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	-179,46	0,00	-179,46
91112043102020000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	-74,78	0,00	-74,78
91112043102030000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	-44,86	0,00	-44,86
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-102.328,95	0,00	-102.328,95
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-42.637,09	0,00	-42.637,09
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-25.582,21	0,00	-25.582,21
91911380001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	-3,07	0,00	-3,07
91911380002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	-1,27	0,00	-1,27
91911380003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	-0,76	0,00	-0,76
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-1,06	0,00	-1,06
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-0,46	0,00	-0,46
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-0,26	0,00	-0,26
<b>SUBTOTAL</b>		<b>9.351.378,81</b>	<b>0,00</b>	<b>9.351.378,81</b>

**TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada** **2.337.844,70**

### 3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	303.418,16	0,00	303.418,16
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	478.357,03	0,00	478.357,03
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.546,43	0,00	12.546,43
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-52.548,44	0,00	-52.548,44
20	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-1,73	0,00	-1,73
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.596.076,66	0,00	1.596.076,66
<b>TOTAL II</b>		<b>2.337.848,11</b>	<b>0,00</b>	<b>2.337.848,11</b>

### 3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	420.049,56	0,00	420.049,56
20	Educação Infantil	298.322,32	0,00	298.322,32
31	Ensino Fundamental	241.160,44	0,00	241.160,44
31	Educação Infantil	399.827,87	0,00	399.827,87
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>1.359.360,19</b>	<b>0,00</b>	<b>1.359.360,19</b>

### 3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais



51701030438680945

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/11/2017 - 16:28:49

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/10/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL II</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
(+) Perda com o FUNDEB		959.738,88	0,00	959.738,88
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		2.660,13	0,00	2.660,13
	% de Aplicação			Valor Aplicado
<b>TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)</b>		<b>24,77</b>		<b>2.316.438,94</b>

### 3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
<b>TOTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

#### 3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	3.415.947,91	0,00	3.415.947,91
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	284.662,31	0,00	284.662,31
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	853.986,49	0,00	853.986,49
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.138.648,84	0,00	1.138.648,84
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	3.743,30	0,00	3.743,30
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	311,94	0,00	311,94
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	935,74	0,00	935,74
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	1.247,68	0,00	1.247,68
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	7.352,89	0,00	7.352,89
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	612,70	0,00	612,70
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.838,20	0,00	1.838,20
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	2.450,90	0,00	2.450,90
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.175.668,84	0,00	1.175.668,84
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	97.972,45	0,00	97.972,45
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	293.917,26	0,00	293.917,26
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	391.889,71	0,00	391.889,71
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	168.000,58	0,00	168.000,58
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	14.000,07	0,00	14.000,07
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	42.000,19	0,00	42.000,19
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	56.000,28	0,00	56.000,28
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	17.517,65	0,00	17.517,65
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.459,83	0,00	1.459,83
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	4.379,47	0,00	4.379,47
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	5.839,25	0,00	5.839,25
<b>SUBTOTAL</b>		<b>7.980.384,48</b>	<b>0,00</b>	<b>7.980.384,48</b>

**Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada** **1.596.076,90**



51701030438680945

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/11/2017 - 16:28:49

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/10/2017

### 3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.596.076,66	0,00	1.596.076,66
<b>TOTAL II</b>		<b>1.596.076,66</b>	<b>0,00</b>	<b>1.596.076,66</b>

### 3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	241.160,44	0,00	241.160,44
31	Educação Infantil	399.827,87	0,00	399.827,87
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>640.988,31</b>	<b>0,00</b>	<b>640.988,31</b>

(+) Perda com o FUNDEB	959.738,88	0,00	959.738,88
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	2.383,94	0,00	2.383,94

	% de Aplicação	Valor Aplicado
<b>TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB</b>	<b>20,03</b>	<b>1.598.343,25</b>

### 3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

#### 3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2017

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13250102000000000000	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	2.383,94	0,00	2.383,94
17240100000000000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	636.337,78	0,00	636.337,78
<b>Total</b>		<b>638.721,72</b>	<b>0,00</b>	<b>638.721,72</b>

<b>Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB</b>	<b>383.233,03</b>
---	-------------------

#### 3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2017

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	234.882,44	0,00	234.882,44
31	Educação Infantil	377.261,87	0,00	377.261,87
<b>TOTAL</b>		<b>612.144,31</b>	<b>0,00</b>	<b>612.144,31</b>

<b>% de Aplicação</b>	<b>95,84</b>
-----------------------	--------------

### 3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

#### 3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2016	2.165,79	0,00	2.165,79
<b>TOTAL</b>	<b>2.165,79</b>	<b>0,00</b>	<b>2.165,79</b>

<b>Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%</b>	<b>108,29</b>
--	---------------

#### 3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2017 (Janeiro - Outubro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	3.924,86	0,00	3.924,86
31	Educação Infantil	8.402,74	0,00	8.402,74



Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		12.327,60	0,00	12.327,60

### 3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

#### 3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	253.887,52	0,00	253.887,52
11120200020000000000	IPTU - MDE	105.788,64	0,00	105.788,64
11120200030000000000	IPTU - ASPS	63.472,63	0,00	63.472,63
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	79.581,32	0,00	79.581,32
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	33.159,61	0,00	33.159,61
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	19.895,62	0,00	19.895,62
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	1.965,56	0,00	1.965,56
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	819,03	0,00	819,03
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	491,39	0,00	491,39
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	2.235,98	0,00	2.235,98
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	931,66	0,00	931,66
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	558,98	0,00	558,98
11120431070100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - PROPRIO	19,80	0,00	19,80
11120431070200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - MDE	8,25	0,00	8,25
11120431070300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - ASPS	4,95	0,00	4,95
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	464,34	0,00	464,34
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	193,52	0,00	193,52
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	116,04	0,00	116,04
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	51.738,17	0,00	51.738,17
11120800020000000000	ITBI - MDE	21.557,61	0,00	21.557,61
11120800030000000000	ITBI - ASPS	12.934,55	0,00	12.934,55
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	338.301,46	0,00	338.301,46
11130501020000000000	ISS - MDE	140.959,84	0,00	140.959,84
11130501030000000000	ISS - ASPS	84.575,51	0,00	84.575,51
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	3.415.947,91	0,00	3.415.947,91
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	284.662,31	0,00	284.662,31
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	853.986,49	0,00	853.986,49
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.138.648,84	0,00	1.138.648,84
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	190.410,55	0,00	190.410,55
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	79.337,73	0,00	79.337,73





51701030438680945

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/11/2017 - 16:28:49

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/10/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	47.602,63	0,00	47.602,63
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	3.743,30	0,00	3.743,30
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	311,94	0,00	311,94
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	935,74	0,00	935,74
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	1.247,68	0,00	1.247,68
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	7.352,89	0,00	7.352,89
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	612,70	0,00	612,70
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.838,20	0,00	1.838,20
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	2.450,90	0,00	2.450,90
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.175.668,84	0,00	1.175.668,84
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	97.972,45	0,00	97.972,45
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	293.917,26	0,00	293.917,26
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	391.889,71	0,00	391.889,71
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	168.000,58	0,00	168.000,58
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	14.000,07	0,00	14.000,07
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	42.000,19	0,00	42.000,19
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	56.000,28	0,00	56.000,28
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	17.517,65	0,00	17.517,65
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.459,83	0,00	1.459,83
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	4.379,47	0,00	4.379,47
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	5.839,25	0,00	5.839,25
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	144,35	0,00	144,35
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	60,30	0,00	60,30
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	36,18	0,00	36,18
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	480,98	0,00	480,98
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	200,72	0,00	200,72
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	120,24	0,00	120,24
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	7.014,80	0,00	7.014,80
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	2.924,02	0,00	2.924,02
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.753,93	0,00	1.753,93
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	159,63	0,00	159,63
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	66,64	0,00	66,64
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	39,95	0,00	39,95
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	21.736,85	0,00	21.736,85
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	9.057,98	0,00	9.057,98
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	5.434,59	0,00	5.434,59
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	568,08	0,00	568,08
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	236,77	0,00	236,77
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	142,01	0,00	142,01
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-23.604,18	0,00	-23.604,18
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-9.836,57	0,00	-9.836,57
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-5.901,60	0,00	-5.901,60
91112043102010000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO -	-179,46	0,00	-179,46





Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	PROPRIO			
91112043102020000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	-74,78	0,00	-74,78
91112043102030000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	-44,86	0,00	-44,86
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-102.328,95	0,00	-102.328,95
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-42.637,09	0,00	-42.637,09
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-25.582,21	0,00	-25.582,21
91911380001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	-3,07	0,00	-3,07
91911380002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	-1,27	0,00	-1,27
91911380003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	-0,76	0,00	-0,76
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-1,06	0,00	-1,06
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-0,46	0,00	-0,46
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-0,26	0,00	-0,26
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>9.351.378,81</b>	<b>0,00</b>	<b>9.351.378,81</b>
<b>TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada</b>				<b>1.402.706,82</b>

### 3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	182.049,67	0,00	182.049,67
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.244.659,98	0,00	1.244.659,98
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.526,90	0,00	7.526,90
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-31.528,67	0,00	-31.528,67
40	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-1,02	0,00	-1,02
<b>TOTAL II</b>		<b>1.402.706,86</b>	<b>0,00</b>	<b>1.402.706,86</b>

### 3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-3.521,70	0,00	-3.521,70
40	Administração Geral	7.547,32	0,00	7.547,32
40	Atenção Básica	2.063.191,15	0,00	2.063.191,15
40	Vigilância Sanitária	4.219,72	0,00	4.219,72
40	Vigilância Epidemiológica	136,39	0,00	136,39
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>2.071.572,88</b>	<b>0,00</b>	<b>2.071.572,88</b>

### 3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL II</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		1.640,48	0,00	1.640,48
<b>SUBTOTAL III</b>		<b>1.640,48</b>	<b>0,00</b>	<b>1.640,48</b>

		% de Aplicação	Valor Aplicado
<b>TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)</b>		<b>22,14</b>	<b>2.069.932,40</b>

### 3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde



Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

#### 4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

##### 4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 2%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1117, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	20 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros

##### 4.2 Avisos Justificados pela Entidade

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1117, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** Recurso 1117 Vinculado a operação de crédito programa PIMES BADESUL contrato nº 055/2015.

#### 5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

##### 5.1 Transparência da Gestão Fiscal

##### 5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	30/03/2017	Átrio da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/03/2017	www.saojoaodopolesine.rs.gov.br
2º Bimestre	Mural	30/05/2017	Átrio da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/05/2017	www.saojoaodopolesine.rs.gov.br
3º Bimestre	Mural	28/07/2017	Átrio da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet	28/07/2017	www.saojoaodopolesine.rs.gov.br
4º Bimestre	Mural	30/09/2017	Átrio da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/09/2017	www.saojoaodopolesine.rs.gov.br
5º Bimestre	Mural	30/11/2017	Átrio da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/11/2017	www.saojoaodopolesine.rs.gov.br

##### 5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2016	17/02/2017	Câmara Municipal de Vereadores
1º Quadrimestre/2017	30/05/2017	Câmara Municipal de Vereadores
2º Quadrimestre/2017	30/09/2017	Câmara Municipal de Vereadores

##### 5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/

Não foram inseridas observações.



### 5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

### 5.3 Metas de Arrecadação

#### RECEITAS CORRENTES

	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.630.092,53	2.368.796,61
2º Bimestre	2.630.092,53	2.129.998,16
3º Bimestre	2.630.092,53	2.333.555,40
4º Bimestre	2.630.092,53	2.767.491,52
5º Bimestre	2.630.092,53	1.967.071,80
6º Bimestre	2.630.091,88	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>15.780.554,53</b>	<b>11.566.913,49</b>

#### RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

	META	REALIZADA
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### RECEITAS DE CAPITAL

	META	REALIZADA
1º Bimestre	436.771,86	64.113,44
2º Bimestre	436.771,86	192.453,49
3º Bimestre	436.771,86	231.877,75
4º Bimestre	436.771,86	1.559,76
5º Bimestre	436.771,86	174.801,80
6º Bimestre	436.771,66	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.620.630,96</b>	<b>664.806,24</b>

#### RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

	META	REALIZADA
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### DEDUÇÕES DA RECEITA

	META	REALIZADA
1º Bimestre	-407.949,98	-412.154,47
2º Bimestre	-407.949,98	-348.197,60
3º Bimestre	-407.949,98	-380.399,75
4º Bimestre	-407.949,98	-356.617,02
5º Bimestre	-407.949,98	-309.657,44
6º Bimestre	-407.950,10	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>-2.447.700,00</b>	<b>-1.807.026,28</b>

#### TOTAL DA RECEITA

	<b>15.953.485,49</b>	<b>10.424.693,45</b>
--	----------------------	----------------------

### 5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

#### 5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão,



aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

## 6. Cadastro de Administradores da Entidade

### 6.1 Administradores da Entidade

#### Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Matione Sonego

CPF: 63594897087

Cargo/Função: Prefeito Municipal

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

Não houve substituições formais no 2º bimestre.

Não houve substituições formais no 3º bimestre.

Não houve substituições formais no 4º bimestre.

Não houve substituições formais no 5º bimestre.

## 7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas  
Programa Autenticador de Dados - PAD Versão: 17.0.0.2

Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE



51701030438680945

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/11/2017 - 16:28:49

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/10/2017

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 27 de Novembro de 2017

CLOVIS COLETTI  
Contabilista

MATIONE SONEGO  
Prefeito Municipal



61708113298729793

## Balanço Patrimonial

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

## a. Quadro Principal

ATIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	1.576.950,97
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	867.451,96
CREDITOS A CURTO PRAZO	532.951,86
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	56.356,50
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	120.190,65
ATIVO NAO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE	14.141.302,81
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	56.530,36
CREDITOS A LONGO PRAZO	56.530,36
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
INVESTIMENTOS	62.262,23
IMOBILIZADO	14.022.510,22
INTANGIVEL	0,00
DIFERIDO	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>15.718.253,78</b>

PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	1.063.639,21
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	74.517,63
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	949.939,99
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	3.626,91
OBRIGACOES DE REPARTICAO A OUTROS ENTES	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	35.554,68
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	537.144,58
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	537.144,58
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.600.783,79</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	0,00
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	0,00
RESERVAS DE LUCROS	0,00
DEMAIS RESERVAS	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	14.117.469,99
(-) ACOES/COTAS EM TESOURARIA	0,00
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>14.117.469,99</b>
<b>TOTAL</b>	<b>15.718.253,78</b>

Processo  
05187-0200/17-2Página da  
peça  
1Peça  
850829DOCUMENTO  
PUBLICO



61708113298729793

## Balanço Patrimonial

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

## b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO (I)	
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>870.128,70</b>
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo F	870.128,70
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>14.848.125,08</b>
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo P	14.848.125,08
<b>TOTAL</b>	<b>15.718.253,78</b>

PASSIVO (II)	
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>1.150.282,21</b>
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo F	1.063.639,21
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo F	0,00
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	0,00
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	86.643,00
<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>537.144,58</b>
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo P	0,00
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo P	537.144,58
<b>TOTAL</b>	<b>1.687.426,79</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL (I - II)</b>	<b>14.030.826,99</b>

## c. Quadro das Contas de Compensações

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>

## d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Código do Recurso	Descrição	Valor
1	RECURSO LIVRE	-441.410,18
20	M.D.E	358,44
31	FUNDEB	6.655,08
40	ASPS	-405.748,74
1006	PDDE	1.115,93
1007	PNAE MERENDA ESCOLAR	2.772,94
1011	TRANSPORTE ESCOLAR - ESTADO	3.377,04

Assinado digitalmente por: MATIONE SONEGO em 22/01/18 e CLOVIS COLETTTO em 22/01/18.

22/01/2018 a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: 5B13.436E.DCC5.830E.98F0.





61708113298729793



22 / 01 / 2018 - 17 : 24 : 43

Página  
98Processo  
05187-0200/17-2Página da  
peça  
3Peça  
850829DOCUMENTO  
PÚBLICO

## Balanço Patrimonial

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

Código do Recurso	Descrição	Valor
1048	TRANSPORTE ESCOLAR - FEDERAL	18.601,86
1052	RECURSO DO CIDE	342,98
1055	REC DO DNPM/CFEM	303,75
1059	COTA-PARTE SALARIO EDUCACAO FEDERAL-QSE	3.879,04
1066	PROGRAMA SOCIAL BASICO-FAMILIA PAIF	11.750,34
1072	RECURSO SEAS-OASF	4.411,87
1081	IGD - BOLSA FAMILIA	35.399,33
1094	PRODESA	13.773,62
1103	REC ALIENACAO DE BENS DO MDE	46.576,09
1105	REC ALIENACAO DE BENS DAS DEMAIS SECRETARIAS	51.843,55
1109	REC FNAS IGD SUAS	14.233,46
1121	alienacao de bens imoveis rec nao vinculado	4.293,26
4002	REC ALIENACAO DE BENS ASPS	30.555,00
4011	INCENTIVO ATENCAO BASICA	11.480,99
4050	FARMACIA BASICA - ESTADO	627,64
4080	PACS - ESTADUAL	234,23
4090	PSF - ESTADO	6.404,70
4160	PIM	4.333,98
4230	Incentivo Custeio Hospitalar portaria 906/2015	17,20
4302	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS SAUDE - ESTADO	42.847,12
4510	PAB FIXO - FEDERAL	280,94
4520	PSF - FEDERAL	10.212,35
4521	MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE -PMAQ	55.925,99
4530	PACS - FEDERAL	3.539,83
4540	SAUDE BUCAL	3.105,06
4590	TETO FINANCEIRO-SIA-SUS/SERVICOS HOPITALAR	765,94
4710	TETO FINANCEIRO EPIDEMIOLOGIO E AMBIENTAL FEDERAL	12.959,51
4760	PISO ATENCAO BASICA EM VISA ESTRUTURANTE	6.529,57
4770	FARMACIA BASICA FIXA E VARIAVEL	4.066,48
4929	Acoes de Alimentacao e Nutricao (VAN)	3.017,08
4931	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS SAUDE - UNIAO	149.004,14
8001	REC RETENCAO (EXTRA-ORCAMNETARIA)	1.409,08
Total		-280.153,51



61708113298729793

## Balanco Patrimonial

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

## e. Notas Explicativas

Nota 1?Contexto Operacional: o Município de São João do Polêsine, entidade jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto pelo Gabinete do Prefeito, por 6 Secretarias Municipais, 3 Fundos Especiais e o Poder Legislativo. Nota 2? Apresentação das Demonstrações Contábeis: o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes. Nota 3?Caixa e Equivalente de Caixa: Em 2017, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 867.451,96. Nota 4?Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazos: Especificamente em relação à dívida ativa, os valores a curto prazo, foram estimados pela média percentual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios e o longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa. Já o ajuste a valor recuperável dos créditos inscritos na dívida ativa, foi efetuado considerando a média ponderada dos recebimentos de cada tributo/crédito em relação aos respectivos montantes inscritos nos três últimos exercícios, obtendo-se, assim, percentual médio de recebimentos. Nota 5?Investimentos: os Investimentos compreendem as participações permanentes em Consórcios Públicos. O valor é composto pela participação no Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado/RS?CI/Centro no valor de R\$ 6.517,26, e pela participação no Consórcio CONDESUS no valor de R\$ 55.744,97 e é mensurado pelo método de equivalência patrimonial. Nota 6?Estoques: Em 2017, o Estoque para utilização própria apresentou um saldo final de R\$ 120.190,65, assim distribuído: material de consumo R\$ 101.992,82; Gêneros Alimentícios R\$ 10,69; medicamentos e materiais hospitalares R\$ 161,57 e Material de Expediente R\$ 18.025,57. Nota 7?Imobilizado?Bens Móveis: os saldos apresentados correspondem aos valores escriturados na conta 1.2.3.1.0.00 no valor de R\$ 3.446.546,77 constantes no inventário geral realizado em 31.12.2017. Nota 8?Imobilizado?Bens Imóveis: Visando espelhar a realidade patrimonial para elaboração do Balanço, escriturados na conta 1.2.3.2.0.00 no valor de R\$10.575.963,45 em 31.12.2017. Nota 9?Obrigações Trab., Prev. E assistenciais a Pagar a Curto e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações a recolher ao Regime Geral de Previdência Social no valor de R\$ 74.517,63. Nota 10?Empréstimos e Financiamentos a Curto e Longo Prazo: os saldos são apresentados pelos valores líquidos de obrigações, devidamente ajustado em 31/12/2017 no valor de R\$ 537.144,58. Nota 11?Fornecedores e Contas a Pagar a Curto e a Longo Prazo: compreende os valores inscritos em restos a pagar processados no valor de R\$ 949.939,99. Nota 12?Obrigações Fiscais a Curto e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações relativas a impostos devidas a União no valor de R\$ 3.626,91. Nota 13?Demais Obrigações a Curto Prazo e a Longo Prazo: compreende o valor de consignações restituíveis, sendo no valor de R\$ 35.325,14 refere-se a INSS a recolher e o valor de R\$ 229,54 a IRRF a repassar. Nota 14?Dívida Flutuante: conforme o art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64 a Dívida Flutuante de 2017 totalizou em R\$ 1.063.639,21, correspondendo, na ótica da Lei Federal nº 4.320/64 ao Passivo Financeiro. Nota 15?Patrimônio: Após apuração do resultado do exercício, que evidenciou um superávit acumulado de R\$ 14.117.469,99, o Patrimônio Líquido apresentou um acréscimo de 4,65% em relação ao ano de 2016. Nota 12?Ajustes de Exercício Anteriores: Nesta rubrica encontra-se registrado o saldo devedor de R\$ 991,17. Resultante principalmente de ajuste de estorno de crédito a receber, no Sistema de Arrecadação.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE , 22 de Janeiro de 2018

Gestor responsável pelo período de 01/01/2017 a 31/12/2017 - Matione Sonego - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos

CLOVIS COLETTTO  
ContabilistaMATIONE SONEGO  
Prefeito Municipal



## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2017  
Período: 2º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



51704110240096222

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
	23/01/2018
	09:29:14
3.0.0.9	Pág.: 1/5

Nome da Entidade: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

CNPJ: 94444247000140

ORGÃO Nº: 80500

Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 61702113298729793 (Modelo 9)

É Encerramento de Mandato? Não

Possui RPPS? Não

Lei de Instituição do Controle Interno: 750

Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 15/10/2014

Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 784

Data da Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 29/03/2016

### Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

#### - Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
30375002049	Delisete Maria Benetti Vizzotto	Portaria Nº 327/2014	controleinterno@saojoaodopolesine.rs.gov.br	(55) 3269-1155

#### - Demais Integrantes do Controle Interno

CPF	NOME
56254440059	Luiz Carlos Cera
2195167076	Francine Taís Krummenauer

#### - Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

**Observações:** A funcionária Francine Tais Krumenauer conforme portaria 172/2017

### 1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre do exercício atual, em audiência pública, realizada Câmara Municipal de Vereadores dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 5 - Disponibilização dos Estudos e Estimativas das Receitas

O Poder Executivo colocou à disposição do Poder Legislativo Municipal em 25/10/2017, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da Receita Corrente Líquida, bem como as respectivas memórias de cálculo, observando o prazo mínimo de trinta dias antes do prazo final de encaminhamento da proposta orçamentária, conforme definido no § 3º do artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 9 - Operações de Crédito



## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2017  
Período: 2º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



51704110240096222

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
	23/01/2018
	09:29:14
3.0.0.9	Pág.: 2/5

As operações de crédito e as inscrições em Restos a Pagar foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 2º Semestre de 2017, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 2º Semestre de 2017 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

O Poder Executivo aplicou, no 2º Semestre de 2017, a receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa de capital.

A receita de capital foi vinculada a recurso específico, código(s) 4002,1103,1105,1121.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

A contabilidade identifica os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, possibilitando a observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 15 - Renúncia de Receita

No 2º Semestre de 2017 houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

**Observações:** A renúncia de receita tem o amparo legal de acordo com lei 643/2010

### 16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.



## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2017  
Período: 2º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



51704110240096222

Considerando que o município possui menos de 50.000 habitantes, o Poder Executivo poderá optar pela publicação do RREO no jornal ou pela afixação no Mural, sendo obrigatória a disponibilização via Internet.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Foi observado o prazo?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Foram observados os modelos da STN?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 2º Semestre de 2017, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 2º Semestre de 2017.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 2º Semestre de 2017.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 19 - Instituição, Previsão e Efetiva Arrecadação de Tributos

Houve a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do Município.

As previsões de receita observaram as normas técnicas e legais, consideraram os efeitos das alterações da legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e foram acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 22 - Equilíbrio Financeiro



## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2017  
Período: 2º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



51704110240096222

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/01/2018

09:29:14

3.0.0.9

Pág.: 4/5

Na análise do Saldo de Restos a Pagar por recursos vinculados do Poder Executivo, constatou-se a inexistência de recursos financeiros para a cobertura dos mesmos.

Analisando-se a evolução dos restos a pagar por recursos vinculados e das disponibilidades financeiras existentes no encerramento do exercício, constata-se que a insuficiência de R\$ 377.299,04 apurada ao final desse exercício, correspondente a 36,90% do total dos Restos a Pagar, foi superior àquela apurada no exercício imediatamente anterior, fato que demonstra a situação de Desequilíbrio Financeiro da entidade, restando comprovada a não adoção de medidas suficientes para a busca do equilíbrio das contas públicas, não atendendo o disposto no § 1º do art. 1º da LRF.

**Observações:** Ponderamos que o total de restos a pagar inscritos com insuficiência financeira teve um acréscimo de 4,53% em relação ao inscrito no final de 2016 que representa em valores R\$ 16.365,44. Em relação à RCL o total de restos a pagar inscritos com insuficiência financeira no final do exercício de 2017 representa 2,89%, não comprometendo o equilíbrio das contas públicas.

### 23 - Informações sobre Inativos e Pensionistas

O Município paga complementação de aposentadorias, sendo 7 o número total de inativos originários do Poder Executivo que recebem tal complementação.

O número total de inativos que passaram a receber complementação de proventos no exercício é de 1 originários do Poder Executivo.

O número total de inativos pagos pelo Tesouro Municipal é 8, sendo que 1 inativações foram concedidas no período.

O total de pensões não-compensáveis pagas pelo Tesouro Municipal é 1.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 24 - Contribuição para Custeio de Despesas de Outros Entes da Federação

O município não contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros Entes da Federação no exercício de 2017.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

As informações foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em atendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, a partir do dia 27/05/2013.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 26 - Sistema de controle de custos

A Administração Pública mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

Nada a declarar!



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2017  
Período: 2º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



3.0.0.9

23/01/2018  
09:29:14  
Pág.: 5/5

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 23/01/2018

MATIONE SONEGO  
Prefeito Municipal

Delisete Maria Benetti Vizzotto  
Responsável pelo Controle Interno





61710113298729793

22 / 01 / 2018 -  
17 : 24 : 43

## Demonstração das Variações Patrimoniais

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140 01/01/2017 a 31/12/2017

## a. Variações Patrimoniais

Conta	Valor
<b>VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA</b>	<b>14.871.569,66</b>
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA</b>	<b>1.244.779,79</b>
IMPOSTOS	1.187.314,97
TAXAS	57.257,90
CONTRIBUICOES DE MELHORIA	206,92
<b>CONTRIBUICOES</b>	<b>69.857,01</b>
CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	0,00
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA	69.857,01
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00
<b>EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS</b>	<b>209.335,37</b>
VENDA DE MERCADORIAS	0,00
VENDA DE PRODUTOS	0,00
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	209.335,37
<b>VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>78.889,76</b>
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	37.638,78
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	41.250,98
APORTES DO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	0,00
<b>TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS</b>	<b>13.023.116,96</b>
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	10.470,49
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	12.999.096,47
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	13.550,00
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00
<b>VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS</b>	<b>145.752,79</b>
REAVALIACAO DE ATIVOS	107.288,65
GANHOS COM ALIENACAO	15.919,96
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	19.400,00
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	3.144,18
REVERSAO DE REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL	0,00
<b>OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>99.837,98</b>
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	18.869,92
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES	0,00
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS	0,00
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	80.968,06
<b>VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA</b>	<b>14.242.448,25</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS</b>	<b>6.096.318,98</b>
REMUNERACAO A PESSOAL	4.847.354,52
ENCARGOS PATRONAIS	981.749,50
BENEFICIOS A PESSOAL	267.214,96
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00
<b>BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS</b>	<b>524.291,60</b>
APOSENTADORIAS E REFORMAS	107.834,43
PENSOES	35.758,71



61710113298729793

## Demonstração das Variações Patrimoniais

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140 01/01/2017 a 31/12/2017

Conta	Valor
BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA	0,00
BENEFICIOS EVENTUAIS	0,00
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA	0,00
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	380.698,46
<b>USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>	<b>4.337.796,42</b>
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.000.478,46
SERVICOS	3.337.317,96
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	0,00
<b>VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>94.174,22</b>
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	78.757,20
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	15.417,02
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00
<b>TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS</b>	<b>2.599.727,82</b>
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	662.000,00
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	1.937.727,82
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	0,00
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00
<b>DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS</b>	<b>275.560,97</b>
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	185.437,51
PERDAS COM ALIENACAO	77.576,90
PERDAS INVOLUNTARIAS	0,00
INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	12.546,56
<b>TRIBUTARIAS</b>	<b>177.168,53</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUICOES	177.168,53
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS</b>	<b>0,00</b>
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	0,00
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS	0,00
CUSTO DE SERVICOS PRESTADOS	0,00
<b>OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>137.409,71</b>
PREMIACOES	1.783,56
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES	34.154,40
INCENTIVOS	0,00
SUBVENCOES ECONOMICAS	0,00
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES	0,00
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISÕES	0,00
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	101.471,75
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>629.121,41</b>



## Demonstração das Variações Patrimoniais

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140 01/01/2017 a 31/12/2017

## b. Notas Explicativas

Nota 1 ? Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: em relação a esse item cabe destacar que, em razão do processo de convergência aos padrões de contabilidade estabelecido pelas NBCASP, e de acordo com o MCASP, foram efetuados vários ajustes para a adoção do valor de mercado para bens do ativo, e alienação de bens com ganhos de incorporação e desincorporação que resultou no valor de R\$ 145.752,79.

Nota 2 ? Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, os registros nesse item somaram R\$ 99.837,98. Onde os valores mais expressivos compreendem: a Terceirização da folha de pagamento dos Agentes Públicos no valor de R\$ 33.468,48; e ajustes de saldos da Dívida Ativa de Curto e Longo Prazo referente a integração entre os Sistemas de Arrecadação e Contabilidade, no valor de R\$ 34.359,60.

Nota 3 ? Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos: em função da continuidade do cumprimento da implantação dos procedimentos contábeis relativos às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no âmbito do Governo Municipal, nesse item, os registros de reavaliação do Ativo Imobilizado, somaram R\$ 185.437,51, as perdas com alienação representou o valor de R\$ 77.576,90 e no item ?Desincorporação de Ativos? apresentou a soma de R\$ 12.546,56.

Nota 4 ? Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado negativo da equivalência patrimonial, dos consórcios CI/Centro e Condesus os registros nesse item somaram R\$ 34.154,40. Também se destacam nesse item, as VPD de ajuste entre as integrações dos Sistemas Patrimonial e Arrecadação com o sistema de Contabilidade que somam R\$ 81.173,61. Outro valor constante neste item é o pagamento de Sentença Judicial no valor de R\$ 74.486,78.

Nota 5 ? Resultado Patrimonial do Período: como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi positivo de R\$ 629.121,41.

Nota 6 ? Origem e destinação dos recursos provenientes de alienação de ativos: em cumprimento ao disposto no art. 50, VI da Lei Complementar nº 101/2000, demonstra-se a seguir a origem e o destinado dos recursos provenientes de alienação de ativos ocorrida no exercício, tendo em vista tratar-se de recursos vinculados, nos termos do art. 44 da referida Lei Complementar. No exercício de 2017 ocorreu a alienação de bens móveis no valor de R\$ 230.255,00 e a realização de despesa de investimento no valor de R\$ 118.963,00.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE , 22 de Janeiro de 2018

Gestor responsável pelo período de 01/01/2017 a 31/12/2017 - Matione Sonego - Prefeito Municipal

## Responsáveis pela entrega dos documentos

CLOVIS COLETTI  
ContabilistaMATIONE SONEGO  
Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

## 1. Informações da Entidade

### 1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94444247000140

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017 - 6º Bimestre

Tipo de entrega: Semestral

Prefeitura: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Logradouro: Rua Guilherme Albertti

nr: 1631

compl: Predio

Telefone: (55) 3269-1155

HomePage: www.saojoaodopolesine.rs.gov.br

E-Mail: prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br

Prefeito Municipal: MATIONE SONEGO

Contabilista: CLOVIS COLETTI

Número do CRC: 46331

### 1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: dueto@duetotecnologia.com.br

### 1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil  
☒ Financeiro  
☒ Patrimonial  
☒ Pessoal  
☒ Orçamentário  
☒ Tributário  
☒ Folha de Pagamento  
☐ Outros  
☐ Nenhum

### 1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
1509149000163	CONDESUS QUARTA COLONIA
94446804000162	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

### 1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

### 1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

## 2. Informações Contábeis



61701113298729793

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



22/01/2018 - 17:24:43

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

## 2.1 Contas de Receita

### 2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	1.445.300,00	1.446.185,54
RECEITA DE CONTRIBUICOES	100.000,00	69.857,01
RECEITA PATRIMONIAL	43.800,00	67.352,62
RECEITA DE SERVICOS	325.700,00	192.629,58
TRANSFERENCIAS CORRENTES	13.645.654,53	12.306.495,43
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	220.100,00	129.074,82
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>15.780.554,53</b>	<b>14.211.595,00</b>
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITAS DE CAPITAL		
OPERACOES DE CREDITO	150.000,00	202.902,38
ALIENACAO DE BENS	120.000,00	230.255,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.345.430,96	411.017,36
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.200,00	10.822,14
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.620.630,96</b>	<b>854.996,88</b>
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DEDUÇÕES DE RECEITA</b>	<b>-2.447.700,00</b>	<b>-2.180.836,66</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>15.953.485,49</b>	<b>12.885.755,22</b>

## 2.2 Contas de Despesa

### 2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	15.290.285,49
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	1.682.941,89
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	1.305.900,00
<b>DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES</b>	<b>15.667.327,38</b>
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	12.291.462,92
Liquidado	12.204.819,92
Pago	11.296.227,11



<b>SALDO A LIQUIDAR</b>	<b>86.643,00</b>
<b>SALDO A PAGAR</b>	<b>908.592,81</b>

<b>DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>VALOR</b>
Empenhado	1.183.926,58
Liquidado	1.183.926,58
Pago	1.064.434,86
<b>SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO</b>	<b>119.491,72</b>

#### 2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

#### ORIGEM DO RECURSO

Excesso de Arrecadação	147.035,47
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	1.305.900,00
Superávit Financeiro	230.006,42
<b>TOTAL</b>	<b>1.682.941,89</b>

#### 2.3 Contas de Verificação

##### 2.3.1 Resumo por Grupos

	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
ATIVO CIRCULANTE	1.193.039,77D	1.576.950,97D
ATIVO NAO CIRCULANTE	13.939.124,96D	14.141.302,81D
PASSIVO CIRCULANTE	1.148.002,27C	1.063.639,21C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	494.822,71C	537.144,58C
PATRIMONIO LIQUIDO	13.489.339,75C	13.488.348,58C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	6.096.318,98D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	524.291,60D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	4.337.796,42D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	94.174,22D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	2.599.727,82D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	275.560,97D
TRIBUTARIAS	0,00	177.168,53D
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	137.409,71D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	1.244.779,79C
CONTRIBUICOES	0,00	69.857,01C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	209.335,37C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	78.889,76C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	13.023.116,96C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	145.752,79C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	99.837,98C

##### 2.3.3 Disponibilidade Financeira

<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	1.200,61D	1.232,48D
Bancos Conta Movimento	673.336,56D	768.302,86D
Bancos Conta Aplicação	146.250,00D	97.916,62D



61701113298729793

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



22/01/2018 - 17:24:43

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL PODER EXECUTIVO</b>	<b>820.787,17D</b>	<b>867.451,96D</b>
<b>RPPS</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>OUTROS</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL OUTROS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>820.787,17D</b>	<b>867.451,96D</b>

#### 2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	1.839.624,65	1.569.756,71	1.189.517,50
2º Bimestre	2.749.660,30	1.848.035,69	1.626.607,71
3º Bimestre	1.782.303,45	2.157.310,49	1.942.081,81
4º Bimestre	2.114.225,30	2.151.015,97	2.157.066,82
5º Bimestre	1.667.451,37	1.987.576,16	1.719.939,36
6º Bimestre	2.023.764,32	2.463.334,37	2.652.920,22

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	14.775.923,11	14.240.135,75
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.664.480,00	691.618,71
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

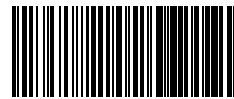
DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-2.296.420,00	-2.171.280,01
<b>TOTAL CONTAS DE RECEITA</b>	<b>15.143.983,11</b>	<b>12.760.474,45</b>

#### 2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

##### Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				





Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

3. Índices Constitucionais

3.1.3 - Receita do Município - Base de cálculo do inciso VII do artigo 29 da CF

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
10000000000000000000	RECEITAS CORRENTES	14.211.595,00	0,00	14.211.595,00
20000000000000000000	RECEITAS DE CAPITAL	854.996,88	0,00	854.996,88
91000000000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-2.176.921,53	0,00	-2.176.921,53
92000000000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS DE CAPITAL	-3.915,13	0,00	-3.915,13
SELEÇÃO AUTOMÁTICA DEDUÇÕES DA RECEITA				
17213301010100000000	PISO DE ATENCAO BASICA -PAB FIXO	66.872,04	0,00	66.872,04
17213301020100000000	PROGRAMA AGENTES COMUNITARIO SAUDE-PACS	79.092,00	0,00	79.092,00
17213301020200000000	PROGRAMA SAUDE BUCAL - REC.FEDERAL	28.990,00	0,00	28.990,00
17213301020300000000	PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA-PSF	52.056,00	0,00	52.056,00
17213301020400000000	PROG MELHORIA DO ACESSO E DA QUAL PMAQ	132.000,00	0,00	132.000,00
17213301020500000000	ROGRAMA SAUDE NA ESCOLA (RAB-SESC-SM)	5.722,99	0,00	5.722,99
17213303020100000000	PISO FIXO VIGILANCIA EM SAUDE	28.711,77	0,00	28.711,77
17213303030100000000	ACOES ESTRUTURANTES VIGILANCIA SANITARIA	15.254,70	0,00	15.254,70
17213304010000000000	PROGR. DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASIC	14.385,96	0,00	14.385,96
17213403000000000000	PROGR. DE ATENCAO INTEGRAL FAMILIA-PAIF	72.000,00	0,00	72.000,00
17213404000000000000	REC.PROGRAMA BOLSA FAMILIA-IGD	17.160,00	0,00	17.160,00
17213407000000000000	REC FNAS IGD SUAS	9.000,00	0,00	9.000,00
17213501000000000000	TRANSFERENCIA DO SALARIO-EDUCACAO	63.623,73	0,00	63.623,73
17213502000000000000	TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	3.310,00	0,00	3.310,00
17213503000000000000	TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACAO ESCOLAR - PNAE	24.499,00	0,00	24.499,00
17213504000000000000	TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	33.912,06	0,00	33.912,06
17223301000000000000	PROGRAMA FARMACIA BASICA-ESTADUAL	3.282,78	0,00	3.282,78
17223306000000000000	PROGRAMA PACS - AGENTE DE SAUDE	6.084,00	0,00	6.084,00
17223307000000000000	PROOGRAMA 1a INFANCIA MELHOR - PIM	15.000,00	0,00	15.000,00
17223308000000000000	PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF	30.000,00	0,00	30.000,00
17223311000000000000	RECURSO INCENTIVO A ATENCAO BASICA	40.485,00	0,00	40.485,00
17223313000000000000	RECEITA GOV EST FMS OFICINAS TERAPEUTICA	15.000,00	0,00	15.000,00
17223316000000000000	Prog. Farmacia Bas.Estadual Dispensacao	19.650,00	0,00	19.650,00
17620200010000000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS PARA O	349.179,40	0,00	349.179,40



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	TRANSPORTE ESCOLAR			
24710102000000000000	Receita Aquisicao de Equipamento p/UBS	147.600,00	0,00	147.600,00
24710103000000000000	Programa de Finac das Acoes de Alimentacao e Nutricao (VAN)	3.000,00	0,00	3.000,00
24719900070000000000	REC MINISTERIO DA AGRIC.PECAR.ABAST.	97.500,00	0,00	97.500,00
24720102000000000000	AQUISICAO DE EQUIPAM. HOSPITAL MUNICIPAL	162.917,36	0,00	162.917,36
92472010200000000000	Deducao - AQUISICAO DE EQUIPAM. HOSPITAL MUNICIPAL	-461,02	0,00	-461,02
<b>Subtotal</b>		<b>11.349.927,45</b>	<b>0,00</b>	<b>11.349.927,45</b>
	(+) Perda com o FUNDEB	1.172.626,88	0,00	1.172.626,88
<b>TOTAL</b>		<b>12.522.554,33</b>	<b>0,00</b>	<b>12.522.554,33</b>

### 3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

#### 3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	260.533,53	0,00	260.533,53
11120200020000000000	IPTU - MDE	108.558,09	0,00	108.558,09
11120200030000000000	IPTU - ASPS	65.134,28	0,00	65.134,28
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	102.126,06	0,00	102.126,06
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	42.553,42	0,00	42.553,42
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	25.531,84	0,00	25.531,84
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	2.577,35	0,00	2.577,35
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	1.073,96	0,00	1.073,96
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	644,34	0,00	644,34
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	2.251,32	0,00	2.251,32
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	938,05	0,00	938,05
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	562,82	0,00	562,82
11120431070100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - PROPRIO	19,80	0,00	19,80
11120431070200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - MDE	8,25	0,00	8,25
11120431070300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - ASPS	4,95	0,00	4,95
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	648,82	0,00	648,82
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	270,40	0,00	270,40
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	162,14	0,00	162,14
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	57.172,28	0,00	57.172,28
11120800020000000000	ITBI - MDE	23.821,83	0,00	23.821,83
11120800030000000000	ITBI - ASPS	14.293,07	0,00	14.293,07
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	410.122,42	0,00	410.122,42
11130501020000000000	ISS - MDE	170.885,51	0,00	170.885,51
11130501030000000000	ISS - ASPS	102.530,73	0,00	102.530,73
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	4.151.397,09	0,00	4.151.397,09



61701113298729793

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



22/01/2018 - 17:24:43

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	345.949,72	0,00	345.949,72
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	1.037.848,69	0,00	1.037.848,69
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.383.798,46	0,00	1.383.798,46
17210103010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - PROPRIO	184.553,89	0,00	184.553,89
17210103020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - MDE	76.897,46	0,00	76.897,46
17210103030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - ASPS	46.138,47	0,00	46.138,47
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	190.410,55	0,00	190.410,55
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	79.337,73	0,00	79.337,73
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	47.602,63	0,00	47.602,63
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	3.794,08	0,00	3.794,08
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	316,17	0,00	316,17
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	948,42	0,00	948,42
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	1.264,58	0,00	1.264,58
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	8.823,47	0,00	8.823,47
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	735,24	0,00	735,24
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	2.205,84	0,00	2.205,84
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	2.941,08	0,00	2.941,08
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.424.892,23	0,00	1.424.892,23
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	118.741,07	0,00	118.741,07
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	356.223,11	0,00	356.223,11
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	474.964,19	0,00	474.964,19
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	192.198,77	0,00	192.198,77
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	16.016,59	0,00	16.016,59
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	48.049,75	0,00	48.049,75
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	64.066,36	0,00	64.066,36
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	21.524,39	0,00	21.524,39
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.793,72	0,00	1.793,72
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	5.381,14	0,00	5.381,14
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	7.174,84	0,00	7.174,84
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	740,45	0,00	740,45
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	309,01	0,00	309,01
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	185,36	0,00	185,36
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	720,71	0,00	720,71
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	300,70	0,00	300,70
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	180,20	0,00	180,20
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	7.815,58	0,00	7.815,58
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	3.257,75	0,00	3.257,75



61701113298729793

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



22/01/2018 - 17:24:43

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.954,08	0,00	1.954,08
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	177,82	0,00	177,82
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	74,23	0,00	74,23
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	44,49	0,00	44,49
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	23.353,62	0,00	23.353,62
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	9.731,73	0,00	9.731,73
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	5.838,80	0,00	5.838,80
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	593,12	0,00	593,12
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	247,21	0,00	247,21
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	148,25	0,00	148,25
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-23.604,66	0,00	-23.604,66
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-9.836,78	0,00	-9.836,78
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-5.901,72	0,00	-5.901,72
91112043102010000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	-179,46	0,00	-179,46
91112043102020000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	-74,78	0,00	-74,78
91112043102030000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	-44,86	0,00	-44,86
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-121.676,26	0,00	-121.676,26
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-50.698,48	0,00	-50.698,48
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-30.419,04	0,00	-30.419,04
91911380001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	-12,47	0,00	-12,47
91911380002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	-5,18	0,00	-5,18
91911380003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	-3,10	0,00	-3,10
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-1,89	0,00	-1,89
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-0,81	0,00	-0,81
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-0,47	0,00	-0,47
<b>SUBTOTAL</b>		<b>11.501.628,14</b>	<b>0,00</b>	<b>11.501.628,14</b>

**TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada** **2.875.407,04**

**3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados**

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	348.109,51	0,00	348.109,51
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	639.787,70	0,00	639.787,70
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.920,63	0,00	13.920,63
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-60.610,04	0,00	-60.610,04
20	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-5,99	0,00	-5,99
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.934.209,51	0,00	1.934.209,51
<b>TOTAL II</b>		<b>2.875.411,32</b>	<b>0,00</b>	<b>2.875.411,32</b>

**3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados**

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	546.413,50	0,00	546.413,50
20	Educação Infantil	431.019,20	0,00	431.019,20
31	Ensino Fundamental	287.505,78	0,00	287.505,78



Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Educação Infantil	469.930,40	0,00	469.930,40
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>1.734.868,88</b>	<b>0,00</b>	<b>1.734.868,88</b>

### 3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL II</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
(+) Perda com o FUNDEB		1.172.626,88	0,00	1.172.626,88
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		2.834,25	0,00	2.834,25
	% de Aplicação			Valor Aplicado
<b>TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)</b>		<b>25,25</b>		<b>2.904.661,51</b>

### 3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
<b>TOTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

#### 3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	4.151.397,09	0,00	4.151.397,09
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	345.949,72	0,00	345.949,72
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	1.037.848,69	0,00	1.037.848,69
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.383.798,46	0,00	1.383.798,46
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	3.794,08	0,00	3.794,08
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	316,17	0,00	316,17
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	948,42	0,00	948,42
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	1.264,58	0,00	1.264,58
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	8.823,47	0,00	8.823,47
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	735,24	0,00	735,24
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	2.205,84	0,00	2.205,84
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	2.941,08	0,00	2.941,08
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.424.892,23	0,00	1.424.892,23
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	118.741,07	0,00	118.741,07
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	356.223,11	0,00	356.223,11
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	474.964,19	0,00	474.964,19
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	192.198,77	0,00	192.198,77
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	16.016,59	0,00	16.016,59
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	48.049,75	0,00	48.049,75
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	64.066,36	0,00	64.066,36
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	21.524,39	0,00	21.524,39
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.793,72	0,00	1.793,72



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	5.381,14	0,00	5.381,14
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	7.174,84	0,00	7.174,84
<b>SUBTOTAL</b>		<b>9.671.049,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.671.049,00</b>
<b>Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada</b>				<b>1.934.209,80</b>

### 3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.934.209,51	0,00	1.934.209,51
<b>TOTAL II</b>		<b>1.934.209,51</b>	<b>0,00</b>	<b>1.934.209,51</b>

### 3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	287.505,78	0,00	287.505,78
31	Educação Infantil	469.930,40	0,00	469.930,40
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>757.436,18</b>	<b>0,00</b>	<b>757.436,18</b>
(+) Perda com o FUNDEB		1.172.626,88	0,00	1.172.626,88
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		2.508,63	0,00	2.508,63
		% de Aplicação		Valor Aplicado
<b>TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB</b>		<b>19,93</b>		<b>1.927.554,43</b>

### 3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

#### 3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2017

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13250102000000000000	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	2.508,63	0,00	2.508,63
17240100000000000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	761.582,63	0,00	761.582,63
<b>Total</b>		<b>764.091,26</b>	<b>0,00</b>	<b>764.091,26</b>
<b>Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB</b>				<b>458.454,76</b>

#### 3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2017

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	279.557,78	0,00	279.557,78
31	Educação Infantil	442.124,40	0,00	442.124,40
<b>TOTAL</b>		<b>721.682,18</b>	<b>0,00</b>	<b>721.682,18</b>
<b>% de Aplicação</b>				<b>94,45</b>

### 3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

#### 3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2016	2.165,79	0,00	2.165,79
<b>TOTAL</b>	<b>2.165,79</b>	<b>0,00</b>	<b>2.165,79</b>





Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%

**108,29**

**3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2017 (Janeiro - Dezembro)**

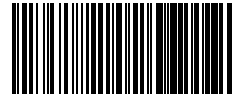
Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	3.924,86	0,00	3.924,86
31	Educação Infantil	8.402,74	0,00	8.402,74
<b>TOTAL</b>		<b>12.327,60</b>	<b>0,00</b>	<b>12.327,60</b>

**3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS**

**3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas**

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	260.533,53	0,00	260.533,53
11120200020000000000	IPTU - MDE	108.558,09	0,00	108.558,09
11120200030000000000	IPTU - ASPS	65.134,28	0,00	65.134,28
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	102.126,06	0,00	102.126,06
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	42.553,42	0,00	42.553,42
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	25.531,84	0,00	25.531,84
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	2.577,35	0,00	2.577,35
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	1.073,96	0,00	1.073,96
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	644,34	0,00	644,34
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	2.251,32	0,00	2.251,32
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	938,05	0,00	938,05
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	562,82	0,00	562,82
11120431070100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - PROPRIO	19,80	0,00	19,80
11120431070200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - MDE	8,25	0,00	8,25
11120431070300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - ASPS	4,95	0,00	4,95
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	648,82	0,00	648,82
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	270,40	0,00	270,40
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	162,14	0,00	162,14
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	57.172,28	0,00	57.172,28
11120800020000000000	ITBI - MDE	23.821,83	0,00	23.821,83
11120800030000000000	ITBI - ASPS	14.293,07	0,00	14.293,07
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	410.122,42	0,00	410.122,42
11130501020000000000	ISS - MDE	170.885,51	0,00	170.885,51
11130501030000000000	ISS - ASPS	102.530,73	0,00	102.530,73
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	4.151.397,09	0,00	4.151.397,09
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	345.949,72	0,00	345.949,72
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	1.037.848,69	0,00	1.037.848,69





61701113298729793

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



22/01/2018 - 17:24:43

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.383.798,46	0,00	1.383.798,46
17210103010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - PROPRIO	184.553,89	0,00	184.553,89
17210103020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - MDE	76.897,46	0,00	76.897,46
17210103030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - ASPS	46.138,47	0,00	46.138,47
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	190.410,55	0,00	190.410,55
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	79.337,73	0,00	79.337,73
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	47.602,63	0,00	47.602,63
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	3.794,08	0,00	3.794,08
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	316,17	0,00	316,17
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	948,42	0,00	948,42
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	1.264,58	0,00	1.264,58
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	8.823,47	0,00	8.823,47
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	735,24	0,00	735,24
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	2.205,84	0,00	2.205,84
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	2.941,08	0,00	2.941,08
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.424.892,23	0,00	1.424.892,23
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	118.741,07	0,00	118.741,07
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	356.223,11	0,00	356.223,11
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	474.964,19	0,00	474.964,19
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	192.198,77	0,00	192.198,77
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	16.016,59	0,00	16.016,59
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	48.049,75	0,00	48.049,75
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	64.066,36	0,00	64.066,36
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	21.524,39	0,00	21.524,39
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.793,72	0,00	1.793,72
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	5.381,14	0,00	5.381,14
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	7.174,84	0,00	7.174,84
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	740,45	0,00	740,45
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	309,01	0,00	309,01
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	185,36	0,00	185,36
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	720,71	0,00	720,71
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	300,70	0,00	300,70
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	180,20	0,00	180,20
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	7.815,58	0,00	7.815,58
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	3.257,75	0,00	3.257,75
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.954,08	0,00	1.954,08
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	177,82	0,00	177,82



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	74,23	0,00	74,23
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	44,49	0,00	44,49
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	23.353,62	0,00	23.353,62
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	9.731,73	0,00	9.731,73
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	5.838,80	0,00	5.838,80
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	593,12	0,00	593,12
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	247,21	0,00	247,21
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	148,25	0,00	148,25
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-23.604,66	0,00	-23.604,66
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-9.836,78	0,00	-9.836,78
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-5.901,72	0,00	-5.901,72
91112043102010000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	-179,46	0,00	-179,46
91112043102020000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	-74,78	0,00	-74,78
91112043102030000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	-44,86	0,00	-44,86
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-121.676,26	0,00	-121.676,26
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-50.698,48	0,00	-50.698,48
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-30.419,04	0,00	-30.419,04
91911380001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	-12,47	0,00	-12,47
91911380002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	-5,18	0,00	-5,18
91911380003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	-3,10	0,00	-3,10
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-1,89	0,00	-1,89
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-0,81	0,00	-0,81
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-0,47	0,00	-0,47
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>11.501.628,14</b>	<b>0,00</b>	<b>11.501.628,14</b>

**TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada** **1.725.244,22**

### 3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	208.864,17	0,00	208.864,17
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.544.398,05	0,00	1.544.398,05
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.351,18	0,00	8.351,18
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-36.365,62	0,00	-36.365,62
40	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-3,57	0,00	-3,57
<b>TOTAL II</b>		<b>1.725.244,21</b>	<b>0,00</b>	<b>1.725.244,21</b>

### 3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-4.304,30	0,00	-4.304,30
40	Administração Geral	8.528,68	0,00	8.528,68
40	Atenção Básica	2.551.504,58	0,00	2.551.504,58
40	Vigilância Sanitária	4.219,72	0,00	4.219,72
40	Vigilância Epidemiológica	136,39	0,00	136,39
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>2.560.085,07</b>	<b>0,00</b>	<b>2.560.085,07</b>

### 3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)



61701113298729793

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



22/01/2018 - 17:24:43

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL II</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	1.777,14	0,00	1.777,14
<b>SUBTOTAL III</b>	<b>1.777,14</b>	<b>0,00</b>	<b>1.777,14</b>

	% de Aplicação	Valor Aplicado
<b>TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)</b>	<b>22,24</b>	<b>2.558.307,93</b>

### 3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
<b>TOTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

#### 4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 2%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
CTA_DISP.TXT	CTV_32	2	0	AVISO	Linha: 2 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_34	2	0	AVISO	Linha: 2 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_32	3	0	AVISO	Linha: 3 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_34	3	0	AVISO	Linha: 3 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_32	4	0	AVISO	Linha: 4 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_34	4	0	AVISO	Linha: 4 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_32	5	0	AVISO	Linha: 5 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_34	5	0	AVISO	Linha: 5 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_32	6	0	AVISO	Linha: 6 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_34	6	0	AVISO	Linha: 6 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_34	25	0	AVISO	Linha: 25 - Validação da conta 00000000000000005643x inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	56	0	AVISO	Linha: 56 - Validação da conta 00000000000000007408x inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	57	0	AVISO	Linha: 57 - Validação da conta 000000000000000006251 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	58	0	AVISO	Linha: 58 - Validação da conta 000000000000006470535 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	59	0	AVISO	Linha: 59 - Validação da conta 00000000000000061177 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	60	0	AVISO	Linha: 60 - Validação da conta 00000000000006470624 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	61	0	AVISO	Linha: 61 - Validação da conta 00000000000006470632 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	62	0	AVISO	Linha: 62 - Validação da conta 00000000000006470390 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	63	0	AVISO	Linha: 63 - Validação da conta 00000000000006470403 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	64	0	AVISO	Linha: 64 - Validação da conta 00000000000006470667 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	65	0	AVISO	Linha: 65 - Validação da conta 00000000000006470586 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	66	0	AVISO	Linha: 66 - Validação da conta 00000000000006470721 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	67	0	AVISO	Linha: 67 - Validação da conta 00000000000006470810 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	79	0	AVISO	Linha: 79 - Validação da conta 0000000004009667001 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	103	0	AVISO	Linha: 103 - Validação da conta 00000000004097288700 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina CTV_34
CTA_DISP.TXT	CTV_32	150	0	AVISO	Linha: 150 - Código do banco 0 inválido



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CTA_DISP.TXT	CTV_32	151	0	AVISO	Linha: 151 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	152	0	AVISO	Linha: 152 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	153	0	AVISO	Linha: 153 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	155	0	AVISO	Linha: 155 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	157	0	AVISO	Linha: 157 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	158	0	AVISO	Linha: 158 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	159	0	AVISO	Linha: 159 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	160	0	AVISO	Linha: 160 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	161	0	AVISO	Linha: 161 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	162	0	AVISO	Linha: 162 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	163	0	AVISO	Linha: 163 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	164	0	AVISO	Linha: 164 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	165	0	AVISO	Linha: 165 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	166	0	AVISO	Linha: 166 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina CTV_32
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1117, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	19,88% dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros ou nove

#### 4.2 Avisos Justificados pela Entidade

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1117, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** Recurso 1117 Vinculado a operação de crédito programa PIMES BADESUL contrato nº 055/2015.

#### 5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

##### 5.1 Transparência da Gestão Fiscal

##### 5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	30/03/2017	Átrio da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/03/2017	www.saojoaodopolesine.rs.gov.br
2º Bimestre	Mural	30/05/2017	Átrio da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/05/2017	www.saojoaodopolesine.rs.gov.br
3º Bimestre	Mural	28/07/2017	Átrio da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet	28/07/2017	www.saojoaodopolesine.rs.gov.br
4º Bimestre	Mural	30/09/2017	Átrio da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/09/2017	www.saojoaodopolesine.rs.gov.br
5º Bimestre	Mural	30/11/2017	Átrio da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/11/2017	www.saojoaodopolesine.rs.gov.br
6º Bimestre	Mural	30/01/2018	Átrio da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/01/2018	www.saojoaodopolesine.rs.gov.br

##### 5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF



Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural	28/07/2017	Atrio da Prefeitura municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet	28/07/2017	www.saojoaodopolesine.rs.gov.br
2º Semestre	Mural	30/01/2018	Atrio da Prefeitura municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/01/2018	www.saojoaodopolesine.rs.gov.b
1º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado
2º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

#### 5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2016	17/02/2017	Câmara Municipal de Vereadores
1º Quadrimestre/2017	30/05/2017	Câmara Municipal de Vereadores
2º Quadrimestre/2017	30/09/2017	Câmara Municipal de Vereadores

#### 5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	<a href="http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/">http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/</a>

Não foram inseridas observações.

#### 5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

#### 5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

##### 5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

##### 5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES	14.211.595,00	0,00	14.211.595,00
9100000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-2.176.921,53	0,00	-2.176.921,53
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	102.126,06	0,00	102.126,06
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	42.553,42	0,00	42.553,42
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	25.531,84	0,00	25.531,84
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	2.577,35	0,00	2.577,35
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	1.073,96	0,00	1.073,96
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	644,34	0,00	644,34
91112043102010000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	-179,46	0,00	-179,46
91112043102020000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	-74,78	0,00	-74,78
91112043102030000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	-44,86	0,00	-44,86



61701113298729793

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



22/01/2018 - 17:24:43

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
<b>Subtotal</b>		<b>11.860.465,60</b>	<b>0,00</b>	<b>11.860.465,60</b>
	(+) Perda com o FUNDEB	1.172.626,88	0,00	1.172.626,88
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>		<b>13.033.092,48</b>	<b>0,00</b>	<b>13.033.092,48</b>

#### 5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

##### 5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

#### CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.376.374,37	0,00	6.376.374,37
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319003010000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	35.758,71	0,00	35.758,71
319008990400	CONTRIB. DA ENTIDADE PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SERVIDOR	380.698,46	0,00	380.698,46
<b>TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA</b>		<b>5.959.917,20</b>	<b>0,00</b>	<b>5.959.917,20</b>

#### CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	102.126,06	0,00	102.126,06
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	42.553,42	0,00	42.553,42
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	25.531,84	0,00	25.531,84
<b>TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA</b>		<b>170.211,32</b>	<b>0,00</b>	<b>170.211,32</b>

#### CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>





#### CONTAS CONTÁBEIS DE CONTROLE

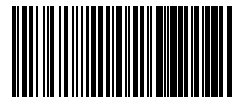
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
853240201000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 1o BIMESTRE	3.380,50	0,00	3.380,50
853240202000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 2o BIMESTRE	4.203,22	0,00	4.203,22
853240203000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 3o BIMESTRE	4.262,28	0,00	4.262,28
853240204000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 4o BIMESTRE	3.985,11	0,00	3.985,11
853240205000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 5o BIMESTRE	3.972,47	0,00	3.972,47
853240206000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 6o BIMESTRE	5.424,54	0,00	5.424,54
TOTAL DAS CONTAS CONTÁBEIS DE CONTROLE		25.228,12	0,00	25.228,12
Total da Despesa com Pessoal		5.814.934,00	0,00	5.814.934,00

#### 5.2.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

##### 5.2.3.1 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível - Executivo/Indiretas (Exceto RPPS) - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
1	111110100000000	CAIXA	1.232,48	0,00	1.232,48
1	111111902010000	BANCO DO BRASIL C/ FPM	1.555,58	169.166,10	170.721,68
1	111111902020000	BANCO DO BRASIL C/ MOV	107,84	0,00	107,84
1	111111902030000	BANCO DO BRASIL C/ ICMS DES	803,06	0,00	803,06
1	111111902040000	BANCO DO BRASIL C/ FEP	7.833,24	0,00	7.833,24
1	111111902050000	BANCO DO BRASIL C/ ITR	53,56	0,00	53,56
1	111111902070000	BANCO DO BRASIL C/ CEX	165,55	0,00	165,55
1	111111902190000	BANCO DO BRASIL CTA SNA	228,89	0,00	228,89
1	111111903010000	CAIXA FEDERAL C/ MOV	197,10	0,00	197,10
1	111111912010000	BANRISUL C/ MOV	5.369,70	0,00	5.369,70
1	111111912030000	BANRISUL C/ IPTU	420,24	0,00	420,24
1	111111912050000	BANRISUL C/ MULTA TRANSITO	473,68	0,00	473,68
1	111111912150000	BANRISUL CTA ILUMINACAO PUBLICA	182,82	0,00	182,82
1	111111912760000	BANRISUL CTA FUNDO MUNIC CRIAN ADOLESCENTES	2.363,26	0,00	2.363,26
1	111111912770000	BANRISUL CTA CONCURSO	144,50	0,00	144,50





61701113298729793

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



22/01/2018 - 17:24:43

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1	111111912840000	BANRISUL CTA FMMA- FUNDO MUNIC DO MEIO AMBIENTE	976,48	0,00	976,48
20	111111902110000	BANCO DO BRASIL C/ MDE	39.979,31	0,00	39.979,31
31	111111902180000	BANCO BRASIL C/ FUNDEB	14.031,14	0,00	14.031,14
40	111111902130000	BANCO DO BRASIL C/ FUS	2.020,52	301.961,71	303.982,23
1006	111111912830000	BANCO DO BRASIL CTA PDDE	1.115,93	0,00	1.115,93
1007	111111902210000	BCO BRASIL CTA MERENDA ESCOLAR FEDERAL	2.896,44	0,00	2.896,44
1011	111111912090000	BANRISUL C/ TRANSPORTE ESCOLAR	34.286,14	0,00	34.286,14
1048	111111902140000	BANCO DO BRASIL C/ PNAT	18.646,86	0,00	18.646,86
1052	111111902120000	BANCO DO BRASIL C/ CIDE	342,98	0,00	342,98
1055	111111902090000	BANCO DO BRASIL C/ DNPM/CFEM	304,02	0,00	304,02
1059	111111902100000	BANCO DO BRASIL C/ QSE	8.330,71	0,00	8.330,71
1066	111111902410000	BANCO DO BRASIL CTA FMAS PB-PAIF	12.023,85	0,00	12.023,85
1072	111111912670000	BANRISUL CTA FMAS REC PEAS	4.411,87	0,00	4.411,87
1081	111111902420000	BANCO DO BRASIL CTA FMAS IGD-BF	35.399,33	0,00	35.399,33
1094	111115002030000	CAIXA CTA MAPA CONVENIO 840049/2016	97.916,62	0,00	97.916,62
1103	111111912810000	BANRISUL CTA ALIANACAO BENS MOVEIS -MDE	46.576,09	0,00	46.576,09
1105	111111912290000	BANRISUL CTA ALIENACAO BENS MOVEIS REC LIVRES	54.343,55	0,00	54.343,55
1109	111111902400000	BANCO DO BRASIL CTA FMAS IGD-SUAS	14.233,46	0,00	14.233,46
1121	111111912660000	BANRISUL CTA ALIENACAO BENS IMOVEIS	4.293,26	0,00	4.293,26
4002	111111912610000	BANRISUL CTA ALIENACAO BENS MOVEIS SAUDE	30.555,00	0,00	30.555,00
4011	111111912510000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-INCENTIVO ATENCAO BASICA	6.812,13	0,00	6.812,13
4011	111111912600000	BANRISUL CTA CUCA LEGAL (CAPS)	11.468,86	0,00	11.468,86
4050	111111912470000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-FRARMACIA BASICA ESTADUAL	627,64	0,00	627,64
4080	111111912500000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-PACS ESTADUAL	234,23	0,00	234,23
4090	111111912490000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-PSF ESTADUAL	6.404,70	0,00	6.404,70
4160	111111912480000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-PIM ESTADUAL	4.333,98	0,00	4.333,98
4230	111111912780000	BANRISUL CTA INCENTIVO CUSTEIO HOSPITALAR POR 906/2015	17,20	0,00	17,20
4302	111111912820000	BANRISUL CTA FMS CP 14/15 AQUIS EQUIP HOSPITAL	93.237,12	0,00	93.237,12
4510	111111902220100	BANCO DO BRASIL CTA FMS PAB FIXO	4.822,07	0,00	4.822,07
4520	111111902220400	BANCO DO BRASIL CTA FMS PSF-FEDERAL	4.489,36	0,00	4.489,36
4520	111111902220700	BANCO DO BRASIL CTA PSE-PROGRAMA SAUDE NA ESCOLA	5.722,99	0,00	5.722,99
4521	111111902220500	BANCO DO BRASIL CTA FMS PMAQ	55.925,99	0,00	55.925,99



61701113298729793

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



22/01/2018 - 17:24:43

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
4530	111111902220300	BANCO DO BRASIL CTA FMS PACS-FEDERAL	3.539,83	0,00	3.539,83
4540	111111902220200	BANCO DO BRASIL CTA FMS SAUDE BUCAL	3.105,06	0,00	3.105,06
4590	111111902250100	BANCO DO BRASIL CTA HOSPITAL CONTRATO 199/2010 TETO FINANCEIRO	10.761,76	0,00	10.761,76
4590	111111902260100	TETO MUNICIPAL REDE CEGONHA (RCE-RCEG)	704,18	0,00	704,18
4710	111111902240100	PISO FIXO VIGILANCIA EM SAUDE 3.1	13.257,85	0,00	13.257,85
4760	111111902240200	ACOES ESTRUTURANTE DE VIGILANCIA SANITARIA 3.2	6.529,57	0,00	6.529,57
4770	111111902230100	BANCO DO BRASIL CTA FMS ASSIST. FARMACEUTICA BASICA	4.066,48	0,00	4.066,48
4929	111111902430200	BANCO DO BRASIL CTA FMS - FNS INVAN	3.017,08	0,00	3.017,08
4931	111111902430100	BANCO DO BRASIL FMS CTA AQUIS EQUIP UBS	149.004,14	0,00	149.004,14
8001	111111902160000	BANCO DO BRASIL CTA RETENCAO PREFEITURA	35.554,68	0,00	35.554,68
<b>TOTAL</b>			<b>867.451,96</b>	<b>471.127,81</b>	<b>1.338.579,77</b>

#### 5.2.3.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível RPPS - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA			0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### 5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

##### 5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
222310198010000	BADESUL DESENVOLVIMENTO CONT0 55/2015 PROGRAMA PIMES	537.144,58	0,00	537.144,58
222510301010000	Juros e Encargos - Financiamento BASESUL Contrato 055/2015	33.014,07	0,00	33.014,07
222810201000000	Encargos Pre Fixados - Badesul - Contrato 055/2015	-33.014,07	0,00	-33.014,07
<b>TOTAL</b>		<b>537.144,58</b>	<b>0,00</b>	<b>537.144,58</b>

##### 5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111111902010000	BANCO DO BRASIL C/ FPM	1.555,58	0,00	1.555,58
111111902020000	BANCO DO BRASIL C/ MOV	107,84	0,00	107,84



61701113298729793

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



22/01/2018 - 17:24:43

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111902030000	BANCO DO BRASIL C/ ICMS DES	803,06	0,00	803,06
111111902040000	BANCO DO BRASIL C/ FEP	7.833,24	0,00	7.833,24
111111902050000	BANCO DO BRASIL C/ ITR	53,56	0,00	53,56
111111902070000	BANCO DO BRASIL C/ CEX	165,55	0,00	165,55
111111902090000	BANCO DO BRASIL C/ DNPM/CFEM	304,02	0,00	304,02
111111902100000	BANCO DO BRASIL C/ QSE	8.330,71	0,00	8.330,71
111111902110000	BANCO DO BRASIL C/ MDE	39.979,31	0,00	39.979,31
111111902120000	BANCO DO BRASIL C/ CIDE	342,98	0,00	342,98
111111902130000	BANCO DO BRASIL C/ FUS	2.020,52	0,00	2.020,52
111111902140000	BANCO DO BRASIL C/ PNAT	18.646,86	0,00	18.646,86
111111902160000	BANCO DO BRASIL CTA RETENCAO PREFEITURA	35.554,68	0,00	35.554,68
111111902180000	BANCO BRASIL C/ FUNDEB	14.031,14	0,00	14.031,14
111111902190000	BANCO DO BRASIL CTA SNA	228,89	0,00	228,89
111111902210000	BCO BRASIL CTA MERENDA ESCOLAR FEDERAL	2.896,44	0,00	2.896,44
111111902220100	BANCO DO BRASIL CTA FMS PAB FIXO	4.822,07	0,00	4.822,07
111111902220200	BANCO DO BRASIL CTA FMS SAUDE BUCAL	3.105,06	0,00	3.105,06
111111902220300	BANCO DO BRASIL CTA FMS PACS-FEDERAL	3.539,83	0,00	3.539,83
111111902220400	BANCO DO BRASIL CTA FMS PSF-FEDERAL	4.489,36	0,00	4.489,36
111111902220500	BANCO DO BRASIL CTA FMS PMAQ	55.925,99	0,00	55.925,99
111111902220700	BANCO DO BRASIL CTA PSE-PROGRAMA SAUDE NA ESCOLA	5.722,99	0,00	5.722,99
111111902230100	BANCO DO BRASIL CTA FMS ASSIST. FARMACEUTICA BASICA	4.066,48	0,00	4.066,48
111111902240100	PISO FIXO VIGILANCIA EM SAUDE 3.1	13.257,85	0,00	13.257,85
111111902240200	ACOES ESTRUTURANTE DE VIGILANCIA SANITARIA 3.2	6.529,57	0,00	6.529,57
111111902250100	BANCO DO BRASIL CTA HOSPITAL CONTRATO 199/2010 TETO FINANCEIRO	10.761,76	0,00	10.761,76
111111902260100	TETO MUNICIPAL REDE CEGONHA (RCE-RCEG)	704,18	0,00	704,18
111111902400000	BANCO DO BRASIL CTA FMAS IGD-SUAS	14.233,46	0,00	14.233,46
111111902410000	BANCO DO BRASIL CTA FMAS PB-PAIF	12.023,85	0,00	12.023,85
111111902420000	BANCO DO BRASIL CTA FMAS IGD-BF	35.399,33	0,00	35.399,33
111111902430100	BANCO DO BRASIL FMS CTA AQUIS EQUIP UBS	149.004,14	0,00	149.004,14
111111902430200	BANCO DO BRASIL CTA FMS - FNS INVAN	3.017,08	0,00	3.017,08
111111903010000	CAIXA FEDERAL C/ MOV	197,10	0,00	197,10
111111912010000	BANRISUL C/ MOV	5.369,70	0,00	5.369,70
111111912030000	BANRISUL C/ IPTU	420,24	0,00	420,24
111111912050000	BANRISUL C/ MULTA TRANSITO	473,68	0,00	473,68
111111912090000	BANRISUL C/ TRANSPORTE ESCOLAR	34.286,14	0,00	34.286,14
111111912150000	BANRISUL CTA ILUMINACAO PUBLICA	182,82	0,00	182,82
111111912290000	BANRISUL CTA ALIENACAO BENS MOVEIS REC LIVRES	54.343,55	0,00	54.343,55
111111912470000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-FRAMACIA BASICA ESTADUAL	627,64	0,00	627,64
111111912480000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-PIM ESTADUAL	4.333,98	0,00	4.333,98



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111912490000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-PSF ESTADUAL	6.404,70	0,00	6.404,70
111111912500000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-PACS ESTADUAL	234,23	0,00	234,23
111111912510000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-INCENTIVO ATENCAO BASICA	6.812,13	0,00	6.812,13
111111912600000	BANRISUL CTA CUCA LEGAL (CAPS)	11.468,86	0,00	11.468,86
111111912610000	BANRISUL CTA ALIENACAO BENS MOVEIS SAUDE	30.555,00	0,00	30.555,00
111111912660000	BANRISUL CTA ALIENACAO BENS IMOVEIS	4.293,26	0,00	4.293,26
111111912670000	BANRISUL CTA FMAS REC PEAS	4.411,87	0,00	4.411,87
111111912760000	BANRISUL CTA FUNDO MUNIC CRIAN ADOLESCENTES	2.363,26	0,00	2.363,26
111111912770000	BANRISUL CTA CONCURSO	144,50	0,00	144,50
111111912780000	BANRISUL CTA INCENTIVO CUSTEIO HOSPITALAR POR 906/2015	17,20	0,00	17,20
111111912810000	BANRISUL CTA ALIANACAO BENS MOVEIS -MDE	46.576,09	0,00	46.576,09
111111912820000	BANRISUL CTA FMS CP 14/15 AQUIS EQUIP HOSPITAL	93.237,12	0,00	93.237,12
111111912830000	BANCO DO BRASIL CTA PDDE	1.115,93	0,00	1.115,93
111111912840000	BANRISUL CTA FMMA- FUNDO MUNIC DO MEIO AMBIENTE	976,48	0,00	976,48
111115002030000	CAIXA CTA MAPA CONVENIO 840049/2016	97.916,62	0,00	97.916,62
632100000000000	RP PROCESSADOS A PAGAR	-119.491,72	0,00	-119.491,72
<b>TOTAL</b>		<b>746.727,76</b>	<b>0,00</b>	<b>746.727,76</b>

#### 5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121110302000000	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A RECEBER	2.205,11	0,00	2.205,11
<b>TOTAL</b>		<b>2.205,11</b>	<b>0,00</b>	<b>2.205,11</b>
<b>Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)</b>				<b>748.932,87</b>
<b>Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)</b>				<b>0,00</b>

#### 5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### 5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

##### 5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

#### 5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### 5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

##### 5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
21149900000000000000	OUTRAS OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	202.902,38	0,00	202.902,38
<b>TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA</b>		<b>202.902,38</b>	<b>0,00</b>	<b>202.902,38</b>
<b>Total para fins da apuração do cumprimento do limite</b>		<b>202.902,38</b>	<b>0,00</b>	<b>202.902,38</b>

##### 5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### 5.2.7 Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

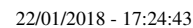
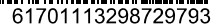
##### Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Anterior

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

##### Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Atual

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				





## DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1055		304,02	0,00	304,02	
1059		8.330,71	0,00	8.330,71	
1066		12.023,85	0,00	12.023,85	
1072		4.411,87	0,00	4.411,87	
1081		35.399,33	0,00	35.399,33	
1094		97.916,62	0,00	97.916,62	
1103		46.576,09	0,00	46.576,09	
1105		54.343,55	0,00	54.343,55	
1109		14.233,46	0,00	14.233,46	
1121		4.293,26	0,00	4.293,26	
4002		30.555,00	0,00	30.555,00	
4011		18.280,99	0,00	18.280,99	
4050		627,64	0,00	627,64	
4080		234,23	0,00	234,23	
4090		6.404,70	0,00	6.404,70	
4160		4.333,98	0,00	4.333,98	
4230		17,20	0,00	17,20	
4302		93.237,12	0,00	93.237,12	
4510		4.822,07	0,00	4.822,07	
4520		10.212,35	0,00	10.212,35	
4521		55.925,99	0,00	55.925,99	
4530		3.539,83	0,00	3.539,83	
4540		3.105,06	0,00	3.105,06	
4590		11.465,94	0,00	11.465,94	
4710		13.257,85	0,00	13.257,85	
4760		6.529,57	0,00	6.529,57	
4770		4.066,48	0,00	4.066,48	
4929		3.017,08	0,00	3.017,08	
4931		149.004,14	0,00	149.004,14	
8001		35.554,68	0,00	35.554,68	
TOTAL		867.451,96	471.127,81	1.338.579,77	

### LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1	RECURSO LIVRE
20	M.D.E
31	FUNDEB
40	ASPS
1001	FAPS
1006	PDDE
1007	PNAE MERENDA ESCOLAR
1011	TRANSPORTE ESCOLAR - ESTADO
1012	MERENDA ESCOLAR - Contrapartida do Estado
1027	RECURSOS SAUDE BUCAL
1032	MINISTERIO DO TURISMO
1048	TRANSPORTE ESCOLAR - FEDERAL





61701113298729793

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



22/01/2018 - 17:24:43

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

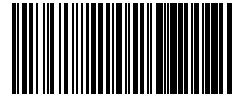
ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

## LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1050	RECURSO FUNDERGS-CONSULTA POPULAR
1051	SEHADUR/SEHABS
1052	RECURSO DO CIDE
1055	REC DO DNPM/CFEM
1059	COTA-PARTE SALARIO EDUCACAO FEDERAL-QSE
1066	PROGRAMA SOCIAL BASICO-FAMILIA PAIF
1072	RECURSO SEAS-OASF
1081	IGD - BOLSA FAMILIA
1091	REC MINISTERIO DAS CIDADES
1094	PRODESA
1096	CONSULTA POPULAR-AGRICULTURA
1098	REC SEC AGRIC.PEC.PES.E AGRONEG-CONSULTA POPULAR
1102	COTA PARTE SALARIO EDUCACAO ESTADO
1103	REC ALIENACAO DE BENS DO MDE
1105	REC ALIENACAO DE BENS DAS DEMAIS SECRETARIAS
1106	REC REC DAER/RS TERMO TRANSF.AJ/035/10
1108	PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA 2014
1109	REC FNAS IGD SUAS
1110	PROGRAMA SANEAMENTO AMBIENTAL SEHADUR/CORRENTE
1111	PROGRAMA PAR -PLANO DE ACOES ARTICULADAS No 4071/2012-FNDE
1112	REC FNDE- APOIO AS CRECHES
1113	PROGRAMA CORRECAO DE SOLOS- SEC AGICULTURA
1114	CONSULTA POPULAR 13/14
1116	PASSE LIVRE ESTUDANTIL
1121	alienacao de bens imoveis rec nao vinculado
1999	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE REC ESTADUAL
4002	REC ALIENACAO DE BENS ASPS
4010	GESTAO BASICA - MUNICIPIO RESOLVE
4011	INCENTIVO ATENCAO BASICA
4030	INVERNO GAUCHO
4050	FARMACIA BASICA - ESTADO
4051	DIABETES MELLITUS
4080	PACS - ESTADUAL
4090	PSF - ESTADO
4110	SAUDE BUCAL - ESTADO
4160	PIM
4200	VIGILANCIA AMBIENTAL
4230	Incentivo Custeio Hospitalar portaria 906/2015
4231	AMPLIACAO DE UBS- CONSULTA POPULAR
4290	SISTEMA SIMPLIFICADO DE ABASTECIMENTO
4292	Aquisicao Ambulancias,carros,unid moveis,etc
4293	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS SAUDE
4302	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS SAUDE - ESTADO
4510	PAB FIXO - FEDERAL
4520	PSF - FEDERAL
4521	MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE -PMAQ
4530	PACS - FEDERAL



LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

4540	SAUDE BUCAL
4590	TETO FINANCEIRO-SIA-SUS/SERVICOS HOPITALAR
4710	TETO FINANCEIRO EPIDEMIOLOGIO E AMBIENTAL FEDERAL
4730	CAMPANHAS DE VACINACAO - FEDERAL
4760	PISO ATENCAO BASICA EM VISA ESTRUTURANTE
4770	FARMACIA BASICA FIXA E VARIAVEL
4929	Acoes de Alimentacao e Nutricao (VAN)
4931	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS SAUDE - UNIAO
8001	REC RETENCAO (EXTRA-ORCAMNETARIA)

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	228.930,99	0,00	228.930,99
11120200020000000000	IPTU - MDE	95.390,25	0,00	95.390,25
11120200030000000000	IPTU - ASPS	57.233,79	0,00	57.233,79
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	90.302,62	0,00	90.302,62
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	37.626,80	0,00	37.626,80
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	22.575,62	0,00	22.575,62
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	10.123,06	0,00	10.123,06
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	4.217,99	0,00	4.217,99
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	2.530,79	0,00	2.530,79
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	2.326,08	0,00	2.326,08
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	969,21	0,00	969,21
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	581,45	0,00	581,45
11120431070200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - MDE	103,97	0,00	103,97
11120431070300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - ASPS	18,35	0,00	18,35
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	563,50	0,00	563,50
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	234,79	0,00	234,79
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	140,86	0,00	140,86
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	60.411,20	0,00	60.411,20
11120800020000000000	ITBI - MDE	25.171,34	0,00	25.171,34
11120800030000000000	ITBI - ASPS	15.102,80	0,00	15.102,80
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	342.361,71	0,00	342.361,71
11130501020000000000	ISS - MDE	142.651,82	0,00	142.651,82
11130501030000000000	ISS - ASPS	85.590,49	0,00	85.590,49



61701113298729793

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



22/01/2018 - 17:24:43

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11211700000000000000	TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGILANCIA SANITARIA	3.006,46	0,00	3.006,46
11212100000000000000	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL	4.549,12	0,00	4.549,12
11212500000000000000	TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRESTADORA DE SERVICOS	28.689,39	0,00	28.689,39
11212900000000000000	TAXA DE LICENCA PARA EXECUCAO DE OBRAS	5.483,85	0,00	5.483,85
11213100000000000000	TAXA DE UTILIZACAO DE AREA DE DOMINIO PUBLICO	540,44	0,00	540,44
11229900060000000000	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	4.490,63	0,00	4.490,63
12300000000000000000	CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DO SERVICO DE ILUMINACAO PUBLICA	67.628,21	0,00	67.628,21
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	4.357.571,70	0,00	4.357.571,70
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	363.130,89	0,00	363.130,89
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	1.089.392,35	0,00	1.089.392,35
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.452.523,32	0,00	1.452.523,32
17210103010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - PROPRIO	192.571,03	0,00	192.571,03
17210103020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - MDE	80.237,94	0,00	80.237,94
17210103030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - ASPS	48.142,76	0,00	48.142,76
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	129.010,40	0,00	129.010,40
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	53.754,32	0,00	53.754,32
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	32.252,57	0,00	32.252,57
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	3.529,51	0,00	3.529,51
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	294,13	0,00	294,13
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	882,27	0,00	882,27
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	1.176,39	0,00	1.176,39
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	8.354,76	0,00	8.354,76
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	696,26	0,00	696,26
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	2.088,66	0,00	2.088,66
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	2.784,92	0,00	2.784,92
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.285.687,61	0,00	1.285.687,61
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	107.140,61	0,00	107.140,61
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	321.421,89	0,00	321.421,89
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	428.562,59	0,00	428.562,59
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	183.135,90	0,00	183.135,90
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	15.261,33	0,00	15.261,33



61701113298729793

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



22/01/2018 - 17:24:43

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	45.783,98	0,00	45.783,98
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	61.045,34	0,00	61.045,34
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	16.058,26	0,00	16.058,26
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.338,20	0,00	1.338,20
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	4.014,59	0,00	4.014,59
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	5.352,82	0,00	5.352,82
17220113000000000000	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO - CIDE	11.348,89	0,00	11.348,89
19113500000000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	11,35	0,00	11,35
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	450,86	0,00	450,86
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	188,20	0,00	188,20
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	112,86	0,00	112,86
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	1.318,06	0,00	1.318,06
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	549,69	0,00	549,69
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	329,58	0,00	329,58
19119901010100000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	127,37	0,00	127,37
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	8.285,64	0,00	8.285,64
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	3.453,69	0,00	3.453,69
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	2.071,81	0,00	2.071,81
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	115,71	0,00	115,71
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	48,28	0,00	48,28
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	28,93	0,00	28,93
19133500000000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	22,09	0,00	22,09
19139900010100000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	1.397,43	0,00	1.397,43
19139900010200000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	8,78	0,00	8,78
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	20.658,05	0,00	20.658,05
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	8.608,46	0,00	8.608,46
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	5.164,81	0,00	5.164,81
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	779,81	0,00	779,81
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	324,95	0,00	324,95
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	194,95	0,00	194,95
19313500000000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	110,34	0,00	110,34
19319901010100000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	2.728,31	0,00	2.728,31
19319901010200000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	79,25	0,00	79,25



61701113298729793

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



22/01/2018 - 17:24:43

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

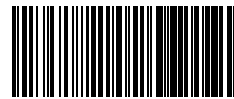
CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-21.922,96	0,00	-21.922,96
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-9.013,73	0,00	-9.013,73
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-5.407,79	0,00	-5.407,79
91112080001000000000	Deducao - ITBI - PROPRIO	-412,30	0,00	-412,30
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-109.552,82	0,00	-109.552,82
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-45.647,03	0,00	-45.647,03
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-27.388,20	0,00	-27.388,20
91121250000000000000	Deducao - TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRESTADORA DE SERVICOS	-192,36	0,00	-192,36
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53
91911380001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	-1,55	0,00	-1,55
91911380002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	-0,64	0,00	-0,64
91911380003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	-0,38	0,00	-0,38
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-0,49	0,00	-0,49
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-0,20	0,00	-0,20
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-0,12	0,00	-0,12
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-0,57	0,00	-0,57
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,26	0,00	-0,26
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,13	0,00	-0,13
91931110001000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-2,21	0,00	-2,21
91931110002000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,96	0,00	-0,96
91931110003000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,54	0,00	-0,54
<b>TOTAL</b>		<b>11.481.700,26</b>	<b>0,00</b>	<b>11.481.700,26</b>

**5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016**

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	844.105,86	0,00	844.105,86	1,0757	908.004,67
Fevereiro	934.266,57	0,00	934.266,57	1,0597	990.042,28
Março	722.756,36	0,00	722.756,36	1,0512	759.761,49
Abril	807.547,19	0,00	807.547,19	1,0467	845.259,64
Maio	997.794,53	0,00	997.794,53	1,0430	1.040.699,69
Junho	787.024,66	0,00	787.024,66	1,0313	811.658,53
Julho	907.567,56	0,00	907.567,56	1,0148	920.999,56
Agosto	1.055.826,95	0,00	1.055.826,95	1,0148	1.071.453,19
Setembro	643.246,07	0,00	643.246,07	1,0104	649.935,83
Outubro	780.233,78	0,00	780.233,78	1,0101	788.114,14
Novembro	1.214.580,51	0,00	1.214.580,51	1,0088	1.225.268,82
Dezembro	1.786.750,22	0,00	1.786.750,22	1,0083	1.801.580,25



Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
TOTAL	11.481.700,26	0,00	11.481.700,26		11.812.778,10

#### 5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas

**Nome da Planilha:** Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Adição/Exclusão

**Justificativa:** Foi acrescido no demonstrativo das disponibilidades de caixa na conta contábil nível 111111902130000 fonte de recurso 40 ASPS o valor de R\$ 301.961,71 referente a recursos da saúde não repassados pelo Governo do Estado conforme OF. Circular/FES. Nº 532/2017 de 05 de Dezembro de 2017 (valor ajustado com os repassas recebidos nos meses de novembro e dezembro de 2017), contabilizados como créditos decorrentes de outras transferências do Estado no nível contábil 1.1.2.3.4.09.00.00.00.00. Foi acrescido no demonstrativo das disponibilidades de caixa na conta contábil nível 111111902010000 fonte de recurso 1 ? Recursos livres o valor de R\$ 169.166,10, sendo que, R\$ 158.695,61 decorrente da MP 815/2017 ? Apoio Financeiro aos Municípios (AFM), contabilizado como créditos decorrentes de outras transferências da união, nível contábil 1.1.2.3.3.09.00.00.00.00 conforme nota técnica e orientação emitida pela Famurs e R\$ 10.470,49 contabilizados como repasse concedido diferido, nível contábil 1.1.3.8.1.99.01.00.00.00

**Nome da Planilha:** Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Adição/Exclusão

**Justificativa:** Foi acrescido na fonte de recurso 40 ASPS o valor de R\$ 301.961,71 referente a recursos da saúde não repassados pelo Governo do Estado conforme OF. Circular/FES. Nº 532/2017 de 05 de Dezembro de 2017 (valor ajustado com os repassas recebidos nos meses de novembro e dezembro de 2017). Foi acrescido na fonte de recurso 1 ? Recursos livres o valor de R\$ 169.166,10, sendo que, R\$ 158.695,61 decorrente da MP 815/2017 ? Apoio Financeiro aos Municípios (AFM), conforme nota técnica e orientação emitida pela Famurs e R\$ 10.470,49 como repasse concedido diferido.

#### 5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.630.092,53	2.368.796,61
2º Bimestre	2.630.092,53	2.129.998,16
3º Bimestre	2.630.092,53	2.333.555,40
4º Bimestre	2.630.092,53	2.767.491,52
5º Bimestre	2.630.092,53	1.967.071,80
6º Bimestre	2.630.091,88	2.644.681,51
TOTAL	15.780.554,53	14.211.595,00

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

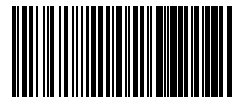
RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	436.771,86	64.113,44
2º Bimestre	436.771,86	192.453,49
3º Bimestre	436.771,86	231.877,75
4º Bimestre	436.771,86	1.559,76
5º Bimestre	436.771,86	174.801,80
6º Bimestre	436.771,66	190.190,64
TOTAL	2.620.630,96	854.996,88

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-407.949,98	-412.154,47
2º Bimestre	-407.949,98	-348.197,60
3º Bimestre	-407.949,98	-380.399,75
4º Bimestre	-407.949,98	-356.617,02
5º Bimestre	-407.949,98	-309.657,44
6º Bimestre	-407.950,10	-373.810,38
TOTAL	-2.447.700,00	-2.180.836,66

TOTAL DA RECEITA	15.953.485,49	12.885.755,22
------------------	---------------	---------------





## 5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

### 5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

## 5.6 Operações de Crédito e Despesas de Capital

### 5.6.1 Operações de Crédito e Despesas de Capital do Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
4000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	774.022,00	0,00	774.022,00
Deduções				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA</b>		<b>774.022,00</b>	<b>0,00</b>	<b>774.022,00</b>
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
2114990000000000000	OUTRAS OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	202.902,38	0,00	202.902,38
<b>TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>		<b>202.902,38</b>	<b>0,00</b>	<b>202.902,38</b>
<b>Operações de Crédito que excederam as despesas de capital</b>				<b>0,00</b>

## 6. Cadastro de Administradores da Entidade

### 6.1 Administradores da Entidade

#### Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Matione Sonogo

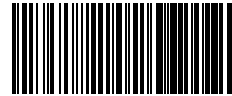
CPF: 63594897087

Cargo/Função: Prefeito Municipal

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Não houve substituições formais no 1º bimestre.





61701113298729793

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



22/01/2018 - 17:24:43

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

Não houve substituições formais no 2º bimestre.

Não houve substituições formais no 3º bimestre.

Não houve substituições formais no 4º bimestre.

Não houve substituições formais no 5º bimestre.

Não houve substituições formais no 6º bimestre.

## 7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Quanto a insuficiência financeira apresentada nas fontes de recursos Livre 0001 e A.S.P.S 0040 esclarecemos que em virtude da forte recessão que o país enfrenta a partir de 2014, o que tem causado um forte desequilíbrio nas contas públicas, os municípios gaúchos acumulam irreparáveis perdas em seus cofres. O Município de São João do Polêsine também tem sofrido com a crise econômica afetando diretamente as finanças, enquanto as demandas por atividades essenciais só tem aumentado. De acordo com estudo elaborado e divulgado pela FAMURS o município de São João do Polêsine deixou de receber no decorrer do ano de 2017 a importância de R\$ 163.400,00 do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Também devemos considerar que o município enfrentou falta de repasse de recursos destinado a área da saúde nos anos de 2014 a 2017, onde o governo do Estado deixou de repassar a importância de R\$ 301.961,71, conforme OF. Circular/FES. Nº 532/2017 de 05 de Dezembro de 2017 (valor ajustado com os repasses recebidos nos meses de novembro e dezembro de 2017). Estes recursos foram contabilizados como créditos decorrentes de outras transferências do Estado no nível contábil 1.1.2.3.4.09.00.00.00.00, o qual foi adicionado na fonte de recursos 40 ? A.S.P.S, uma vez que o município utilizou de recursos desta fonte para realizar despesas necessária a manutenção da saúde. O município aplicou em saúde no exercício de 2017 o percentual de 22,24, o que representa R\$ 833.063,71 acima do mínimo constitucional para Manutenção das Ações e Serviços Públicos em Saúde, tendo ocasionado insuficiência financeira na fonte de recurso 0001 ? Livre. Informamos ainda que foi realizado o registro contábil do crédito a receber decorrente do Apoio Financeiro aos Municípios (AFM) no valor de R\$ 158.695,61 nível contábil 1.1.2.3.3.09.00.00.00.00, o qual foi adicionado na fonte de recursos 001-Livres, conforme nota técnica e orientação emitida pela Famurs em 04.01.2018. Ponderamos também que o total de restos a pagar inscritos com insuficiência financeira teve um acréscimo de 4,53% em relação ao inscrito no final de 2016 que representa em valores R\$ 16.365,44. Em relação à RCL o total de restos a pagar inscritos com insuficiência financeira no final do exercício de 2017 representa 2,89%, não comprometendo o equilíbrio das contas públicas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas  
Programa Autenticador de Dados - PAD Versão: 17.0.0.4

Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE



61701113298729793

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



22/01/2018 - 17:24:43

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

Página

141

Processo  
05187-0200/17-2

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 22 de Janeiro de 2018

CLOVIS COLETTTO

Contabilista

MATIONE SONEGO

Prefeito Municipal

Página da  
peça

34

Peça  
850826

DOCUMENTO  
PÚBLICO



61709113298729793



22 / 01 / 2018 - 17 : 24 : 43

## Balanço Orçamentário

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

## a. Quadro Principal - Receitas e Despesas

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	13.332.854,53	13.332.854,53	12.034.673,47	-1.298.181,06
RECEITA TRIBUTARIA	1.136.500,00	1.136.500,00	1.203.543,36	67.043,36
RECEITA DE CONTRIBUIÇOES	100.000,00	100.000,00	69.857,01	-30.142,99
RECEITA PATRIMONIAL	43.800,00	43.800,00	67.351,43	23.551,43
RECEITA DE SERVICOS	325.700,00	325.700,00	192.629,58	-133.070,42
TRANSFERENCIAS CORRENTES	11.506.754,53	11.506.754,53	10.372.285,92	-1.134.468,61
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	220.100,00	220.100,00	129.006,17	-91.093,83
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.620.630,96	2.620.630,96	851.081,75	-1.769.549,21
OPERACOES DE CREDITO	150.000,00	150.000,00	202.902,38	52.902,38
ALIENACAO DE BENS	120.000,00	120.000,00	230.255,00	110.255,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.345.430,96	2.345.430,96	410.556,34	-1.934.874,62
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.200,00	4.200,00	7.368,03	3.168,03
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	15.953.485,49	15.953.485,49	12.885.755,22	-3.067.730,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	15.953.485,49	15.953.485,49	12.885.755,22	-3.067.730,27
DÉFICIT (VII)	-	-	0,00	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	15.953.485,49	15.953.485,49	12.885.755,22	-3.067.730,27
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	230.006,42	230.006,42	-
Superavit Financeiro	0,00	230.006,42	230.006,42	0,00
Reabertura de Creditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00



61709113298729793

## Balanço Orçamentário

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j = f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	12.102.745,58	12.510.989,82	11.430.797,92	11.430.797,92	10.573.245,63	1.080.191,90
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.462.211,03	6.499.503,19	6.376.374,37	6.376.374,37	6.301.856,74	123.128,82
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	21.516,00	79.616,00	78.757,20	78.757,20	78.757,20	858,80
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.619.018,55	5.931.870,63	4.975.666,35	4.975.666,35	4.192.631,69	956.204,28
DESPESAS DE CAPITAL (X)	2.976.661,51	3.156.259,16	860.665,00	774.022,00	722.981,48	2.295.594,16
INVESTIMENTOS	2.879.351,51	2.993.549,16	700.084,49	613.441,49	562.400,97	2.293.464,67
INVERSOES FINANCEIRAS	17.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	80.310,00	160.710,00	160.580,51	160.580,51	160.580,51	129,49
RESERVA DE CONTINGENCIA (XI)	210.878,40	78,40	0,00	0,00	0,00	78,40
RESERVA DO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	15.290.285,49	15.667.327,38	12.291.462,92	12.204.819,92	11.296.227,11	3.375.864,46
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	15.290.285,49	15.667.327,38	12.291.462,92	12.204.819,92	11.296.227,11	3.375.864,46
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	594.292,30	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	15.290.285,49	15.667.327,38	12.885.755,22	12.204.819,92	11.296.227,11	3.375.864,46



61709113298729793

22 / 01 / 2018 - 17 : 24 : 43



## Balanço Orçamentário

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

## b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar

	RPNP Exercícios Anteriores (a)	RPNP Exercício Anterior (b)	RPP Exercícios Anteriores (c)	RPP Exercício Anterior (d)	Liquidados (e)	Pagos (f)	Cancelados (g)	Saldo (h = a + b + c + d - f - g)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	99.949,04	827.127,05	-3.144,18	804.440,19	3.144,18	119.491,72
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	73.360,76	0,00	73.360,76	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	99.949,04	753.766,29	-3.144,18	731.079,43	3.144,18	119.491,72
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	61.768,92	0,00	61.768,92	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	61.768,92	0,00	61.768,92	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	99.949,04	888.895,97	-3.144,18	866.209,11	3.144,18	119.491,72

## c. Notas Explicativas

Nota 1 - Contexto operacional: os dados apresentados compreendemos órgãos da Administração Direta do Município, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

Nota 2 - Critério de apropriação: considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

Nota 3 - Deduções da Receita Orçamentária: o valor informado na coluna "Receitas Realizadas" apresenta a arrecadação líquida, ou seja, já consideradas as deduções da receita que, no exercício totalizaram: FUNDEB R\$ 1.934.209,51; Por Renúncia R\$ 206.061,53; Por Restituição R\$ 4.519,16; Por Descontos Concedidos R\$35.731,48; Por Retificação R\$ 314,98.

Nota 4 - Repasses Concedidos: de acordo com o Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, foram processadas por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas serão efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representem as variações passivas e ativas financeiras correspondentes, que no exercício de 2017 se deu no valor de R\$ 662.000,00.

Nota 5 - Utilização do Superávit Financeiro: o valor do Superávit Financeiro apurado no exercício anterior foi de R\$230.006,42, utilizado durante o exercício financeiro de 2017 como fonte de abertura para créditos.

Nota 6 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o dia 31/12/2017, foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, e escrituradas como restos a pagar processados e não processados. Durante o exercício. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 19/2016, do Tribunal de Contas do Estado, ainda, os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.

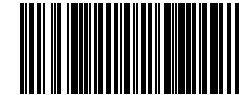
SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 22 de Janeiro de 2018

Gestor responsável pelo período de 01/01/2017 a 31/12/2017 - Matione Sonego - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos



## Balanco Orcamentario



61709113298729793

PM DE SÃO JOÃO DO POLÉSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2017 a 31/12/2017

CLOVIS COLETTTO  
ContabilistaMATIONE SONEGO  
Prefeito MunicipalProcesso  
05187-0200/17-2Página da  
peça  
4Peça  
850828DOCUMENTO  
PÚBLICO



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS  
EXERCÍCIO DE 2017  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE  
2º Semestre



61702113298729793

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17.0.0.4  
22/01/2018  
17:24:43  
Pág.: 1/3

Nome da Entidade: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE  
CNPJ: 94444247000140  
ORGÃO Nº: 80500  
Cód. Barras do RVE Vinculado: 61701113298729793

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53		Valores expressos em reais
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)		13.033.092,48

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "a" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses	5.814.934,00	44,62 %
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60 %
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30 %
Limite Legal - LRF, alínea "b" do Inciso III do art. 20		54,00 %

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
DÍVIDA	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00 %
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00 %
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00 %

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "c" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	0,00	0,00 %
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80 %
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00 %

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "d" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	202.902,38	1,56 %
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40 %
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00 %
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	0,00	0,00 %
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		6,30 %
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		7,00 %

MODELO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso III do art. 55

Valores expressos em reais

CNPJ: 94444247000140

Entidade: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE





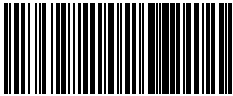
Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2017

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

2º Semestre



61702113298729793

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17.0.0.4

22/01/2018

17:24:43

Pág.: 2/3

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	Ajustado
1	RECURSO LIVRE	191.274,08	0,00
20	M.D.E	39.620,87	0,00
31	FUNDEB	7.376,06	0,00
40	ASPS	303.982,23	0,00
1007	PNAE MERENDA ESCOLAR	123,50	0,00
1011	TRANSPORTE ESCOLAR - ESTADO	30.909,10	0,00
1048	TRANSPORTE ESCOLAR - FEDERAL	45,00	0,00
1059	COTA-PARTE SALARIO EDUCACAO FEDERAL-QSE	4.451,67	0,00
1066	PROGRAMA SOCIAL BASICO-FAMILIA PAIF	273,51	0,00
1094	PRODESA	0,00	84.143,00
1105	REC ALIENACAO DE BENS DAS DEMAIS SECRETARIAS	0,00	2.500,00
4011	INCENTIVO ATENCAO BASICA	6.800,00	0,00
4302	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS SAUDE - ESTADO	50.390,00	0,00
4510	PAB FIXO - FEDERAL	4.541,13	0,00
4590	TETO FINANCEIRO-SIA-SUS/SERVICOS HOPITALAR	10.700,00	0,00
4710	TETO FINANCEIRO EPIDEMIOLOGIO E AMBIENTAL FEDERAL	298,34	0,00
SUBTOTAL		650.785,49	86.643,00
TOTAL		737.428,49	

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		DO EXERCÍCIO ATUAL	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
1	RECURSO LIVRE	0,00	0,00	273.512,01	0,00
40	ASPS	0,00	0,00	103.787,03	0,00
SUBTOTAL		0,00	0,00	377.299,04	0,00
TOTAL		0,00		377.299,04	

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Exercícios Anteriores

Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00

Exercício Atual

Processados	377.299,04
Não Processados	0,00
Subtotal	377.299,04

Total Ex Anterior + Ex Atual	377.299,04
------------------------------	------------



**Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF**  
**EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS**  
**EXERCÍCIO DE 2017**  
**PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE**  
**2º Semestre**



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



**17.0.0.4**  
22/01/2018  
17:24:43  
Pág.: 3/3

SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 22 de Janeiro de 2018 .

MATIONE SONEGO  
Prefeito Municipal

REJANE BARBARA SEGABINAZZI FOLETTO  
Responsável pela Administração Financeira

DELISETTE MARIA BENETTI VIZZOTTO  
Responsável pelo Controle Interno



## ENCERRAMENTO EXERCÍCIO 2017 RELATÓRIO DO PREFEITO MUNICIPAL

Em cumprimento às disposições legais, estamos encaminhando o Balanço Geral do Exercício de 2017, do Poder Executivo do Município de São João do Polêsine, com seus anexos e relatórios explicativos, relativo aos principais aspectos da administração, a seguir relacionados:

### DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO

O Orçamento Municipal de São João do Polêsine foi aprovado através da Lei nº.806 de 27.12.2016, onde fixou a despesa orçamentária e orçou a receita em R\$ 15.953.485,49 (Quinze milhões novecentos e cinquenta e três mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e nove centavos). Este valor no decorrer do exercício teve as seguintes modificações:

Receita orçada	R\$15.953.485,49
Receita arrecadada	R\$ 12.885.755,22
Arrecadação a menor	R\$ 3.067.730,27
Despesa fixada	R\$ 15.953.485,49
Créditos Adicionais Suplementares	R\$1.777.441,89
Créditos Especiais	R\$ 0,00
Redução de dotações	R\$1.400.400,00
Despesa empenhada	R\$12.942.992,43
Despesa Liquidada	R\$12.776.357,45

### DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total inicialmente previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital excluído as deduções da receita, foi estimado no montante de R\$ **15.953.485,49**. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2017 foi de R\$ **12.885.755,22**, tendo sido arrecadado, portanto **80,77%** da meta anual. Esse desempenho foi propiciado, principalmente, pelo resultado das receitas correntes, que atingiu o percentual de realização equivalente a **90,26%** da programação anual.





O total das Receitas Correntes previsto para o exercício foi de **R\$ 13.332.854,53**. Os valores líquidos realizados corresponderam a **R\$ 12.034.673,47**. Nesse grupo, as receitas mais significativas foram as Transferências Correntes e as Receitas Tributárias que figuraram, respectivamente, com (Valores líquido) **R\$ 10.372.285,92** e **R\$ 1.203.543,36**.

#### QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual Inicial	Realiz. no Período	% Real. Período
<b>1 – Receitas Correntes</b>	<b>13.332.854,53</b>	<b>12.034.673,47</b>	<b>90,26%</b>
Receita Tributária	1.445.300,00	1.446.185,54	100,06%
(-) Deduções da Rec. Tributária	(308.800,00)	(242.642,18)	78,58%
Receita de Contribuições	100.000,00	69.857,01	69,86%
Receita Patrimonial	43.800,00	67.352,82	153,77%
(-) Ded. De Receita Patrim.	-	(1,19)	0,00%
Receita de Serviços	325.700,00	192.629,58	59,14%
Transferências Correntes	13.645.654,53	12.306.495,43	90,19%
(-) Deduções De Tr. Correntes	(2.138.800,00)	(1.934.209,51)	90,43%
Outras Rec. Correntes	220.100,00	129.074,83	58,64%
(-) Ded. De Outr Rec. Correntes	-	(88,65)	0,00%
<b>2 – Receitas de Capital</b>	<b>2.620.630,96</b>	<b>854.996,88</b>	<b>32,63%</b>
Operações De Crédito	150.000,00	202.902,38	135,27%
Alienação de Bens	120.000,00	230.255,00	191,88%
Amort. de Empréstimos	1.000,00	-	0,00%
Transfer. De Capital	2.345.430,96	411.017,36	17,52%
Outras Rec. De Capital	4.200,00	10.822,14	257,67%
<b>3 (-) Outras Deduções da Receita</b>	<b>-</b>	<b>(3.915,13)</b>	
<b>Total da Receita</b>	<b>15.953.485,49</b>	<b>12.885.755,22</b>	<b>80,77%</b>



## QUADRO 2 - RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Progr.
<b>Impostos</b>	<b>1.395.300,00</b>	<b>1.392.425,26</b>	<b>99,79%</b>
I P T U	442.800,00	434.225,90	98,06%
I R R F	172.500,00	179.373,52	103,98%
I T B I	130.000,00	95.287,18	73,30%
I S S Q N	650.000,00	683.538,66	105,16%
<b>Taxas</b>	<b>50.000,00</b>	<b>53.760,28</b>	<b>107,52%</b>
Taxas p/ Exerc. Poder de Polícia	44.000,00	49.812,22	113,21%
Taxas p/ Prestação de Serviços	6.000,00	3.948,06	65,80%
<b>(-) Deduções da Rec Tributária</b>	<b>(308.800,00)</b>	<b>(242.642,18)</b>	<b>78,58%</b>
<b>Total das Receitas Tributárias (Líquido)</b>	<b>1.136.500,00</b>	<b>1.203.543,36</b>	<b>105,90%</b>

### Transferências Correntes

Conforme se visualiza no grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, que realizou **R\$ 7.543.934,69** no período, correspondendo a 88,75% da previsão anual. O FPM foi incrementado, no mês de julho e dezembro, pela "Cota Extra" repassado aos municípios em atendimento do disposto na legislação vigente, também há de se registrar o recebimento dos recursos da repatriação nos meses de novembro e dezembro.

A Compensação Financeira da Lei Complementar 87/96 – Lei Kandir – realizou 113,12% do valor previsto.

As Transferências de Convênios com o Estado, classificadas como receitas correntes demonstraram um valor realizado de **94,96%** em comparação à projeção para o ano, correspondendo a **R\$ 349.179,40**. Não houve ingresso de transferências de convênios da União Federal.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no I C M S, cujos valores transferidos ao Município, no período, foram de **R\$ 2.374.820,60**, ou seja **94,99%** da expectativa inicial, que era de **R\$ 2.500.000,00**.





### QUADRO 3 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – PREVISTAS E REALIZADAS

	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Previsto
<b>Transferências da União</b>	<b>9.302.500,00</b>	<b>8.305.827,20</b>	<b>89,29%</b>
Cota parte do F P M + Cota Extra	8.500.000,00	7.543.934,69	88,75%
Cota parte do I T R	7.500,00	6.323,25	84,31%
Cota parte da LC 87/96 (Lei Kandir)	13.000,00	14.705,63	113,12%
Cota Parte Fundo Especial do Petróleo	80.000,00	80.370,61	100,46%
PAB - Parte Fixa	80.000,00	66.872,04	83,69%
PAB - Parte Variável	305.000,00	297.860,99	97,66%
Outras Transferências do SUS	53.000,00	58.352,43	110,10%
Transferências do F N A S	94.000,00	98.160,00	104,43%
Transferências do F N D E	159.000,00	125.344,79	78,83%
Transf.de Convênios com União	-	-	0,00%
Outras Transferências da União	11.000,00	13.902,77	126,39%
<b>Transferências do Estado</b>	<b>3.518.154,53</b>	<b>3.225.535,60</b>	<b>91,68%</b>
Cota Parte do I C M S	2.500.000,00	2.374.820,60	94,99%
Cota Parte do I P V A	325.000,00	320.331,47	98,56%
Cota Parte do IPI / Exportação	49.000,00	35.874,09	73,21%
Cota parte da C I D E	12.000,00	15.802,16	131,68%
Transf. do Fundo Est. Saúde (FES)	260.000,00	129.501,78	49,81%
Transf.de Convênios com Estado	370.454,53	349.179,40	94,26%
Outras Transferências do Estado	1.700,00	26,10	1,54%

### Transferências do F U N D E B

O quadro a seguir evidencia o comportamento da arrecadação e dos valores transferidos ao FUNDEB. Em resumo, verifica-se que no período de janeiro a dezembro de 2017, o Município recebeu, do referido fundo, em razão do nº. de alunos matriculados em sua rede de ensino, o valor de **R\$ 761.582,63**, representando **95,20%** da previsão anual. Por outro lado, contribuiu, de forma compulsória para o mesmo com o valor de **R\$ 1.934.209,51** (**90,43%** do total previsto para o ano). Portanto, a perda acumulada no FUNDEB, ao final do exercício de 2017 foi de **R\$ 1.172.626,88**.





#### QUADRO 4 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Previsto
Valores Recebidos do FUNDEB	800.000,00	761.582,63	95,20%
Valores Transferidos para o FUNDEB	2.138.900,00	1.934.209,51	90,43%
Perda com o FUNDEB	-1.338.900,00	-1.172.626,88	87,58%

#### Receitas de Capital

As Receitas de Capital alcançaram 32,63% da previsão inicial para o ano. A maior previsão estava na transferência de capital tanto da esfera estadual como federal, cujo valor inicialmente previsto foi de **R\$ 2.620.630,96**, tendo ingressado **R\$ 854.996,88** no período. Destacamos que no exercício de 2017 o Município recebeu o valor de R\$ 202.902,38 referente a operação de crédito realizada com o BADESUL SA objetivando a pavimentação de ruas perímetro urbano da sede do município e do distrito de Vale Vêneto, conforme contrato nº 055/2015.

#### Alienação de Bens

No exercício financeiro de 2017 o Município promoveu dois leilões para alienação de bens móveis sendo arrecadado a importância de R\$ 230.255,00 que foi depositado em contas específicas conforme a fonte de recursos e as despesas foram efetuadas de acordo com o estabelecido na legislação vigente.

#### DESPESA ORÇAMENTARIA

Considerando todas as fontes de recursos, a Receita total realizada no período de janeiro a dezembro de 2017, apresentou uma execução superior à Despesa total Liquidada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 0,99 demonstrando um Superávit na execução orçamentária de **R\$ 109.397,77**.

As Despesas Liquidadas, no acumulado do ano de 2017 totalizaram **R\$ 12.776.357,45**, valor equivalente a 78,24% do total dos créditos autorizados.

Analiticamente, o total das despesas correntes realizadas (liquidadas) foi de **R\$ 11.994.754,80** correspondendo a 91,67 % da previsão atualizada para esta categoria econômica. As despesas de capital totalizaram **R\$ 781.602,65**, ou seja, **24,08%** dos créditos autorizados.





### QUADRO 5 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Receita Realizada	Previsão Atualizada	Realizada no Período	% Real / Progr.
(1) Receita Total	16.100.620,96	12.885.755,22	80,03%
Especificação	Créditos Autorizados	Realizada no Período	% Real / Progr.
Despesas Correntes	13.084.489,82	11.994.754,80	91,67%
Pessoal e Encargos Sociais	6.899.703,19	6.776.002,50	98,21%
Juros e Encargos da Dívida	79.616,00	78.757,20	98,92%
Outras Despesas Correntes	6.105.170,63	5.139.995,10	84,19%
Despesas de Capital	3.245.959,16	781.602,65	24,08%
Investimentos	3.083.249,16	621.022,14	20,14%
Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00%
Amortização da Dívida	160.710,00	180.580,51	99,92%
Reserva de Contingência	78,40	0	0,00%
(2) Despesa Total	16.330.527,38	12.776.357,45	78,24%
Resultado Orçamentário (1-2)	-230.006,42	109.397,77	
Relação Despesa/Receita (2 / 1)		0,99	

### AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

As despesas com os encargos de Amortização da Dívida (principal e juros), no valor de **R\$ 239.337,71**, representaram um desembolso correspondente a 99,58% da previsão atualizada da despesa.

#### Investimentos Realizados

Já em relação às despesas com investimentos corresponderam a **20,14%** em relação aos créditos autorizados para esta rubrica. Em termos orçamentário/financeiro, o total autorizado foi de **R\$ 3.083.249,16**, apresentando uma execução de **R\$ 621.022,14**.



## DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

### Despesa de Pessoal

Conforme evidenciado nos quadros 6 e 7, a Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivo e legislativo, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. Em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, está abaixo do limite prudencial de 57%, apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de 44,62% para o Executivo e de 3,07% para o Legislativo.

A Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 13.033.092,48 e está assim discriminada:

#### QUADRO 6 - APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Discriminação	Arrecadação dos últimos 12 meses
Receitas Correntes	14.211.595,00
( - ) IRRF s/Rendimentos do Trabalho	174.207,87
( - ) Deduções da Receita Corrente	2.176.921,53
( + ) Ajustes Perdas c/FUNDEB	1.172.626,88
( = ) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	13.033.092,48





#### QUADRO 7 - DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F

PODER	Despesa Liquidada	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	5.814.934,00	44,62%	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	399.628,13	3,07%	5,70%	6%
Total das despesas com pessoal	6.214.562,13	47,68%	57%	60%

#### QUADRO 8 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Especificação	Saldo Em 31/12/2016	Saldo Em 31/12/2017	Variação %
I – Dívida Consolidada	553.892,47	537.144,58	-3,02%
(-) Ativo Disponível	840.819,66	968.042,59	15,13%
(+) Restos a Pagar Processados + Empenhos do Exercício Liquidados a Pagar	995.126,72	1.034.962,07	4,00%
(+) Outras Obrigações Financeiras	41.225,88	38.805,30	-5,87%
II – Dívida Consolidada Líquida	749.425,41	642.869,36	-14,22%
III – Receita de Privatizações	-	-	
IV – Passivos Reconhecidos	-	-	
			Resultado Nominal
V – Dívida Fiscal Líquida (II+III-IV)	749.425,41	642.869,36	-106.556,05
Receita Corrente Líquida	13.033.092,48		

No final do exercício de 2017, o Resultado Nominal foi de (R\$ 106.556,05), o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional (Portaria nº 403/2016), que consiste na verificação da variação do saldo do endividamento líquido no período. Por esta metodologia, leva-se em conta a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no final período de referência (dezembro de 2017) e o saldo da dívida fiscal líquida no final do exercício anterior ao de referência (dezembro de 2016), sendo que caso o resultado seja positivo representará uma elevação no nível de endividamento, e, caso negativo evidenciaram uma diminuição da dívida. Pelo resultado apresentado houve uma redução do endividamento líquido.





pois, em 31/12/2017 a dívida fiscal líquida do Município apresenta um saldo de R\$ 642.869,36 inferior àquele verificado ao final do período anterior, que era de R\$ 749.425,41.

Importante destacar, ainda, que o saldo da dívida líquida do Município R\$ 642.869,36 representa, apenas, 4,93% da Receita Corrente Líquida, muito abaixo do limite estabelecido pela Resolução 43/2001 do Senado Federal, que é de 120% da RCL.

## DOS RESTOS A PAGAR

No final do exercício de 2017 o município apresentou a importância de R\$ 1.028.084,53 em restos a pagar processados e R\$ 86.643,00 de restos a pagar não processados.

Destacamos que do valor acima o município apresentou insuficiência financeira no montante de R\$ 377.299,04 nas Fontes de Recursos 0001 – Livre e 40 – A.S.P.S. Quanto à insuficiência financeira apresentada, esclarecemos que em virtude da forte recessão que o país enfrenta a partir de 2014, o que tem causado um forte desequilíbrio nas contas públicas, os municípios gaúchos acumulam irreparáveis perdas em seus cofres. O Município de São João do Polêsine também tem sofrido com a crise econômica afetando diretamente as finanças, enquanto as demandas por atividades essenciais só tem aumentado.

De acordo com estudo elaborado e divulgado pela FAMURS o município de São João do Polêsine deixou de receber no decorrer do ano de 2017 a importância de R\$ 163.400,00 do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Também devemos considerar que o município enfrentou falta de repasse de recursos destinado à área da saúde nos anos de 2014 a 2017, onde o governo do Estado deixou de repassar a importância de R\$ 301.961,71, conforme OF. Circular/FES. Nº 532/2017 de 05 de dezembro de 2017 (valor ajustado com os repasses recebidos nos meses de novembro e dezembro de 2017). O município aplicou em saúde no exercício de 2017 o percentual de 22,24, o que representa R\$ 833.063,71 acima do mínimo constitucional para Manutenção das Ações e Serviços Públicos em Saúde, tendo ocasionado insuficiência financeira na fonte de recurso 0001 – Livre.

Ponderamos também que o total de restos a pagar inscritos com insuficiência financeira teve um acréscimo de 4,53% em relação ao inscrito no final de 2016 que representa em valores R\$ 16.365,44. Em relação à RCL o total de restos a pagar inscritos com insuficiência financeira no final do exercício de 2017 representa 2,89%, não comprometendo o equilíbrio das contas públicas.



## Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (**Quadro 9**), apuradas conforme o Parecer Coletivo nº. 001/2003 e instrução normativa nº 19/2016, do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 2.904.661,51, o que corresponde a 25,25% da Receita de Impostos e Transferências.

Conforme demonstrado no **Quadro 4**, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi deficitário em relação ao FUNDEB. Assim nos termos da legislação vigente, a perda deverá ser computada nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 22 da Lei Federal 11.494/2007, que uma parcela não inferior a 60% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, no exercício de 2017, o montante de R\$ 721.682,18 o que corresponde a 94,45% dos recursos do referido fundo atendendo o dispositivo legal supracitado.

### QUADRO 9 - RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

RECEITAS	PREVISÃO Inicial	Arrecadação	
		Até o Quadrimestre	%
	(a)	(b)	(b/a)
<b>RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS</b>			
Receitas de Impostos + Multas e Juros + Dívida Ativa	1.229.600,00	1.205.638,41	98,05%
Receitas de Transferências Constitucionais	11.391.500,00	10.295.969,73	90,36%
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>12.621.100,00</b>	<b>11.501.628,14</b>	<b>91,11%</b>
<b>Mínimo a Aplicar em MDE (25%)</b>	<b>3.155.025,00</b>	<b>2.875.407,04</b>	<b>91,11%</b>
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	PREVISÃO Atualizada	DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre	%
EDUCAÇÃO INFANTIL	992.802,74	909.352,34	91,59%
ENSINO FUNDAMENTAL	949.374,86	837.844,14	88,25%
(+) Perda com o FUNDEB	(1.338.900,00)	(1.172.628,88)	87,58%
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	4.000,00	2.834,25	70,86%
(-) Despesas c/ Superávit do FUNDEB	12.327,80	12.327,80	---
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO</b>	<b>3.264.750,00</b>	<b>2.904.661,51</b>	<b>88,97%</b>
<b>PERCENTUAL APLICADO</b>	<b>25,25%</b>		





### QUADRO 10 - RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS A AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE


RECEITAS	PREVISÃO	Arrecadação	
	(a)	Até o Quadrimestre (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			
Receitas de Impostos	1.229.600,00	1.205.638,41	98,05%
Receitas de Transferências Constitucionais	11.394.500,00	10.295.989,73	90,36%
TOTAL DAS RECEITAS	12.624.100,00	11.501.628,14	91,11%
Minimo a Aplicar em A S P S (15%)	1.893.615,00	1.725.244,22	91,11%

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre	%
Administração Geral	11.795,60	8.528,68	72,30%
Atenção Básica	2.658.500,00	2.551.504,58	95,98%
Vigilância Sanitária	5.200,00	4.219,72	81,15%
Vigilância Epidemiológica	600,00	138,39	22,73%
Restos a Pagar Liquidados no Exercício			
( - ) Rendimentos de Aplicações Financeiras dos Recursos ASPS	2.000,00	1.777,14	88,86%
( ) Valor Transferido a Consórcio Público (Portaria STN nº 274/2016 )	4.695,60	4.304,30	91,67%
TOTAL APLICADO NO PERÍODO	2.669.400,00	2.558.307,93	95,84%
Fonte: Balancetes contábeis da receita e da despesa orçamentária			
PERCENTUAL APLICADO	22,24%		

Quanto aos recursos vinculados da Saúde, ressaltamos o seguinte: Receitas provenientes de impostos, transferências e dívida ativa tributária somaram a quantia de **R\$ 11.501.628,14**. O Município de São João do Polêsine teria que aplicar para os serviços públicos de saúde o percentual de 15% que corresponde a **R\$ 1.725.244,22**. No decorrer do exercício esses valores não foram suficientes para atender todas demandas com os serviços de saúde, tendo o município ter que alocar o equivalente a **R\$ 2.558.307,93**, atingindo um percentual de **22,24%** da arrecadação de impostos e transferências.

Na administração geral do município destacamos o aperfeiçoamento e treinamento dos servidores municipais. Era o que entendemos de relevante e necessário relatar.

São João do Polêsine, 19 de janeiro de 2018.

  
**Matiane Sonego**  
Prefeito Municipal





# RELATÓRIO E PARECER – GERAL (EXECUTIVO)

Art.2º, inciso III, letra "b" - Resolução n.º 1.052/2015 e demais alterações - TCERS

## BASE LEGAL:

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e, nos termos do disposto nos artigos 71, parágrafo único e 82, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 1028 de 4 de março de 2015, do Tribunal de Contas do Estado, e com a redação dada pela alínea "b" do Inciso III do art. 2º da Resolução nº 1.052/2015, de 09 de dezembro de 2015 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 784/2016, de 29/03/2016, que Institui o Sistema de Controle Interno no Poder Executivo Municipal.

O órgão de Unidade Central do Sistema Controle Interno (UCSCI) do Município de **SÃO JOÃO DO POLÊSINE** vem apresentar o **RELATÓRIO E O PARECER SOBRE AS CONTAS DO PODER EXECUTIVO**, relativos ao exercício de 2017.

Cabe destacar, inicialmente, as seguintes considerações:

- O órgão de Unidade Central do Sistema de Controle Interno do Município foi instituído pela Lei Municipal n.º 371/2002, de 18 de novembro de 2002 e suas alterações;*
- A responsabilidade pelo sistema de controle cabe à Administração, nos termos da Constituição Federal, arts. 74, 31 e Lei Municipal n.º 784/2016, de 29 de março de 2016 e suas alterações;*
- A responsabilidade no controle de cada setor é hierarquicamente de cada chefia e, solidariamente, pessoal de cada agente público que exerça cargo ou função no Município, nos termos do que dispõe a Constituição da República, art. 74, §1º;*
- A responsabilidade da Unidade Central do Sistema de Controle Interno, reside na coordenação técnica dos setores, entidades e poderes, no que se refere à orientação quanto a instituição de rotinas internas, à observância dos princípios de controle interno, o inter-relacionamento entre os controles que compõem o sistema, a análise dos controles quanto à relação custo-benefício e quanto à auditoria de verificação dos controles já instituídos.*

## RELATÓRIO

**1)** A Unidade Central do Sistema de Controle Interno desenvolveu suas atividades através de procedimentos, normas e através da utilização de ferramentas tecnológicas na geração e confrontação de dados, gerando todas as informações necessárias ao processo de avaliação e acompanhamento ao sistema de controle interno do Município, garantindo com isso que seja cumprido os requisitos necessários ao bom andamento dos princípios e promovendo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos humanos e dos bens públicos municipais, entre os procedimentos realizados destacamos os seguintes documentos formais expedidos por esta UCSCI:

### 1.1) RELATÓRIO DA GESTÃO CONTÁBIL (EXECUTIVO):

Dispõe sobre o acompanhamento da gestão contábil, referente ao exercício de 2017, de acordo com a **Lei n.º 4.320/64, LC n.º 101/2000**, entre outros dispositivos de controle que constam do SIAPC – PAD do 2º semestre enviados ao TCE, os seguintes relatórios contábeis:

- *Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação de Recurso;*
- *Balanco Orçamentário;*
- *Demonstrativo Limites – Poder Executivo;*
- *Demonstrativo Limites – Poder Legislativo;*
- *Demonstrativo das Operações de Crédito;*
- *Demonstrativo dos Restos a Pagar;*
- *Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária;*
- *Demonstrativo da Execução das Despesas por função/subfunção;*
- *Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa;*
- *Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;*
- *Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Executivo – 54%;*
- *Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Legislativo – 6%;*
- *Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;*
- *Demonstrativo dos Repasses Recebidos;*
- *Demonstrativos dos Gastos Totais;*
- *Evolução Mensal da Receita e Despesa;*
- *Demonstrativo legal dos 25% do MDE;*

UCSCI - UNIDADE CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Missão: "Desenvolver a eficácia, a eficiência e a economicidade na gestão pública municipal"





# RELATÓRIO E PARECER – GERAL (EXECUTIVO)

Art.2º, inciso III, letra "b" - Resolução n.º 1.052/2015 e demais alterações - TCERS

## BASE LEGAL:

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e, nos termos do disposto nos artigos 71, parágrafo único e 82, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 1028 de 4 de março de 2015, do Tribunal de Contas do Estado, e com a redação dada pela alínea "b" do Inciso III do art. 2º da Resolução nº 1.052/2015, de 09 de dezembro de 2015 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 784/2016, de 29/03/2016, que Institui o Sistema de Controle Interno no Poder Executivo Municipal.

- Demonstrativo legal dos 20% do FUNDEB;
- Demonstrativo dos Depósito ao MDE;
- Análise da Aplicação Legal dos 60% FUNDEB;
- Análise de Ganho ou perda com o FUNDEB;
- Demonstrativo legal dos 15% do ASPS;
- Receitas destinadas a manutenção da saúde – Fonte Federal;
- Receitas destinadas a manutenção da saúde – Fonte Estadual;
- Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;
- Demonstrativo do Resultado Nominal;
- Demonstrativo do Resultado Primário;

Dessa forma a Unidade Central do Sistema de Controle Interno, está atuando de forma preventiva e corretiva através da emissão de análises, diagnósticos, informativos, orientações e recomendações, visando com isso detectar problemas futuros, não sendo preciso sanar irregularidades ou deficiências que por ventura venham a ocorrer. Eis que da forma que estão sendo conduzidos os trabalhos, temos por satisfação que a maioria de nossas manifestações estão obtendo êxito quanto ao entendimento e tomada de decisões dos agentes públicos e do Senhora Prefeita Municipal.

Ressalta-se que há disposição da Administração para o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho em busca de atuação balizada sempre pelos princípios que regem a Administração Pública (CF, art. 37).

**2) Em análise do SIAPC – Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas, pelo seu RVE – Relatório de Validação e Encaminhamento e Demonstrativo dos Limites - RGF emitido no período de 01/01/2017 a 31/12/2017 – 6º Bimestre** respectivamente, protocolado em 22 de janeiro de 2018 e **Digitalmente Certificado sob nº 61701113298729793** e pelo **MCI – Manifestação Conclusiva do Controle Interno** emitido no período de **01/01/2017 à 31/12/2017 – 2º Semestre**, protocolado em 23 de janeiro de 2018 e **Digitalmente Certificado sob n.º 51704110240096222**, sendo o SIAPC elaborado por Poder individualmente seus relatórios. A UCSCI – Unidade Central do Sistema de Controle Interno, por conseguinte adota esta ferramenta informatizada de auditoria como instrumento de controle interno, verificando e analisando as informações constantes a fim de certificar-se da legalidade dos atos e fatos contábeis contidos e consistidos pelo sistema.

**3) Em análise da execução do orçamento, verificou-se o atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.**

**4) No que respeita ao atendimento dos limites e condições para realização da Dívida Consolidada Líquida, o município não realizou nenhuma dívida consolidada no exercício de 2017. Com referência a Operações de Crédito, o município realizou o total de 202.902,38, estando esse valor em 1,56% da Receita Corrente Líquida, estando bem abaixo do limite legal. Quanto a Garantias e Contra Garantias de Valores, o Município não realizou nenhuma delas no exercício de 2017. No que se refere à inscrição de Restos A Pagar Com Insuficiência Financeira o município inscreveu o total de 377.299,04 do exercício atual, demonstrando uma situação ainda desfavorável para o município que se recupera em relação aos exercícios anteriores.**

**5) Tocante à despesa total com pessoal, de que tratam os art(s). 18 e 23 da Lei Complementar n.º 101/2000, manteve-se, durante todo o exercício, dentro do limite legal.**





# RELATÓRIO E PARECER – GERAL (EXECUTIVO)

Art.2º, inciso III, letra "b" - Resolução n.º 1.052/2015 e demais alterações - TCERS

## BASE LEGAL:

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e, nos termos do disposto nos artigos 71, parágrafo único e 82, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 1028 de 4 de março de 2015, do Tribunal de Contas do Estado, e com a redação dada pela alínea "b" do Inciso III do art. 2º da Resolução nº 1.052/2015, de 09 de dezembro de 2015 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 784/2016, de 29/03/2016, que Institui o Sistema de Controle Interno no Poder Executivo Municipal.

## 5.1) DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

LRF – LCF n.º 101/2000 – Art.53, Inciso I

Receita Corrente Líquida – RCL	Valor R\$
Total da Receita Corrente Líquida – Últimos doze meses	13.033.092,48

## 5.2) DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL – PODER EXECUTIVO

LRF – LCF n.º 101/2000 – Art. 54 e 55, Inciso I, Alínea "a"

Despesa com Pessoal	Valor R\$	% S/ RCL
Total da Despesa Líquida – Últimos 12 meses	5.814.934,00	44,62 %
Limites Legais da Despesa com Pessoal		% S/ RCL
Limite para Emissão de Alerta – Inciso II, do §1º Art.59 da LRF		48,60%
Limite Prudencial – Parágrafo Único do Art.22 da LRF		51,30%
Limite Legal – Art.20, Inciso III, Alínea "b"		54%

6) Em análise mais detalhada das operações financeiras e orçamentárias realizadas pelo Setor de Contabilidade, observamos em relação ao disposto no Capítulo II, do Título IX da Lei Federal n.º 4.320/64, que foram escrituradas em conformidade com as normas aí previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie, pois:

- A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados, durante a execução, no qual deixa explícito essa demonstração.
- Os gastos efetuados guardaram conformidade com a classificação funcional-programática da Lei Federal n.º 4.320/64 e Portarias Ministeriais.
- Ficou caracterizada a observância das fases da despesa estabelecidas nos arts. 60, 63 e 64 da Lei Federal n.º 4.320/64.
- As Notas de Empenho e Ordens de Pagamento estão acompanhadas de documentação comprobatória hábil (notas fiscais, recibos, faturas, conhecimentos, etc.), nos termos da legislação vigente;
- Os bens móveis e imóveis adquiridos ou alienados no curso do exercício foram contabilizados nas contas patrimoniais respectivas;
- No controle contábil das operações financeiras extra orçamentárias, nenhuma irregularidade foi constatada;

7) Elencamos ainda atividades desenvolvidas durante o exercício que está dentro do planejamento previsto desse período:

- Relatório Operacional das atividades desenvolvidas;
- Relatório e parecer das atividades do setor de pessoal, evidenciando servidores públicos, processos administrativos disciplinares ou especiais e sindicâncias, nepotismo, despesas, estágio probatório, contratações emergenciais, concurso público, cargos em comissão e questões gerais relativas aos servidores públicos;
- Relatório das atividades da Área Legislativa;
- Relatório das atividades de Auxílios e Subvenções Sociais, Obras Públicas e Planejamentos Urbanos, Sistema Municipal de Trânsito, Gestão da Educação, Licitação e Contratos Administrativos, Tributação e Arrecadação, Gestão Ambiental, Gestão Municipal da Saúde, Sistema Único da Assistência Social.





# RELATÓRIO E PARECER – GERAL (EXECUTIVO)

Art.2º, inciso III, letra “b” - Resolução n.º 1.052/2015 e demais alterações - TCERS

## BASE LEGAL:

*Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e, nos termos do disposto nos artigos 71, parágrafo único e 82, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 1028 de 4 de março de 2015, do Tribunal de Contas do Estado, e com a redação dada pela alínea “b” do Inciso III do art. 2º da Resolução nº 1.052/2015, de 09 de dezembro de 2015 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 784/2016, de 29/03/2016, que Institui o Sistema de Controle Interno no Poder Executivo Municipal.*

## PARECER

Diante do exposto, o órgão de Unidade Central do Sistema de Controle Interno é de parecer que as metas previstas no plano plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os programas do governo municipal elencados na lei orçamentária do exercício, **FORAM ADEQUADAMENTE CUMPRIDOS.**

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão financeira orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia e eficiência, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

É o relatório e parecer.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE/RS, 23 de janeiro de 2018

**DELISETTE BENETTI VIZZOTTO**  
Responsável pelo Controle Interno





## TERMO DE ENCERRAMENTO DE INVENTÁRIO Nº 01/2017

Encerra-se, nesta data, o Processo de Inventário dos bens registrados no Setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine, RS. Durante o Processo de Inventário foram localizados 3.725 (três mil, setecentos e vinte e cinco) bens móveis e 20 (vinte) bens imóveis cadastrados. No ano de 2017 foram adquiridos 105 (cento e cinco) bens móveis e baixados 146 (cento e quarenta e seis) bens móveis, totalizando 3.684 (três mil, seiscentos e oitenta e quatro) bens móveis cadastrados no patrimônio da Prefeitura Municipal.

Declaramos, ainda, que o saldo dos bens de consumo em estoque no Almoxarifado é de R\$ 120.190,67.

Declaramos, ainda, que o saldo dos bens móveis permanentes é de R\$ 3.446.546,77 e bens imóveis é R\$ 10.575.963,45.

Este inventário será destinado ao Senhor Prefeito Municipal e, em seguida, ao Setor de Contabilidade, estando em conformidade com os dados estabelecidos.

São João do Polêsine, RS, aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete.

*Comissão de Levantamento e Inventário de Bens:*

Marinês Dias Missio

Amir Fernando Pivetta



## DECLARAÇÃO

Eu, **Aldonizete Guterres Lopes**, Oficial Administrativo, Matrícula 638-6, operador responsável pelo Sistema Base de Legislação Municipal – BLM, nos termos do Art. 2º, inciso III, letra “e” da Resolução TCE nº 1052 de 17/12/2015, **DECLARO** que as leis que compõem o processo orçamentário, bem como as leis e decretos de abertura de créditos adicionais e de operações de crédito, foram devidamente lançados no sistema BLM-TCE/RS.

São João do Polêsine, RS, 12 de janeiro de 2018.

*Aldonizete Guterres Lopes*  
**Aldonizete Guterres Lopes**  
**Oficial Administrativo**  
**Matr. 638-6**  
**Aldonizete Guterres Lopes**  
**Oficial Administrativo**  
**Matrícula 638-6**







## DECLARAÇÃO

Eu, **Matione Sonego**, CPF N° 635.948.970-87, RG N° 1038563233, Prefeito Municipal de São João do Polêsine, **declaro** para os devidos fins, que os agentes públicos que desempenham atividades no poder Executivo estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas.

São João do Polêsine, 23 de janeiro de 2018.

  
**MATIONE SONEGO**  
Prefeito Municipal





## DECLARAÇÃO

EU, CLÓVIS COLETTTO, brasileiro, contador da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine, nos termos da resolução TCE RS nº 1052 de 17 dezembro de 2015 DECLARO, que foi realizado a conciliação bancária em 31 de Dezembro de 2017 de todas as contas do Poder Executivo, e que o resultado apurado está correto, conforme saldos constantes no balancete contábil em 31.12.2017.

São João do Polêsine, 23 de janeiro de 2018.

  
Matone Sonego  
Prefeito Municipal

  
Clóvis Coletto  
CRC 46.331/RS



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE**  
**ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2017**  
**CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS NO ANO DE 2017**

CRÉDITOS ADICIONAIS										RECURSOS/ FUND.LEGAL	
SUPLEMENTARES										ESPECIAIS	
LEI	DATA	DECRETO	DATA	Arrecadação a Maior	Redução de Verbas	Opera- ção de crédito	Superávit Financeiro	Por Auxílio	Redução de Verbas	Operação de Crédito	Superávit Financeiro
806	27/12/2016	1868	09/01/2017		R\$ 22.000,00						ART. 7º, I, LEI 806
806	27/12/2016	1874	30/01/2017				R\$ 3.856,27				ART. 8º, III, LEI 806
806	27/12/2016	1876	03/02/2017				R\$ 146.250,00				ART. 8º, III, LEI 806
806	27/12/2016	1877	13/02/2017		R\$ 7.000,00						ART. 7º, I, LEI 806
806	27/12/2016	1882	14/03/2017		R\$ 47.000,00						ART. 7º, I, LEI 806
806	27/12/2016	1883	24/03/2017		R\$ 21.200,00						ART. 7º, I, LEI 806
806	27/12/2016	1884	17/04/2017		R\$ 35.000,00						ART. 7º, I, LEI 806
806	27/12/2016	1885	25/04/2017				R\$ 12.327,60				ART. 7º, II, LEI 806
806	27/12/2016	1886	02/05/2017		R\$ 13.000,00						ART. 7º, I, LEI 806
806	27/12/2016	1887	02/05/2017				R\$ 2.000,00				ART. 8º, III, LEI 806
806	27/12/2016	1890	05/05/2017		R\$ 6.000,00						ART. 7º, I, LEI 806
806	27/12/2016	1891	18/05/2017		R\$ 15.000,00						ART. 8º, III, LEI 806
806	27/12/2016	1892	18/05/2017		R\$ 8.000,00						ART. 7º, I, LEI 806
806	27/12/2016	1893	19/05/2017		R\$ 1.600,00						ART. 8º, III, LEI 806
806	27/12/2016	1896	24/05/2017				R\$ 2.400,00				ART. 7º, I, LEI 806
806	27/12/2016	1897	31/05/2017				R\$ 5.181,07				ART. 8º, III, LEI 806
806	27/12/2016	1900	31/05/2017		R\$ 94.000,00						ART. 7º, I, LEI 806
806	27/12/2016	1901	23/06/2017		R\$ 11.100,00						ART. 8º, I, LEI 806
806	27/12/2016	1902	23/06/2017		R\$ 5.500,00						ART. 7º, I, LEI 806
806	27/12/2016	1907	12/07/2017		R\$ 23.400,00						ART. 7º, I, LEI 806
806	27/12/2016	1910	17/07/2017		R\$ 5.000,00						ART. 7º, I, LEI 806
806	27/12/2016	1911	20/07/2017		R\$ 38.000,00						ART. 8º, II, LEI 806
806	27/12/2016	1914	24/07/2017		R\$ 32.000,00						ART. 8º, I, LEI 806
806	27/12/2016	1916	27/07/2017		R\$ 21.000,00						ART. 8º, III, LEI 806
806	27/12/2016	1918	01/08/2017		R\$ 38.000,00						ART. 7º, I, LEI 806
806	27/12/2016	1920	11/08/2017		R\$ 13.000,00						ART. 7º, I, LEI 806
806	27/12/2016	1921	11/08/2017		R\$ 8.000,00						ART. 8º, III, LEI 806
806	27/12/2016	1922	11/08/2017		R\$ 16.000,00						ART. 7º, I, LEI 806

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE**  
**ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2017**  
**CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS NO ANO DE 2017**

CRÉDITOS ADICIONAIS					RECURSOS/ FUND.LEGAL				
					SUPLEMENTARES				ESPECIAIS
					Arrecadação a Maior	Redução de Verbas	Operação de Crédito	Superávit Financeiro	Por Auxílio
LEI	DATA	DECRETO	DATA						
806	27/12/2016	1923	22/08/2017			R\$ 10.000,00			
806	27/12/2016	1924	24/08/2017			R\$ 45.000,00			
806	27/12/2016	1925	28/08/2017			R\$ 7.000,00			
806	27/12/2016	1927	30/08/2017		R\$ 44.179,34				
806	27/12/2016	1928	30/08/2017			R\$ 2.000,00			
806	27/12/2016	1929	04/09/2017						
806	27/12/2016	1930	04/09/2017			R\$ 37.000,00		R\$ 2.000,00	
806	27/12/2016	1931	04/09/2017			R\$ 5.000,00			
806	27/12/2016	1934	12/09/2017					R\$ 3.662,90	
806	27/12/2016	1935	14/09/2017			R\$ 45.200,00			
806	27/12/2016	1936	22/09/2017			R\$ 28.300,00			
806	27/12/2016	1937	22/09/2017			R\$ 71.000,00			
806	27/12/2016	1938	25/09/2017			R\$ 1.500,00			
806	27/12/2016	1939	25/09/2017			R\$ 6.500,00			
806	27/12/2016	1940	25/09/2017					R\$ 8.817,31	
806	27/12/2016	1941	25/09/2017			R\$ 7.000,00			
806	27/12/2016	1942	26/09/2017					R\$ 1.500,00	
806	27/12/2016	1943	26/09/2017			R\$ 10.000,00			
806	27/12/2016	1944	26/09/2017			R\$ 54.500,00			
806	27/12/2016	1945	03/10/2017		R\$ 6.000,00				
806	27/12/2016	1946	03/10/2017					R\$ 2.554,59	
806	27/12/2016	1947	04/10/2017			R\$ 2.000,00			
806	27/12/2016	1948	13/10/2017			R\$ 2.500,00			
806	27/12/2016	1949	16/10/2017			R\$ 37.750,00			
806	27/12/2016	1950	16/10/2017			R\$ 42.000,00			
806	27/12/2016	1952	24/10/2017					R\$ 31.114,56	
806	27/12/2016	1953	24/10/2017			R\$ 52.900,00			
806	27/12/2016	1954	30/10/2017		R\$ 3.356,13				



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÉSINE**  
**ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2017**  
**CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS NO ANO DE 2017**

CRÉDITOS ADICIONAIS											RECURSOS/ FUND. LEGAL	
SUPLEMENTARES										ESPECIAIS		
LEI	DATA	DECRET O	DATA	Arrecadação a Maior	Redução de Verbas	Operaçã o de Crédito	Superávit Financeiro	Por Auxílio	Redução de Verbas	Operação de Crédito		Superávit Financeiro
806	27/12/2016	1955	01/11/2017		R\$ 10.000,00						ART. 7º, I, LEI 806	
806	27/12/2016	1956	06/11/2017	R\$ 23.000,00							ART. 8º, III, LEI 806	
806	27/12/2016	1957	17/11/2017		R\$ 9.500,00						ART. 7º, I, LEI 806	
806	27/12/2016	1958	24/11/2017		R\$ 184.150,00						ART. 8º, I, LEI 806	
806	27/12/2016	1960	29/11/2017				R\$ 5.043,83				ART. 8º, III, LEI 806	
806	27/12/2016	1961	30/11/2017	R\$ 30.000,00							ART. 8º, III, LEI 806	
806	27/12/2016	1962	05/12/2017		R\$ 26.700,00						ART. 8º, I, LEI 806	
806	27/12/2016	1963	05/12/2017				R\$ 3.298,29				ART. 8º, III, LEI 806	
806	27/12/2016	1964	05/12/2017		R\$ 2.000,00						ART. 8º, III, LEI 806	
806	27/12/2016	1965	06/12/2017		R\$ 9.000,00						ART. 7º, I, LEI 806	
806	27/12/2016	1966	06/12/2017	R\$ 4.000,00							ART. 8º, III, LEI 806	
806	27/12/2016	1967	11/12/2017		R\$ 4.000,00						ART. 8º, III, LEI 806	
806	27/12/2016	1968	11/12/2017		R\$ 1.000,00						ART. 7º, I, LEI 806	
806	27/12/2016	1970	15/12/2017		R\$ 18.000,00						ART. 7º, I, LEI 806	
806	27/12/2016	1972	19/12/2017		R\$ 130.400,00						ART. 8º, I, LEI 806	
806	27/12/2016	1973	19/12/2017		R\$ 9.200,00						ART. 7º, I, LEI 806	
806	27/12/2016	1974	20/12/2017		R\$ 4.000,00						ART. 7º, I, LEI 806	
806	27/12/2016	1975	22/12/2017		R\$ 20.000,00						ART. 8º, I, LEI 806	
806	27/12/2016	1976	27/12/2017		R\$ 2.000,00						ART. 8º, III, LEI 806	
806	27/12/2016	1977	27/12/2017	R\$ 23.500,00							ART. 8º, III, LEI 806	
806	27/12/2016	1978	28/12/2017	R\$ 13.000,00							ART. 8º, III, LEI 806	
806	27/12/2016	1979	29/12/2017		R\$ 22.500,00						ART. 7º, I, LEI 806	
TOTAL				R\$ 147.035,47	R\$ 1.400.400,00		R\$ 230.006,42					

  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE  
 SÃO JOÃO DO POLÉSINE  
 CLÓVIS COLETTI  
 CRC - R\$ 46321

**Recibo de Informações Nº 20/2017**  
**Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul**

**Resultado da Transparência nos Portais de Internet 2017 - Executivo -  
menos 10mil hab.**

**Órgão:** PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE  
**Site:** www.saojoaodopolesine.rs.gov.br  
**População:** 2646  
**Período da pesquisa:** 01/09/2017 a 20/10/2017  
**Período da análise dos recursos:** 17/11/2017 a 19/12/2017

Justificativa/Observação:

Pergunta	Resposta
5) Registro de despesas (Artigo 8º, § 1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 131/2009 e artigo 7º, inciso I, do Decreto nº 7.185/2010)	
- Número e o valor de empenho, liquidação e pagamento	S
- Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa e a fonte dos recursos	S
- Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento	S
- Procedimento licitatório, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade	S
- Bem fornecido ou serviço prestado	S
- Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)	S
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
5.1) Justificativa pela negativa	
- Justificativa	
6) Registro de receitas (Artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 131/2009, e artigo 7º, inciso II, do Decreto nº 7.185/2010)	
- Natureza da receita	S
- Previsão dos valores da receita	S
- Valores da arrecadação, inclusive recursos extraordinários	S
- Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)	S
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
6.1) Justificativa pela negativa	
- Justificativa	
7) Relatórios da transparência da gestão fiscal (Artigo 48, caput, da LC 101/00)	
- A prestação de contas (Relatório Circunstanciado) do ano anterior	S
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 6 meses	S
- Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 6 meses	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
7.1) Justificativa pela negativa	
- Justificativa	
23) Instrumentos da Gestão Fiscal (Artigo 48, caput, da Lei Complementar nº 101/2000)	
- Existência do PPA	S
- PPA - Lei Nº e Ano (Preencha no formato NNNNN/AAAA Exemplo: 1234/2017 )	718/2013



- PPA - Existência do anexo PPA	S
- Existência da LDO	S
- LDO - Lei nº e Ano (Preencha no formato NNNNN/AAAA Exemplo: 1234/2017 )	795/2016
- LDO - Existência do anexo LDO	S
- Existência da LOA	S
- LOA - Lei nº e Ano (Preencha no formato NNNNN/AAAA Exemplo: 1234/2017 )	806/2016
- LOA - Existência do anexo LOA	S
23.1) Justificativa pela negativa	
- Justificativa	

*Código de Autenticação*  
HQGW7-DCAO8-TEER4

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM**  
**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**

Fl.

Rubr.

SIA1282

MUNICÍPIO: SÃO JOÃO DO POLÊSINE

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2017

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

**Demonstrativo da Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**

O índice de aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 61701113298729793), fo

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
<b>Despesas por Recursos Vinculados</b>		
Ensino Fundamental	20	546.413,50
Educação Infantil	31	469.930,40
Educação Infantil	20	431.019,20
Ensino Fundamental	31	287.505,78
(+) Perda com o FUNDEB	0	1.172.626,88
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	2	2.834,25
<b>Contas da Receitas</b>		
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	19131300020000000000	74,23
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	19131300030000000000	44,49
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	19311100010000000000	23.353,62
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	19311100020000000000	9.731,73
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	19311100030000000000	5.838,80
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	19311300010000000000	593,12
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	19311300020000000000	247,21
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	19311300030000000000	148,25
Deducao - IPTU - PROPRIO	91112020001000000000	-23.604,66
Deducao - IPTU - MDE	91112020002000000000	-9.836,78
Deducao - IPTU - ASPS	91112020003000000000	-5.901,72
Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	91112043102010000000	-179,46
Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	91112043102020000000	-74,78
Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	91112043102030000000	-44,86
Deducao - ISS - PROPRIO	91113050101000000000	-121.676,26
Deducao - ISS - MDE	91113050102000000000	-50.698,48
Deducao - ISS - ASPS	91113050103000000000	-30.419,04
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	91911380001000000000	-12,47
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	91911380002000000000	-5,18
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	91911380003000000000	-3,10
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	91911400001000000000	-1,89
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	91911400002000000000	-0,81
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	91911400003000000000	-0,47

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM**  
**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**

Fl.

Rubr.

SIA1282

**MUNICÍPIO:** SÃO JOÃO DO POLÊSINE**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2017**PERÍODO DE REFERÊNCIA:** 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
<b>Contas da Receitas</b>		
IPTU - PROPRIO	11120200010000000000	260.533,53
IPTU - MDE	11120200020000000000	108.558,09
IPTU - ASPS	11120200030000000000	65.134,28
IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	11120431010100000000	102.126,06
IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	11120431010200000000	42.553,42
IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	11120431010300000000	25.531,84
IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	11120431020100000000	2.577,35
IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	11120431020200000000	1.073,96
IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	11120431020300000000	644,34
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	11120431060100000000	2.251,32
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	11120431060200000000	938,05
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	11120431060300000000	562,82
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - PROPRIO	11120431070100000000	19,80
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - MDE	11120431070200000000	8,25
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - ASPS	11120431070300000000	4,95
RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	11120434030100000000	648,82
RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	11120434030200000000	270,40
RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	11120434030300000000	162,14
ITBI - PROPRIO	11120800010000000000	57.172,28
ITBI - MDE	11120800020000000000	23.821,83
ITBI - ASPS	11120800030000000000	14.293,07
ISS - PROPRIO	11130501010000000000	410.122,42
ISS - MDE	11130501020000000000	170.885,51
ISS - ASPS	11130501030000000000	102.530,73
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	17210102010000000000	4.151.397,09
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	17210102020000000000	345.949,72
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	17210102040000000000	1.037.848,69
COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	17210102060000000000	1.383.798,46
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - PROPRIO	17210103010000000000	184.553,89

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM**  
**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**

Fl.

Rubr.

SIA1282

**MUNICÍPIO:** SÃO JOÃO DO POLÊSINE**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2017**PERÍODO DE REFERÊNCIA:** 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
<b>Contas da Receitas</b>		
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - MDE	17210103020000000000	76.897,46
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - ASPS	17210103030000000000	46.138,47
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	17210104010000000000	190.410,55
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	17210104020000000000	79.337,73
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	17210104030000000000	47.602,63
COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	17210105010000000000	3.794,08
COTA-PARTE DO ITR - MDE	17210105020000000000	316,17
COTA-PARTE DO ITR - ASPS	17210105030000000000	948,42
COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	17210105040000000000	1.264,58
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	17213600010000000000	8.823,47
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	17213600020000000000	735,24
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	17213600040000000000	2.205,84
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	17213600050000000000	2.941,08
COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	17220101010000000000	1.424.892,23
COTA-PARTE DO ICMS - MDE	17220101020000000000	118.741,07
COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	17220101040000000000	356.223,11
COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	17220101050000000000	474.964,19
COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	17220102010000000000	192.198,77
COTA-PARTE DO IPVA - MDE	17220102020000000000	16.016,59
COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	17220102030000000000	48.049,75
COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	17220102040000000000	64.066,36
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	17220104010000000000	21.524,39
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	17220104020000000000	1.793,72
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	17220104040000000000	5.381,14
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	17220104050000000000	7.174,84
MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	19113800010000000000	740,45
MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	19113800020000000000	309,01
MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	19113800030000000000	185,36
MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	19114000010000000000	720,71
MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	19114000020000000000	300,70
MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	19114000030000000000	180,20
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU	19131100010000000000	7.815,58

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM**  
**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**

Fl.
Rubr.

SIA1282

**MUNICÍPIO:** SÃO JOÃO DO POLÊSINE

**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2017

**PERÍODO DE REFERÊNCIA:** 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
<b>Contas da Receitas</b>		
- PROPRIO		
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU	19131100020000000000	3.257,75
- MDE		
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU	19131100030000000000	1.954,08
- ASPS		
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS	19131300010000000000	177,82
- PROPRIO		
<b>TOTAL DA APLICAÇÃO EM MDE</b>		<b>2.904.661,51</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (Ajustada)</b>		<b>11.501.628,14</b>
<b>ÍNDICE DE APLICAÇÃO EM MDE</b>		<b>25,25</b>

\* Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.

SICM/SAG, em 22/02/2018

**MARCELO HUSEK DE FREITAS**

Auditor Público Externo.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES**  
**E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS**

Fl.

Rubr.

SIA1281

MUNICÍPIO: SÃO JOÃO DO POLÊSINE

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2017

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

**Demonstrativo da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS**

O índice de aplicação em Ações e Serviços Públicos e Saúde (ASPS), apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 61701113298729793), foi ajustado d

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
<b>Despesas por Recursos Vinculados</b>		
Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	40	-4.304,30
Administração Geral	40	8.528,68
Atenção Básica	40	2.551.504,58
Vigilância Sanitária	40	4.219,72
Vigilância Epidemiológica	40	136,39
<b>Rendimentos de Aplicações Financeiras</b>		
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	2	1.777,14
<b>Contas da Receitas</b>		
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	19131300020000000000	74,23
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	19131300030000000000	44,49
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	19311100010000000000	23.353,62
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	19311100020000000000	9.731,73
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	19311100030000000000	5.838,80
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	19311300010000000000	593,12
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	19311300020000000000	247,21
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	19311300030000000000	148,25
Deducao - IPTU - PROPRIO	91112020001000000000	-23.604,66
Deducao - IPTU - MDE	91112020002000000000	-9.836,78
Deducao - IPTU - ASPS	91112020003000000000	-5.901,72
Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	91112043102010000000	-179,46
Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	91112043102020000000	-74,78
Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	91112043102030000000	-44,86
Deducao - ISS - PROPRIO	91113050101000000000	-121.676,26
Deducao - ISS - MDE	91113050102000000000	-50.698,48
Deducao - ISS - ASPS	91113050103000000000	-30.419,04
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	91911380001000000000	-12,47
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	91911380002000000000	-5,18
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	91911380003000000000	-3,10
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	91911400001000000000	-1,89
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	91911400002000000000	-0,81
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	91911400003000000000	-0,47



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES**  
**E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS**

Fl.

Rubr.

SIA1281

MUNICÍPIO: SÃO JOÃO DO POLÊSINE

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2017

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
<b>Contas da Receitas</b>		
IPTU - PRÓPRIO	11120200010000000000	260.533,53
IPTU - MDE	11120200020000000000	108.558,09
IPTU - ASPS	11120200030000000000	65.134,28
IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PRÓPRIO	11120431010100000000	102.126,06
IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	11120431010200000000	42.553,42
IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	11120431010300000000	25.531,84
IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PRÓPRIO	11120431020100000000	2.577,35
IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	11120431020200000000	1.073,96
IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	11120431020300000000	644,34
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PRÓPRIO	11120431060100000000	2.251,32
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	11120431060200000000	938,05
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	11120431060300000000	562,82
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - PRÓPRIO	11120431070100000000	19,80
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - MDE	11120431070200000000	8,25
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - ASPS	11120431070300000000	4,95
RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PRÓPRIOS	11120434030100000000	648,82
RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	11120434030200000000	270,40
RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	11120434030300000000	162,14
ITBI - PRÓPRIO	11120800010000000000	57.172,28
ITBI - MDE	11120800020000000000	23.821,83
ITBI - ASPS	11120800030000000000	14.293,07
ISS - PRÓPRIO	11130501010000000000	410.122,42
ISS - MDE	11130501020000000000	170.885,51
ISS - ASPS	11130501030000000000	102.530,73
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PRÓPRIO	17210102010000000000	4.151.397,09
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	17210102020000000000	345.949,72
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	17210102040000000000	1.037.848,69
COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	17210102060000000000	1.383.798,46
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - PRÓPRIO	17210103010000000000	184.553,89

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES**  
**E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS**

Fl.

Rubr.

SIA1281

MUNICÍPIO: SÃO JOÃO DO POLÉSINE

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2017

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
<b>Contas da Receitas</b>		
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - MDE	17210103020000000000	76.897,46
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - ASPS	17210103030000000000	46.138,47
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	17210104010000000000	190.410,55
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	17210104020000000000	79.337,73
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	17210104030000000000	47.602,63
COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	17210105010000000000	3.794,08
COTA-PARTE DO ITR - MDE	17210105020000000000	316,17
COTA-PARTE DO ITR - ASPS	17210105030000000000	948,42
COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	17210105040000000000	1.264,58
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	17213600010000000000	8.823,47
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	17213600020000000000	735,24
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	17213600040000000000	2.205,84
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	17213600050000000000	2.941,08
COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	17220101010000000000	1.424.892,23
COTA-PARTE DO ICMS - MDE	17220101020000000000	118.741,07
COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	17220101040000000000	356.223,11
COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	17220101050000000000	474.964,19
COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	17220102010000000000	192.198,77
COTA-PARTE DO IPVA - MDE	17220102020000000000	16.016,59
COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	17220102030000000000	48.049,75
COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	17220102040000000000	64.066,36
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	17220104010000000000	21.524,39
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	17220104020000000000	1.793,72
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	17220104040000000000	5.381,14
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	17220104050000000000	7.174,84
MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	19113800010000000000	740,45
MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	19113800020000000000	309,01
MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	19113800030000000000	185,36
MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	19114000010000000000	720,71
MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	19114000020000000000	300,70
MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	19114000030000000000	180,20
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU	19131100010000000000	7.815,58

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES  
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

Fl.  
Rubr.

SIA1281

MUNICÍPIO: SÃO JOÃO DO POLÊSINE

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2017

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
<b>Contas da Receitas</b>		
- PRÓPRIO		
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	19131100020000000000	3.257,75
- MDE		
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	19131100030000000000	1.954,08
- ASPS		
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS - PRÓPRIO	19131300010000000000	177,82
TOTAL DA APLICAÇÃO EM ASPS		2.558.307,93
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (Ajustada)		11.501.628,14
ÍNDICE DE APLICAÇÃO EM ASPS		22,24

\* Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.

SICM/SAG, em 22/02/2018

MARCELO HUSEK DE FREITAS

Auditor Público Externo.

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar Ajustado

LC Federal nº 101/2000, art. 54 e alínea "b" do inciso III do art. 55

Fl.

Rubr.

SIA1288

MUNICÍPIO: SÃO JOÃO DO POLÊSINE

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2017

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

O Demonstrativo dos Restos a Pagar por recurso vinculado, apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 61701113298729793), foi ajustado durante a análise realizada pela Equipe Técnica do TCE/RS, conforme segue:

CNPJ: 94444247000140

R E C U R S o	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			Disponibilidade	Suficiência ou Insuficiência Financeira para a Cobertura	
	Exercícios Anteriores	Exercício Atual	TOTAL	Exercícios Anteriores	Exercício Atual	TOTAL			
1	78.861,72	385.924,37	464.786,09	0,00	0,00	0,00	32.578,47	-432.207,62	
20	0,00	39.620,87	39.620,87	0,00	0,00	0,00	39.979,31	358,44	
31	0,00	7.376,06	7.376,06	0,00	0,00	0,00	14.031,14	6.655,08	
40	40.630,00	367.139,26	407.769,26	0,00	0,00	0,00	303.982,23	-103.787,03	
1006	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.115,93	1.115,93	
1007	0,00	123,50	123,50	0,00	0,00	0,00	2.896,44	2.772,94	
1011	0,00	30.909,10	30.909,10	0,00	0,00	0,00	34.286,14	3.377,04	
1048	0,00	45,00	45,00	0,00	0,00	0,00	18.646,86	18.601,86	
1052	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	342,98	342,98	
1055	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304,02	304,02	
1059	0,00	4.451,67	4.451,67	0,00	0,00	0,00	8.330,71	3.879,04	
1066	0,00	273,51	273,51	0,00	0,00	0,00	12.023,85	11.750,34	
1072	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.411,87	4.411,87	
1081	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.399,33	35.399,33	
1094	0,00	0,00	0,00	0,00	84.143,00	84.143,00	97.916,62	13.773,62	
1103	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.576,09	46.576,09	
1105	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	2.500,00	54.343,55	51.843,55	
1109	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.233,46	14.233,46	
1121	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.293,26	4.293,26	
4002	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.555,00	30.555,00	
4011	0,00	6.800,00	6.800,00	0,00	0,00	0,00	18.280,99	11.480,99	
4050	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	627,64	627,64	
4080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	234,23	234,23	
4090	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.404,70	6.404,70	
4160	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.333,98	4.333,98	
4230	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,20	17,20	
4302	0,00	50.390,00	50.390,00	0,00	0,00	0,00	93.237,12	42.847,12	
4510	0,00	4.541,13	4.541,13	0,00	0,00	0,00	4.822,07	280,94	
4520	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.212,35	10.212,35	
4521	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.925,99	55.925,99	
4530	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.539,83	3.539,83	
4540	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.105,06	3.105,06	
4590	0,00	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	0,00	11.465,94	765,94	
4710	0,00	298,34	298,34	0,00	0,00	0,00	13.257,85	12.959,51	
4760	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.529,57	6.529,57	
4770	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.066,48	4.066,48	
4929	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.017,08	3.017,08	
4931	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149.004,14	149.004,14	
8001	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.554,68	35.554,68	
	TOTAIS:		1.028.084,53				86.643,00	1.179.884,16	
				TOTAL DA INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA:					535.994,65

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

**Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar Ajustado**

**LC Federal nº 101/2000, art. 54 e alínea "b" do inciso III do art. 55**

Fl.

Rubr.

SIA1288

**Observações finais:**

Foi desconsiderado o acréscimo de R\$ 158.695,61 efetuado pela Origem na disponibilidade financeira do Recurso 0001 - Livre, relativo a Recursos a receber do Governo Federal - Aporte Financeiro aos Municípios - AFM (Medida Provisória nº 815 de 29-12-2017), tendo em vista que esse montante não pode ser considerado como Disponibilidade de Caixa para fins de cobertura dos Restos a Pagar, uma vez que não ocorreu a efetiva arrecadação dessa receita até o encerramento do exercício analisado.

Com esse ajuste, fica alterado o valor total da insuficiência financeira apresentado no Modelo 9 (peça 850827), de R\$ 377.299,04 para R\$ 535.994,65.

**SICM/SAG, em 20/06/2018**

**ANDRÉA PEREIRA DE SOUZA**

Auditor Público Externo.

Assinado digitalmente por: ANDREA PEREIRA DE SOUZA em 22/06/18.  
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4934.3533.E65E.E434.4325.

Cod Conta Verificação	Conta Verificação	Indicador Superavit Financeiro	Saldo Final Debito 2016	Saldo Inicial Debito 2017	Diferença Debito	Saldo Final Credito 2016	Saldo Inicial Credito 2017	Diferença Crédito	Obs.
21211020100000000000	CONTRATOS DE EMPRESTIMOS INTERNOS	F	0,00	56.400,00	56.400,00	0,00	0,00	0,00	Troca de atributo contábil Troca de atributo contábil
21211020100000000000	CONTRATOS DE EMPRESTIMOS INTERNOS	P	0,00	0,00	0,00	0,00	56.400,00	56.400,00	
23711010000000000000	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	P	8.643.643,99	0,00	-8.643.643,99	0,00	442.765,70	442.765,70	Alteração Conta Contábil após encerramento do exercício
23712010000000000000	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	P	527.336,53	2.475,12	-524.861,41	0,00	0,00	0,00	"
23713010000000000000	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	P	0,00	13.494,12	13.494,12	7.494.148,33	0,00	-7.494.148,33	"
23714010000000000000	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	P	0,00	0,00	0,00	2.268.691,27	165.062,62	-2.103.628,65	"

Status da Seleção:  
Origem\_Verificacao: BVERENC  
Ano Remessa: 2017  
Jurisdicionado: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE  
Município: SÃO JOÃO DO POLÊSINE

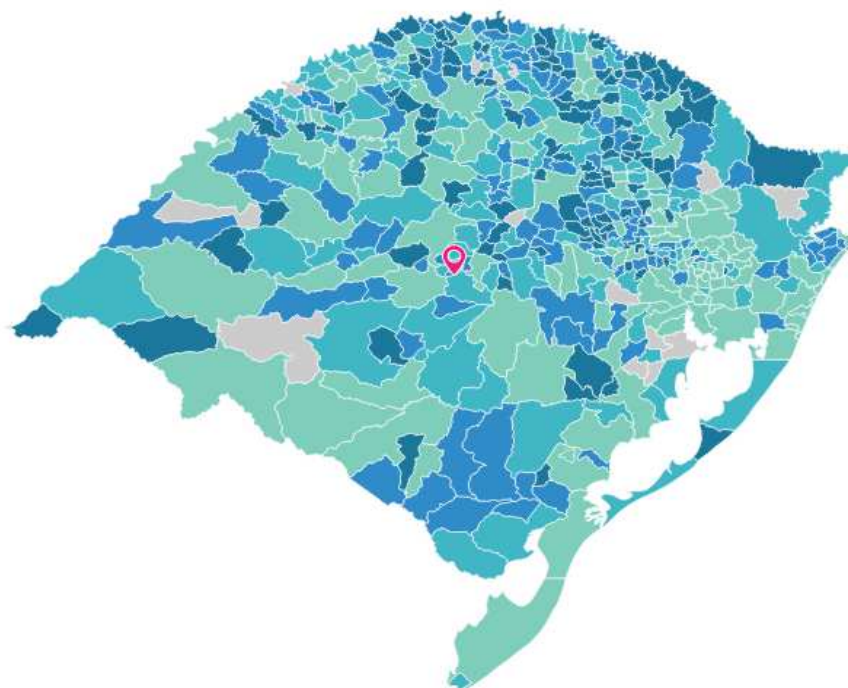




## RELATÓRIO CONSOLIDADO SOBRE CONTAS DE GOVERNO

### EXECUTIVO MUNICIPAL

PROCESSO Nº:	05187-02.00/17-2
JURISDICIONADO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE
CNPJ:	94.444.247/0001-40
EXERCÍCIO:	2017





## SUMÁRIO

### 1. INTRODUÇÃO

### 2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

2.1 IEGM – ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL

### 3. IDENTIFICAÇÃO

### 4. PERFIL DA ENTIDADE MUNICIPAL

### 5. DOS PRAZOS DE ENTREGA DE DADOS E DOCUMENTOS

5.1 DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF

5.2 DO RELATÓRIO DE VALIDAÇÃO E ENCAMINHAMENTO – RVE

5.3 DA MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO – MCI

5.4 DOS DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

5.5 DA BASE DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL – BLM

### 6. DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LC FEDERAL Nº 12.527/2011

### 7. DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

7.1 DO PLANO PLURIANUAL – PPA

7.2 DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

7.3 DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

### 8. DA GESTÃO FISCAL

8.1 DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

8.1.1 Da Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF

8.1.2 Da Publicação Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

8.1.3 Das Audiências Públicas

8.1.4 Da Lei da Transparência

8.1.5 Do Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

8.2 DA APURAÇÃO DOS LIMITES DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

8.2.1 Da Apuração da Receita Corrente Líquida – RCL

8.2.2 Da Despesa Total com Pessoal

8.2.3 Da Dívida Consolidada Líquida

8.2.4 Das Operações de Crédito

8.2.5 Dos Restos a Pagar e do Equilíbrio Financeiro

### 9. DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

9.1 DA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

9.2 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – ASPS

### 10. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 DOS DOCUMENTOS

### 11. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

### 12. CONCLUSÃO

### 13. INTIMAÇÕES



## 1. INTRODUÇÃO

A apreciação das Contas Anuais de Governo, prestadas pelos Chefes dos Poderes Executivos dos entes federativos, constitui uma das funções precípua dos Tribunais de Contas do Brasil. Ocorre mediante a emissão de Parecer Prévio e tem caráter consultivo e opinativo, constituindo subsídio indispensável para o julgamento político exercido pelos respectivos Poderes Legislativos.

Nesse sentido, a Resolução TCE/RS nº 1028/2015 determina, em seu art. 9ª, inciso IV, que compete às Câmaras desta Corte de Contas a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas de Governo que os Prefeitos, anualmente, devem submeter ao Poder Legislativo Municipal.

Este Relatório Consolidado sobre as Contas de Governo tem como principal finalidade auxiliar na elaboração do referido parecer, pois, de acordo com o art. 71 da Resolução TCE/RS nº 1028/2015, serão consideradas para a elaboração do mesmo, as análises da gestão fiscal e da aplicação dos recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e às Ações e Serviços Públicos de Saúde, assim como os demais documentos indicados em resoluções próprias.

As análises apresentadas neste documento foram efetuadas a partir do conjunto de dados e informações encaminhados bimestralmente a este Tribunal de Contas pelos jurisdicionados da esfera municipal e colocados à disposição dos técnicos para consultas e pesquisas através do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC. Esse sistema compreende dois programas, a saber: o Programa Autenticador de Dados – PAD e a Manifestação Conclusiva do Controle Interno – MCI, que são disponibilizados pelo TCE/RS e, de forma automática e eletrônica, geram os seguintes relatórios:

- **Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE:** contém informações e dados relativos aos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF e aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO. Integra o Processo de Contas de Governo do Poder Executivo;
- **Relatório de Gestão Fiscal – RGF:** apresenta o montante da Receita Corrente Líquida, a apuração dos percentuais de Despesa com Pessoal, da Dívida Consolidada Líquida, das Garantias e Contragarantias de Valores, das Operações de Crédito, além dos Restos a Pagar inscritos com suficiência ou insuficiência financeira. Todos estes itens são detalhados no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE;
- **Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP:** Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais;
- **Manifestação da Unidade Central de Controle Interno - UCCI acerca do cumprimento da LRF:** deve obrigatoriamente acompanhar o RGF, nos termos da Instrução Normativa TCE nº



01/2016. Composta por dados cadastrais do sistema de controle interno do fiscalizado e por questionamentos objetivos, sendo utilizado como subsídio à análise.

Através desses relatórios, considerando os documentos de códigos de barra nºs 61701113298729793 e 51704110240096222, tendo por base o disposto nas Resoluções TCE/RS nº 766/2007 e nº 1052/2015 e nas Instruções Normativas TCE/RS nº 01/2016 e nº 19/2016, alterada pela IN TCE/RS nº 06/2017, e considerando ainda os ajustes que se fizeram necessários segundo entendimento desta Corte, foi efetuada a análise das Contas de Governo referente ao exercício de 2017.

Em cumprimento ao disposto no art. 4º, parágrafo único, da Instrução Normativa TCE/RS nº 05/2012, registra-se que não existem processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais em andamento, de responsabilidade do Gestor no exercício sob exame, tratando de matéria relativa às Contas de Governo.



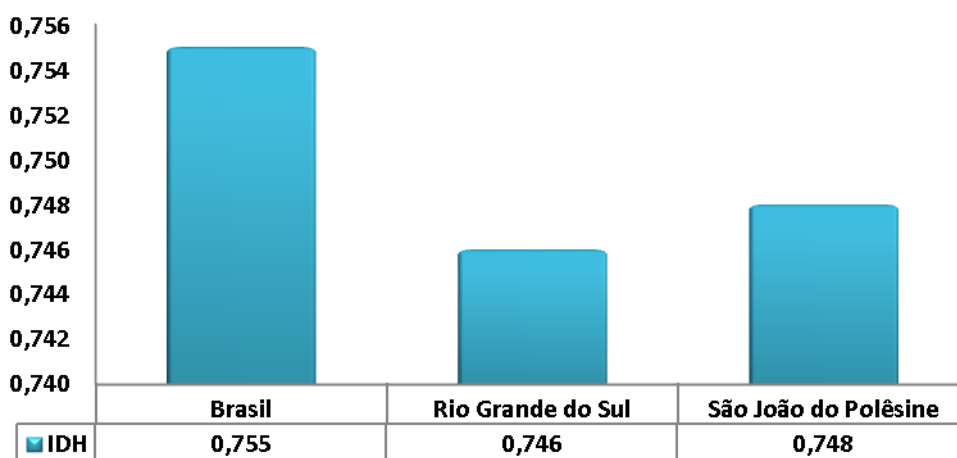
## 2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

O Município de São João do Polêsine está situado na Mesorregião do Centro Ocidental Rio-grandense, no Rio Grande do Sul, fazendo parte da Microrregião de Restinga Seca. Foi criado em 20 de março de 1992, pela Lei Estadual nº 9601, desmembrando-se de Faxinal do Soturno. Sua economia local é baseada na atividade agrícola, com destaque para a produção de arroz. Para maiores informações sobre a cidade, recomenda-se o acesso ao site: <http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/>.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-joao-do-polesine/panorama>), no último censo de 2010 o município possuía 2.635 habitantes.

Ainda com base nos dados do IBGE, o Município de São João do Polêsine apresenta Índice de Desenvolvimento Humano de 0,748, em 2010, o que o situa na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799), ocupando a 109ª posição no ranking estadual.

### IDH (2010)



Em 2015, o município apresentava PIB per capita de R\$ 26.117,74. Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era 251 de 497. Já na comparação com cidades de todo Brasil sua colocação era 1.164 de 5.570. Em 2015, tinha 86,1% do seu orçamento proveniente de fontes externas. Em comparação às outras cidades do estado, estava na posição 139 de 497 e, quando comparado a cidades de todo o Brasil, ficava em 2.955 de 5.570.



## 2.1 IEGM – ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL

O IEGM/TCERS é um índice que busca avaliar a efetividade das políticas públicas dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul e é composto de 07 indicadores setoriais: Educação; Saúde; Planejamento; Meio Ambiente; Defesa Civil; Gestão de TI e Gestão Fiscal. Estes indicadores são consolidados em um único índice: IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal).

**1 - Educação:** Mede o resultado das ações da gestão pública municipal nesta área por meio de uma série de quesitos específicos relativos à Educação Infantil e Ensino Fundamental, com foco em aspectos relacionados à infraestrutura escolar. Reúne informações sobre: avaliação escolar; planejamento de vagas; atuação do Conselho Municipal de Educação; problemas de infraestrutura; merenda escolar, situação e qualificação de professores; quantitativo de vagas; material; uniformes escolares;

**2 - Saúde:** Mede o resultado das ações da gestão pública municipal por meio de uma série de quesitos específicos. Possui ênfase em processos realizados pelas Prefeituras Municipais relacionados à atenção básica; cobertura e ação do Programa Saúde da Família; atuação do Conselho Municipal da Saúde; assiduidade dos médicos; atendimento à população para tratamento de doenças, como a tuberculose, e prevenção de doenças, como a dengue; controle de estoque de insumos; cobertura das campanhas de vacinação e de orientação à população;

**3 - Planejamento:** Verifica a consistência entre o que foi planejado e o efetivamente executado, por meio da análise dos percentuais gerados pelo confronto destas duas variáveis. Possível identificar a existência de coerência entre as metas físicas alcançadas e os recursos empregados, bem como entre os resultados alcançados pelas ações e seus reflexos nos indicadores dos programas. Os dados do i-Planejamento não foram cobrados dos municípios na aplicação do IEGM em 2016, por necessidade de terem mais tempo para se estruturarem nesse tema;

**4 - Gestão Fiscal:** Mede o resultado da gestão fiscal por meio da análise da execução financeira e orçamentária, das decisões em relação à aplicação de recursos vinculados, da transparência da administração municipal e da obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

**5 - Meio Ambiente:** Mede o resultado das ações relacionadas ao meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas. Este índice contém informações sobre: resíduos sólidos; saneamento básico; educação, estrutura e conselho ambiental;

**6 - Cidade:** Mede o grau de envolvimento do planejamento municipal na proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres. Reúne informações sobre Plano de Contingência, identificação de riscos para intervenção do Poder Público e infraestrutura da Defesa Civil;





**7 - Gestão de TI:** Mede o conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade. Este índice reúne informações sobre planejamento, políticas de uso de informática, segurança da informação, capacitação do quadro de pessoal e transparência.

Os maiores beneficiados com a apuração deste indicador são: (a) a sociedade, que obtém mais informações para acompanhar as gestões; (b) as Administrações municipais, que podem usar os dados para seu planejamento e ter contato com outras cidades para compartilhar boas práticas e (c) os demais órgãos públicos, que podem usar os dados para dar suporte a suas atividades.

O IEGM/TCERS possui 5 (cinco) faixas de resultado:

- Altamente Efetiva: IEGM maior ou igual a 90%;
- Muito Efetiva: IEGM entre 75% e 89,9%;
- Efetiva: IEGM entre 60% e 74,9%;
- Em fase de Adequação: IEGM entre 50% e 59,9%;
- Baixo nível de adequação: IEGM menor ou igual a 49,9%.

Os dados utilizados para o cálculo dos resultados foram extraídos das prestações de contas periódicas que os municípios enviam para o Tribunal de Contas e foram obtidos por meio de pesquisa preenchida diretamente pelos entes jurisdicionados da área municipal, no ano de 2016.

O Município de São João do Polêsine apresentou o seguinte resultado:

Critério	Nota
<b>IEGM</b>	<b>Em fase de adequação</b>
i-Educ	Efetiva
i-Saude	Muito Efetiva
i-Planejamento	Baixo nível de adequação
i-Fiscal	Efetiva
i-Amb	Baixo nível de adequação
i-Cidade	Baixo nível de adequação
i-Gov TI	Em fase de adequação

Importante destacar que o indicador setorial “I-Planejamento” não foi cobrado dos municípios nesta aplicação do IEGM em 2016, devido à complexidade das questões e a necessidade de os jurisdicionados estruturarem suas informações nesse tema.

As informações referentes ao IEGM podem ser acessadas no sítio do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul ([www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br)), no link “Fiscalize Cidadão”.



### 3. IDENTIFICAÇÃO

Abaixo constam as autoridades responsáveis pelas contas do Poder Executivo, ora analisadas:

Gestores Municipais e Substitutos		
Cargo	Nome	Período de Responsabilidade
Prefeito Municipal	Matione Sonego	01-01-17 a 31-12-17

Abaixo informamos os profissionais técnicos responsáveis pela elaboração das informações do Poder Executivo ora analisadas por esta Corte de Contas:

Responsáveis Técnicos		
Cargo	Nome	Período
Contador	Clovis Coletto	01-01-17 a 31-12-17
Controle Interno	Delisete Maria Benetti Vizzotto	01-01-17 a 31-12-17



#### 4. PERFIL DA ENTIDADE MUNICIPAL

Compõem a estrutura da Administração Pública Municipal:

PODER EXECUTIVO	
ADM. DIRETA:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



## 5. DOS PRAZOS DE ENTREGA DE DADOS E DOCUMENTOS

### 5.1 DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF

O Relatório da Gestão Fiscal - RGF está previsto no art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e deve ser emitido pelos titulares dos Poderes, em regra ao final de cada quadrimestre.

A Lei de Responsabilidade Fiscal faculta em seu art. 63, aos municípios com menos de 50 mil habitantes, a emissão do RGF de forma semestral. Entretanto, esse prazo não se aplica aos municípios que estejam acima dos limites legais de despesa com pessoal ou da dívida consolidada, os quais, enquanto perdurar essa situação, ficam subordinados à exigibilidade quadrimestral e aos prazos correspondentes, conforme disposto no §2º art. 63 da mesma lei.

O prazo de entrega do RGF está definido no art. 8º da Resolução TCE/RS nº 1052/2015, de acordo com sua exigibilidade quadrimestral ou semestral, a saber:

*I – Municípios com cinquenta mil habitantes ou mais - exigibilidade quadrimestral, no primeiro, segundo e terceiro quadrimestres do exercício, encerrados nos meses de abril, agosto e dezembro: até o último dia útil do mês subsequente; e*

*II – Municípios com menos de cinquenta mil habitantes - exigibilidade semestral, no primeiro e segundo semestres do exercício, encerrados no mês de junho e dezembro: até o último dia útil do mês subsequente.*

*§ 1º O prazo referido no inciso II deste artigo não se aplica aos Municípios que estejam acima dos limites legais de despesa com pessoal ou da dívida consolidada, os quais, enquanto perdurar essa situação, ficam subordinados à exigibilidade quadrimestral e sujeitos aos prazos estipulados no inciso I deste artigo.*

*§ 2º Para o fim do que dispõe este capítulo, a extrapolação dos limites definidos na legislação em um dos Poderes, Executivo ou Legislativo, compromete toda a esfera correspondente, não havendo, portanto, compensação entre ambos.*

De acordo com o art. 55 da LRF, o Relatório de Gestão Fiscal deve conter comparativo dos limites de despesa total com pessoal, dívida consolidada e mobiliária, concessão de garantias, operações de crédito, indicação de medidas corretivas caso ultrapasse um dos limites, bem como, no último quadrimestre, demonstrativo do montante das disponibilidades e da inscrição em Restos a Pagar.

Nos termos do art. 3º, § 2º da Instrução Normativa TCE/RS nº 19/2016, alterada pela Instrução Normativa TCE/RS nº 06/2017, o Relatório de Gestão Fiscal – RGF corresponderá:

*I – no Poder Executivo, ao Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites, o qual conterá o resultado da apuração da Receita Corrente Líquida, da Despesa com Pessoal, da Dívida Consolidada Líquida, das Garantias e Contragarantias de Valores, das Operações de Crédito e dos*



*Restos a Pagar, detalhado no Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE).*

O referido relatório, conforme art. 2º, inciso II, da Resolução TCE nº 1052/2015, será acompanhado, obrigatoriamente, de Manifestação Conclusiva da Unidade de Controle Interno sobre o cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

As entregas dos Relatórios de Gestão Fiscal, conforme protocolos eletrônicos, relativas aos períodos relacionados na tabela abaixo foram efetuadas da seguinte forma:

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso	Peça
2ºS/2016*	31-01-17	23-01-17	0	502579
1ºS/2017	31-07-17	24-07-17	0	664928

\* Processo de Contas de Governo nº02359-02.00/16-9

Verifica-se que o Poder procedeu à entrega da referida documentação **dentro dos prazos e condições** estabelecidos na Resolução TCE/RS nº 1052/2015, na Instrução Normativa TCE/RS nº 19/2016, alterada pela Instrução Normativa TCE/RS nº 06/2017, e nos arts. 54 e 55 da LC Federal nº 101/2000 – LRF.

## 5.2 DO RELATÓRIO DE VALIDAÇÃO E ENCAMINHAMENTO – RVE

O Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE) consiste em um termo formal de entrega dos arquivos digitais de dados e de informações para fins de exercício da fiscalização que compete a esta Corte de Contas. Os procedimentos para remessa destas informações estão previstos na Instrução Normativa TCE/RS nº 19/2016, alterada pela Instrução Normativa TCE/RS nº 06/2017.

Os prazos para remessa destes dados e informações, a ser realizada bimestralmente de modo acumulado no período que se inicia em janeiro, é até o último dia útil do mês seguinte ao término dos bimestres que se encerram nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro conforme previsto no art. 6º da Instrução Normativa TCE nº 25/2007.

O Relatório de Validação e Encaminhamento contém informações e dados relativos aos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF e aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO, e integrará o Processo de Contas de Governo do Poder Executivo, de acordo com o art. 3º da Instrução Normativa TCE/RS nº 19/2016, alterada pela Instrução Normativa TCE/RS nº 06/2017.

As entregas dos Relatórios de Validação e Encaminhamento (RVE), conforme protocolos eletrônicos, relativas aos períodos relacionados na tabela abaixo foram efetuadas da seguinte forma:



Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso	Peça
6ºB/2016*	31-01-17	23-01-17	0	502578
1ºB/2017	31-03-17	28-03-17	0	555453
2ºB/2017	31-05-17	11-05-17	0	594194
3ºB/2017	31-07-17	24-07-17	0	664927
4ºB/2017	29-09-17	27-09-17	0	733510
5ºB/2017	30-11-17	27-11-17	0	792018

\* Processo de Contas de Governo nº02359-02.00/16-9

Observa-se que o Poder procedeu à entrega da referida documentação **dentro dos prazos e condições** estabelecidos na Resolução TCE/RS nº 766/2007 e na Instrução Normativa TCE/RS nº 25/2007.

### 5.3 DA MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO – MCI

Nos termos dispostos no art. 2º, inciso II da Resolução TCE nº 1052/2015, o Relatório de Gestão Fiscal - RGF deve, obrigatoriamente, ser acompanhado da Manifestação Conclusiva da Unidade de Controle Interno. Já a Instrução Normativa TCE nº 01/2016 dispõe sobre os critérios para a elaboração do referido documento.

As Manifestações Conclusivas da Unidade de Controle Interno devem ser entregues a este Tribunal nos prazos previstos no artigo 8º da Resolução TCE/RS nº 1052/2015, de acordo com sua exigibilidade quadrimestral ou semestral.

As entregas da Manifestação Conclusiva da Unidade de Controle Interno, conforme protocolos eletrônicos, relativas aos períodos relacionados na tabela abaixo foram efetuadas da seguinte forma:

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso	Peça
2ºS/2016*	31-01-17	23-01-17	0	502697
1ºS/2017	31-07-17	24-07-17	0	665043

\* Processo de Contas de Governo nº02359-02.00/16-9

Em observância à Resolução TCE nº 1052/2015 e à Instrução Normativa TCE nº 01/2016, as Manifestações Conclusivas da Unidade de Controle Interno acerca do cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal **foram entregues nos prazos estabelecidos**.

### 5.4 DOS DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Para fins de elaboração do parecer prévio conclusivo sobre as contas de governo que os Prefeitos Municipais devem prestar anualmente às respectivas Câmaras e avaliação do desempenho da Administração, serão consideradas as





análises da gestão fiscal e da documentação fixada na Resolução TCE/RS 1052/2015 que o Executivo Municipal deve, obrigatoriamente, entregar no Tribunal de Contas em formato eletrônico no prazo fixado pela mesma.

De acordo com o art. 2º, inciso III da Resolução TCE/RS nº 1052/2015, deverão ser entregues até o último dia útil do mês de janeiro do exercício seguinte, os seguintes documentos:

*Art. 2º Para o exame das contas de governo dos Prefeitos Municipais deverão ser entregues os seguintes documentos:*

*(...)*

*III – até o último dia útil do mês de janeiro do exercício seguinte:*

*a) relatório circunstanciado do Prefeito sobre sua gestão, indicando o atingimento, ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, contendo, também, informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS;*

*b) relatório e parecer do responsável pela UCCI sobre as contas de governo;*

*c) demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, se houver, relativas ao exercício anterior, as quais serão geradas eletrônica e automaticamente pelo SIAPC/PAD;*

*d) cópia das atas de encerramento dos inventários de bens e valores, elaboradas pela comissão inventariante, evidenciando eventuais diferenças e as respectivas providências;*

*e) declaração firmada pelo operador responsável pelo Sistema Base de Legislação Municipal – BLM, informando terem sido devidamente encaminhadas as leis que compõem o processo orçamentário, bem como as leis e decretos de abertura de créditos adicionais e de operações de crédito;*

*f) declaração firmada pelo Prefeito de que os agentes públicos atuantes no Poder Executivo estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas, nos termos do artigo 15 da Resolução nº 963, de 19 de dezembro de 2012;*

*g) declaração firmada pelo contador e ratificada pelo Prefeito, informando sobre a realização de conciliações bancárias e seus respectivos resultados; e*

*h) os pareceres dos conselhos que, por força de lei, devem se manifestar sobre as contas dos fundos criados em face da eventual instituição de regime previdenciário próprio.*

Com base no protocolo eletrônico, verifica-se que a entrega da Prestação de Contas foi efetuada **dentro do prazo** indicado no art. 2º, inciso III, da Resolução TCE/RS nº 1052/2015.



## 5.5 DA BASE DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL - BLM

A Base de Legislação Municipal – BLM foi desenvolvida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul para ser instrumento de suporte à execução das atribuições e competências desta Corte de Contas, bem como ser fonte de informações aos jurisdicionados e de consulta pública. O seu acesso para consulta externa é disponibilizado gratuitamente aos entes municipais, órgãos da administração pública e ao público em geral.

Os procedimentos para remessa das normas à Base de Legislação Municipal estão previstos na Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2009 e na Resolução TCE/RS nº 843/2009.

Devem integrar a BLM todas aquelas normas expedidas pelos órgãos e entes jurisdicionados da esfera municipal que estão relacionadas no Anexo da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2009. O encaminhamento destas normas assim como a responsabilidade pela validade, integridade e consistência das informações encaminhadas e disponibilizadas, é de responsabilidade do Administrador destes mesmos órgãos e entidades.

De acordo com o art. 6º da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2009, as remessas à BLM deverão atender ao seguinte cronograma:

*Art 6º (...)*

*I - normas editadas durante os meses de janeiro, fevereiro e março: envio até 10 de abril do mesmo ano;*

*II - normas editadas durante os meses de abril, maio e junho: envio até 10 de julho do mesmo ano;*

*III - normas editadas durante os meses de julho, agosto e setembro: envio até 10 de outubro do mesmo ano;*

*IV - normas editadas durante os meses de outubro, novembro e dezembro: envio até 10 de janeiro do exercício seguinte. (grifo nosso)*

As entregas da Base de Legislação Municipal, conforme protocolos eletrônicos - relativas aos períodos relacionados na tabela abaixo, foram efetuadas da seguinte forma:

Período	Prazo	Data da Entrega	Dias de atraso
4º Trimestre/2016	10-01-17	30-12-16	0
1º Trimestre/2017	10-04-17	04-04-17	0
2º Trimestre/2017	10-07-17	05-07-17	0
3º Trimestre/2017	10-10-17	09-10-17	0

Tendo em vista as informações do quadro acima, verifica-se que as remessas de normas à Base de Legislação Municipal do Tribunal de Contas do Estado – BLM **foram realizadas de acordo com os prazos** estabelecidos na Resolução TCE/RS nº 843/2009 e Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2009.



## 6. DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LC Federal nº 12.527/2011

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, inciso XXXIII, prevê que todos têm direito a receber informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, de órgãos públicos, que serão prestadas no prazo da lei sob pena de responsabilidade. A Carta Magna estabelece ainda, em seu art. 37, §3º, inciso II que a lei disciplinará as formas de participação dos usuários na administração pública regulando o acesso dos usuários a registros administrativos sobre atos de governo.

Neste sentido, a Lei nº 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação – LAI regulamentou este direito constitucional de acesso às informações públicas, criando mecanismos que possibilitam a qualquer pessoa física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas de órgãos e entidades.

O art. 8º, §1º da referida lei estabelece quais informações mínimas deverão ser divulgadas pelos órgãos públicos, em local de amplo acesso, independente de requerimento, quais sejam:

- I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;*
- II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;*
- III - registros das despesas;*
- IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;*
- V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades e*
- VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.*

Ademais, a LAI, em seu art. 8º, § 3º, institui os requisitos que os sítios dos órgãos públicos deverão atender:

- I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;*
- II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;*
- III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;*
- IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;*
- V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;*
- VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;*



*VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio;*

*VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.*

Cabe referir que constitui conduta ilícita, ensejando responsabilização do agente público, “recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa” (art. 32, III, Lei nº 12.527/2011).

O Município de São João do Polêsine por possuir menos de 10.000 habitantes e tendo em vista o disposto no art. 8º, § 4º da Lei Federal nº 12.527/2011, fica dispensado da verificação do presente tópico.



## 7. DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

A Constituição Federal de 1988 definiu em seu art. 165 um processo integrado de alocação de recursos que compreende as atividades de planejamento e orçamento, mediante a definição de três instrumentos de iniciativa do Poder Executivo, a saber:

- Plano Plurianual – PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias –LDO e
- Lei Orçamentária Anual – LOA.

Tendo em vista seu caráter autorizativo, todos estes instrumentos são elaborados em forma de leis.

Independente do fato de a Carta Maior se referir à “administração pública federal”, importante destacar que todas as normativas referentes ao orçamento devem ser obrigatoriamente seguidas pelos Estados e Municípios. Competindo às Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais adaptarem as regras constitucionais às suas respectivas estruturas.

### 7.1 DO PLANO PLURIANUAL - PPA

De acordo com o § 1º do art. 165 da Constituição Federal, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA pode ser considerado um plano de médio prazo, que traz o planejamento da aplicação de recursos do ente governamental, de modo a suprir as necessidades da sociedade e a atenuar a desigualdade entre as sub-regiões existentes nos municípios.

O Plano Plurianual orienta as demais leis orçamentárias, pois serve de parâmetro para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

**No Município de São João do Polêsine, o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017 foi instituído pela Lei Municipal nº 718/2013.**

### 7.2 DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

O § 2º do art. 165 da Constituição Federal dispõe que a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na



legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO é um instrumento de planejamento de curto prazo (um ano). É a ferramenta que faz a ligação entre o PPA e a LOA, tendo em vista que deve ser elaborada em consonância com o PPA e também orienta a elaboração da LOA.

O art. 4º, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº101/2000, determinou ainda novas atribuições para a LDO, a saber:

- a) equilíbrio entre receitas e despesas;
- b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;
- (...)
- e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

Também na Lei de Responsabilidade Fiscal foi inserida a obrigatoriedade do envio, na LDO, do Anexo de Riscos Fiscais (art. 4º, § 3º) e do Anexo de Metas Fiscais (art. 4º, § 1º e § 2º).

**No Município de São João do Polêsine, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017 foi instituída pela Lei Municipal nº 795/2016.**

### 7.3 DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

A Constituição Federal, em seu art. 165, § 5º determina que a lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; o orçamento de investimento das empresas em que o ente direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A Lei Orçamentária Anual estabelece um conjunto de ações a serem realizadas durante um ano, estimando o total das receitas a serem arrecadadas pelos órgãos e entidades públicas e fixando as despesas a serem aplicadas na consecução dos programas de trabalho que tem por finalidade a manutenção ou ampliação dos serviços públicos, bem como o atendimento das necessidades da população. Portanto, a LOA compreende a programação das ações a serem executadas visando à viabilização das diretrizes, objetivos e metas compreendidas





no Plano Plurianual, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Assim como ocorreu com a LDO, a Lei de Responsabilidade Fiscal também trouxe novas demandas para a LOA, constantes no art. 5º, conforme segue:

- Demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com as metas da LDO previstas no respectivo Anexo de Metas Fiscais;
- Demonstrativo previsto no art. 165, § 6º da CF/88 (demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia), devidamente acompanhado das medidas de compensação à renúncia de receitas e ao aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- Reserva de Contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na Receita Corrente Líquida, deverão estar assinalados na LDO.
- As despesas relativas à dívida pública, mobiliária e contratual, e as receitas que as atenderão deverão constar na LOA e o refinanciamento da dívida pública constará separadamente na LOA e nas leis de créditos adicionais.

**No Município de São João do Polêsine, a Lei Orçamentária Anual para o ano de 2017 foi instituída pela Lei Municipal nº 806/2016.**



## 8. DA GESTÃO FISCAL

O art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (LC nº 101/2000) trata da fiscalização da lei em relação ao seu cumprimento. Prevê um mecanismo conjunto de controle, a ser realizado tanto pelo Poder Legislativo e pelo Tribunal de Contas, como pelos sistemas de controles internos de cada Poder e do Ministério Público.

Nesse sentido, o Regimento Interno desta Corte de Contas prevê, em seu art. 5º, inciso XVI, a competência do Tribunal de Contas em fiscalizar o cumprimento, por parte dos órgãos e entidades do Estado e dos Municípios, das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Visando exercer tal atribuição no âmbito municipal, o TCE/RS emitiu a Instrução Normativa nº 19/2016, alterada pela Instrução Normativa TCE/RS nº 06/2017, que dispõe sobre a forma de publicação das informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO e do Relatório da Gestão Fiscal - RGF, bem como sobre a sistemática de remessa das informações e dados contábeis e fiscais pelos jurisdicionados da área municipal.

Tais elementos correspondem àqueles constantes no Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE, que contém informações e dados relativos ao RGF e ao RREO, sendo utilizados como subsídio à análise da gestão fiscal procedida no exercício financeiro pelos gestores públicos municipais. O item 5 do RVE, denominado "Informações Referentes à Gestão Fiscal", trata, inicialmente, das publicações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO e do Relatório de Gestão Fiscal - RGF no prazo e na forma da legislação, da realização de audiências públicas para avaliação das metas fiscais e da contribuição realizada pelo Município para o custeio de despesas de competência de outros entes.

Adicionalmente, apresenta diversos Demonstrativos Fiscais analíticos que são utilizados como base para fins de apuração, no RGF, dos limites impostos pela LRF e por Resoluções do Senado Federal. Destaca-se que a forma de elaboração detalhada de todos estes demonstrativos é devidamente abordada na Instrução Normativa TCE/RS nº 19/2016, alterada pela Instrução Normativa TCE/RS nº 06/2017. O Quadro a seguir apresenta os demonstrativos indicando o respectivo modelo:

Modelo	Demonstrativo	Modelo	Demonstrativo
1	Da Receita Corrente Líquida	5	Das Garantias e Contragarantias de Valores
2	Da Despesa com Pessoal	6	Das Operações de Crédito
3	Das Disponibilidades de Caixa	7	Dos Restos a Pagar
4	Da Dívida Consolidada Líquida	9	Dos Limites



O "Demonstrativo dos Limites", Modelo 9, no caso do Poder Executivo, corresponde ao Relatório de Gestão Fiscal - RGF, onde consta a apuração do percentual - em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) - da Despesa com Pessoal, da Dívida Consolidada Líquida (DCL), das garantias e contragarantias de valores e das operações de crédito, além de evidenciar, no último quadrimestre/semestre, os restos a pagar inscritos com suficiência e/ou insuficiência financeira.

Portanto, através do Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites (RGF) verifica-se o cumprimento ou não, por parte dos entes fiscalizados, dos limites estabelecidos na legislação.

Importante salientar que o Relatório da Gestão Fiscal - RGF deve ser obrigatoriamente acompanhado pela Manifestação Conclusiva da Unidade Central de Controle Interno (MCI), acerca do cumprimento da LRF, conforme estabelece a IN TCE/RS nº 01/2016.

## 8.1 DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

### 8.1.1 Da Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF

A publicação e a divulgação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF são de responsabilidade individual de cada um dos Poderes da esfera municipal (Executivo e Legislativo), independentemente de a forma de execução orçamentária e financeira do Legislativo Municipal ser centralizada ou descentralizada.

O objetivo do Relatório é dar transparência à gestão fiscal realizada no período pelo titular do Poder/Órgão, principalmente por meio da verificação do cumprimento dos limites.

De acordo com o Anexo I da Instrução Normativa TCE/RS nº 19/2016, alterada pela Instrução Normativa TCE/RS nº 06/2017, a publicação e divulgação do RGF deve ser realizada pelos seguintes meios, observando os modelos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda:

- I. Municípios com mais de 50.000 habitantes: disponibilização via Internet, publicação no Jornal (local, regional ou Diário Oficial do Município) e afixação no Mural (da Prefeitura ou Câmara Municipal);*
- II. Municípios com menos de 50.000 habitantes: disponibilização via Internet e mais um meio: publicação no jornal (local, regional ou Diário Oficial do Município) ou afixação no Mural (da Prefeitura ou Câmara Municipal).*

O RGF, conforme previsto no art. 55, § 2º da LRF, deverá ser publicado até 30 dias após o final de cada quadrimestre. No entanto, de acordo com o art. 63, inciso II, letra b, da mesma lei, é facultado aos Municípios com população inferior a



cinquenta mil habitantes optar pela divulgação semestral. Neste caso, a publicação do relatório com os seus demonstrativos deverá ocorrer em até trinta dias após o encerramento do semestre.

Importante destacar que, de acordo com o §2º do mesmo artigo, se, ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, enquanto perdurar essa situação, o Município com população inferior a cinquenta mil habitantes, que tiver optado em divulgar os referidos anexos do RGF semestralmente, ficará sujeito aos mesmos prazos de verificação e de retorno ao limite definidos para os demais entes, ou seja, o prazo voltará a ser quadrimestral.

A publicação e divulgação dos Relatórios de Gestão Fiscal, conforme informações prestadas pelo Poder Executivo no Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC, foram efetuadas da seguinte forma:

Período	Prazo	Peças	Datas das Publicações			Dias de Atraso		
			Mural	Jornal	Internet	Mural	Jornal	Internet
2ºS/2016*	30-01-17	502578	30-01-17		30-01-17	0		0
1ºS/2017	30-07-17	850826	28-07-17		28-07-17	0		0

\* Processo de Contas de Governo nº 02359-02.00/16-9

Após a análise das informações prestadas pelo Poder Executivo, constata-se que **houve publicação e divulgação** dos Relatórios de Gestão Fiscal de acordo com o estabelecido no § 2º do art. 55 da LC Federal nº 101/2000.

### 8.1.2 Da Publicação Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO é exigido pela Constituição Federal que estabelece em seu artigo 165, § 3º, a obrigatoriedade do Poder Executivo publicá-lo, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. O art. 52 da LRF determina a composição do RREO, assim como reforça o prazo de publicação de 30 dias após o encerramento de cada bimestre.

Portanto, é de responsabilidade EXCLUSIVA do Poder Executivo Municipal a elaboração e respectiva divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO de forma CONSOLIDADA, ou seja, abrangendo todas as entidades e órgãos a ele vinculados, conforme determina o art. 1º, §3º, inciso I, alínea “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal (Administração Direta - Executivo e Legislativo Municipal, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes).

De acordo com o Anexo I da Instrução Normativa TCE/RS nº 19/2016, alterada pela Instrução Normativa TCE/RS nº 06/2017, a publicação e divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária deve ser realizada pelos seguintes



meios, observando os modelos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda:

*I. Municípios com mais de 50.000 habitantes: disponibilização via Internet, publicação no Jornal (local, regional ou Diário Oficial do Município) e afixação no Mural (da Prefeitura ou Câmara Municipal);*

*II. Municípios com menos de 50.000 habitantes: disponibilização via Internet e mais um meio: publicação no jornal (local, regional ou Diário Oficial do Município) ou afixação no Mural (da Prefeitura ou Câmara Municipal).*

A publicação e divulgação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, conforme informações prestadas pelo Poder Executivo no Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC, foram efetuadas da seguinte forma:

Período	Prazo	Peças	Datas das Publicações			Dias de Atraso		
			Mural	Jornal	Internet	Mural	Jornal	Internet
6ºB/2016*	30-01-17	502578	30-01-17		30-01-17	0		0
1ºB/2017	30-03-17	850826	30-03-17		30-03-17	0		0
2ºB/2017	30-05-17		30-05-17		30-05-17	0		0
3ºB/2017	30-07-17		28-07-17		28-07-17	0		0
4ºB/2017	30-09-17		30-09-17		30-09-17	0		0
5ºB/2017	30-11-17		30-11-17		30-11-17	0		0

\* Processo de Contas de Governo nº 02359-02.00/16-9

Após a análise das informações prestadas pelo Poder Executivo, constata-se que **houve a publicação e a divulgação** dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária de acordo com o estabelecido no art. 52 da LC Federal nº 101/2000.

### 8.1.3 Das Audiências Públicas

O objetivo da transparência é promover a participação popular nos atos de governo, a fim de que o cidadão, tendo conhecimento da ação governamental, possa contribuir para o seu aprimoramento e exercer um controle sobre os atos de governo.

Um dos meios de assegurar que o cidadão exerce a participação popular é a audiência pública, considerada um ambiente propício para a conscientização e discussão da sociedade.

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina, no § 4º do art. 9º, que ao final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão equivalente, nas Casas Legislativas Municipais, àquela referida no §1º do art. 166 da Constituição Federal.



As audiências públicas, conforme informações prestadas pelo Poder Executivo no Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC e constantes do item 5.1.3 do Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE (peça 850826), foram realizadas nas seguintes datas e locais:

Período	Prazo até	Audiência	Local	Dias atraso
3ºQ/16	28-02-17	17-02-17	Câmara Municipal de Vereadores	0
1ºQ/17	31-05-17	30-05-17	Câmara Municipal de Vereadores	0
2ºQ/17	30-09-17	30-09-17	Câmara Municipal de Vereadores	0

Após a análise das informações prestadas pelo Poder Executivo, constata-se que o Poder **realizou as audiências públicas dentro dos prazos** dispostos no § 4º do artigo 9º da LC Federal nº 101/2000.

#### 8.1.4 Da Lei da Transparência

A transparência, um dos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal, tem importante papel na viabilização da participação da sociedade na gestão e na fiscalização da aplicação dos recursos públicos, permitindo o fortalecimento do controle social.

Visando tornar tal tarefa efetiva, o *caput* do art. 48 da referida lei, especifica quais são os instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

- Os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias;
- As prestações de contas e o respectivo parecer prévio;
- O Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, assim como suas versões simplificadas;

Importa referir que a divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal já foi objeto de análise neste relatório nos itens 8.1.1 – Do Relatório de Gestão Fiscal – RGF e 8.1.2 – Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO.

Desse modo, no que diz respeito ao *caput* do art. 48 da LRF, a análise realizada neste subitem limita-se a verificar a divulgação pelos Municípios dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, além das prestações de contas com o respectivo parecer prévio. Outrossim, é averiguado neste item o cumprimento do inciso II do artigo 48 da LC Federal nº 101/2000, o qual determina a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.





Nesse sentido, a LC nº 131/2009 – conhecida como Lei da Transparência – acrescentou dispositivos à LRF, destacando-se o art. 48-A que indica quais informações sobre a execução orçamentária e financeira devem ser disponibilizadas em meios eletrônicos de acesso público, elucidando o inciso II, do art. 48 da LRF. Assim, quanto à despesa, está prevista a disponibilização de todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, informando o número do processo, o bem fornecido ou serviço prestado, pessoa beneficiária do pagamento e procedimento licitatório realizado. Já no que se refere à receita, deve ser informado à sociedade o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras.

A LRF ainda determina, no inciso III, §1º do art. 48, que a transparência também será assegurada através da adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda o padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A da mesma Lei. Com isso, o Decreto Federal nº 7.185/2010 normatizou o referido inciso e elencou quais informações relativas à despesa e à receita deverão ser disponibilizadas em meio eletrônico de amplo acesso público para assegurar a transparência na gestão fiscal:

*Art. 7º [...]*

*I - quanto à despesa:*

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;*
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;*
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;*
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;*
- e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo;*
- f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso.*

*II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:*

- a) previsão;*
- b) lançamento, quando for o caso;*
- c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.*

O §2º do art. 48 da LRF, incluído pela Lei Complementar Federal nº 156/2016, dispõe que União, Estados, Distrito Federal e Municípios deverão disponibilizar suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecido pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso ao público.



Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que **estão sendo cumpridas**, em sua totalidade, as exigências do *caput* art. 48 e dos incisos I e II do art.48-A, ambos da LC Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009, pela LC Federal nº 156/2016, conforme se demonstra na peça 1309355.

### 8.1.5 Do Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Os recursos públicos municipais são arrecadados objetivando sua aplicação na execução das competências que ao Município estão determinadas constitucionalmente, tais como saúde, educação, saneamento, transporte municipal, entre outros.

O art. 30 da CF/88, em seus incisos III e V dispõe:

*Art. 30. Compete aos Municípios: (...)*

*III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei; (...)*

*V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.*

Assim, aos Municípios coube exercer, com os recursos que lhes foram destinados, as competências previstas, fundamentalmente, nos artigos 23, 30 e 195 da Constituição Federal.

Há instrumentos jurídicos que permitem que o Ente Municipal custeie despesas de outros entes da Federação. Para que haja esta colaboração, há que se observar, além da oportunidade e conveniência, matéria a ser exaurida em sede local, os regramentos constitucionais e legais aplicáveis a esta espécie de ajuste e que não haja desvio do cumprimento das competências do município.

Portanto, para que seja possível o custeio de despesas de um ente por outro, conforme artigo 62 da LRF, é necessário que haja, de forma cumulativa, autorização na LDO, autorização na LOA e a existência de um convênio, acordo, ajuste ou congênere.

No caso em análise, de acordo com informações prestadas pelo Poder Executivo, através do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC, o município **não contribuiu** para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação no exercício de 2017 (peça 850826).



## 8.2 DA APURAÇÃO DOS LIMITES DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

### 8.2.1 Da Apuração da Receita Corrente Líquida - RCL

A principal importância deste ponto decorre do fato da Receita Corrente Líquida - RCL servir como parâmetro para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e das garantias do ente da Federação. Portanto, constitui-se numa importante medida de racionalização da despesa e da dívida pública, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal tem como ênfase o controle e contenção dos gastos. Assim, quanto mais cresce a RCL, mais se poderá expandir o valor das despesas e dívidas que estão a ela indexadas.

O Demonstrativo de Apuração da Receita Corrente Líquida acompanha o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO (art. 52 e art. 53, I da LRF), devendo ser elaborado de forma individual pelo Poder Executivo, pelas Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes.

A RCL resulta da soma das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes municipais, deduzidas as seguintes receitas orçamentárias correntes:

- A contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência;
- As receitas provenientes da compensação financeira dos diversos regimes de previdência, na contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana. É imprescindível, para tanto, que as referidas receitas estejam adequadamente contabilizadas em contas próprias que as identifiquem.

A Receita Corrente Líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

A LRF estabelece, no §1º do art. 2º que serão computados ainda os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87 de 1996 - Lei Kandir - e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (fundo criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, mediante alteração da redação do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal) e os decorrentes da Lei Complementar.

No entanto, de acordo com o Anexo I da Instrução Normativa TCE/RS nº 19/2016, alterada pela Instrução Normativa TCE/RS nº 06/2017, o valor referente à perda dos recursos aplicados no FUNDEB não deve ser deduzido para fins de apuração da Receita Corrente Líquida. Ou seja, a perda resultante do retorno a



menor dos recursos aplicados no FUNDEB deve ser adicionada à RCL. E de acordo com o mesmo anexo, deve ser deduzida a receita orçamentária advinda da retenção na fonte do Imposto de Renda sobre a folha de pessoal do Município.

Conforme Modelo 1 – Demonstrativo da RCL (item 5.2.1.2 do RVE), verifica-se que a RCL do Município de São João do Polêsine, atingiu no exercício de 2017, o valor de R\$ 13.033.092,48, conforme quadro a seguir:

Em R\$		
ESPECIFICAÇÃO	1º SEM	2º SEM
Receitas Correntes (a)	6.832.350,17	14.211.595,00
(-) Deduções Receitas Correntes (b)	-1.140.250,80	-2.176.921,53
(-) Outras Deduções (c)	-79.533,32	-174.207,87
IRRF sobre Rendimento do Trabalho*	79.533,32	174.207,87
Contribuição Servidores – RPPS	0,00	0,00
Receitas do RPPS – Remuneração e Outras Receitas	0,00	0,00
Receitas Fundo de Assistência Social dos Servidores	0,00	0,00
Receita Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores	0,00	0,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00
Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00
Outros Ajustes	0,00	0,00
Sub total (d = a+b+c)	5.612.566,05	11.860.465,60
(+) Perda com o Fundeb (e)**	627.837,85	1.172.626,88
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA do ano corrente (f = d+e)	6.240.403,90	13.033.092,48
Receita Corrente Líquida - 2º Semestre ano anterior (g)	7.152.688,45	
TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (h = f+g)	13.393.092,35	13.033.092,48

\* Parecer Coletivo TCE nº 02/2002

\*\* Parecer Coletivo TCE nº 01/2002

## 8.2.2 Da Despesa Total com Pessoal

O limite máximo ou legal da Despesa com Pessoal, em cada período de apuração, não poderá ultrapassar 60% da RCL do Município (art. 19, inciso III, da LRF), distribuído em limites máximos de 6% para o Legislativo e 54% para o Executivo (art. 20, inciso III, alíneas “a” e “b”, da LRF).

Entretanto, a LRF estabelece, também, os seguintes limites:

- **LIMITE PRUDENCIAL:** Considerando o princípio da gestão fiscal responsável, a LRF, em seu art. 22, parágrafo único, estabeleceu um limite intermediário para a despesa com pessoal chamado de limite prudencial, que equivale a 95% do limite máximo legal do poder ou órgão referido no art. 20 da mesma lei. Caso o ente ultrapasse o limite



prudencial, ficará sujeito a algumas restrições que impliquem em aumento de despesa com pessoal.

- **LIMITE DE ALERTA:** O limite de alerta, disposto no inciso II, do § 1º, do art 59 da LRF, equivale a 90% do limite máximo/legal do Poder ou órgão referido no art. 20. Quando o Tribunal de Contas constatar que o ente ultrapassou esse limite, deverá alertar o Poder ou órgão.

De acordo com o art. 18 da LRF, entende-se como despesa total de pessoal o somatório dos gastos do ente da federação com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

A apuração tem por base a despesa executada no mês de referência e nos 11 (onze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

De acordo com o Anexo I – Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal – da Instrução Normativa TCE/RS nº 19/2016, alterada pela Instrução Normativa TCE/RS nº 06/2017, as despesas com contratos de terceirização de mão de obra, considerados irregulares ou ilegais, também devem ser consideradas como despesa com pessoal, uma vez que mascaram contratação de pessoal. O art. 18, § 1º da LRF também estabelece que os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos devem ser contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.

A LRF admite, em seu art. 19, §1º, que sejam deduzidas da apuração as seguintes despesas com pessoal, desde que tenham sido inicialmente consideradas:

- a) Indenizações por Demissão e com Programas de Incentivos à Demissão Voluntária, elemento de despesa 94 – Indenizações Trabalhistas;
- b) Decorrentes de decisão judicial da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 91 – Sentenças Judiciais;
- c) Demais despesas da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores;
- d) Com inativos, considerando-se também os pensionistas, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas com recursos vinculados, ou seja, provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados e das demais receitas diretamente arrecadadas por





fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

As parcelas de receitas orçamentárias do IRRF sobre Rendimentos do Trabalho também devem ser excluídas do montante da despesa com pessoal, da mesma forma que tal valor é subtraído na apuração da RCL.

Na hipótese de descumprimento do limite máximo, o respectivo Poder ou órgão terá o prazo de até dois quadrimestres para a adoção de medidas saneadoras visando à recondução ao limite. A LRF impõe, em seu art. 23, §3º que, no caso de não alcançar a redução no prazo estipulado pela referida lei, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

- a) Receber transferências voluntárias;
- b) Obter garantia direta ou indireta de outro ente;
- c) Contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Se a despesa total com pessoal exceder ao limite prudencial, são vedados ao Poder ou órgão que houver incorrido no excesso:

- a) Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;
- b) Criação de cargo, emprego ou função;
- c) Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- d) Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- e) Contratação de hora extra, salvo nas situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

O Executivo apresentou os dados relativos à Receita Corrente Líquida - Modelo 1 e Despesa com Pessoal - Modelo 2 - relativos aos períodos abaixo relacionados do ano de 2017 (peças 664928 e 850827), que foram inseridos na tabela a seguir para fins de cálculo e análise dos percentuais obtidos.

Período	2ºS/2017	Mês Referência	Dez/17
<b>Envios em 2017</b>		Em R\$	
<b>Período</b>	<b>R C L</b>	<b>D P</b>	<b>%</b>
1ºS/17	13.393.092,35	5.776.919,96	43,13
2ºS/17	13.033.092,48	5.814.934,00	44,62





Considerando que os percentuais apurados no exercício de 2017 são **inferiores ao limite de 90%** de que trata o artigo 59, § 1º, inciso II da LC Federal nº 101/2000 e, evidentemente, aos limites de 95% e máximo, de que tratam, respectivamente, os artigos 22, parágrafo único e 20, inciso III, alínea "b", todos da referida lei, não houve emissão de alerta ao Poder.

Conclui-se, na análise da tabela, que os **percentuais apurados são inferiores ao limite máximo** previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b" da LC Federal nº 101/2000.

### 8.2.3 Da Dívida Consolidada Líquida

Dispõe a Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, em seu art. 1º, § 1º, inciso V que a Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. O art. 3º, inciso II, da mesma Resolução, determina que o limite global para o montante da Dívida Consolidada Líquida (DCL) dos Municípios não poderá exceder a 1,2 vezes a Receita Corrente Líquida.

A Dívida Consolidada ou Fundada, para fins fiscais, corresponde ao montante total das obrigações financeiras, apurado sem duplicidade (excluídas obrigações entre órgãos da administração direta e entre estes e as entidades da administração indireta), assumidas:

- a) Pela emissão de títulos públicos, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses (dívida mobiliária);
- b) Em virtude de leis, contratos (dívida contratual), convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses;
- c) Pela realização de operações de crédito que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- d) Com os precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- e) Pela realização de operações equiparadas a operações de crédito pela LRF, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses.

O valor a ser deduzido da Dívida Consolidada, para fins de apuração da DCL, corresponde a Disponibilidade de caixa bruta (somatório de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata) deduzida do montante de Restos a Pagar Processados, e acréscidos dos demais haveres financeiros.



A disponibilidade de caixa do RPPS não deverá ser incluída na disponibilidade de caixa, visto que o passivo atuarial não integra a dívida consolidada.

O entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos (devidamente deduzidos dos respectivos ajustes para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos. Para efeito de apuração da Dívida Consolidada Líquida, não serão considerados como haveres financeiros:

- a) Os créditos tributários e não-tributários (exceto os empréstimos e financiamentos concedidos) reconhecidos segundo o princípio da competência, por meio de variações ativas;
- b) Os valores inscritos em dívida ativa;
- c) Outros valores que não representem créditos a receber, tais como estoques e contas do ativo imobilizado;
- d) Os adiantamentos concedidos a fornecedores de bens e serviços, a pessoal e a terceiros;
- e) Depósitos restituíveis e valores vinculados;
- f) Participações permanentes da unidade em outras entidades em forma de ações ou cotas.

O art. 31 da LRF prevê que se a dívida consolidada municipal ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro. Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido será submetido a certos deveres e sanções, pois estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária e deverá obter resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho.

Ressalta-se que estas restrições aplicam-se imediatamente se o montante da dívida exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo. Caso ocorra vencimento do prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.

O Executivo apresentou os valores relativos ao Endividamento dos períodos abaixo relacionados do ano de 2017 no Modelo 4 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida e os respectivos percentuais de endividamento descrito no Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites (peças 664928 e 850827), que foram inseridos na tabela a seguir, para fins de cálculo e análise dos percentuais obtidos, nos termos definidos pela Resolução do Senado Federal nº 40/2001 e pela Portaria STN nº 637/2012.



			Em R\$
Período	R C L	D C L	%
1ºS/17	13.393.092,35	0,00	0,00
2ºS/17	13.033.092,48	0,00	0,00

O Poder Executivo não apresenta Dívida Consolidada Líquida - DCL, **atendendo**, assim, o art. 3º, inciso II, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001.

Verifica-se, também, que o mesmo não apresenta dívida decorrente de emissão de títulos (Dívida Pública Mobiliária), **atendendo** ao disposto no art. 11 da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

#### 8.2.4 Das Operações de Crédito

A legislação aborda de forma exemplificativa o conceito de operação de crédito, listando algumas modalidades. Portanto a LRF define, no art. 29, inciso III, operação de crédito como compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, de abertura de crédito, de emissão e aceite de título, de aquisição financiada de bens, de recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, de arrendamento mercantil; ou de outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

O §1º do art. 29 da referida lei ainda inclui, por equiparação, a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas, no conceito de operações de crédito.

A operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – ARO, espécie do gênero operação de crédito, de acordo com o art. 38 da LRF, destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e deverá cumprir as exigências da LRF aplicáveis às operações de crédito e outras, conforme regulamentação específica.

A realização de operações de crédito depende, ainda, de autorização prévia do Ministério da Fazenda que, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional, verifica os limites de endividamento aplicáveis ao Ente da Federação pleiteante, as condições previstas na LRF e nas Resoluções do Senado Federal nº 40 e nº 43 de 2001 e a nº 48 de 2007 e alterações, e demais normativos em vigor.

Segundo disposição expressa do art. 37 da LRF, equiparam-se a operações de crédito e estão vedados:



- a) A captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido;
- b) O recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação;
- c) A assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes; e
- d) A assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens e serviços.

É vedada a contratação de operação de crédito nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município. Excetuam-se dessa vedação o refinanciamento da dívida mobiliária e as operações de crédito autorizadas pelo Senado Federal ou pelo Ministério da Fazenda em nome do Senado Federal até 120 (cento e vinte) dias antes do final do mandato do Chefe do Poder Executivo.

O Senado Federal estabeleceu o limite do montante global das operações de crédito dos Municípios em 16% da Receita Corrente Líquida em cada exercício. No caso de operações de crédito com liberação prevista para mais de um exercício, o limite deverá ser calculado considerando o cronograma anual de ingresso, e projetando a RCL, mediante a aplicação do fator de atualização a ser divulgado pelo Ministério da Fazenda.

Consideradas as informações do Modelo 6 – Demonstrativo das Operações de Crédito e os respectivos percentuais descritos no Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites (peça 850827) e, ainda, os dados constantes do SIAPC, constata-se que:

- **Operações de Crédito Internas e Externas:** As Operações de Crédito Internas e Externas, no exercício de 2017, atingiram o montante de R\$ 202.902,38, representando, em relação à Receita Corrente Líquida do mesmo período, um percentual de 1,56%, **atendendo** ao limite de 16% disposto no inciso I do art. 7º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.
- **Operações de Crédito p/ Antecipação de Receita:** O Executivo não apresenta saldo na conta Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, **atendendo** o inciso II do art. 38 da LC Federal nº 101/2000.



## 8.2.5 Dos Restos a Pagar e do Equilíbrio Financeiro

### 8.2.5.1 Do Artigo 42 da LC Federal nº 101/2000

Conforme art. 36 da Lei nº 4.320/64, os restos a pagar são as despesas empenhadas e não pagas no mesmo exercício financeiro, sendo classificadas entre processadas e não processadas. Salienta-se que outros normativos também discorrem sobre o assunto, como o Decreto nº 93.872/86 e a LRF.

Considerando que o artigo 42 da LC Federal nº 101/2000 estabelece que, nos últimos dois quadrimestres do mandato, é vedado ao titular contrair despesas que não possam ser cumpridas dentro dele, ou que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa, não é necessária a verificação do cumprimento do referido dispositivo legal, uma vez que não houve encerramento do mandato.

### 8.2.5.2 Do Equilíbrio Financeiro

Esta análise tem a finalidade de verificar o atendimento pelo Gestor Público, no exercício financeiro de 2017, do disposto no § 1º, do art. 1º, da LRF. O dispositivo em tela alude que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Tal equilíbrio impõe que ajustes devam ser observados no decorrer de todo o mandato, de forma que as receitas não sejam superestimadas, nem haja acúmulo excessivo de passivos financeiros.

Nesse contexto, como regra geral, as despesas devem ser executadas e pagas dentro do exercício financeiro. Excepcionalmente, o Gestor pode deixar obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, porém, com disponibilidade de caixa. Desse modo, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios e não somente no último ano de mandato.

O equilíbrio intertemporal (equilíbrio ao longo dos exercícios) entre as receitas e as despesas públicas se estabelece como pilar da gestão fiscal responsável. O planejamento é ferramenta imprescindível à boa gestão fiscal e consiste em definir os objetivos que devem ser alcançados e prever, permanente e sistematicamente, os acontecimentos que poderão interferir no cumprimento desses objetivos, notadamente no que se refere ao equilíbrio das contas públicas.

Destaca-se que, nos termos do art. 35 da Lei nº 4.320/64, pertencem ao exercício financeiro às receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. Portanto, a execução das despesas orçamentárias está condicionada ao exercício financeiro, ou seja, ao princípio da anualidade. Vale ressaltar que o



exercício financeiro coincide com o calendário civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro. Dessa maneira, a inscrição em restos a pagar dos investimentos plurianuais deve ocorrer segundo o cronograma e a programação de execução física e financeira, e por exercício financeiro, ou seja, deve seguir o princípio da anualidade mesmo que os investimentos sejam plurianuais. O cronograma físico-financeiro afetará o controle da inscrição em restos a pagar e da respectiva disponibilidade de caixa exigida, já que a inscrição em restos a pagar estará associada à dotação da parcela consignada no orçamento em curso, não podendo ser exigida disponibilidade de caixa para as parcelas do investimento que deverão ser objeto de crédito em orçamentos futuros.

São considerados no cálculo do Equilíbrio Financeiro tanto os recursos orçamentários como os extraorçamentários. Esses últimos são recursos financeiros transitórios e de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário, tendo em vista que se tratam de recursos de terceiros, que provocam o surgimento de passivos financeiros, uma vez que não pertencem ao Município. Esses valores não integram o orçamento e sua restituição será feita no futuro, na forma de Despesas Extraorçamentárias.

São exemplos de recursos restituíveis:

- Cauções em dinheiro;
- Fianças;
- Depósitos de terceiros em garantia;
- Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária;
- Retenções de folhas de pagamento que dependam de repasses aos credores dos recursos (INSS, FGTS)

Ao final do exercício, existe a necessidade de que conste no Ativo Circulante, nos Recursos 8001 a 9999 – Extraorçamentário, saldo suficiente para cobertura dos valores restituíveis inseridos no Passivo Circulante, tendo em vista não pertencerem ao Município. Na hipótese de insuficiência no recurso citado, o Recurso Livre – 0001 deverá comportar tais obrigações.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Abertura Valores Restituíveis	Em R\$
Valores Restituíveis (Passivo Circulante - conta 2188*) – I	35.554,68
Rec. Extraorçamentário (Ativo Circulante 8001 a 9999)** – II	35.554,68
<b>Suficiência de Valores Restituíveis (III = II – I)</b>	<b>0,00</b>

\* Todas as contas contábeis iniciadas pelo código 2188, no Passivo Circulante

\*\* Peça: 850826





Conforme verificado na tabela acima, o município apresenta disponibilidade financeira no recurso 8001 – Extraorçamentário para a cobertura dos valores restituíveis inscritos no Passivo Circulante do ente.

Para fins de verificação do atendimento deste item, além dos dados acima, foram utilizadas as informações constantes nos Modelos 3 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e do Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar, compreendido no Relatório de Gestão Fiscal (Executivo e Indiretas Municipais). Este último deve evidenciar a existência ou a inexistência de disponibilidade financeira suficiente para inscrição em Restos a Pagar das despesas empenhadas e não pagas ao final do exercício financeiro de 2017. O Demonstrativo em tela visa dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa e está devidamente detalhado no Relatório de Validação e Encaminhamento (Item 5.2.7). Deverá ser elaborado somente no último quadrimestre/semestre pelos Poderes e órgãos da Administração Municipal, sendo evidenciado pelo confronto da disponibilidade de caixa bruta com as obrigações financeiras, segregado por vinculação de recursos. O resultado obtido desse confronto irá permitir a inscrição dos Restos a Pagar Processados e Não Processados.

Restos a Pagar com Insuficiência Financeira					
Recurso	Exercícios Anteriores		Exercício Atual		CGC
	Processados	Não Processados	Processados	Não Processados	
0001	46.283,25	0,00	385.924,37	0,00	94444247000140
0040	0,00	0,00	103.787,03	0,00	94444247000140
Subtotal	46.283,25	0,00	489.711,40	0,00	
TOTAL				535.994,65	

Legenda dos códigos dos Recursos Vinculados

0001 RECURSO LIVRE

0040 ASPS

Importante destacar que, após análise, foram realizados ajustes nas disponibilidades financeiras do Recurso Livre 0001. As informações constantes no Demonstrativo dos Restos a Pagar Ajustado (peça 1309321) demonstram insuficiência financeira para a cobertura dos valores inscritos em Restos a Pagar, no total de R\$ 535.994,65.

Exercício	RESTOS A PAGAR			INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA		
	Valor* (R\$)	Relativo Base Fixa**	Evolução Anual (%)	Valor* (R\$)	Relativo Base Fixa**	Evolução Anual (%)
2016	998.368,02	100,00	-	364.409,55	100,00	-35,79
2017	1.114.727,53	111,65	11,65	535.994,65	147,09	47,09

(\*) Valores indexados pelo IGP-DI/FGV Médio, tomando-se como base o exercício de 2017.

(\*\*) Base fixa: exercício de 2016.



Convém referir que a disponibilidade financeira do Recurso 0001 – Livre (peça 850826) é suficiente para a cobertura dos Restos a Pagar grafados à conta desse recurso, mesmo após a dedução, nos termos da Instrução Normativa TCE/RS nº 19/2016, alterada pela Instrução Normativa TCE/RS nº 06/2017, dos Valores Restituíveis inscritos no Passivo Circulante, no total de R\$ 35.554,68.

Tendo por base os valores atualizados monetariamente, observa-se que a Insuficiência Financeira existente no encerramento do exercício de 2017, no valor de R\$ 535.994,65, é superior em 47,09% em relação a apresentada no encerramento do exercício de 2016, demonstrando uma situação de **DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO** durante esta gestão.

Assim, conclui-se pelo **não atendimento** do disposto no § 1º do art. 1º da LC Federal nº 101/2000.



## 9. DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

Entende-se por vinculação constitucional o percentual de receita que deve ser aplicado em certa despesa, cuja previsão esteja determinada na Constituição da República, ou seja, é o processo pelo qual os recursos públicos são vinculados a um tipo de despesa específica.

Transferência voluntária é a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Unico de Saúde.

O cumprimento dos limites constitucionais em saúde e educação é exigência para o repasse de transferências voluntárias por parte do Estado e da União, conforme a previsão contida no artigo 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF.

### 9.1 DA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

#### 9.1.1 – Da Aplicação do Mínimo Constitucional de 25%

A Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, as Emendas Constitucionais nº 14/1996 e 53/2006 definiram os meios financeiros pelos quais o Poder Público atenderá seus deveres relacionados à oferta, permanência, qualidade e garantia de ensino aos cidadãos, estabelecendo percentuais mínimos de aplicação.

Segundo o art. 212 da CF, os Municípios deverão aplicar anualmente 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).

A base de cálculo dos gastos constitucionais com MDE é a Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), bem como multas e juros incidentes sobre os impostos e a dívida ativa relacionada a esse tipo de tributo. As despesas consideradas como manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) estão disciplinadas no artigo 70 da Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e as despesas não admitidas como tais estão discriminadas no art. 71 da mesma Lei.

Destaca-se que a composição das contas de receitas e de despesas, consideradas para a apuração do percentual aplicado em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, também está disciplinada no Anexo I da Instrução Normativa TCE/RS nº 19/2011 que trata das emissões e da disponibilização das Certidões.



Após análise técnica realizada por este Tribunal, através dos dados disponíveis no Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC e no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (peça 850826), constata-se que o percentual aplicado em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, pelo Executivo Municipal no exercício de 2017, **atendeu** ao disposto no *caput* do art. 212 da Constituição Federal, que estabelece o percentual de 25% como aplicação mínima (peça 1309320), conforme se demonstra:

Em R\$

	2014	2015	2016	2017
Receita MDE	9.298.904,04	9.754.427,99	11.351.670,71	11.501.628,14
Aplicação Mínima (25%)	2.324.726,01	2.438.607,00	2.837.917,68	2.875.407,04
<b>Aplicação Efetiva</b>	<b>2.563.208,31</b>	<b>2.674.424,18</b>	<b>2.950.754,61</b>	<b>2.904.661,51</b>
<b>% Aplicação MDE</b>	<b>27,56%</b>	<b>27,42%</b>	<b>25,99%</b>	<b>25,25%</b>

### 9.1.2 DO FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, mediante alteração da redação do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal. No ano subsequente, o Fundo foi instituído, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, e regulamentado pela Lei Federal nº 11.494/2007.

Trata-se de um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o FUNDEB, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.



### 9.1.2.1 Base de Cálculo da Receita do FUNDEB

Com a Emenda Constitucional nº 53/2006, a subvinculação das receitas dos impostos e das transferências dos Estados, do Distrito Federal e Municípios passaram para 20%, e sua utilização foi ampliada para toda educação básica, a qual compreende a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

A aplicação do FUNDEB nos Municípios se materializa nos investimentos em educação infantil, ensino fundamental, educação especial e educação de jovens e adultos (ensino fundamental).

Abaixo segue a discriminação da base de cálculo (receitas formadoras) do FUNDEB, de acordo com os dados do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC constantes no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (peça 850826):

Em R\$

Base de Cálculo Receita do FUNDEB	2014	2015	2016	2017
ITR – Mun. Conveniados	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-parte FPM	1.208.886,33	1.270.660,60	1.452.523,32	1.383.798,46
Cota-parte ITR	758,61	1.171,74	1.176,39	1.264,58
LC nº 87/96 – Lei Kandir	2.744,40	2.703,50	2.784,92	2.941,08
Cota-parte ICMS	361.616,89	376.212,57	428.562,59	474.964,19
Cota-parte IPVA	46.635,36	55.409,32	61.045,34	64.066,36
Cota-parte IPI/Exportação	6.501,45	7.247,03	5.352,82	7.174,84
<b>TOTAL</b>	<b>1.627.143,04</b>	<b>1.713.404,76</b>	<b>1.951.445,38</b>	<b>1.934.209,51</b>

### 9.1.2.2 Aplicação 60% Recursos FUNDEB - Remuneração Magistério

O parágrafo único do art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007, assim como o art. 60, inciso XII do ADCT da Constituição Federal, afirmam que pelo menos 60% dos recursos anuais do FUNDEB que retornaram ao município serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

O Município de São João do Polêsine apresentou a seguinte situação:



Em R\$

	2014	2015	2016	2017
Receita FUNDEB Total*	659.987,61	698.868,30	821.731,72	764.091,26
60% do Retorno do FUNDEB	395.992,57	419.320,98	493.039,03	458.454,76
Aplicação Recursos - FUNDEB	645.242,47	623.926,53	716.710,62	721.682,18
<b>% Aplicação</b>	<b>97,77%</b>	<b>89,28%</b>	<b>87,22%</b>	<b>94,45%</b>

\* Total Retorno do FUNDEB + Receitas de Remuneração de Depósitos Bancário - Rec. Vinculado FUNDEB

Após análise técnica realizada por este Tribunal, através dos dados disponíveis no Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC e no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (peça 850826) constata-se que **houve o atendimento** da norma contida no parágrafo único do art. 22 da Lei nº 11.494/2007 e no artigo 60, inciso XII do ADCT da Constituição Federal.

### 9.1.2.3 Ganho (Plus) x Perda do FUNDEB

De acordo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – 7ª Edição, na dinâmica do FUNDEB há, de um lado, a contribuição à formação do Fundo (no caso dos estados e municípios 20% dos impostos e transferências – item 9.1.2.1 deste relatório) e, de outro, a receita proveniente do Fundo (valor recebido de acordo com o nº de alunos matriculados).

Ao compararmos o valor da contribuição com o valor do retorno, apuramos se houve “ganho” ou “perda” com o FUNDEB. Quando o retorno é maior do que a contribuição apura-se um Ganho, ou seja, o município recebeu mais do Fundo do que contribuiu. Já quando o retorno é menor do que a contribuição apura-se uma Perda, haja vista o recebimento de recursos do Fundo ser menor do que aquele que foi enviado para a formação do mesmo.

**Valor do Retorno > Valor da Contribuição = Ganho**

**Valor do Retorno < Valor da Contribuição = Perda**

De acordo com os dados da tabela abaixo, extraídos do Relatório de Validação e Encaminhamento, o município de São João do Polêsine apresentou Perda no ano de 2017, de 60,63%.





Em R\$

Cálculo Ganho/Perda FUNDEB	2017
Contribuição (a)	1.934.209,80
Retorno (b)	761.582,92
<b>Perda (b-a)</b>	<b>1.172.626,88</b>

## 9.2 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

A Constituição Federal de 1988, em seu art.196, consagrou a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde. O artigo 23, inciso II, prevê como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e da assistência pública.

A Emenda Constitucional nº 29, de 13-09-2000, que alterou os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição e acrescentou o artigo 77 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fixou a base de cálculo e os recursos mínimos a serem aplicados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS).

A mencionada Emenda Constitucional foi regulamentada pela Lei Federal Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, a qual disciplinou, em seu art. 7º, que os Municípios aplicarão anualmente em ASPS, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação de impostos e transferências.

Nos artigos 2º e 3º da referida Lei Complementar foram definidas como despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde, as quais devem atender às seguintes diretrizes:

- I. Sejam destinadas às ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito;
- II. Estejam em conformidade com objetivos e metas explicitados no Plano de Saúde de cada ente federativo; e
- III. Que sejam de responsabilidade específica do setor de saúde, não se aplicando a despesas relacionadas a outras políticas públicas que



atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que incidentes sobre as condições de saúde da população.

Atendendo aos critérios da Lei, as despesas com ASPS deverão ser financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos fundos de saúde.

O art. 4º da LC nº 141/2012 define despesas que não constituirão ações e serviços públicos de saúde.

Destaca-se que a composição das contas de receitas e de despesas, consideradas para a apuração do percentual aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde também está disciplinada no Anexo II da Instrução Normativa TCE nº 19/2011 que trata das emissões e da disponibilização das Certidões.

Após análise técnica realizada por este Tribunal, através dos dados disponíveis no Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC, que constam no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (peça 850826), constata-se que o percentual aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS, pelo Executivo Municipal no exercício de 2017, **atendeu** ao disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que estabelece o percentual de 15% como aplicação mínima (peça 1309356), conforme se demonstra:

Em R\$

	2014	2015	2016	2017
Receita ASPS	9.030.801,05	9.754.427,99	11.351.670,71	11.501.628,14
Aplicação Mínima (15%)	1.354.620,16	1.463.164,20	1.702.750,61	1.725.244,22
<b>Aplicação Efetiva</b>	<b>2.024.188,14</b>	<b>1.988.144,42</b>	<b>2.401.932,38</b>	<b>2.558.307,93</b>
<b>% Aplicação ASPS</b>	<b>22,41%</b>	<b>20,38%</b>	<b>21,16%</b>	<b>22,24%</b>



## 10. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Os documentos que devem integrar as contas anuais do Executivo Municipal estão regulados na Resolução TCE/RS nº1052/2015.

### 10.1 DOS DOCUMENTOS

Passa-se a analisar a documentação referente à Prestação de Contas, no tocante à entrega e ao conteúdo dos seguintes documentos:

Resolução nº 1.052/2015 – art. 2º, inciso III, alíneas:		Entrega	Conformidade
a)	Relatório circunstanciado do Prefeito sobre sua gestão, indicando o atingimento, ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, contendo, também, informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS (Resolução nº 1052/2015, art. 2º, inciso III, alínea “a”);	SIM	SIM
b)	Relatório e Parecer do responsável pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI sobre as contas de governo (Resolução nº 1052/2015, art. 2º, inciso III, alínea “b”);	SIM	SIM
c)	Demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, se houver, relativas ao exercício anterior, as quais serão geradas eletrônica e automaticamente pelo SIAPC/PAD	SIM	NÃO
d)	Cópia das atas de encerramento dos inventários de bens e valores, elaboradas pela comissão inventariante, evidenciando eventuais diferenças e as respectivas providências (Resolução nº 1052/2015, art. 2º, inciso III, alínea “d”);	SIM	SIM
e)	Declaração firmada pelo operador responsável pelo Sistema Base de Legislação Municipal – BLM, informando terem sido devidamente encaminhadas as leis que compõem o processo orçamentário, bem como as leis e decretos de abertura de créditos adicionais e de operações de crédito (Resolução nº 1052/2015, art. 2º, inciso III, alínea “e”);	SIM	SIM
f)	Declaração firmada pelo Prefeito de que os agentes públicos atuantes no Poder Executivo estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas, nos termos do artigo 15 da Resolução nº 963, de 19 de dezembro de 2012 (Resolução nº 1052/2015, art. 2º, inciso III, alínea “f”);	SIM	SIM



g)	Declaração firmada pelo contador e ratificada pelo Prefeito, informando sobre a realização de conciliações bancárias e seus respectivos resultados (Resolução nº 1052/2015, art. 2º, inciso III, alínea “g”);	SIM	SIM
h)	Os pareceres dos conselhos que, por força de lei, devem se manifestar sobre as contas dos fundos criados em face da eventual instituição de regime previdenciário próprio. (Resolução nº 1052/2015, art. 2º, inciso III, alínea “h”).	NÃO SE APLICA*	NÃO SE APLICA*

\*Município não possui Fundo de RPPS.

O exame acerca da documentação enviada pelo Executivo evidencia o que segue:

### **Quanto à Entrega**

Constata-se o **atendimento** ao disposto no art. 2º, inciso III e alíneas da Resolução TCE/RS nº 1052/2015, no que diz respeito ao envio de todos os documentos exigidos para a prestação de contas anual do Executivo Municipal.

### **Quanto à Conformidade**

O exame acerca da documentação enviada pela Auditada evidencia a seguinte irregularidade:

**- Alínea “c” - Das demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, previstas no art. 2º, inciso III, alínea “c” da Resolução nº 1.052/2015.**

Constataram-se inconsistências nas informações contábeis utilizadas para elaboração do Balanço Patrimonial (peça 850829), tendo em vista que os saldos iniciais de algumas contas, no exercício de 2017, estão diferentes dos saldos apresentados no encerramento do exercício de 2016, bem como ocorreram alterações dos Indicadores de Superávit Financeiro de algumas contas, conforme consulta ao SIAPC acostada à peça 1314370. Tais situações evidenciam a realização de lançamentos contábeis posteriores ao encerramento do exercício, demonstrando não atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.



## 11. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (CF, art. 194). Seu financiamento será proporcionado por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de diversas contribuições sociais (CF, art. 195).

A previdência social terá caráter contributivo, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial (CF, art. 201). O sistema previdenciário brasileiro é composto por três formas distintas de regime: o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, o Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS (exclusivo dos servidores públicos e constituído em cada ente da Federação) e o Regime de Previdência Complementar – RPC. Em qualquer dos casos, a essência dos regimes previdenciários é a gestão do patrimônio coletivo dos segurados, sob a tutela do Estado, para transformar a poupança presente em benefícios futuros, quando os trabalhadores deixarem de ser ativos.

O art. 40 da Constituição Federal de 1988 estabelece que aos servidores titulares de cargos efetivos dos entes da Federação é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas. Este artigo foi regulamentado pela Lei nº 9.717/1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos, instituídos e organizados pelos respectivos entes federativos.

O art. 13 da Lei Federal nº 8.212/1991 afirma que o servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social, desde que amparados por regime próprio de previdência social, ou seja, caso o ente público não tenha instituído seu Regime Próprio de Previdência, fica o servidor vinculado ao Regime Geral.

A estrutura administrativa-organizacional dos Regimes Próprios poderá ser inserida na própria estrutura da administração direta ou sob a forma de autarquia ou fundação na administração indireta.

A institucionalização do RPPS implica em estabelecer contabilidade própria para permitir conhecer, a qualquer momento, a situação econômica, financeira e orçamentária do patrimônio, que é propriedade dos beneficiários da previdência. As mudanças conceituais decorrentes da organização da contabilidade, que visam à transparência do patrimônio real dos beneficiários, não implicam em alterações das exigências estabelecidas na LRF e nas demais leis pertinentes.



Independentemente do formato administrativo que assuma no âmbito do ente, seja autarquia, fundação ou fundo previdenciário (Lei nº 9.717/1998, art. 1º, parágrafo único), o RPPS deverá observar todas as regras previstas nas normas gerais de previdência, ter caráter contributivo, ser organizado com base em normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial (LRF, art. 69) e adotar os procedimentos necessários ao controle da despesa com pessoal previsto na LRF, inclusive quanto ao registro e evidenciação das receitas e despesas de cada um dos Poderes ou órgãos.

O equilíbrio financeiro e atuarial da previdência deve ser observado, por meio de contribuição dos segurados, ativos e inativos, da contribuição patronal do ente da Federação e outros aportes (Constituição, art. 40, Lei nº 9.717, de 1998 e Lei nº 10.887, de 2004). Na análise do equilíbrio atuarial, deverão ser observados os seguintes aspectos:

- a) Os critérios e parâmetros utilizados nas projeções dos cálculos atuariais;
- b) As projeções realizadas anteriormente;
- c) A inclusão do resultado efetivo do período anterior, para efeito de comparação com as novas projeções;
- d) A eventual e indevida utilização de repasse para a cobertura de déficit atuarial com o objetivo de cobrir déficit financeiro sem a devida transparência;
- e) A eventual e indevida utilização da reserva atuarial, inclusive dos rendimentos financeiros, para tentar evidenciar que há equilíbrio financeiro.

O ente da Federação que já houver instituído, ou que vier a instituir uma entidade, seja ela uma autarquia, fundação, secretaria ou qualquer outra unidade administrativa, destinada a caracterizar, gerir e evidenciar o patrimônio do RPPS e suas respectivas variações deverá elaborar e publicar o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, que integra o RREO (LRF, art. 53, inciso II) e deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre (LRF, art. 52).

Convém referir que Município de São João do Polêsine não instituiu Regime Próprio de Previdência Social, ficando os servidores municipais vinculados ao Regime Geral.

## 11.1 DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

As fontes de recursos dos regimes de previdência encontram-se atualmente classificadas em três grupos de contas: receitas de contribuições (receitas





correntes), contribuições sociais intraorçamentárias e repasses previdenciários recebidos.

No rol das receitas de contribuições (receitas correntes) estão contempladas as contribuições patronais dos servidores ativos civis e militares cedidos e licenciados, e as contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas, civis e militares, consignadas pelo empregador (ente público) ou recolhidas diretamente, inclusive eventuais parcelamentos de débitos. No rol das receitas correntes também estão contempladas as receitas de multas e os juros de mora dessas contribuições, e, ainda, a receita de compensação previdenciária.

Entre as contribuições sociais intraorçamentárias estão as contribuições patronais dos servidores ativos, inativos e pensionistas, civis e militares, a contribuição previdenciária para amortização do déficit atuarial e a contribuição previdenciária em regime de parcelamento de débitos. Também dentro desta categoria deverão ser registradas as receitas de multas e juros de mora das contribuições intraorçamentárias.

Os repasses previdenciários ou transferências financeiras atualmente estão contemplados em três subgrupos de contas: Repasse Plano Financeiro (repasso para cobertura de insuficiência financeira, repasse para formação de reserva, e outros aportes); Repasse Plano Previdenciário (repasso para cobertura de déficit financeiro, repasse para cobertura de déficit atuarial, e outros aportes); e Outros Aportes (repasses espontâneos de recursos pelo ente público).

É importante ressaltar que a legislação previdenciária orienta, expressamente, que é vedada a utilização dos recursos previdenciários, seja para custear ações de assistência social e saúde, seja para concessão de verbas indenizatórias, ainda que por acidente em serviço, seja por quaisquer outras despesas não previdenciárias.

#### 11.1.1 Da Contabilização da Contribuição Patronal

A contribuição patronal é a contribuição efetuada pela Administração Pública para o regime de previdência social – seja ele RPPS ou RGPS, em virtude da sua condição de empregadora, resultante de pagamento de pessoal.

De acordo com o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC nº 101/2000:

*“(…) entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como **encargos sociais e***



*contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência”.*  
(...)

*§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência. (grifo nosso)*

As partes grifadas do trecho acima demonstram a importância do correto reconhecimento, pelo regime de competência, das contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, pois estas contribuem para o somatório da despesa com pessoal que é um dos principais indicadores de responsabilidade na gestão fiscal.

Como dito anteriormente, a importância da correta classificação contábil da informação previdenciária se dá, primordialmente, pela transparência com a qual deve ser tratada toda informação referente ao Regime de Previdência, tanto para os participantes e beneficiários, como para o contribuinte e para toda a sociedade que direta ou indiretamente contribui para o financiamento do sistema. Além disso, devem ser obedecidas as normas legais doutrinárias da ciência contábil que obrigam que haja o registro e a evidenciação da situação patrimonial dos fundos de previdência (conjunto de bens, direitos e obrigações).

De acordo com a Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, em seu art. 5º, as contribuições legalmente instituídas devidas pelo ente federativo que possua regime próprio e que não tenham sido repassadas ao mesmo até o seu vencimento, depois de apuradas e confessadas, poderão ser objeto de termo de acordo de parcelamento para pagamento em moeda corrente, assegurado o equilíbrio financeiro e atuarial.

Os casos de parcelamento possuem necessidades particulares de contabilização, pois, sob o ponto de vista patrimonial, o ente deve reconhecer um passivo patrimonial quando da efetivação do fato, e sob o ponto de vista orçamentário, se faz necessário o estorno dos empenhos referentes aos valores a serem parcelados constantes do Termo de Parcelamento firmado entre o Executivo e o Regime de Previdência assim como o reconhecimento do parcelamento em conta específica de operação de crédito.

Importante destacar que os estornos efetuados nos empenhos das contas de despesa, efetuados em virtude do parcelamento, **não podem influenciar os percentuais com Despesa de Pessoal**, e por isso, ao se realizarem os estornos se faz necessária a inclusão do valor parcelado, de forma manual, na coluna de Adição/Exclusão do PAD – Programa Autenticador de Dados – no Modelo 2 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal do item 5.2.2.2 do RVE – Relatório de Validação e Encaminhamento. É necessário que o responsável indique qual o valor total objeto do parcelamento para que haja o correto levantamento dos percentuais de Despesa com Pessoal constantes da LRF.

De acordo com o Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC – **não há evidências** de que o Executivo Municipal tenha



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**SICM - SAG**  
**Proc. Nº 05187-02.00/17-2**



descumprido o regime de competência na contabilização das contribuições patronais. Não foram efetuados ajustes corretivos referentes às contribuições patronais na Despesa com Pessoal.



## 12. CONCLUSÃO

Do presente Relatório, salienta-se a existência de irregularidades passíveis de serem esclarecidas, quanto aos seguintes tópicos:

- **Item 8.2.5.2 - Do Equilíbrio Financeiro** - §1º do art. 1º da LC Federal nº 101/2000.

- **Item 10.1 – Dos Documentos da prestação de Contas - Quanto à Não Conformidade – alínea “c”- Das demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes** - inc. III, art. 2º da Resolução TCE/RS nº 1052/2015.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
SICM - SAG  
Proc. Nº 05187-02.00/17-2



### 13. INTIMAÇÕES

Do presente relatório, salienta-se a existência de irregularidades passíveis de serem esclarecidas pelo **Sr. Matione Sonego**, inseridas no item 12 deste relatório.



Senhor(a) Supervisor(a):

Examinados os termos da Informação e a documentação anexada aos autos, esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 20/08/2018.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

TC-01.3





O processo está em condições de ser encaminhado à apreciação superior.

Em 20/08/2018.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

TC-01.3



Processo:	005187-0200/17-2
Órgão:	PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE
Matéria:	Contas de Governo
Exercício:	2017

Nos termos da Resolução nº 1.028/2015, Regimento Interno deste Tribunal de Contas, artigo 12, inciso IV, determino a intimação do Sr. Matione Sonogo, para que, no prazo improrrogável de 30 dias, preste esclarecimentos sobre o conteúdo das peças 1314404 - Relatório de Contas de Governo, juntando a documentação comprobatória que considerar pertinente.

Após a elaboração da Análise dos Esclarecimentos, remetam-se os autos ao Ministério Público de Contas para emissão de Parecer, nos termos do artigo 36, Inciso II, do Regimento Interno desta Corte.

Em 20-08-2018.

Conselheiro Marco Peixoto,  
Assinado digitalmente pelo Relator.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**



Ofício DCF nº 08516/2018

Porto Alegre, 21 de agosto de 2018.

Processo nº 005187-0200/17-2  
Órgão: PM de São João do Polêsine

A Sua Excelência o Senhor  
Matione Sonego  
Prefeito -PM de São João do Polênise  
Rua Guilherme Albertti, 1631 Centro  
CEP 97230000 - São João do Polêsine/RS

Senhor Prefeito,

Nos termos do artigo 117, § 3º, c/c o artigo 12, inciso IV e V e § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, considerando a determinação do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, nos autos do processo em epígrafe, fica V. Exa. intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar esclarecimentos sobre o destacado na(s) peças 1431317, 1314404 daqueles autos.

Em caso de processo eletrônico, o envio de esclarecimentos deverá ser realizado por meio do Portal do TCE ([www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br)). As orientações poderão ser encontradas no Portal do TCERS, na guia Jurisdicionados -> Processo Eletrônico -> Orientações de uso -> Instruções para envio de esclarecimentos.

Comunico-lhe, ainda, que a íntegra da decisão poderá ser acessada no site ([www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br)), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada no Portal deste Tribunal, na guia Jurisdicionados -> Consulta Processual Privada e Geração de Guias de Recolhimento.

A autenticidade desta intimação pode ser aferida por meio da Consulta Processual Privada.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente

Zâmis Alves Harlos  
Oficial de Controle Externo



## Certidão de Disponibilização Oficial

Consoante disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, e conforme pesquisa efetuada no Sistema de Informações para o Controle Externo, certifico a disponibilização no Diário Eletrônico relativa ao expediente abaixo, nos seguintes termos:

Comunicado/intimado: Matione Sonego

Processo: 005187-0200/17-2

Órgão: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Matéria: Contas de Governo

Gabinete: Marco Peixoto

Data decisão: 20/08/2018

Decisão: Apresentar esclarecimentos.

peças 1431317, 1314404

Prazo: 30 dias.

Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, disponibilizado em 22/08/2018, no Boletim nº 1398/2018, considera-se publicado na data de 23/08/2018.

Porto Alegre, 22 de agosto de 2018.

MARCIA COIMBRA PINTO

Oficial de Controle Externo

		<h1>INTIMAÇÃO</h1>		<h1>TCE/RS</h1>	
<b>DESTINATÁRIO</b> MATIONE SONEGO RUA GUILHERME ALBERTI - 1631 - SÃO JOÃO DO POLESINE - RS 97230-000		<b>SEDEX</b> 991247964/2009-0000 TCE/RS CORREIOS		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA SÃO JOÃO DO POLESINE 10 SET 2018 DPRS	
AR974052512SI 					
<b>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR</b> CENTRAL DE ARs - 91040-973 - Porto Alegre - RS					
<b>DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO</b> Lista 525/2018. Processo: 5187-0200/17-2. Of. DCF-Gab.: 8516/2018. Setor: (0265) SEPROC.					
<b>TENTATIVAS DE ENTREGA</b> 1º _____ 2º _____ 3º _____		<b>MOTIVO DE DEVOLUÇÃO</b> <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido <input type="checkbox"/> 5 Recusado <input type="checkbox"/> 6 Não entregue <input type="checkbox"/> 7 Ausente <input type="checkbox"/> 8 Falecido <input type="checkbox"/> 9		<b>RUBRICA E MATRÍCULA DO</b> Gerente da Agência de Correios 8204.527-6	
<b>ASSINATURA DO RECEBEDOR</b> 				<b>DATA DA ENTREGA</b> 10/09/18	
<b>NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR</b> Luiz Carlos Cene				<b>Nº DOC DE IDENTIDADE</b> 1036203832	

EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
CONSELHEIRO MARCO PEIXOTO  
M.D. CONSELHEIRO RELATOR DO EGRÉGIO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

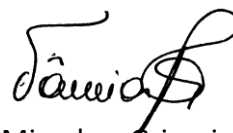
Processo nº 005187-0200/17-2

**EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE**  
**Assunto: Contas de Governo – Exercício 2017**

**MATIONE SONEGO**, Prefeito Municipal de São João do Polêsine – Gestão 2017/2020, por sua procuradora firmatária (*ut* instrumento procuratório incluso) vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar os presentes **ESCLARECIMENTOS** ao **processo supra epigrafado**, referente ao **Relatório de Auditoria de Regularidade de Contas de Governo do Executivo Municipal de São João do Polêsine/RS – Exercício 2017** na forma a seguir aduzida.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

São João do Polêsine/RS, 15 de outubro de 2018.



Tânia Miroslaw Grigorieff

OAB/RS 32.823



## EMÉRITOS CONSELHEIROS!

Considerando os apontamentos trazidos ao processo, resultado da Auditoria efetivada no Município ora auditado por esta Corte de Contas, necessário se torna a prestação dos esclarecimentos, a fim de que, com os mesmos, se possam elucidar situações controversas e assim elidir eventuais apontes, eis que, como adiante restará demonstrado, as ações da Administração Municipal sempre tiveram como escopo o cumprimento das normas legais, não devendo persistir qualquer penalidade impingida.

### INCONFORMIDADES APONTADAS NO RELATÓRIO CONSOLIDADO SOBRE CONTAS DE GOVERNO

#### 8. DA GESTÃO FISCAL

##### 8.2 DA APURAÇÃO DOS LIMITES DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

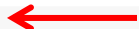
##### 8.2.5 DOS RESTOS A PAGAR E DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO

##### 8.2.5.2 DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO

O Relatório de Auditoria aponta que o Município apresentou insuficiência financeira para a cobertura dos valores inscritos em Restos a Pagar no encerramento do exercício de 2017 no valor de R\$ **535.994,65**, quantia superior a 47,09% em relação à apresentada no final do exercício anterior (R\$ **364.409,55**).

Inicialmente, cumpre referir que neste primeiro ano de mandato do atual Gestor foi necessário efetuar muitos **pagamentos remanescentes de gestões anteriores**, que superam, inclusive, o somatório dos Restos a Pagar.

O Executivo despendeu recursos cumprindo obrigações que não deu causa, realizando o empenho e o pagamento de um **precatório** no valor de **R\$ 74.486,78** (setenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e seis reais e setenta e oito centavos), como se comprova em documentos anexos e da reprodução da tela a seguir:

Tipo de Expediente:	Precatório
Número do Expediente	138553
Data de Apresentação:	05/02/2015
Processo Administrativo:	030202/0300/14-5
Processo de 1º Grau:	9610600006756
Origem:	Faxinal do Soturno (Vara Única)
Pagador:	Município de São João do Polêsine 
Credor(es):	Lucas Sonogo
Advogado(s):	Lino Dalmolin
Objeto:	Alimentar - REPETIÇÃO DE INDÉBITO
Orçamento Correspondente:	ano de 2016
Situação Atual:	Pago
Localização:	ARQ3446 ARQUIVADO CX. 3446
Tribunal de Origem:	TJRS
Posição na Fila Ordem Cronológica:	não está na fila ***Ver nota abaixo

Parcelas preferenciais deferidas neste expediente e ainda não pagas:

Nome do Credor (Individualizado)	Posição na fila	Tipo Parcela	Nº Parcela
----------------------------------	-----------------	--------------	------------

Pagamentos feitos a este expediente:

Data do Pagamento	Tipo de Pagamento
25/07/2017	Seleção Prévia Pagamento - Ordem Cronológica

Além disso, já no primeiro mês do mandato foram realizados pagamentos decorrentes da **exoneração de 03 secretários e 02 CC's**, que somaram o montante de **R\$ 75.197,40** (setenta e cinco mil cento e noventa e sete reais e quarenta centavos), que se comprova mediante juntada das respectivas portarias e fichas financeiras.

Feitas estas considerações, cumpre ainda referir outro fator importante que comprometeu o planejamento orçamentário, quais sejam os eventos climáticos que recaíram sobre o Município ocasionando graves prejuízos.

O início do mandato foi marcado pela necessidade de custear os prejuízos decorrentes de chuvas intensas e vendaval que atingiram o Município na data de 01/11/2016, com ventos acima de 50 (cinquenta) km/hora, durante aproximadamente uma hora, seguido de chuvas intensas, numa precipitação pluviométrica de 70 (setenta) mm, que causaram inúmeros prejuízos, como a **queda da ponte sobre o Arroio Ribeirão**. A calamidade fez com que a Administração editasse **Decreto n.º 1.826 de 03/11/2016** que *"Declara situação anormal caracterizada como Situação de Emergência no município de São João do Polêsine, afetado por vendaval e chuvas intensas"*, (anexo).

Em que pese o evento climático tenha ocorrido no exercício anterior ao início do mandato deste Gestor, a obra para a reconstrução da ponte sobre o Arroio Ribeirão foi realizada em 2017, resultando no dispêndio de **R\$ 18.555,55** (dezoito mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), cuja prova se faz com a juntada dos comprovantes de empenho.

Outrossim, em outubro de 2017, novos fenômenos climáticos atingiram o Município. Na ocasião, diversas famílias tiveram suas casas destelhadas devido à chuva do dia 01/10/2017. Conforme Laudo de Vistoria elaborado pelo Departamento de Engenharia da Secretaria de Obras e Transportes do Município (anexo), 10 famílias receberam materiais de construção a título de doação da Prefeitura. A despesa totalizou **R\$ 4.785,50** (quatro mil setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos), conforme atesta os comprovantes de empenho anexo.

Por derradeiro, cumpre lembrar que o Gestor herdou uma insuficiência financeira no montante de **R\$ 364.409,55**. Ao final do seu primeiro ano de mandato, esta insuficiência progrediu em **R\$ 171.585,10**. No entanto, em decorrência dos compromissos herdados das gestões anteriores, tais como a reconstrução da ponte, a quitação das rescisões, o pagamento do precatório e o fornecimento de materiais de construção aos cidadãos atingidos pela chuva de 01/10/2017, foram necessários recursos que superaram a gradação da insuficiência financeira, visto que totalizaram **R\$ 173.025,23**.

Na oportunidade, cabe ainda registrar que, em 2017, o Município de São João do Polêsine sofreu um grande impacto financeiro causado pela queda na arrecadação do FPM<sup>1</sup> e ICMS<sup>2</sup> em volume de receitas expressivas e imprevisíveis. O montante de redução (**R\$ 163.440,00** do FPM + **R\$ 4.413,42** do ICMS) chegou à **R\$ 167.853,42** (cento e sessenta e sete mil e oitocentos e cinquenta e três reais com quarenta e dois centavos), conforme dados levantados pela FAMURS que se reproduz abaixo.

<sup>1</sup> FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM 2017. Estimativa x Realizado. Disponível em [http://ww3.famurs.com.br/site/wp-content/uploads/2018/01/20180108162246\\_reestimativas-para-2017-x-Realizado-final.pdf](http://ww3.famurs.com.br/site/wp-content/uploads/2018/01/20180108162246_reestimativas-para-2017-x-Realizado-final.pdf) Acesso em 11/09/2018.

<sup>2</sup> Repasse ICMS 2017 aos Municípios Previsão x Realizado. Disponível em: < [http://www.famurs.com.br/notas\\_tecnicas/repasse-icms-aos-municipios-2017-2/](http://www.famurs.com.br/notas_tecnicas/repasse-icms-aos-municipios-2017-2/) > Acesso em 11/09/2018.



FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS  
DO RIO GRANDE DO SUL  
Área de Receitas Municipais

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM - Rio Grande do Sul

*Estimativas x Realizado*  
2017

Município	Coef.	Previsão PLOA 2017	Realizado 2017	Queda R\$	%
São João do Polêsine	0,6	6.323.576	6.160.136	- 163.440	-2,6%




FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS  
DO RIO GRANDE DO SUL  
Área de Receitas Municipais

**Repasse ICMS 2017 aos Municípios**  
*Previsão x Realizado*

Associação	MUNICIPIO	Previsto - R\$	Realizado - R\$	Diferença R\$	%
AMCENTRO	SAO JOAO DO POLESINE	2.379.234,29	2.374.820,87	- 4.413,42	-0,19%

Além destes valores, o Município possui junto ao Estado um saldo credor dos repasses que deveriam ter sido efetuados pelo mesmo para a área da saúde<sup>3</sup> no exercício de 2017, no valor de **R\$ 122.303,41**, conforme reproduzido abaixo.

 <b>VALORES ATRASADOS DO ESTADO PARA OS PROGRAMAS MUNICIPAIS DE SAÚDE</b>					
Obs: 1-Valores sujeitos a alterações, se detectado pagamento pelo FES/SES; 2 - Devem ser confrontados com os Fundos Municipais de Saúde; 3- Valores referentes até competência Dezembro/2017; 4 - Competência de Janeiro 2018, encerra-se no término de fevereiro 2018.					
Município	2014	2015	2016	2017	Total
SAO JOAO DO POLESINE Total	R\$ 105.205,51	R\$ 17.590,00	R\$ 103.252,61	R\$ 122.303,41	R\$ 348.351,53

<sup>3</sup> Valores atrasados do Estado para os programas municipais de saúde. Disponível em: [http://www.famurs.com.br/site/wp-content/uploads/2017/11/20180216145547\\_Vvalor-total-Dez-2017.pdf](http://www.famurs.com.br/site/wp-content/uploads/2017/11/20180216145547_Vvalor-total-Dez-2017.pdf) > Acesso em 11/09/2018.

Posta assim a questão, não é difícil concluir que se os repasses de ICMS e FPM previstos e não realizados, bem como aqueles referentes aos programas municipais de saúde tivessem sido realizados (**R\$ 290.156,83**), seriam o suficiente para dar conta da suposta avanço é superior em 47,09% (R\$ 171.585,10) em relação à insuficiência financeira apresentada no encerramento do exercício de 2016, afastando assim a alegação de DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO durante esta gestão.

É preciso insistir que, embora a redução nas transferências fiscais aos municípios não seja absolutamente imprevisível, também não é novidade que, dada a centralização das competências de arrecadação por parte da União, intensifica-se o desequilíbrio vertical federativo, sendo os municípios, principalmente os pequenos, como no caso de São João do Polêsine, os principais prejudicados.

Pela análise da situação enfrentada pelo Município de São João do Polêsine, constata-se que Administrador realizou esforço monumental em meio às inúmeras adversidades, trabalhando de forma austera, conduzindo a administração com êxito em minimizar ao máximo o prejuízo ao erário. As ações empreendidas demonstram responsabilidade e comprometimento com a gestão pública de recurso.

Todos os argumentos acima explicitados demonstram que, em que pese a insuficiência financeira existente, tal fato não acarretou o desatendimento do disposto no § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101/2000.

É inegável que a insuficiência financeira apurada no Relatório da Instrução Técnica, não foi causada pela vontade do Gestor, e não era previsível, não apresentando, assim, um risco capaz de afetar o equilíbrio das contas do Município à longo prazo; pelo contrário, o que se verifica é uma administração dirigida ao equilíbrio financeiro.

É aí que verificamos a competência administrativa dos Gestores Públicos, pois é fácil administrar um município com polpudos recursos em caixa, mas a prova de sua competência está no desafio de fazê-lo em situações de falta de recursos, razões pelas quais espera-se ver suprida a deficiência relativa a este aponte.

## 10. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

### 10.1 Dos DOCUMENTOS

A Equipe de Auditoria aduz que foram constatadas supostas inconsistências nas informações contábeis utilizadas para elaboração do Balanço Patrimonial. Os auditores afirmam que os saldos iniciais de algumas contas, no exercício de 2017, estariam diferentes dos apresentados no encerramento do exercício de 2016, bem como a ocorrência de alterações dos Indicadores de Superávit Financeiro de diversas contas, segundo consulta ao SIAPC acostada aos autos.

Tal constatação induziu à conclusão de que a Administração havia realizado lançamentos posteriores ao encerramento do exercício, violando normas de contabilidade.

No entanto, ainda que a Administração Municipal tenha disponibilizado à Corte de Contas através do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC), todas as informações contábeis e orçamentárias do exercício financeiro em análise, inclusive os arquivos do Livro Diário e do Livro razão, o aponte não declina/especifica quais teriam sido os lançamentos contábeis ocorridos após a data de encerramento do exercício, situação que lhe restringe o direito de esclarecer adequadamente a questão.

Sucedese que, contrariamente ao que afirma o Relatório, é lícito afirmar que não houve, em 2016, nenhum lançamento contábil após a apuração do resultado do exercício. O que ocorreu, conforme relatórios e informações obtidas junto a empresa fornecedora do sistema de contabilidade (DUETO/GOVBR) foi uma reclassificação das contas do passivo e do patrimônio líquido no processo de implantação de saldo em 2017.

Cabe ressaltar que nenhuma das adequações ocorridas comprometeu a compreensão da composição dos elementos do ativo ou do passivo e do patrimônio



líquido, ou seja, não houve nenhuma alteração da composição dos elementos patrimoniais, sendo importante considerar que, de acordo com as orientações colocadas no item 4.4.1 da parte V do Manual de Contabilidade Pública, para fins do Balanço Patrimonial, os ativos e passivos serão apresentados em níveis sintéticos (3º nível ou 4º nível), e as reclassificações ocorridas se operaram em contas posteriores a esse nível de classificação.

Em resumo, entende-se que os pequenos ajustes efetuados não macularam a composição do patrimônio líquido do Município, tampouco a transparência da gestão, sem prejuízo para a análise, pelo TCE/RS, das Contas de Governo do Prefeito, ou de gestão dos demais administradores e responsáveis por bens e valores públicos da Administração Municipal, de modo que a ocorrência não constitui qualquer empecilho para a emissão de Parecer Favorável. É o que cumpre informar.

Acompanham estes esclarecimentos, as tabelas e balanços do saldo contábil de encerramento do exercício de 2016 e abertura do exercício de 2017.

Diante do exposto, entende este Gestor que o aponte merece ser afastado.

## **DA CONCLUSÃO E DA AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO**

Em suma, além de demonstrar que os apontes feitos pela Equipe de Auditoria, pelas razões expostas, devem ser elididos em sua totalidade, também importa destacar que esta Administração – Gestão 2017/2020 –, mostra-se sempre disposta a corrigir qualquer irregularidade já no momento do aponte pelos Auditores.

Com medidas concretas, as irregularidades surgidas estão sendo sanadas de forma gradual e dentro das possibilidades estruturais e econômico-financeiras, mas sempre com o fim maior de salvaguardar e bem gerir o dinheiro e o patrimônio municipal, sem deixar faltar à população os mais essenciais dos serviços públicos.

Essas são as razões e fundamentos que o Gestor Municipal ora manifestante entende por suficientes ao completo esclarecimento dos apontes realizados, esperando que Vossas Excelências assim os recebam e lhes deem procedência, o que será da mais inteira **JUSTIÇA**.

Requer, outrossim, a intimação da data designada para a sessão de julgamento, a fim de que seja oportunizada a produção de sustentação oral.

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.

São João do Polêsine/RS, 15 de outubro de 2018.

  
Tânia Miroslaw Grigorieff  
OAB/RS 32.823



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** **MATIONE SONEGO**, Prefeito do Município de São João do Polêsine, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 635.948.970-87, residente e domiciliado em São João do Polêsine/RS.

**OUTORGADA:** **TÂNIA JUSSARA MIROSLAW GRIGORIEFF**, brasileira, divorciada, advogada inscrita na OAB/RS sob o nº 32.823, com endereço profissional na Av. Borges de Medeiros, 2105, Conj. 601, Praia de Belas, Porto Alegre, RS, CEP 90.110-150 – Fone/Fax: (51) 3028-0488 / 3019-0888.

**FIM ESPECÍFICO:** Representação judicial e extrajudicial do OUTORGANTE no **Processo de Contas de Governo nº 5187-0200/17-2, do Executivo Municipal de São João do Polêsine**, que tramita perante o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS.

**PODERES:** Por este instrumento particular de mandato, e na forma prevista nos artigos 653 a 661 do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002) e no art. 105 do Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105/15), o Outorgante constitui e nomeia a Outorgada sua bastante procuradora para representá-lo em qualquer instância administrativa e/ou judicial, e em qualquer ação como autor, réu, assistente, oponente ou litisconsorte, conferindo-lhe os poderes contidos na cláusula “AD JUDICIA” para o foro em geral, e mais os específicos de confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, podendo substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reservas, para o fim de tudo praticar ao fiel e cabal cumprimento do presente mandato.

São João do Polêsine/RS, 03 de setembro de 2018.



**MATIONE SONEGO**



# EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

**PROCESSO Nº 5187-02.00/17-2**

## **CONTAS DE GOVERNO – EXERCÍCIO 2017**

### **8 – DA GESTÃO FISCAL**

#### **8.2 DA APURAÇÃO DOS LIMITES DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

##### **8.2.5 DOS RESTOS A PAGAR E DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO**

##### **8.2.5.2 DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO**

- ☐ **Ofício n.º 221/2015 do Serviço de Processamento de Precatórios do TJRS; Guia de Depósito para pagamento de Precatório; Posição do Empenho;**
- ☐ **Fichas Financeiras; Portarias de Exoneração;**
- ☐ **Decreto nº 1.826 de 01/11/2016, declara situação anormal caracterizada como Situação de Emergência no município de São João do Polêsine, afetado por vendaval e chuvas intensas; Comunicação entre MP e Administração Municipal para reconstrução da Ponte; Comprovantes de Empenho;**
- ☐ **Laudo de Vistoria; Comprovantes de Empenho.**



Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Por determinação do Exmo. Desembargador Presidente, comunico a Vossa Excelência, para fins de inclusão obrigatória no orçamento de **2016 do Município de São João do Polêsine**, que foi apresentado neste Tribunal de Justiça, dentro do prazo estabelecido no art.100, § 5º, da Constituição Federal, o precatório, de acordo com a planilha em anexo, cujo total é o seguinte:

Caráter	Precat.	Apresent.	Credor	Objeto	Valor (R\$)
Alimentar	138553	05/02/2015	Lucas Sonogo	Repetição de indébito	57.375,13

Os números entre parênteses, se existirem na tabela acima, correspondem às parcelas anuais dos precatórios não-alimentares, conforme disposto na Emenda Constitucional nº 30, e devem ser DESCONSIDERADOS caso o ente devedor esteja seguido seus pagamentos de acordo com a EC 62/2009.

Esclareço-lhe, igualmente, que este valor, totalizando 57.375,13 (cinquenta e sete mil, trezentos e setenta e cinco reais e treze centavos), foi calculado até 01/07/2015, devendo ser novamente atualizado para o efetivo pagamento.

Aproveito a oportunidade para apresentar meus protestos de consideração.

**Marcelo Mairon Rodrigues**  
**Juiz de Direito Convocado.**  
**Central de Conciliação e Pagamento de Precatórios**

Excelentíssimo Senhor  
Prefeito de  
**Município de São João do Polêsine**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO

## GUIA DE DEPÓSITO PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

Nº da Guia  
600.17/0002129Data de Emissão  
14/07/2017

Emissor: Serviço de Processamento de Precatórios do TJ/RS  
Depositante: **Município de São João do Polêsine**  
CPF/CNPJ: 94.444.247/0001-40  
Processo: 2428-13/000159-3  
Agência: 1099 - Poder Judiciário  
Conta Nº: 2017485-18  
Valor: **74.486,78** (setenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e setenta e oito centavos)

Observações: **PAGAMENTO ATÉ 31/07/2017. APÓS ENTRAR EM CONTATO COM O SETOR DE PRECATÓRIOS.**

De acordo com as referências da presente guia, a entidade depositante recolhe ao estabelecimento depositário a quantia indicada para crédito em conta especial com rendimentos, movimentada por ordem ou autorização da Central de Precatórios do Tribunal de Justiça do RS.

Esta guia é destinada a um único pagamento de Depósito Judicial. É vedada a sua reutilização, sob pena de não reconhecimento dos demais pagamentos pelo sistema informatizado.

Depósito com cheque será efetivado após a compensação bancária.

Autenticação Mecânica - Via Poder Judiciário

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIOGUIA DE DEPÓSITO PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS  
DEPOSITAR SOMENTE NO BANCO DO ESTADO DO RGS - BANRISUL

Nº da Guia 600.17/0002129	Data de Emissão 14/07/2017	Agência 1099 - Poder Judiciário	Conta Nº 2017485-18
Nome do Depositante Município de São João do Polêsine		CPF/CNPJ 94.444.247/0001-40	Processo 2428-13/000159-3
Emissor Serviço de Processamento de Precatórios do TJ/RS		Observação PAGAMENTO ATÉ 31/07/2017. APÓS ENTRAR EM	
		Valor <b>74.486,78</b>	

Autenticação Mecânica - Via da Parte

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIOGUIA DE DEPÓSITO PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS  
DEPOSITAR SOMENTE NO BANCO DO ESTADO DO RGS - BANRISUL

Nº da Guia 600.17/0002129	Data de Emissão 14/07/2017	Agência 1099 - Poder Judiciário	Conta Nº 2017485-18
Nome do Depositante Município de São João do Polêsine		CPF/CNPJ 94.444.247/0001-40	Processo 2428-13/000159-3
Devedor Município de São João do Polêsine		Observação PAGAMENTO ATÉ 31/07/2017. APÓS ENTRAR EM	
<input type="checkbox"/> 1.9 Dinheiro	<input type="checkbox"/> 2.7 Cheque	Banco	Nº Cheque
		Telefone	Valor <b>74.486,78</b>

89680000744-6 86781340160-3 01700021291-4 09920174850-8



Autenticação Mecânica - Via do Banco



Prefeitura Munic.de Sao Joao do Polesine

U.G. ....: 0000 PREFEITURA MUNICIPAL  
No Empenho ..: 2017/003060 Ordinario Recurso Orcamentario Categoria: 1 Comum  
Orgao .....: 2 ADMINISTRACAO GERAL Objeto Despesa: 2 OUTROS  
Unidade .....: 2 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Dotacao .....: 2884300000.014000. 3.3.90.91.00.00 SENTENÇAS JUDICIAIS 407  
Desdobramento: 3.3.90.91.02.00 PRECATORIOS INCLUIDOS NA LEI DO ORCAMENT 1392  
Fonte Recurso: 1 RECURSO LIVRE  
Caract. Peculiar: 000-Nao se Aplica

Credor .....: 2660 RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIARIO  
Endereco ....: PC MARECHAL DEODORO Fone ...:  
Cidade .....: PORTO ALEGRE RS

Licitacao ...: Nao se Aplica Numero: Ano: Data Homologacao:  
Solicitacao : Proc.Compra : Ano:  
No Contrato : Ano: Contrato Superior .:  
No Convenio : Data Convenio .....:  
Emissao .....: 21.07.2017

Parcelas			
Subempenho	Vencimento	Valor	Saldo
	21.07.2017	74.486,78	0,00

Valores	
Empenhado (Bruto)...	74.486,78
Anulado .....	0,00
Em Liquidacao.....	0,00
A Liquidar.....	0,00
Liquidado .....	74.486,78
A Pagar .....	0,00
Pago (Financeiro)...	74.486,78
Retido.....	0,00
Total Pago .....	74.486,78

Item	Qtde	Unid	Especificacao	Preco Unitario
1	1,0000		VALOR REFERENTE A PRECATORIO Nº 138553 PROCESSO Nº 3 0202145 (REPETICAO DE INDEBITO).	74486,7800

Movimentacao				
Data	Historico	No e Data do Documento	Empenho Contrapartida	Valor
21.07.17	Empenho Ordinario		2017/003060	74.486,78
	Outros 138553 Data: 21/07/2017 Valor: 74.486,78.			
	Liquidacao de Empenho		2017/003060	74.486,78
	Vlr liquidado nesta data.			
25.07.17	Pagamento de Empenho		2017/003060 3690 BANRISUL C/ MOV	74.486,78
	VLR DEBITADO EM C/C.			
Liquidado no Mes ..:	74.486,78	Anulado no Mes ...:	0,00 Pago no Mes .....	74.486,78

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SÃO JOÃO DO POLÉSINE  
CLÓVIS COLETT  
CRC - RS 48331

PRONIM CP - Emissao: 05/10/2018 as 8h26min - Duracao: 0h00m01seg (2)

301.310-Pess Sec Obras  
Nome: Tales Eduardo Cremonese Matr/Contr: 680-7/1 CPF: 975.629.040-49 Adm.: 02/01/2013 Resc.: 02/01/2017  
Cargo: 37-Diretor de Equipe Faixa: -  
Valor do Salario: 2.508,27 Vinculo na Empresa: 15-Cargo em Comissao 3  
Banco/Agencia/Conta Corrente: 41-Banrisul S.A / 613-AGENCIA DE FAXINAL DO SOTURNO / 35096503-02

P R O V E N T O S			D E S C O N T O S		
COD. RET.	DESCRICAO	COMPLEMENTO VALOR	COD. RET.	DESCRICAO	COMPLEMENTO VALOR
0011	Cargo em Comissao 3	6,66 83,61	0061	ASSPMUPOL	5,00
0518	Ferias Vencidas 1/3	33,33 % 3.344,36	0102	UNIMED	144,45
0520	Ferias Vencidas	120 dias 10.033,08	0528	INSS	8,00 6,68
V A N T A G E N S					
TOTAL PROVENTOS:		13.461,05	TOTAL VANTAGENS:		0,00
			TOTAL DESCONTOS:		156,13
			LIQUIDO:		13.304,92

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SÃO JOÃO DO POLESINE  
CLÓVIS COLETTI  
CRC - RS 46331

304.515-Sec.Agri.Rem.Secret.

Nome: Selvio Joao Dotto Matr/Contr: 710-2/1 CPF: 323.412.290-34 Adm.: 01/03/2013 Resc.: 02/01/2017  
Cargo: 3-Secretario Faixa: -  
Valor do Salario: 5.017,56 Vinculo na Empresa: 12-Secretarios  
Banco/Agencia/Conta Corrente: 41-Banrisul S.A / 613-AGENCIA DE FAXINAL DO SOTURNO / 38098928-07

P R O V E N T O S				D E S C O N T O S			
COD. RET.	DESCRICAO	COMPLEMENTO	VALOR	COD. RET.	DESCRICAO	COMPLEMENTO	VALOR
0035	Subsidio	6,66	167,25	0102	UNIMED		216,68
0517	Ferias Proporcionais 1/3	33,33 %	1.393,76	0144	Desc. B. Brasil - I		255,21
0518	Ferias Vencidas 1/3	33,33 %	1.672,52	0528	INSS	8,00	13,38
0519	Ferias Proporcionais	25 Dias	4.181,30				
0520	Ferias Vencidas	30 Dias	5.017,56				

V A N T A G E N S							
TOTAL PROVENTOS:	12.432,39	TOTAL VANTAGENS:	0,00	TOTAL DESCONTOS:	485,27	LIQUIDO:	11.947,12

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SÃO JOÃO DO POLESINE  
CLOVIS COLETO  
CRC - RS 46331

Processo  
05187-0200/17-2

Página da  
peça  
2

Peça  
1523510

DOCUMENTO DE ACESSO  
RESTRITO

ACESSO  
N00E37EE

202.202-Rem Sec. da Fazenda  
Nome: Iramir Jose Zanella Matr/Contr: 725-0/1 CPF: 124.822.500-72 Adm.: 01/09/2013 Resc.: 02/01/2017  
Cargo: 3-Secretario Faixa: -  
Valor do Salario: 5.017,56 Vinculo na Empresa: 12-Secretarios  
Banco/Agencia/Conta Corrente: 41-Banrisul S.A / 613-AGENCIA DE FAXINAL DO SOTURNO / 35009838-05

P R O V E N T O S			D E S C O N T O S		
COD. RET.	DESCRICAO	COMPLEMENTO VALOR	COD. RET.	DESCRICAO	COMPLEMENTO VALOR
0035	Subsidio	6,66 167,25	0061	ASSPMUPOL	5,00
0517	Ferias Proporcionais 1/3	33,33 % 557,50	0528	INSS	8,00 13,38
0518	Ferias Vencidas 1/3	33,33 % 3.345,04			
0519	Ferias Proporcionais	10 Dias 1.672,52			
0520	Ferias Vencidas	60 dias 10.035,12			

V A N T A G E N S					
TOTAL PROVENTOS:	15.777,43	TOTAL VANTAGENS:	0,00	TOTAL DESCONTOS:	18,38 LIQUIDO: 15.759,05

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SÃO JOÃO DO POLESINE  
CLÓVIS COLETTO  
CRC - RS 46331

101.224-PESSOAL ASSESSORIA JURIDICA  
Nome: Maria Isabel Bezerra Branchi Matr/Contr: 699-8/1 CPF: 822.084.330-68 Adm.: 02/01/2013 Resc.: 02/01/2017  
Cargo: 38-Assessor Juridico Faixa: -  
Valor do Salario: 4.391,01 Vinculo na Empresa: 16-Cargo em Comissao 4  
Banco/Agencia/Conta Corrente: 41-Banrisul S.A / 613-AGENCIA DE FAXINAL DO SOTURNO / 35098856-01

P R O V E N T O S				D E S C O N T O S			
COD. RET.	DESCRICAO	COMPLEMENTO	VALOR	COD. RET.	DESCRICAO	COMPLEMENTO	VALOR
0012	Cargo em Comissao 4	6,66	146,37	0528	INSS	8,00	11,70
0518	Ferías Vencidas 1/3	33,33 %	2.341,87				
0520	Ferías Vencidas	48 dias	7.025,61				
V A N T A G E N S							
TOTAL PROVENTOS:		9.513,85	TOTAL VANTAGENS:	0,00	TOTAL DESCONTOS:	11,70	LIQUIDO: 9.502,15

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SÃO JOÃO DO POLESINE  
CLOVIS COLETTI  
CRC - RS 46331

201.527-Rem Sec Administ.  
Nome: Alexandre Somavilla Matr/Contr: 676-9/1 CPF: 958.054.430-15 Adm.: 02/01/2013 Resc.: 02/01/2017  
Cargo: 3-Secretario Faixa: -  
Valor do Salario: 5.017,56 Vinculo na Empresa: 12-Secretarios  
Banco/Agencia/Conta Corrente: 41-Banrisul S.A / 613-AGENCIA DE FAXINAL DO SOTURNO / 35820281-00

P R O V E N T O S				D E S C O N T O S			
COD. RET.	DESCRICAO	COMPLEMENTO	VALOR	COD. RET.	DESCRICAO	COMPLEMENTO	VALOR
0035	Subsidio	6,66	167,25	0528	INSS	8,00	13,38
0518	Ferías Vencidas 1/3	33,33 %	6.132,57				
0520	Ferías Vencidas	110 dias	18.397,72				
V A N T A G E N S							
TOTAL PROVENTOS:		24.697,54	TOTAL VANTAGENS:		0,00	TOTAL DESCONTOS:	
						13,38 LIQUIDO:	
						24.684,16	

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SÃO JOÃO DO POLÉSINE  
CLÓVIS COLETTTO  
CRC - RS 46331

Processo  
05187-0200/17-2

Página da  
peça  
5

Peça  
1523510

DOCUMENTO DE ACESSO  
RESTRITO

ACESSO  
N00E37EE





## PORTARIA Nº 432/2016

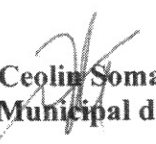
**Exonera Servidor Público  
Municipal.**

**Valserina Maria Bulegon Gassen**, Prefeita Municipal de São João do Polêsine, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, **exonera** o servidor municipal **Tales Eduardo Cremonese**, do cargo de Dirigente de Serviços Urbanos e Rodoviários - CC3, a contar de 01 de janeiro de 2017.

**Gabinete da Senhora Prefeita Municipal de São João do Polêsine**, aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis.

  
**Valserina Maria Bulegon Gassen**  
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se  
Em 30-12-2016

  
**Alexandre Ceolin Somavilla**  
Secretário Municipal de Administração

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE**  
Certifico para os devidos fins que a presente  
PORTARIA esteve afixada no lugar próprio no  
prédio desta Prefeitura nos dias 30/12 a 30/12/2016.



## PORTARIA Nº 01/2017


**Exonera Servidor Público  
Municipal.**

**Matione Sonogo**, Prefeito Municipal de São João do Polêsine, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, **exonera** o servidor municipal **Sélvio João Dotto**, do cargo de Secretário Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, a contar de 02 de janeiro de 2017.

**Gabinete do Senhor Prefeito Municipal de São João do Polêsine**, aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete.

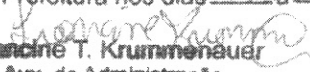
  
**Matione Sonogo**  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se  
Em 02-01-2017

  
**Francine Tais Krummenauer**  
Auxiliar de Administração  
Mat. 669/6

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE**

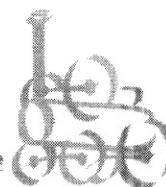
Certifico para os devidos fins que a presente  
PORTARIA esteve afixada no lugar próprio no  
prédio desta Prefeitura nos dias 02/01 a 02/01/2017.

  
**Francine T. Krummenauer**  
Aux. de Administração  
Mat. 669-6  
Pref. Mun. S. J. do Polêsine - RS



**Quarta  
Colônia**  
RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura de  
**São João do Polêsine**





**PORTARIA Nº 02/2017**


**Exonera Servidor Público  
Municipal.**

**Matione Sonego**, Prefeito Municipal de São João do Polêsine, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, **exonera** o servidor municipal **Iramir José Zanella**, do cargo de Secretário Municipal da Fazenda, a contar de 02 de janeiro de 2017.

**Gabinete do Senhor Prefeito Municipal de São João do Polêsine**, aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete.


  
**Matione Sonego**  
Prefeito Municipal

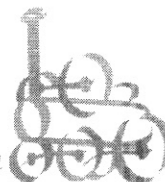
Registre-se e Publique-se  
Em 02-01-2017

  
**Francine Tais Krummenauer**  
Auxiliar de Administração  
Mat. 669/6

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE**

Certifico para os devidos fins que a presente PORTARIA esteve afixada no lugar próprio no prédio desta Prefeitura nos dias 02/01 a 06/01 2017.

  
**Francine T. Krummenauer**  
Aux. de Administração  
Mat. 669-6  
Pref. Mun. S. J. do Polêsine - RS






ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

## PORTARIA Nº 03/2017


Exonera Servidor Público  
Municipal.

**Matione Sonogo**, Prefeito Municipal de São João do Polêsine, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, **exonera** a servidora municipal **Maria Isabel Bezerra Branchi**, do cargo de Assessor Jurídico, a contar de 02 de janeiro de 2017.

Gabinete do Senhor Prefeito Municipal de São João do Polêsine, aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete.

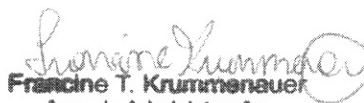
  
**Matione Sonogo**  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se  
Em 02-01-2017

  
**Francine Tais Krummenauer**  
Auxiliar de Administração  
Mat. 669/6

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE**

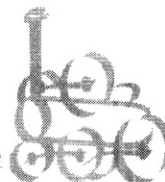
Certifico para os devidos fins que a presente  
PORTARIA esteve afixada no lugar próprio no  
prédio desta Prefeitura nos dias 02/01 a 02/01/2017.

  
**Francine T. Krummenauer**  
Aux. de Administração  
Mat. 669-6  
Pref. Mun. S. J. do Polêsine - RS

Guilherme Alberti, 1631  
São João do Polêsine - RS - CEP: 97230-000  
FAX: 94.444.247/0001-40 - Fone/Fax: (55) 3269.1155 / 3269.1144  
E-mail: prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br



Prefeitura de  
São João do Polêsine






ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

## PORTARIA Nº 04/2017


**Exonera Servidor Público  
Municipal.**

**Matione Sonego**, Prefeito Municipal de São João do Polêsine, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, **exonera** o servidor municipal **Alexandre Ceolin Somavilla**, do cargo de Secretário Municipal de Administração, a contar de 02 de janeiro de 2017.

**Gabinete do Senhor Prefeito Municipal de São João do Polêsine**, aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete.

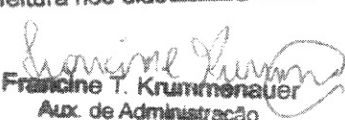
  
**Matione Sonego**  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se  
Em 02-01-2017

  
**Francine Tais Krummenauer**  
Auxiliar de Administração  
Mat. 669/6

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

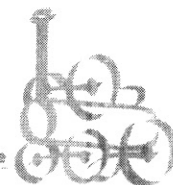
Certifico para os devidos fins que a presente  
PORTARIA esteve afixada no lugar próprio no  
prédio desta Prefeitura nos dias 02/01 a 09/01 2017.

  
**Francine T. Krummenauer**  
Aux. de Administração  
Mat. 669-6  
Pref. Mun. S. J. do Polêsine - RS

Guilherme Alberti, 1631  
São João do Polêsine - RS - CEP: 97230-000  
FAX: 94.444.247/0001-40 - Fone/Fax: (55) 3269.1155 / 3269.1144  
E-mail: prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br



Prefeitura de  
São João do Polêsine





## DECRETO Nº 1.826 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

Declara situação anormal caracterizada como Situação de Emergência no município de São João do Polêsine, afetado por vendaval e chuvas intensas.

**VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN**, Prefeita Municipal de São João do Polêsine, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a lei Orgânica do Município, pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, Decreto Federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2010 e Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO o vendaval e chuvas intensas que atingiram a região central de estado, em especial o município de São João do Polêsine, ocorrido no dia 01 de novembro de 2016, com vento acima de 50 (cinquenta) km/hora, durante aproximadamente uma hora, seguido de chuvas intensas, numa precipitação pluviométrica de 70 (setenta) mm;

CONSIDERANDO o Relatório de Diagnóstico elaborado pela Comissão Municipal de Defesa Civil,

### DECRETA:

**Art. 1.º** Fica decretada a existência de **Situação Anormal**, provocada por vendaval e chuvas intensas, caracterizada como **Situação de Emergência**, no município, em virtude de desastre classificado como Tempestades - COBRADE – 1.3.2 – 1.3.2.1.4 e 1.3.2.1.5, conforme IN/MI nº 01/2012, de 24 de agosto de 2012.

**Art. 2.º** Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do município, sob a coordenação da Defesa Civil local.

**Art. 3.º** Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

**Parágrafo Único:** Essas atividades serão coordenadas pela Defesa Civil Municipal.





**Art. 4.º** De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II – usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

**Parágrafo Único** - Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

**Art. 5.º** De acordo com o estabelecido no art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1.º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2.º - Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

**Art. 6.º** De acordo com o inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), em situação emergência, se necessário, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos. Acerca de causas e consequências de eventos adversos, registramos interpretação do TCU, que firmou entendimento, por meio da Decisão Plenária 347/1994, “de que as dispensas de licitação com base em situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, somente são admissíveis caso não se tenham originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, desde que não





possam, em alguma medida, serem atribuídas à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação”.

**Art. 7.º** De acordo com a Lei nº 10.878, de 08.06.2004, regulamentada pelo Decreto Federal no 5.113, 22 de junho de 2004, que beneficia as pessoas em municípios atingidos por desastres e, cumpridos os requisitos legais, autoriza a movimentação da sua conta vinculada ao FGTS. Tal benefício ocorrerá somente se o munício decretar situação de emergência e se obtiver o reconhecimento federal daquela situação. E mais: O Ato Federal de Reconhecimento avalia a situação de emergência do município - e não do munícipe - e visa socorrer o Ente Federado que teve sua capacidade de resposta comprometida e somente em casos específicos, e indiretamente, estenderá esse alcance e socorro ao cidadão. Por fim, o que é reconhecido é a situação de emergência do poder público e não a necessidade do cidadão. Afinal, se a situação de emergência do poder público é inexistente, qualquer que seja o motivo do pedido, o seu reconhecimento será ilegal.

**Art. 8.º** De acordo com o artigo 13, do Decreto nº 84.685, de 06.05.1980, que possibilita alterar o cumprimento de obrigações, reduzindo inclusive o pagamento devido do Imposto sobre a Propriedade Rural – ITR, por pessoas físicas ou jurídicas atingidas por desastres, comprovadamente situadas na área afetada;

**Art. 9.º** De acordo com o artigo 167, § 3º da CF/88, é admitida ao Poder Público em SE ou ECP a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes;

**Art. 10.** De acordo com a Lei nº 101, de 04 de maio de 2000, ao estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, permite abrandamento de prazos ou de limites por ela fixados, conforme art. 65, se reconhecida a SE ou o ECP;

**Art. 11.** De acordo com o art. 4º, § 3º, inciso I, da Resolução 369, de 28 de março de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que dispõe sobre os casos excepcionais, tem-se uma exceção para a solicitação de autorização de licenciamento ambiental em áreas de APP, nos casos de atividades de Defesa Civil, de caráter emergencial;

**Art. 12.** De acordo com art. 61, inciso II, alínea “j” do Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, ou seja, são circunstâncias agravantes de pena, o cometimento de crime em ocasião de inundação ou qualquer calamidade;

**Art. 13.** De acordo com as políticas de incentivo agrícolas do Ministério do Desenvolvimento Agrário que desenvolve diversos programas para auxiliar a população atingida por situações emergenciais, como por exemplo, a renegociação de dívidas do



PRONAF e o PROAGRO, que garante a exoneração de obrigações financeiras relativas à operação de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais

**Art. 14.** De acordo com a legislação vigente o reconhecimento Federal permite, ainda, alterar prazos processuais (artigos 177 e 182, do Código de Processo Civil – Lei no 5.869, de 11.01.1973), dentre outros benefícios que poderão ser requeridos judicialmente.

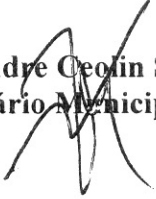
**Art. 15.** O prazo de vigência deste Decreto é de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado até completar um máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

**Art. 16.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DA SENHORA PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.**

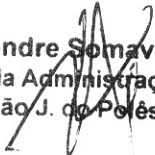
  
Valserina Maria Bulegon Gassen  
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se  
Em 03-11-2016

  
Alexandre Ceolin Somavilla  
Secretário Municipal de Administração

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE**

Certifico para os devidos fins que o presente **DECRETO** esteve afixado no lugar próprio no prédio desta Prefeitura nos dias 02/11 a 08/11/2016.

  
Alexandre Somavilla  
Sec. da Administração  
Pref. São J. do Polêsine

**Assunto:** Solicita informações - AT.00772.00360/2016

**De:** Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno <mpfaxinal@mprs.mp.br>

**Data:** 07/02/2017 17:22

**Para:** Polêsine Prefeitura Municipal <prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br>

Processo  
05187-0200/17-2

Exma. Sra. Prefeita Municipal de São João do Polêsine:

De ordem do Sr. Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, Dr. Claudio Estivallet Junior, nos autos do procedimento AT.00772.00360/2016, cientes do seu ofício GAB.PREF. Nº 040/17, solicitamos a Vossa Excelência que seja informado quando será concluída a obra, aguardando-se retorno no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Atenciosamente,

Antonio Rodrigues,  
Ag. Administrativo,  
Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno

019  
820  
821  
22  
24

FAVOR INFORMAR O RECEBIMENTO DESTA.

Página da  
peça  
5

Peça  
1523511

DOCUMENTO DE ACESSO  
RESTRITO

ACESSO  
N00E37ED

**De:** "Polêsine Prefeitura Municipal" <prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br>  
**Para:** "Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno" <mpfaxinal@mprs.mp.br>  
**Enviadas:** Quarta-feira, 25 de janeiro de 2017 13:58:21  
**Assunto:** Re: Solicita informações e providências - AT.00772.00360/2016

Sr. Antonio

Em anexo, ofício do solicitado abaixo.

Att,

Rejane Bárbara

PM São João do Polêsine

55 3269-1155

Em 25/11/2016 10:40, Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno escreveu:

Exma. Sra. Prefeita Municipal de São João do Polêsine:

De ordem do Sr. Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, Dr. Claudio Estivallet Junior, nos autos do procedimento AT.00772.00360/2016, cientes do seu ofício GAB.PREF. Nº 256/16, solicitamos a Vossa Excelência que seja executada a obra da ponte do Arroio Ribeirão quando possível, com celeridade, aguardando-se retorno no prazo de 60 (sessenta) dias.

08/02/2017 07:5



Of. GAB. PREF. Nº 040/17

São João do Polêsine, 24 de janeiro de 2017.

Exmo. Sr.  
Dr. Claudio Estivalet Jr.  
Promotoria de Justiça  
Faxinal do Soturno – RS

Senhor Promotor:


Ao cumprimentá-lo muito cordialmente, dirigimo-nos a Vossa Excelência para, em atendimento ao AT.00772.00360/2016 informar que a ponte do Arroio Ribeirão encontra-se interditada no momento, não sendo possível a passagem de nenhum tipo de veículo.

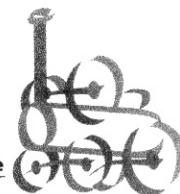
O Município já decretou utilidade pública em curso de água, do Arroio Ribeirão, conforme Decreto Nº 1872, de 25/01/2017 e já contratou a mão de obra que iniciará o serviço no dia 30/01/2017.

Será feita nova laje de fundo em concreto armado, com vigas transversais em concreto armado para preservar a laje da turbidez da água. As paredes de pedra serão amarradas com vigas de concreto armado.

Limitados ao exposto.

Atenciosamente,

  
**MATIANE SONEGO**  
Prefeito Municipal



Prefeitura Munic.de Sao Joao do Polesine

U.G. ....: 0000 PREFEITURA MUNICIPAL  
 No Empenho ..: 2017/000351 Ordinário Recurso Orcamentario Categoria: 1 Comum  
 Orgao ....: 3 ADMINISTRACAO ESPECIFICA Objeto Despesa: 2 OUTROS  
 Unidade ....: 1 SECRETARIA MUNIC. OBRAS E TRANSPORTES  
 Dotacao ....: 2678203092.019000. 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 106  
 Desdobramento: 3.3.90.30.24.00 MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS 1665  
 Fonte Recurso: 1 RECURSO LIVRE  
 Caract. Peculiar: 000-Nao se Aplica

Credor .....: 234 E J VIZZOTTO & CIA LTDA  
 Endereco ....: AV SAO JOAO,1244  
 Cidade .....: SAO JOAO DO POLESINE RS

Fone ...: 055 269-1223

Licitacao ...: Dispensa por Limite Numero: 76 Ano: 2017 Data Homologacao: 31.01.2017  
 Solicitacao : Proc.Compra : 83 Ano: 2017  
 No Contrato : Ano: Contrato Superior ..  
 No Convenio : Data Convenio .....:  
 Emissao ....: 31.01.2017

## Parcelas

Subempenho	Vencimento	Valor	Saldo
	31.01.2017	2.450,00	0,00

## Valores

Empenhado (Bruto)...	2.450,00
Anulado .....	0,00
Em Liquidacao.....	0,00
A Liquidar.....	0,00
Liquidado .....	2.450,00
A Pagar .....	0,00
Pago (Financeiro)...	2.450,00
Retido.....	0,00
Total Pago .....	2.450,00

Item	Qtde	Unid	Especificacao	Preco Unitario
1	22,0000	br	VERGALHAO CA50 10.00mm	32,5000
2	28,0000	br	VERGALHAO CA50 8.00mm	22,5000
3	50,0000	br	VERGALHAO CA50 6,30mm	13,5000
4	30,0000	br	VERGALHAO CA60 5.00mm	8,5000
5	3,0000	KG	ARAME REC NR18	10,0000
6	5,0000	KG	ARAME RECOZ NR16	10,0000
7	5,0000	KG	ARAME REC NR14	10,0000
8	3,0000	KG	PREGOS 17 X 27	9,0000
9	2,0000	KG	PREGOS 19 X 39	9,0000
AQUISICAO DE MATERIAL PARA RECONSTRUCAO DA PONTE SOB RE O ARROIO RIBEIRAO, NA LOCALIDADE DE RIBEIRAO.				

## Movimentacao

Data	Historico	No e Data do Documento	Empenho Contrapartida	Valor
31.01.17	Baixa do Reservado	2017/000351	Reserva no 87	2.450,00
	Empenho Ordinário	2017/000351		2.450,00
	N.F. 000000024 Data: 31/01/2017 Valor: 2.450,00.			
	Liquidacao de Empenho	2017/000351		2.450,00
	VLR LIQUIDADO NESTA DATA.			
Liquidado no Mes ..:	2.450,00	Anulado no Mes ...:	0,00	Pago no Mes .....: 0,00
20.02.17	Pagamento de Empenho	2017/000351	3634 BANCO DO BRASIL C/ FPM	2.450,00
	VLR DEBITADO C/C			

PRONIM CP - Emissao: 05/10/2018 as 7h53min - Duracao: 0h00m01seg (2)

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
 SÃO JOÃO DO POLESINE  
 CLÓVIS COLETTI  
 CRC - RS 46331

U.G. ....: 0000 PREFEITURA MUNICIPAL  
No Empenho ..: 2017/000449 Ordinário Recurso Orcamentario Categoria: 1 Comum  
Orgao .....: 3 ADMINISTRACAO ESPECIFICA Objeto Despesa: 2 OUTROS  
Unidade .....: 1 SECRETARIA MUNIC.OBRAS E TRANSPORTES  
Dotacao .....: 2678203092.019000. 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 106  
Desdobramento: 3.3.90.30.54.00 MATERIAL PARA MANUTENCAO E CONSERVACAO D 1667  
Fonte Recurso: 1 RECURSO LIVRE  
Caract. Peculiar: 000-Nao se Aplica

Credor .....: 3823 SUPERMIX CONCRETO S/A  
Endereco ....: AVENIDA GOVERNADOR WALTER JOBIM - COMPL. Fone ...:  
Cidade .....: SANTA MARIA RS

Licitacao ...: Dispensa por Limite Numero: 112 Ano: 2017 Data Homologacao: 03.02.2017  
Solicitacao : Proc.Compra : 119 Ano: 2017  
No Contrato : Ano: Contrato Superior ..:  
No Convenio : Data Convenio .....:  
Emissao .....: 03.02.2017

----- Parcelas -----  
Subempenho Vencimento Valor Saldo  
10.02.2017 2.320,00 0,00

----- Valores -----  
Empenhado (Bruto)....: 2.320,00  
Anulado .....: 0,00  
Em Liquidacao.....: 0,00  
A Liquidar.....: 0,00  
Liquidado .....: 2.320,00  
A Pagar .....: 0,00  
Pago (Financeiro)....: 2.320,00  
Retido.....: 0,00  
Total Pago .....: 2.320,00

Item	Qtde	Unid	Especificacao	Preco Unitario
1	8,0000	m3	CONCRETO FRESCO ALTA RESISTENCIA VALOR REF. AQUISICAO DE 8M³ DE CONCRETO CONVENCIONAL PARA A RECONSTRUCAO DA PONTE SOBRE O ARROIO RIBEIRA O.	290,0000

----- Movimentacao -----

Data	Historico	No e Data do Documento	Empenho Contrapartida	Valor
03.02.17	Baixa do Reservado		2017/000449 Reserva no 123	2.320,00
	Empenho Ordinário		2017/000449	2.320,00
10.02.17	Liquidacao de Empenho		2017/000449	2.320,00
	VLR LIQUIDADO NESTA DATA.			
14.02.17	Pagamento de Empenho		2017/000449 3634 BANCO DO BRASIL C/ FPM	2.320,00
	VLR DEBITADO C/C			
Liquidado no Mes ..:	2.320,00	Anulado no Mes ...:	0,00 Pago no Mes .....:	2.320,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SÃO JOÃO DO POLESINE  
CLÓVIS COLETTI  
CRC - RS 46331

PRONIM CP - Emissao: 05/10/2018 as 7h55min - Duracao: 0h00m01seg (2)

Prefeitura Munic.de Sao Joao do Polesine

U.G. ....: 0000 PREFEITURA MUNICIPAL  
 No Empenho ..: 2017/000413 Ordinário Recurso Orcamentario Categoria: 1 Comum  
 Orgao .....: 3 ADMINISTRACAO ESPECIFICA Objeto Despesa: 2 OUTROS  
 Unidade .....: 1 SECRETARIA MUNIC.OBRAS E TRANSPORTES  
 Dotacao .....: 2678203092.019000. 3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FI 107  
 Desdobramento: 3.3.90.36.22.00 MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS 1672  
 Fonte Recurso: 1 RECURSO LIVRE  
 Caract. Peculiar: 000-Nao se Aplica

Credor .....: 3899 MARCIO BENETTI  
 Endereco ....: RUA VITORIO DE DAVID  
 Cidade .....: FAXINAL DO SOTURNO RS

Fone ...:

Licitacao ...: Dispensa por Limite Numero: 38 Ano: 2017 Data Homologacao: 01.02.2017  
 Solicitacao : Proc.Compra : 44 Ano: 2017  
 No Contrato : Ano: Contrato Superior ..  
 No Convenio : Data Convenio .....:  
 Emissao .....: 01.02.2017


Parcelas			
Subempenho	Vencimento	Valor	Saldo
	14.02.2017	3.500,00	0,00
	13.03.2017	3.500,00	0,00

Valores	
Empenhado (Bruto)...	7.000,00
Anulado .....	0,00
Em Liquidacao.....	0,00
A Liquidar.....	0,00
Liquidado .....	7.000,00
A Pagar .....	0,00
Pago (Financeiro)...	7.000,00
Retido.....	0,00
Total Pago .....	7.000,00

Item	Qtde	Unid	Especificacao	Preco Unitario
1	1,0000	Un	SERVICO DE MAO DE OBRA REFERENTE A MAO-DE-OBRA PARA A RECONSTRUCAO DA PONTE DO ARROIO RIBEIRAO, LOCALIZADA NA COMUNIDADE DE RIB EIRAO, NO MUNICIPIO DE SAO JOAO DO POLESINE.	7000,0000

Movimentacao					
Data	Historico	No e Data do Documento	Empenho	Contrapartida	Valor
01.02.17	Baixa do Reservado		2017/000413	Reserva no 106	7.000,00
	Empenho Ordinario		2017/000413		7.000,00
14.02.17	Liquidacao de Empenho		2017/000413		3.500,00
	VLR LIQUIDADO NESTA DATA.				
16.02.17	Pagamento de Empenho		2017/000413	3634 BANCO DO BRASIL C/ FPM	3.500,00
	VLR DEBITADO C/C				
Liquidado no Mes ..:	3.500,00	Anulado no Mes ...:	0,00	Pago no Mes .....:	3.500,00
13.03.17	Liquidacao de Empenho		2017/000413		3.500,00
	VLR LIQUIDADO NESTA DATA.				
16.03.17	Pagamento de Empenho		2017/000413	3634 BANCO DO BRASIL C/ FPM	3.500,00
	VLR DEBITADO C/C				
Liquidado no Mes ..:	3.500,00	Anulado no Mes ...:	0,00	Pago no Mes .....:	3.500,00

PRONIM CP - Emissao: 05/10/2018 as 7h56min - Duracao: 0h00m01seg (2)

  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE  
 SÃO JOÃO DO POLESINE  
 CLÓVIS COLETTI  
 CRC - RS 46331



U.G. ....: 0000 PREFEITURA MUNICIPAL  
 No Empenho ..: 2017/000553 Ordinário Recurso Orcamentario Categoria: 1 Comum  
 Orgao .....: 3 ADMINISTRACAO ESPECIFICA Objeto Despesa: 2 OUTROS  
 Unidade .....: 1 SECRETARIA MUNIC. OBRAS E TRANSPORTES  
 Dotacao .....: 2678203092.019000. 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 106  
 Desdobramento: 3.3.90.30.24.00 MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS 1665  
 Fonte Recurso: 1 RECURSO LIVRE  
 Caract. Peculiar: 000-Nao se Aplica

Credor .....: 2143 MARZARI & CIA. LTDA.-ME  
 Endereco ....: RS 149 Fone ...: (55)3269-1080  
 Cidade .....: SAO JOAO DO POLESINE RS

Licitacao ...: Dispensa por Limite Numero: 163 Ano: 2017 Data Homologacao: 13.02.2017  
 Solicitacao : Proc.Compra : 171 Ano: 2017  
 No Contrato : Ano: Contrato Superior ..  
 No Convenio : Data Convenio .....:  
 Emissao .....: 13.02.2017

----- Parcelas -----  

Subempenho	Vencimento	Valor	Saldo
	15.02.2017	960,00	0,00

----- Valores -----  

Empenhado (Bruto)...	960,00
Anulado .....	0,00
Em Liquidacao.....	0,00
A Liquidar.....	0,00
Liquidado .....	960,00
A Pagar .....	0,00
Pago (Financeiro)...	960,00
Retido.....	0,00
Total Pago .....	960,00

Item	Qtde	Unid	Especificacao	Preco Unitario
1	32,0000	Un	CIMENTO,sc 50 kg	30,0000
AQUISICAO DE CIMENTO PARA RECONSTRUCAO DA BASE E DE UMA PAREDE DA PONTE SOBRE O ARROIO RIBEIRAO.				

----- Movimentacao -----

Data	Historico	No e Data do Documento	Empenho Contrapartida	Valor
13.02.17	Baixa do Reservado		2017/000553 Reserva no 176	960,00
	Empenho Ordinário		2017/000553	960,00
14.02.17	Liquidacao de Empenho		2017/000553	960,00
	VLR LIQUIDADO NESTA DATA.			
	Est Liquidacao Empenho		2017/000553	960,00
	ESTORNADO LIQUIDADO NESTA DATA.			
15.02.17	Liquidacao de Empenho		2017/000553	960,00
	VLR LIQUIDADO NESTA DATA.			
21.02.17	Pagamento de Empenho		2017/000553 3690 BANRISUL C/ MOV	960,00
	VLR DEBITADO C/C			
Liquidado no Mes ..:	960,00	Anulado no Mes ...:	0,00	Pago no Mes .....: 960,00

  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE  
 SAO JOAO DO POLESINE  
 CLOVIS COLETO  
 CRC: RS 46331

Prefeitura Munic.de Sao Joao do Polesine

Processo  
05187-0200/17-2

U.G. ....: 0000 PREFEITURA MUNICIPAL  
No Empenho ..: 2017/000561 Ordinario Recurso Orcamentario Categoria: 1 Comum  
Orgao .....: 3 ADMINISTRACAO ESPECIFICA Objeto Despesa: 2 OUTROS  
Unidade .....: 1 SECRETARIA MUNIC. OBRAS E TRANSPORTES  
Dotacao .....: 2678203092.019000. 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 106  
Desdobramento: 3.3.90.30.24.00 MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS 1665  
Fonte Recurso: 1 RECURSO LIVRE  
Caract. Peculiar: 000-Nao se Aplica

Credor .....: 3849 BORTOLUZZI E CIA LTDA - ME  
Endereco ...: ROD VRS 823, KM 4 Fone ...:  
Cidade .....: Sao Joao do Polesine RS

Licitacao ..: Dispensa por Limite Numero: 167 Ano: 2017 Data Homologacao: 15.02.2017  
Solicitacao : Proc.Compra : 175 Ano: 2017  
No Contrato : Ano: Contrato Superior ..:  
No Convenio : Data Convenio .....:  
Emissao .....: 15.02.2017

Página da  
peça  
4

Peça  
1523514

DOCUMENTO DE ACESSO  
RESTRITO

ACESSO  
N00E37EA

Parcelas			
Subempenho	Vencimento	Valor	Saldo
	15.02.2017	310,00	0,00

Valores	
Empenhado (Bruto)...	310,00
Anulado .....	0,00
Em Liquidacao.....	0,00
A Liquidar.....	0,00
Liquidado .....	310,00
A Pagar .....	0,00
Pago (Financeiro)...	310,00
Retido.....	0,00
Total Pago .....	310,00

Item	Qtde	Unid	Especificacao	Preco Unitario
2	10,0000	Un	CIMENTO,sc 50 kg	31,0000
AQUISICAO DE CIMENTO PARA A RECONSTRUCAO DA PONTE SOBRE O ARROIO RIBEIRAO, MATERIAL HIDRAULICO PARA MANUTENCAO DA REDE DE AGUA QUE PASSA PELO ARROIO RIBEIRAO, MATERIAL ELETRICO E MATERIAL PARA AS MAQUINAS COSTAIS.				

Movimentacao				
Data	Historico	No e Data do Documento	Empenho Contrapartida	Valor
15.02.17	Baixa do Reservado		2017/000561 Reserva no 183	310,00
	Empenho Ordinario		2017/000561	310,00
	N.F. 000000016 Data: 15/02/2017 Valor: 310,00.			
	Liquidacao de Empenho		2017/000561	310,00
	VLR LIQUIDADO NESTA DATA.			
23.02.17	Pagamento de Empenho		2017/000561 3690 BANRISUL C/ MOV	310,00
	VLR DEBITADO C/C			
Liquidado no Mes ..:	310,00	Anulado no Mes ....:	0,00 Pago no Mes .....:	310,00

PRONIM CP - Emissao: 05/10/2018 as 7h57min - Duracao: 0h00m01seg (2)

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SÃO JOÃO DO POLESINE  
CLOVIS COLETO  
CRC - RS 46331

Prefeitura Munic.de Sao Joao do Polesine

Página

278

Processo  
05187-0200/17-2Página da  
peça  
5Peça  
1523514DOCUMENTO DE ACESSO  
RESTRITOACESSO  
N00E37EA

U.G. ....: 0000 PREFEITURA MUNICIPAL  
 No Empenho ..: 2017/000564 Ordinário Recurso Orcamentario Categoria: 1 Comum  
 Orgao .....: 3 ADMINISTRACAO ESPECIFICA Objeto Despesa: 2 OUTROS  
 Unidade .....: 1 SECRETARIA MUNIC. OBRAS E TRANSPORTES  
 Dotacao .....: 2678203092.019000. 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 106  
 Desdobramento: 3.3.90.30.24.00 MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS 1665  
 Fonte Recurso: 1 RECURSO LIVRE  
 Caract. Peculiar: 000-Nao se Aplica

Credor .....: 3902 M M COMERCIO DE PEDRAS LTDA  
 Endereco ....: LINHA BASE  
 Cidade .....: SILVEIRA MARTINS RS

Fone ...:

Licitacao ...: Dispensa por Limite Numero: 170 Ano: 2017 Data Homologacao: 15.02.2017  
 Solicitacao : Proc.Compra : 181 Ano: 2017  
 No Contrato : Ano: Contrato Superior ..:  
 No Convenio : Data Convenio .....:  
 Emissao .....: 15.02.2017

## Parcelas

Subempenho	Vencimento	Valor	Saldo
	15.02.2017	2.450,00	0,00

## Valores

Empenhado (Bruto)....:	2.450,00
Anulado .....	0,00
Em Liquidacao.....:	0,00
A Liquidar.....:	0,00
Liquidado .....	2.450,00
A Pagar .....	0,00
Pago (Financeiro)....:	2.450,00
Retido.....:	0,00
Total Pago .....	2.450,00

Item	Qtde	Unid	Especificacao	Preco Unitario
1	700,0000	Un	PEDRA ALICERCE 20 x 20	3,5000
AQUISICAO DE PEDRA DE ALICERCE PARA A RECONSTRUCAO D				
A PONTE SOBRE O ARROIO RIBEIRAO.				

## Movimentacao

Data	Historico	No e Data do Documento	Empenho Contrapartida	Valor
15.02.17	Baixa do Reservado	2017/000564	Reserva no 185	2.450,00
	Empenho Ordinário	2017/000564		2.450,00
	N.F. 000000005 Data: 15/02/2017 Valor: 2.450,00.			
	Liquidacao de Empenho	2017/000564		2.450,00
	VLR LIQUIDADO NESTA DATA.			
Liquidado no Mes ..:	2.450,00	Anulado no Mes ...:	0,00	Pago no Mes .....: 0,00
29.03.17	Pagamento de Empenho	2017/000564	3690 BANRISUL C/ MOV	2.450,00
	VLR DEBITADO C/C			
30.03.17	Est Pagamento Empenho	2017/000564	3690 BANRISUL C/ MOV	2.450,00
	VLR ESTORNADO N/ DATA			
	Pagamento de Empenho	2017/000564	3634 BANCO DO BRASIL C/ FPM	2.450,00
	VLR DEBITADO C/C			
Liquidado no Mes ..:	0,00	Anulado no Mes ...:	0,00	Pago no Mes .....: 2.450,00

PRONIM CP - Emissao: 05/10/2018 as 7h57min - Duracao: 0h00m01seg (2)

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SÃO JOÃO DO POLESINE  
CLÓVIS COLETO  
CRC - RS 46331

U.G. ....: 0000 PREFEITURA MUNICIPAL  
 No Empenho ..: 2017/000589 Ordinário Recurso Orcamentario Categoria: 1 Comum  
 Orgao ....: 3 ADMINISTRACAO ESPECIFICA Objeto Despesa: 2 OUTROS  
 Unidade ....: 1 SECRETARIA MUNIC.OBRAS E TRANSPORTES  
 Dotacao ....: 2678203092.019000. 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 106  
 Desdobramento: 3.3.90.30.24.00 MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS 1665  
 Fonte Recurso: 1 RECURSO LIVRE  
 Caract. Peculiar: 000-Nao se Aplica

Credor .....: 2277 RIGHI COMERCIO DE MADEIRAS LTDA.  
 Endereco ....: VALE VENETO Fone ...: (55)3289-1084  
 Cidade .....: SAO JOAO DO POLESINE RS

Licitacao ...: Dispensa por Limite Numero: 138 Ano: 2017 Data Homologacao: 16.02.2017  
 Solicitacao : Proc.Compra : 146 Ano: 2017  
 No Contrato : Ano: Contrato Superior ..:  
 No Convenio : Data Convenio .....:  
 Emissao ....: 16.02.2017

----- Parcelas -----  

Subempenho	Vencimento	Valor	Saldo
	17.02.2017	6.565,55	0,00

----- Valores -----  

Empenhado (Bruto)...	6.565,55
Anulado .....	0,00
Em Liquidacao.....	0,00
A Liquidar.....	0,00
Liquidado .....	6.565,55
A Pagar .....	0,00
Pago (Financeiro)...	6.565,55
Retido.....	0,00
Total Pago .....	6.565,55

Item	Qtde	Unid	Especificacao	Preco Unitario
1	2,0000	Un	Linha 35cm alt x 25cm larg x 6,50m	682,5000
2	4,0000	Un	Linha 35cm alt x 25cm larg x 6,00m	625,0000
3	1,0000	Un	Prancha p/ cobrir vao de 6m x 6m 7cm grossura	2300,0000
4	3,0000	Un	Guia de Eucalipto Reta de 15cm x 2,5cm x 5,50m	17,5300
5	6,0000	Un	Tabua de Eucalipto 30cm x 2,5cm x 5,50m.	35,0600
6	8,0000	Un	Tabua de Eucalipto 30cm x 2,5cm x 2,5m	17,2000
AQUISICAO DE MADEIRA PARA RECONSTRUCAO DA PONTE DO A RROIO RIBEIRAO.				

----- Movimentacao -----

Data	Historico	No e Data do Documento	Empenho Contrapartida	Valor
16.02.17	Baixa do Reservado		2017/000589 Reserva no 203	6.565,56
	Empenho Ordinário		2017/000589	6.565,55
17.02.17	Liquidacao de Empenho		2017/000589	6.565,55
	VLR LIQUIDADO NESTA DATA.			
Liquidado no Mes ..:	6.565,55	Anulado no Mes ...:	0,00	Pago no Mes .....: 0,00
29.03.17	Pagamento de Empenho		2017/000589 3634 BANCO DO BRASIL C/ FPM	6.565,55
	VLR DEBITADO C/C			
Liquidado no Mes ..:	0,00	Anulado no Mes ...:	0,00	Pago no Mes .....: 6.565,55

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
 SÃO JOÃO DO POLESINE  
 CLÓVIS COLETTI  
 CRC - RS 46331

PRONIM CP - Emissao: 05/10/2018 as 7h59min - Duracao: 0h00m01seg (2)

U.G. ....: 0000 PREFEITURA MUNICIPAL

No Empenho .: 2017/000980 Ordinário Recurso Orcamentario Categoria: 1 Comum

Orgao .....: 3 ADMINISTRACAO ESPECIFICA

Objeto Despesa: 2 OUTROS

Unidade ....: 1 SECRETARIA MUNIC. OBRAS E TRANSPORTES

Dotacao ....: 2678203092.019000. 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 106

Desdobramento: 3.3.90.30.24.00 MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS 1665

Fonte Recurso: 1 RECURSO LIVRE

Caract. Peculiar: 000-Nao se Aplica

Credor .....: 234 E J VIZZOTTO &amp; CIA LTDA

Endereco ....: AV SAO JOAO,1244

Fone ...: 055 269-1223

Cidade .....: SAO JOAO DO POLESINE RS

Licitacao ...: Dispensa por Limite

Numero: 295

Ano: 2017 Data Homologacao: 13.03.2017

Solicitacao :

Proc.Compra : 308

Ano: 2017

No Contrato :

Ano: Contrato Superior .:

No Convenio :

Data Convenio .....

Emissao .....: 13.03.2017

## ----- Parcelas -----

Subempenho	Vencimento	Valor	Saldo
	15.03.2017	450,00	450,00

## ----- Valores -----

Empenhado (Bruto)...	450,00
Anulado .....	0,00
Em Liquidacao.....	0,00
A Liquidar.....	0,00
Liquidado .....	450,00
A Pagar .....	450,00
Pago (Financeiro)...	0,00
Retido.....	0,00
Total Pago .....	0,00

Item	Qtde	Unid	Especificacao	Preco Unitario
1	15,0000	br	FERRO 6,3mm, barra 12 mts(1/4)	15,0000
2	10,0000	br	FERRO 5,0mm, barra 12 mts(3/16)	9,0000
3	10,0000	KG	PREGOS 26 X 84	12,5000
4	1,0000	KG	ARAME REC NR14	10,0000

AQUISICAO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO UTILIZADO NA REC  
ONSTRUCAO DA PONTE SOBRE O ARCOIO RIBEIRAO.

## ----- Movimentacao -----

Data	Historico	No e Data do Documento	Empenho Contrapartida	Valor
13.03.17	Baixa do Reservado		2017/000980 Reserva no 333	450,00
	Empenho Ordinário		2017/000980	450,00
15.03.17	Liquidacao de Empenho		2017/000980	450,00

VLR LIQUIDADO NESTA DATA.

Liquidado no Mes .:	450,00	Anulado no Mes ...:	0,00	Pago no Mes .....	0,00
---------------------	--------	---------------------	------	-------------------	------

PREFEITURA MUNICIPAL  
SÃO JOÃO DO POLESINE  
CLÓVIS COLETTI  
CRC-RS 46331

PRONIM CP - Emissao: 05/10/2018 as 8h0min - Duracao: 0h00m01seg (2)

Assinado digitalmente por: TANIA JUSSARA MIROSLAW GRIGORIEFF em 15/10/18.

Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.79C5.1AF5.F892.9441.05E8.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



Prefeitura Municipal de  
São João do Polêsine

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE  
SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

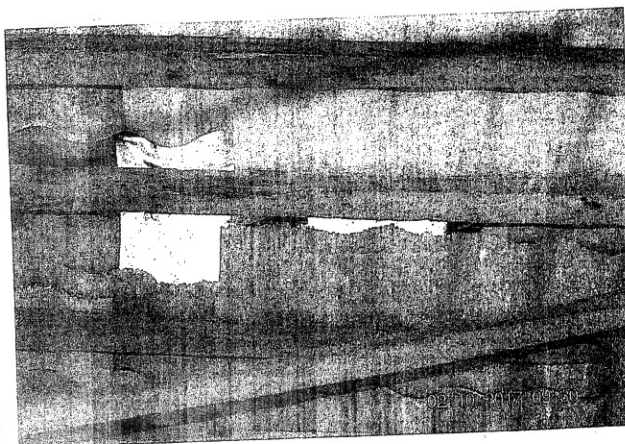
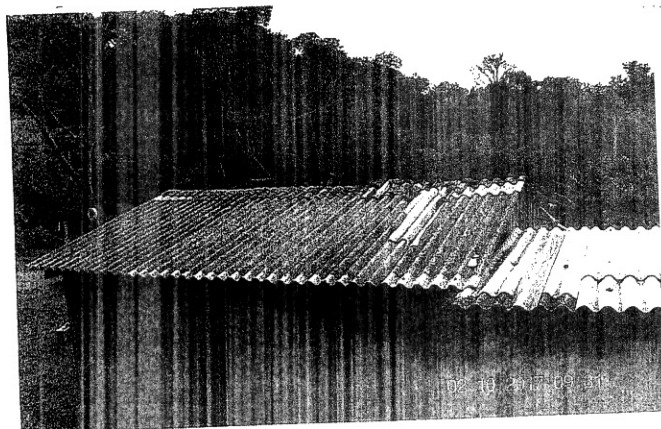
## LAUDO DE VISTORIA

### DANOS E PREJUÍZOS CAUSADOS PELO VENDAVAL E CHUVAS INTENSAS QUE ATINGIRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE - RS

O município de São João do Polêsine/RS foi atingido por vendaval e fortes chuvas, ocorridas no dia 1º de outubro de 2017, acarretando danos e destelhamento em residências, demonstrados abaixo:

1. Moradora: Fabiana Shirmer  
NIS: 21248869323  
Endereço: Linha do Monte s/n  
Coordenadas geográficas: 29°37'18.70"S  
53°28'27.52"O

Material para recuperação: x04 telhas de fibrocimento 3,66 x 1,10m, e=6mm;  
x05 cumeeira fibrocimento

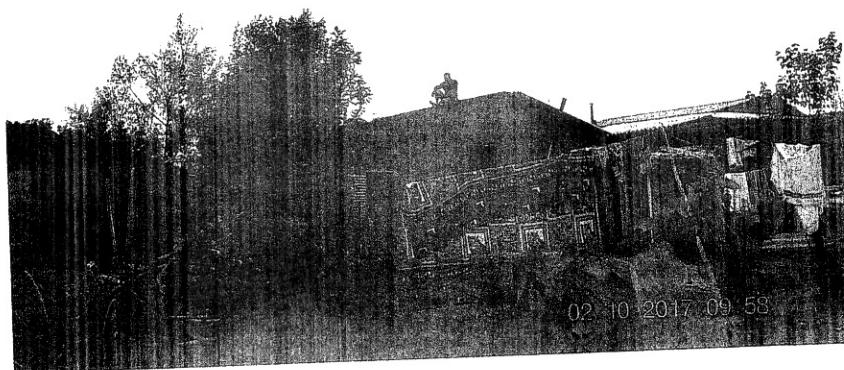


Fone/Fax (55) 3269 1155 - 3269 1144 | e-mail: [prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br](mailto:prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br)  
Rua Guilherme Alberti, 1631 | São João do Polêsine - RS | CEP 97230-000 | CNPJ 94.444.247/0001-40



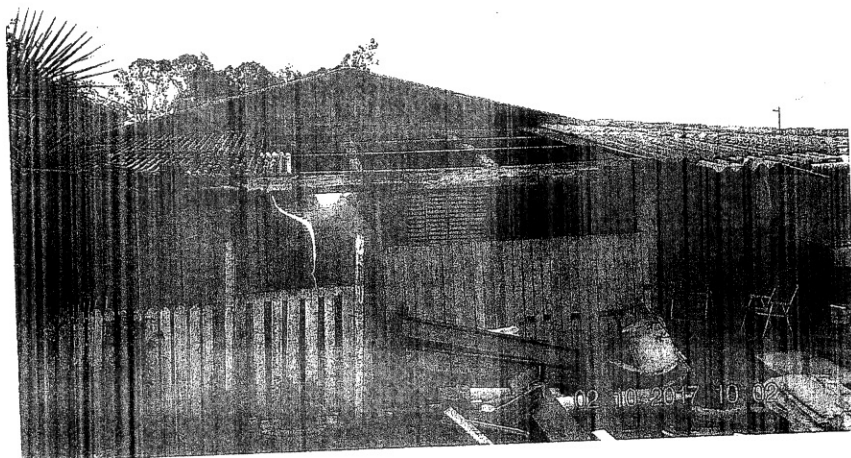
2. Moradora: Beatriz Cardoso Ribeiro  
NIS: 161055169976  
Endereço: Vila Nova São Lucas, Rua "A" s/n  
Coordenadas geográficas: 29°37'09.50"S  
53°27'33.68"O

Material para recuperação: x02 telhas de fibrocimento 3,05 x 1,10m, e=6mm;



3. Moradora: Graciela Alves  
NIS: 16264849082  
Endereço: Vila Nova São Lucas, Rua "F" s/n  
Coordenadas geográficas: 29°37'09.73"S  
53°27'28.71"O

Material para recuperação: Não se aplica. Não foi prejudicada a área da moradia.  
Construção clandestina/irregular







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

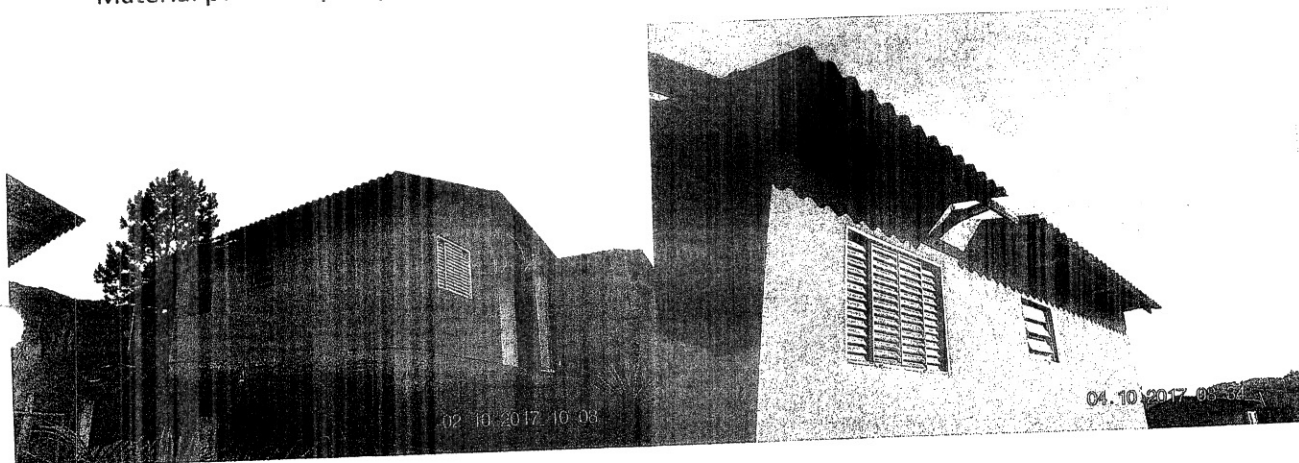


Página  
283

Processo  
05187-0200/17-2

4. Morador: Marciano Rodrigues  
NIS: 12747211683  
Endereço: Vila Nova São Lucas, Rua "F" s/n  
Coordenadas geográficas: 29°37'11.39"S  
53°27'27.17"O

Material para recuperação: x01 telha de fibrocimento 3,05 x 1,10m, e=6mm;



Página da  
peça  
3

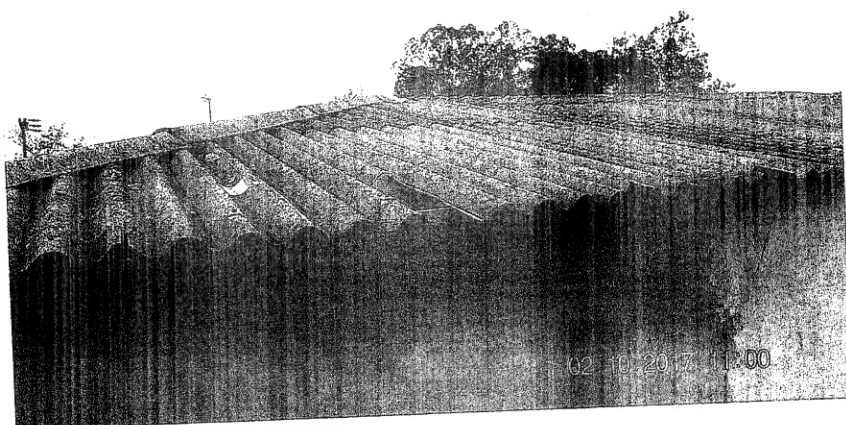
Peça  
1523503

DOCUMENTO DE ACESSO  
RESTRITO

ACESSO  
N00E37F5

5. Moradora: Amanda Vieira Pereira  
NIS: 16108411504  
Endereço: Vila Nova São Lucas, Rua "G" s/n  
Coordenadas geográficas: 29°37'7.48"S  
53°27'29.72"O

Material para recuperação: x01 telha de fibrocimento 2,44 x 1,10m, e=6mm;



Fone/Fax (55) 3269 1155 - 3269 1144 | e-mail: [prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br](mailto:prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br)  
Rua Guilherme Alberti, 1631 | São João do Polêsine - RS | CEP 97230-000 | CNPJ 94.444.247/0001-40

Assinado digitalmente por: TANIA JUSSARA MIROSLAW GRIGORIEFF em 15/10/18.  
Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.36FE.68B5.F8AD.F63B.5633.

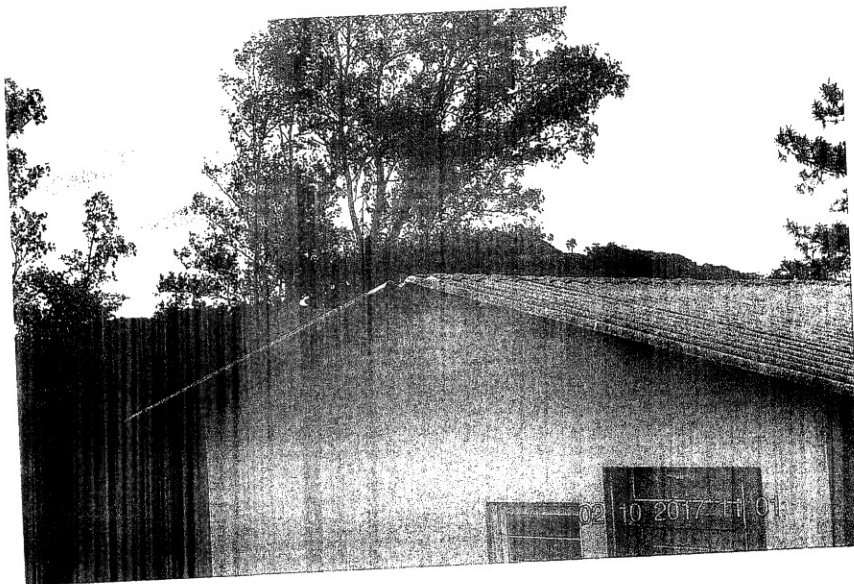


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



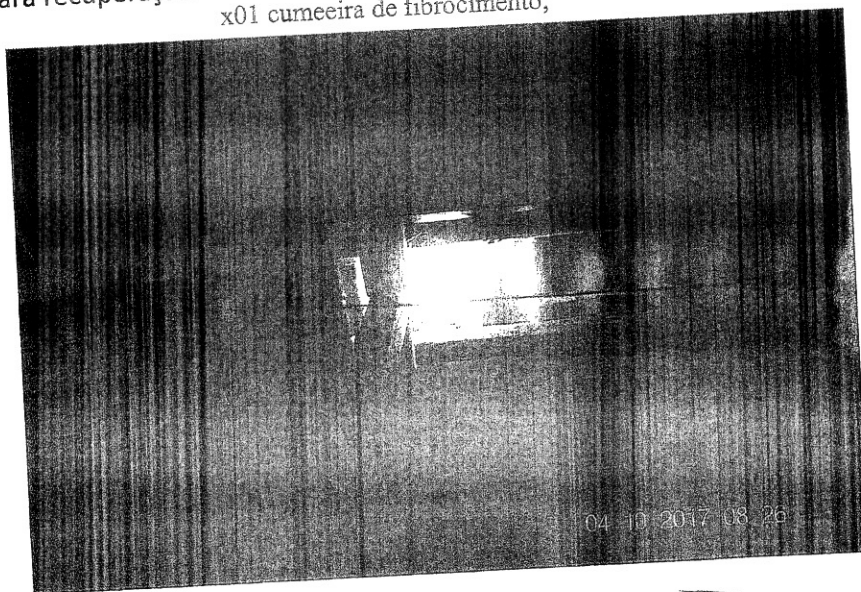
6. Moradora: Angelita de Oliveira  
NIS: 16098594083  
Endereço: Vila Nova São Lucas, Rua "G" s/n  
Coordenadas geográficas: 29°37'7.24"S  
53°27'30.13"O

Material para recuperação: x01 cumeeira de fibrocimento;



7. Moradora: Sara Rodrigues  
NIS: 04809863638  
Endereço: Vila Nova São Lucas, Rua "F" s/n  
Coordenadas geográficas: 29°37'11.26"S  
53°27'25.51"O

Material para recuperação: x01 telha de fibrocimento 3,05 x 1,10m, e=6mm;  
x01 cumeeira de fibrocimento;

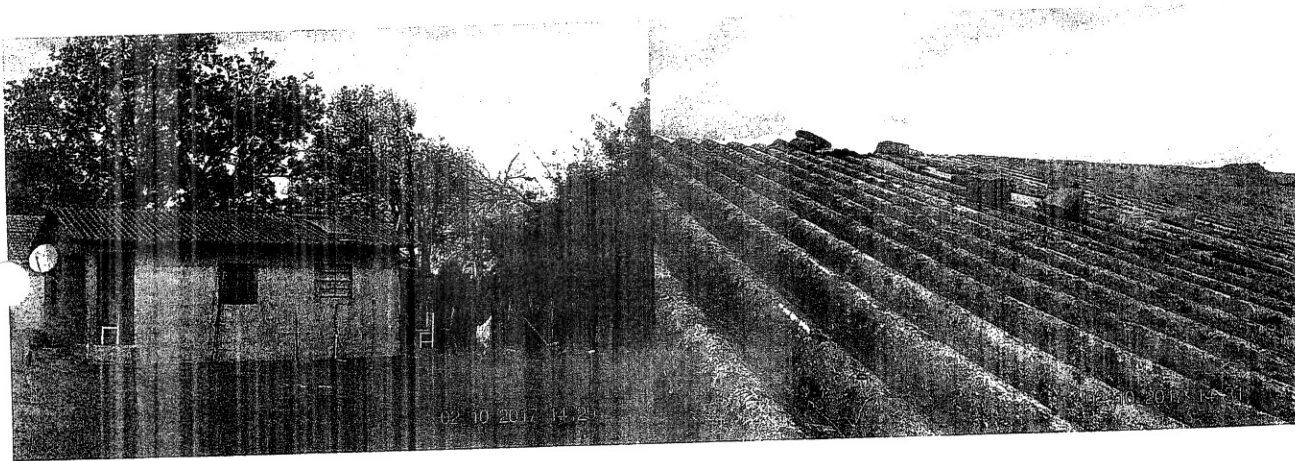


Fone/Fax (55) 3269 1155 - 3269 1144 | e-mail:prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br  
Rua Guilherme Alberti, 1631 | São João do Polêsine - RS | CEP 97230-000 | CNPJ 94.444.247/0001-40



8. Morador: Pedro Tavares  
Cad Unico: 12315958336  
Endereço: Rua Silvio Feron s/n, Centro  
Coordenadas geográficas: 29°36'55.79"S  
53°26'31.59"O

Material para recuperação: x03 telhas de fibrocimento 3,66 x 1,10m, e=6mm;  
x03 cumeeira de fibrocimento;



9. Morador: Maria Angelica Ribas  
Cad Unico: 16352656863  
Endereço: Ribeirão  
Coordenadas geográficas: 29°39'12.46"S  
53°27'27.33"O

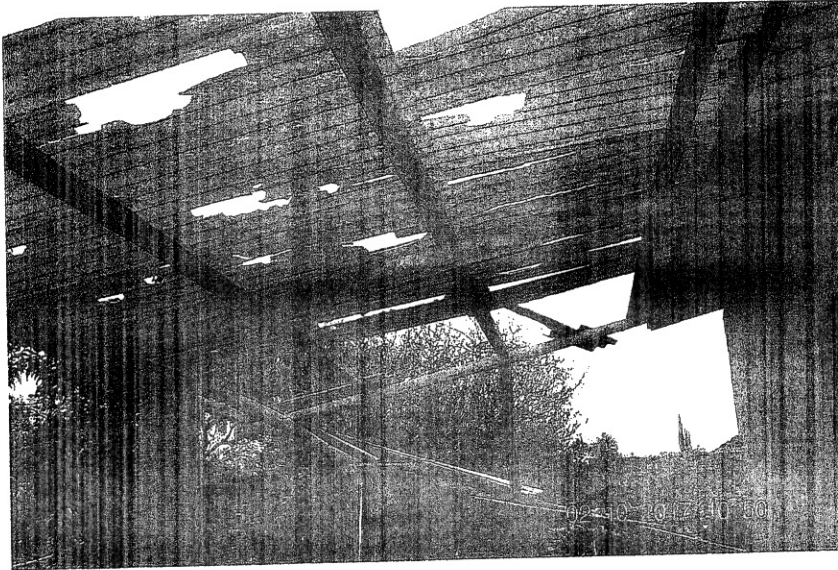
Material para recuperação: x06 telhas de fibrocimento 2,44 x 1,10m, e=6mm;  
x05 cumeeira de fibrocimento;





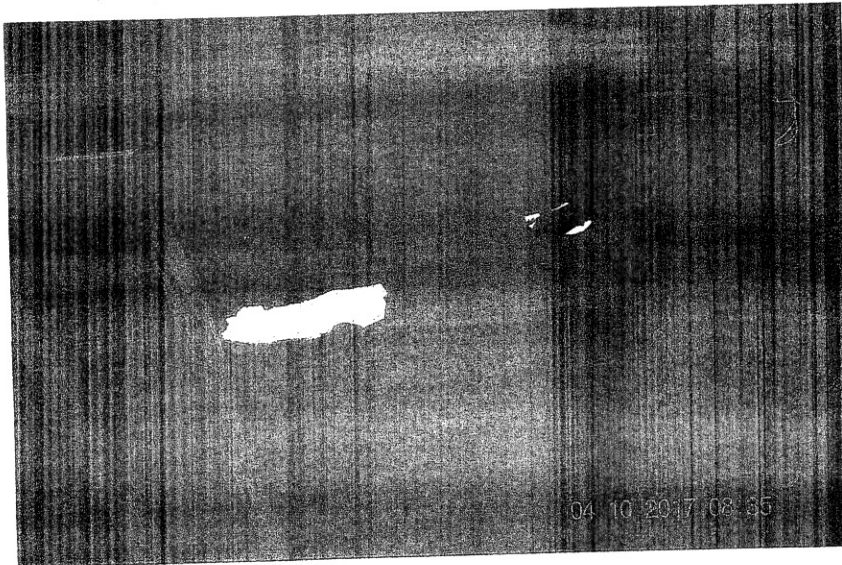
10. Moradora: Sandra Elenara Alves  
NIS: 16543795434  
Endereço: Rua Jose Arnuti, 2017, Centro  
Coordenadas geográficas: 29°37'09.73"S  
53°27'28.71"O

Material para recuperação: Não se aplica. Prejudicada somente a área da garagem.



11. Moradora: Neli Terezinha Martins  
NIS: 12394491908  
Endereço: Vila Nova São Lucas, Rua "F" s/n  
Coordenadas geográficas: 29°37'11.66"S  
53°27'26.74"O

Material para recuperação: Não se aplica. Prejudicada somente a área da garagem.







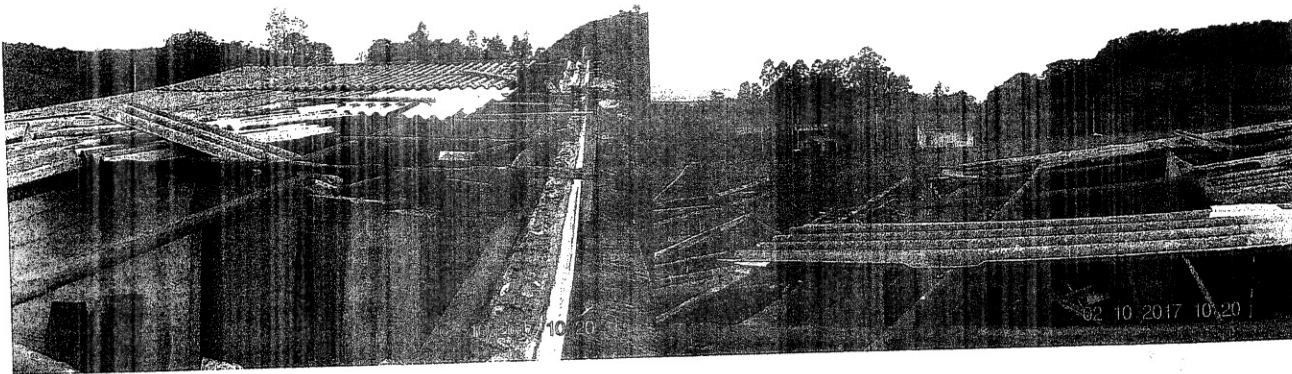
12. Moradora: Adriane Rosemari Zovarezi  
NIS: 12373826250  
Endereço: Estrada Geral Ribeirão-Vale Vêneto, s/n  
Coordenadas geográficas: 29°39'03.73"S  
53°28'11.34"O

Material para recuperação: Poste medição energia, metálico 7,0m completo



13. Morador: Jorge Pozzatti  
NIS: -  
Endereço: Linha Bonfim, s/n  
Coordenadas geográficas: 29°37'38.22"S  
53°27'22.45"O

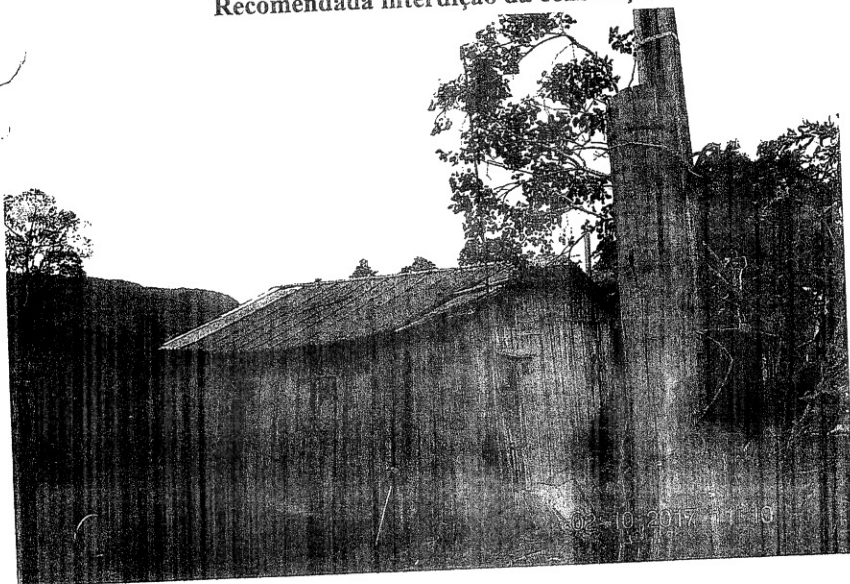
Material para recuperação: Não se aplica. Morador não possui cadastro social NIS.





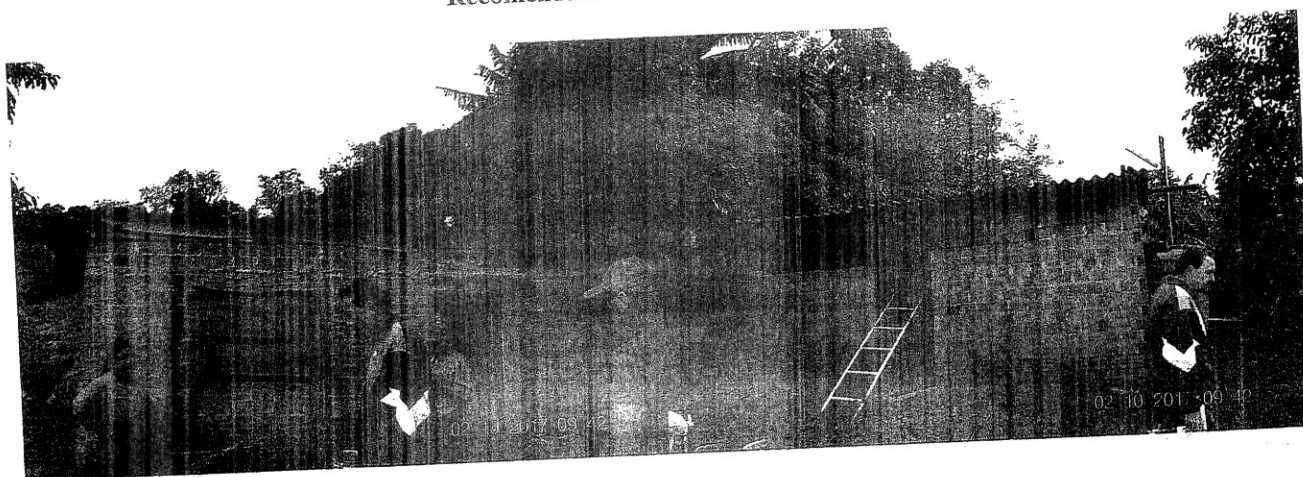
14. Morador: Aline Ribeiro da Rosa  
NIS: 16002577093  
Endereço: Linha da Lagoa, s/n  
Coordenadas geográficas: 29°36'09.55"S  
53°27'02.92"O

Material para recuperação: x03 telhas de fibrocimento 2,44 x 0,50m, e=4mm;  
OBS: edificação em situação precária.  
Recomendada interdição da construção e realocação da família.



15. Morador: Eloci da Silva  
NIS: 16002802615  
Endereço: Linha do Monte, s/n  
Coordenadas geográficas: 29°37'24.24"S  
53°28'25.78"O

Material para recuperação: OBS: edificação em situação precária. Situação de Colapso.  
Recomendada realocação da família.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

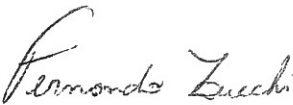


16. Morador: Ivone Fernandes  
NIS: 20939398855  
Endereço: Linha do Monte, s/n  
Coordenadas geográficas: 29°37'17.22"S  
53°28'27.85"O

Material para recuperação: OBS: edificação em situação precária. Situação de Colapso.  
Recomendada realocação da família.

Informações de cadastro social informados pelo CRAS e Secretaria da Administração.

São João do Polêsine, 04 de outubro de 2017.

  
Fernando Luiz Zucchi  
Engenheiro Civil CREA RS 214941  
Coordenador Municipal de Defesa Civil

  
Águeda Foletto  
Secretária Municipal da Administração

Fone/Fax (55) 3269 1155 - 3269 1144 | e-mail: [prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br](mailto:prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br)  
Rua Guilherme Alberti, 1631 | São João do Polêsine - RS | CEP 97230-000 | CNPJ 94.444.247/0001-40



Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Data Inicial de Emissao ....: 01.01.2017  
Data Final de Emissao .....: 31.12.2017

Acao.....: 2.011.000 - DESENVOLVIMENTO DE ACOES DE DEFESA CIVIL E SOCORROS PUBLICOS

Data	Empenho	Desp. P.Compra	Ano	Credor	Valor Cat.	Objeto da Despesa
13.10.2017	2017/004507	1232 1216	2017	234 E J VIZZOTTO & CIA LTDA	1.850,00	1 OUTROS
Itens de Empenho : TELHA ISDRALIT 6MM 3,05 X 1,10 M						
CUMEEIRA ISDRALIT 6MM 15G NORM						
TELHA ISDRALIT 4 MM 2,44 X 0,5 M						
PREGO TELH 18 X 30C						
TELHA ISDRALIT 2,44 X 1,10 X 6MM						
PARAF TELH 110 MM						
TELHA ISDRALIT 3,66 X 1,10 X 6 MM						
VALOR REFERENTE A AQUISICAO DE MATERIAIS PARA DOACAO						
AOS MUNICIPES QUE TIVERAM SUAS RESIDENCIAS ATINGIDA						
S PELO TEMPORAL, CONFORME LAUDO DE VISTORIA - DANOS						
E PREJUIZOS CAUSADOS PELO VENDAVAL E CHUVAS INTENSA						
S QUE ATINGIRAM O MUNICIPIO - DO DEPARTAMENTO DE ENG						
ENHARIA/DEFESA CIVIL.						
Total do Dia :					1.850,00	

24.10.2017	2017/004569	1232 1245	2017	234 E J VIZZOTTO & CIA LTDA	2.800,00	1 OUTROS
Itens de Empenho : TELHA ISDRALIT 3,66 X 1,10 X 6 MM						
TELHA ISDRALIT 2,44 X 1,10 X 6MM						
CUMEEIRA 15 GRAU 6mm						
PARAFUSO c/arruela de borracha, 110mm.						
VALOR REFERENTE A AQUISICAO DE MATERIAIS PARA DOACAO						
AOS MUNICIPES QUE TIVERAM SUAS RESIDENCIAS ATINGIDA						
S PELO TEMPORAL DO DIA 19 DE OUTUBRO/2017, CONFORME						
LAUDO DE VISTORIA - DANOS E PREJUIZOS CAUSADOS PELO						
VENDAVAL E CHUVAS INTENSAS QUE ATINGIRAM O MUNICIPI						
O - DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA/DEFESA CIVIL.						
Total do Dia :					2.893,00	
Total do Mes :					4.743,00	

03.11.2017	2017/004841	1232 1277	2017	234 E J VIZZOTTO & CIA LTDA	42,50	1 OUTROS
Itens de Empenho : CUMEEIRA 15 GRAU 6mm						
PARAFUSO TELHEIRO, completo						
VALOR REF. A AQUICAO DE MATERIAIS PARA DOACAO A MUNI						
CIPE QUE TEVE SUA RESIDENCIA ATINGIDA PELOS VENTOS F						
ORTES DO DIA 19/10/2017, CONF. ATA DO CONSELHO MUNIC						
IPAL DA HABITACAO E MANUTENCAO NA PORTA DO POLO UAB.						

PRONIM CP - Emissao: 26/09/2018 as 13h55min - Duracao: 0h00m01seg (8)

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SÃO JOÃO DO POLÉSINE  
CLÓVIS COLETO  
CRC - RS 46331

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Processo  
05187-0200/17-2

Data Inicial de Emissao ...: 01.01.2017

Data Final de Emissao .....: 31.12.2017

Acao.....: 2.011.000 - DESENVOLVIMENTO DE ACOES DE DEFESA CIVIL E SOCORROS PUBLICOS

Data	Empenho	Desp. P.Compra	Ano	Credor	Valor Cat.	Objeto da Despesa
------	---------	----------------	-----	--------	------------	-------------------

					Total do Dia :	42,50
--	--	--	--	--	----------------	-------

					Total do Mes :	42,50
--	--	--	--	--	----------------	-------

---

					Total Geral .:	4.785,50
--	--	--	--	--	----------------	----------

Página da  
peça  
3

Peça  
1523505

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SÃO JOÃO DO POLESINE  
CLÓVIS COLETTI  
CRC - RS 46331

DOCUMENTO DE ACESSO  
RESTRITO

ACESSO  
N00E37F3

PRONIM CP - Emissao: 26/09/2018 as 13h55min - Duracao: 0h00m01seg (8)

Assinado digitalmente por: TANIA JUSSARA MIROSLAW GRIGORIEFF em 15/10/18.  
Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.1978.2E0A.3ACD.EF87.B5E0.



## RELATÓRIO DE ENTREGA DE MATERIAL

Conforme relatório da engenharia civil, foram beneficiadas dez famílias atingidas pelo temporal do dia 01/10/2017 no município de São João do Polêsine, foram entregues os materiais conforme laudo do engenheiro e comprovado através da ficha de beneficiado assinado pela própria pessoa ou responsável pela moradia. Também que foram beneficiadas somente pessoas cadastradas no Cadiúnico que possuíam o NIS.

São João do Polêsine, 06 de outubro de 2017.

  
Agueda Elisabete Recke Foletto  
Secretária da Administração

# EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

**PROCESSO Nº 5187-02.00/17-2**

## **CONTAS DE GOVERNO – EXERCÍCIO 2017**

### **10. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

#### **10.1. – DOS DOCUMENTOS**

- ☐ **Balanços do Saldo Contábil**

**RESPOSTA CHAMADO 340431**

Trata-se de inconsistência, apurada pelo TCE-RS, no saldo contábil de encerramento do exercício de 2016 e abertura do exercício de 2017, das contas a seguir elencadas:

1567 – 2.3.7.1.1.01.00.00.00.00 – SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO

1572 – 2.3.7.1.2.01.00.00.00.00 – SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO

1577 – 2.3.7.1.3.01.00.00.00.00 – SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO

1582 – 2.3.7.1.4.01.00.00.00.00 – SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO

4382 – 2.1.2.1.1.02.01.00.00.00 – CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS

Verifica-se no encerramento do exercício de 2016 que as VPA's e VPD's foram encerradas em contrapartida do 5º nível das contas de superávits/déficits. Os lançamentos de implantação de saldos foram executados utilizando-se do 5º nível das contas do Patrimônio Líquido (ver figura 1), procedimento inadequado, pois os registros executados foram somente em contrapartida aos equivalentes ao nível em questão (1, 2, 3, 4 ou 5) para o Ativo e Passivo e Patrimônio Líquido, sendo que os saldos das contas contábeis do Ativo ou Passivo e Patrimônio Líquido podem conter saldos tanto de exercício anteriores como do exercício imediatamente anterior, devendo esta rotina, no meu entendimento, ser descontinuada no PRONIM CP. A contrapartida a ser utilizada na implantação de saldos automática no quadro Contas do Patrimônio Líquido deve ser tão somente a conta 1567 – 2.3.7.1.1.01.00.00.00.00 – SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO (ver figura 2).

**Figura 1 – Implantação de Saldos Executada**

Implantação de Saldos de Balanço

Parâmetros Lançamentos Relatório de Conferência

Dados da Implantação de Saldos

Data de Movimento: 01/01/2017

Histórico: 830 | Implantação de Saldos

Complemento:

Contas do Patrimônio Líquido

Consolidação:	Conta Contábil:	Descrição
Intra OFSS:	1572	2.3.7.1.2.01.00.00.00.00 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO
Inter OFSS-União:	1577	2.3.7.1.3.01.00.00.00.00 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO
Inter OFSS-Estados:	1582	2.3.7.1.4.01.00.00.00.00 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO
Inter OFSS-Municípios:	1587	2.3.7.1.5.01.00.00.00.00 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO

Classe Orçamentária

Conta Contábil: 5873 | 5.9.0.0.0.0.00.00.00 - CONTRAPARTIDA DE MOVIMENTOS CONTÁBEIS INTERNOS - ORÇAMENTÁRIA

Classe Controle

Conta Contábil: 3264 | 7.9.9.0.0.0.00.00.00 - CONTRAPARTIDA DE MOVIMENTOS CONTÁBEIS INTERNOS - CONTROLE

Implantação de Saldos Manual

☐ Excluir lançamentos de implantação de saldos manual

Controles Específicos

☒ Transferir informações da Conciliação Bancária

☒ Transferir informações do Controle de Retenções

**Figura 2 – Implantação de Saldos DESEJADA**

Em relação a conta 4382 – 2.1.2.1.1.02.01.00.00.00 – CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS verifica-se a execução de procedimento indevido pelo PRONIM CP na implantação de saldos automática (ver Figura 3 e 4), partindo deste pressuposto, verificou-se a situação em Base de Dados de Testes, onde foi examinado que a referida situação não ocorre mais (ver Figura 5). No caso em tela, o saldo contábil encontra-se correto (R\$ 0,00), no entanto ocorreu erro no indicador de superávit (atributo), fazendo um lançamento débito no atributo “financeiro” e um crédito no atributo “permanente”, após identificada essa situação, o Setor de Contabilidade do Município efetuou os lançamentos de correção, conforme é evidenciados pelos registros 329736 e 329737 (ver Figura 3).

**Figura 3 – Razão da Conta 4382 em 2017**

UG	Lançamento	Movimento	Data	D/C	Conta	Contra	Valor	Receita	Despesa	Fato Contábil	Histórico	Atributo	Implantação
0000	3278	Original	01/01/2017	D	4382	1567	56.400,00			Implantação de Saldos	Implantação de Saldos	Financeiro	Automática
0000	329736	Original	31/12/2017	D	4382	4382	56.400,00			Lancamento Contábil	Lanc Debito	Permanente	N/A
0000	329737	Original	31/12/2017	C	4382	4382	56.400,00			Lancamento Contábil	Lanc Credito	Financeiro	N/A

**Figura 4 – Razão da Conta 4382 em 2016**

**Razão da Contabilidade**

Unidade Gestora: 0000 PREFEITURA MUNICIPAL  
Conta: 4382 2.1.2.1.1.02.01.00.00.00 - CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS

Data Inicial: 01/01/2016 Data Final: 31/12/2016  
Lançamento: Controle:

☐ Listar Lançamentos Vinculados (Original e Estorno)

Movimentação Contábil

Saldo Anterior: 0,00  
Débitos: 0,00  
Créditos: 0,00  
Saldo Atual: 0,00

Movimentação - Atributo Financeiro

Saldo Anterior: 0,00  
Débitos: 0,00  
Créditos: 0,00  
Saldo Atual: 0,00

Movimentação - Atributo Permanente

Saldo Anterior: 0,00  
Débitos: 0,00  
Créditos: 0,00  
Saldo Atual: 0,00

Movimentação Filtros

UG	Lançamento	Movimento	Data	D/C	Conta	Contra	Valor	Receita	Despesa	Fato Contábil	Histórico	Atributo	Implantação
0000	1343	Original	01/01/2016	D	4382	1567	56.400,00			Implantação de Saldos	Implantação de Saldos	Financeiro	Automática
0000	1368	Original	01/01/2016	C	4382	1567	56.400,00			Implantação de Saldos	Implantação de Saldos	Financeiro	Automática

Quantidade de Registros: 2 - Quantidade de Lançamentos Contábeis: 2

**Figura 5 – Razão da Conta 4382 em 2017 SIMULADO**

**Razão da Contabilidade**

Unidade Gestora: 0000 PREFEITURA MUNICIPAL  
Conta: 4382 2.1.2.1.1.02.01.00.00.00 - CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS

Data Inicial: 01/01/2017 Data Final: 31/12/2017  
Lançamento: Controle:

☐ Listar Lançamentos Vinculados (Original e Estorno)

Movimentação Contábil

Saldo Anterior: 0,00  
Débitos: 56.400,00  
Créditos: 56.400,00  
Saldo Atual: 0,00

Movimentação - Atributo Financeiro

Saldo Anterior: 0,00  
Débitos: 0,00  
Créditos: 56.400,00  
Saldo Atual: 56.400,00 C

Movimentação - Atributo Permanente

Saldo Anterior: 0,00  
Débitos: 56.400,00  
Créditos: 0,00  
Saldo Atual: 56.400,00 D

Movimentação Filtros

UG	Lançamento	Movimento	Data	D/C	Conta	Contra	Valor	Receita	Despesa	Fato Contábil	Histórico	Atributo	Implantação
0000	329736	Original	31/12/2017	D	4382	4382	56.400,00			Lançamento Contábil	Lanc Debito	Permanente	N/A
0000	329737	Original	31/12/2017	C	4382	4382	56.400,00			Lançamento Contábil	Lanc Credito	Financeiro	N/A

Quantidade de Registros: 2 - Quantidade de Lançamentos Contábeis: 1

Para a conta 5244 – 7.3.2.1.2.00.00.00.00.00 – INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO- TRIBUTÁRIA, listada nos relatórios Executado.xls e Simulado.xls, apresentava escrituração indevida em 2016 (ver Figura 7), sendo procedida a abertura em 2017 da conta 6552 – 7.3.2.1.2.01.00.00.00.00 – INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO- TRIBUTÁRIA (ver Figura 8 e 9), para correção desta impropriedade.

**Figura 7 – Plano de Contas 2016 e 2017, indicando Escrituração “N”**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RS DIREÇÃO GERAL CONSULTORIA TÉCNICA									
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO 2016 - ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - RS (VERSÃO 1.0)									
CÓDIGO	TÍTULO	FUNÇÃO	NAT. DO SALD	STATUS	ESCRITURAÇÃO	ATRIBUTO SUPERÁVIT FINANCEIRO	PCASP DE ORIGEM	TIPO DE ALTERAÇÃO PARA 2011	
7.3.2.1.1.02.00.00.00.00	INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - TAXAS	Registra o valor dos créditos de origem tributária de taxas passíveis de serem inscritos em dívida ativa pelo órgão competente.	D	ATIVA	S	N	TCE-RS		
7.3.2.1.2.00.00.00.00.00	INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA	Compreende o valor dos créditos de natureza não-tributária passíveis de serem inscritos em dívida ativa pelo órgão competente.	D	ATIVA	N		IPC00		

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RS DIREÇÃO GERAL CONSULTORIA TÉCNICA									
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO 2017 - ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - RS (VERSÃO 1.0)									
CLASSE	GRUPO	TÍTULO	UNIDADE	ESPECÍFICA	ESPECIAL	ESPECIAL	ESPECIAL	ESPECIAL	ESPECIAL
CÓDIGO	TÍTULO	FUNÇÃO	NAT. DO SALD	STATUS	ENTE QUE UTILIZA	ESCRITURAÇÃO	ATRIBUTO SUPERÁVIT FINANCEIRO	PCASP DE ORIGEM	TIPO DE ALTERAÇÃO PARA 2017 (*)
7.3.2.1.2.00.00.00.00.00	INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA	Compreende o valor dos créditos de natureza não-tributária passíveis de serem inscritos em dívida ativa pelo órgão competente.	D	ATIVA	X	N		IPC00	

Figura 8 – Razão da Conta 5244 em 2016

Razão da Contabilidade

Unidade Gestora: 0000 PREFEITURA MUNICIPAL

Conta: 5244 7.3.2.1.2.00.00.00.00 - INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA

Data Inicial: 01/01/2016 Data Final: 31/12/2016

Lançamento: Controle:

☐ Listar Lançamentos Vinculados (Original e Estorno)

Movimentação Contábil

Saldo Anterior:	5.090,51
Débitos:	14.597,54
Créditos:	6.927,02
Saldo Atual:	12.761,03 D

Movimentação - Atributo Financeiro

Saldo Anterior:	0,00
Débitos:	0,00
Créditos:	0,00
Saldo Atual:	0,00

Movimentação - Atributo Permanente

Saldo Anterior:	0,00
Débitos:	0,00
Créditos:	0,00
Saldo Atual:	0,00

Movimentação Filtros

UG	Lançamento	Movimento	Data	D/C	Conta	Contra	Valor	Receita	Despesa	Fato Contábil	Histórico	Atributo	Implantação
0000	1421	Original	01/01/2016	D	5244	3264	5.090,51			Implantação de Saldos	Implantação de Saldos	N/A	Automática
0000	20943	Original	05/01/2016	D	5244	5436	21,96	102		Inscrição em Dívida Ativa	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	20957	Original	05/01/2016	D	5244	5436	183,01	114		Inscrição em Dívida Ativa	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	21046	Original	05/01/2016	D	5244	5436	0,01	102		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	21056	Original	05/01/2016	D	5244	5436	0,74	114		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	21098	Original	05/01/2016	D	5244	5436	4.588,88	114		Inscrição em Dívida Ativa	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	21119	Original	05/01/2016	D	5244	5436	279,12	102		Inscrição em Dívida Ativa	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	8459	Original	14/01/2016	D	5244	5436	0,75	102		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	10851	Original	26/01/2016	D	5244	5436	4,20	102		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	48696	Original	29/02/2016	D	5244	5436	7,25	102		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	48752	Original	29/02/2016	D	5244	5436	3,40	114		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	48829	Original	29/02/2016	D	5244	5436	1,68	102		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	48836	Original	29/02/2016	D	5244	5436	41,25	102		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	48878	Original	29/02/2016	D	5244	5436	20,11	114		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	48885	Original	29/02/2016	D	5244	5436	0,85	114		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A

Quantidade de Registros: 124 - Quantidade de Lançamentos Contábeis: 124

Figura 9 – Razão da Conta 6552 em 2017

Unidade Gestora:

0000

PREFEITURA MUNICIPAL

Conta:

6552

7.3.2.1.2.01.00.00.00.00 - INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA

Data Inicial:

01/01/2017

Data Final:

31/12/2017

Lançamento:

Controle:

☐ Listar Lançamentos Vinculados (Original e Estorno)

Movimentação Contábil

Saldo Anterior: 12.761,03

Débitos: 15.798,52

Créditos: 5.553,05

Saldo Atual: 23.006,50

Movimentação - Atributo Financeiro

Saldo Anterior: 0,00

Débitos: 0,00

Créditos: 0,00

Saldo Atual: 0,00

Movimentação - Atributo Permanente

Saldo Anterior: 0,00

Débitos: 0,00

Créditos: 0,00

Saldo Atual: 0,00

Movimentação

Filtros

UG	Lançamento	Movimento	Data	D/C	Conta	Contra	Valor	Receita	Despesa	Fato Contábil	Histórico	Atributo	Implantação
0000	12123	Original	01/01/2017	D	6552	3264	12.761,03			Implantação de Saldos	Impl. de Saldos Manual	N/A	Manual
0000	20932	Original	25/01/2017	D	6552	5436	2,98	102		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	20967	Original	25/01/2017	D	6552	5436	1,58	114		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	21731	Original	26/01/2017	D	6552	5436	2,61	102		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	21745	Original	26/01/2017	D	6552	5436	1,36	114		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	35490	Original	31/01/2017	D	6552	5436	0,85	102		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	35525	Original	31/01/2017	D	6552	5436	0,45	114		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	55245	Original	31/01/2017	D	6552	5436	3,46	102		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	55301	Original	31/01/2017	D	6552	5436	1,21	114		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	55378	Original	31/01/2017	D	6552	5436	0,81	102		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	55385	Original	31/01/2017	D	6552	5436	19,85	102		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	55427	Original	31/01/2017	D	6552	5436	7,11	114		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	55434	Original	31/01/2017	D	6552	5436	0,30	114		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	55511	Original	31/01/2017	D	6552	5436	10,34	102		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A
0000	55553	Original	31/01/2017	D	6552	5436	3,97	114		Lançamento	Lanc Debito	N/A	N/A

Quantidade de Registros: 294

- Quantidade de Lançamentos Contábeis: 294



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO  
SUPERVISÃO DE INSTRUÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS – SICM  
SERVIÇO DE INSTRUÇÃO MUNICIPAL II



Processo nº 005187-0200/17-2

Órgão: Executivo Municipal de São João do Polêsine

Administrador<sup>1</sup>: Matione Sonogo (Prefeito Municipal)

Procuradora: Tânia Jussara Miroslaw Grigorieff, OAB/RS n. 32823  
(peça 1523483)

IT - Análise de Esclarecimentos  
Processo de Contas de Governo - Executivo/2017

Senhora Coordenadora:

Preliminarmente, destaca-se o pedido de **intimação** do Procurador **para fins de sustentação oral** do presente processo, formulado na **p. 09 da peça 1523482**.

Registra-se que o requerente será **intimado** mediante publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, nos termos dos artigos 1º da Resolução nº 791/2007<sup>2</sup> e 117, *caput*, do Regimento Interno desta Corte – Resolução nº 1.028/2015<sup>3</sup>.

A pauta a ser apreciada pelo órgão julgador também será disponibilizada por meio do Diário Eletrônico, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas à respectiva sessão de julgamento, nos termos do artigo 60 do Regimento Interno deste Tribunal – Resolução nº 1.028/2015<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Consulta aos Sistemas Corporativos, RES1310, em 17/10/2018.

<sup>2</sup> Art. 1º. Fica instituído o Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul como meio oficial de publicação e de divulgação dos seus atos processuais e administrativos, bem como das suas comunicações em geral.

<sup>3</sup> Art. 117. A publicação de decisão no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas terá o efeito de intimar os responsáveis para todos os fins legais.

<sup>4</sup> Art. 60. A pauta a ser apreciada pelo órgão julgador será publicada no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas à respectiva sessão de julgamento.



Em cumprimento ao disposto no art. 4º, parágrafo único, da Instrução Normativa nº 005/2012, registra-se que não existem processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais em andamento, de responsabilidade do Gestor no exercício sob exame<sup>5</sup>.

Examinam-se os esclarecimentos prestados pelo Administrador, assim como os documentos juntados aos autos, conforme os itens a seguir.

## RELATÓRIO CONSOLIDADO SOBRE CONTAS DE GOVERNO

**Item 8.2.5.2 - Do Equilíbrio Financeiro.** Tendo por base os valores atualizados monetariamente, observa-se que a Insuficiência Financeira existente no encerramento do exercício de 2017, no valor de R\$ 535.994,65, é superior em 47,09% em relação à apresentada no encerramento do exercício de 2016, demonstrando uma situação de **DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO** durante esta gestão. Assim, conclui-se pelo não atendimento do disposto no § 1º do art. 1º da LC Federal nº 101/2000. (pp. 35 a 38 da peça 1314404).

O Gestor apresenta esclarecimentos às pp. 2 a 6 da peça 1523482 e acosta documentos nas peças 1523481, 1523510, 1523511, 1523514, 1523503, 1523504 e 1523505, listando eventos ocorridos no primeiro ano da gestão que, no entendimento da defesa, afetaram as finanças municipais e alegando que os argumentos explicitados demonstram que a insuficiência apresentada não acarretou o desatendimento do disposto na LRF, nem trouxe um risco capaz de afetar o equilíbrio das contas do Município a longo prazo, além de asseverar que o incremento da insuficiência não teve como causa qualquer ato praticado pelo ora Administrador.

As argumentações ora apresentadas não são suficientes para elidir a falha consumada.

Os fatos elencados, consubstanciados pelo cumprimento de obrigações “herdadas” pela gestão ora em análise, somada à insuficiência finan-

<sup>5</sup> Consulta ao Sistema Corporativo - RES1310, realizada em 17/10/2018.



ceira do exercício anterior não afastam a responsabilidade do Administrador de manter o equilíbrio das contas.

Na mesma esteira, as argumentações acerca da redução dos repasses de outras esferas também não têm força para elidir a responsabilidade do Gestor.

Veja-se que, a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas da seguridade social, inscrição em restos a pagar, entre outros elementos previstos no artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, medidas que não foram adotadas no caso em exame.

Tendo em vista o exposto, opina-se pela manutenção do apon-  
te.

**Item 10.1 – Dos Documentos da prestação de Contas. - Alínea “c” - Das demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, previstas no art. 2º, inciso III, alínea “c” da Resolução nº 1.052/2015. Constataram-se inconsistências nas informações contábeis utilizadas para elaboração do Balanço Patrimonial (peça 850829), tendo em vista que os saldos iniciais de algumas contas, no exercício de 2017, estão diferentes dos saldos apresentados no encerramento do exercício de 2016, bem como ocorreram alterações dos Indicadores de Superávit Financeiro de algumas contas, conforme consulta ao SIAPC acostada à peça 1314370. Tais situações evidenciam a realização de lançamentos contábeis posteriores ao encerramento do exercício, demonstrando não atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. (pp. 45 e 46 da peça 1314404).**

Esclarecimentos apresentados às pp. 7 e 8 da peça 1523482 e acosta documentos na peça 1523515, discordando que tenha havido lançamentos contábeis *a posteriori*, tampouco comprometimento da compreensão das peças contábeis.

Sem razão o Gestor.



Há que se ter em mente que os registros contábeis, visando o pleno atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade e às boas práticas contábeis, devem ser pormenorizados, a fim de que haja a máxima transparência dos lançamentos em cada conta. E assim é, inclusive, para que não restem dúvidas ao leitor das demonstrações contábeis.

Assim sendo, quaisquer mudanças nas codificações das contas não é motivo para que existam diferenças entre os saldos finais de um exercício e os saldos iniciais do exercício subsequente.

Tal consistência de saldos finais e iniciais é requisito básico para validação das demonstrações contábeis, em especial do Balanço Patrimonial, mas que diz respeito também aos demais demonstrativos, sendo que a constatação de divergências pode afetar a credibilidade dos números ali apresentados.

As ocorrências relatadas indicam a transferência automática de saldos sem a utilização da técnica contábil correta, que consiste em debitar ou creditar a conta antiga, dependendo de seu saldo, e realizar lançamento de contrapartida correspondente na conta nova.

Nessa linha, a documentação ora acostada não se mostra suficiente para elidir a irregularidade.

No caso prático, solução seria a checagem dos números apresentados em cada peça contábil, com os necessários ajustes devidamente registrados de forma transparente.

Do exposto, opina-se pela manutenção da irregularidade.

À sua consideração.

Fernando de Matos Russo  
Auditor Público Externo



Senhor(a) Supervisor(a): Examinados os termos da Informação e a documentação anexada aos autos, esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 13/11/2018.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

TC-01.3



O processo está em condições de ser encaminhado à apreciação superior.

Em 14/11/2018.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

TC-01.3





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## **PARECER MPC 14969/2018**

Processo nº **005187-0200/17-2**  
Relator: **Gabinete Marco Peixoto**  
Matéria: **Contas de Governo - EXERCÍCIO DE 2017**  
Órgão: **PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE**  
Gestor: **MATIONE SONEGO**

PROCESSO DE CONTAS DE GOVERNO. NÃO ATENDIMENTO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. PARECER DESFAVORÁVEL (PREFEITO). ALERTA E RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR.

*A conduta infringente de normas de finanças públicas e o desequilíbrio financeiro sujeitam à advertência e à emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas do Gestor (Prefeito).*

Para exame e parecer, o Processo de Contas de Governo do senhor MATIONE SONEGO, que prestou esclarecimentos, por meio de Procurador habilitado, acompanhados de documentação.

A Supervisão registrou a ausência de processos de Tomadas de Contas Especiais, de Inspeções Extraordinárias ou Especiais, em andamento, de responsabilidade do Administrador no exercício sob exame.

### **I – RESULTADO DAS VERIFICAÇÕES PROCEDIDAS**

Os apontamentos a seguir, indicados nas manifestações da Área Técnica, desvelam a transgressão a normas de finanças públicas, ensejando advertência ao atual Administrador.

Observa-se que, na ausência de manifestação específica por parte deste Ministério Público de Contas, a fundamentação adotada é aquela elaborada pela Supervisão “ad relacionem”.

### **RELATÓRIO CONSOLIDADO SOBRE CONTAS DE GOVERNO**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**Item 8.2.5.2 - Do Equilíbrio Financeiro.** Tendo por base os valores atualizados monetariamente, observa-se que a Insuficiência Financeira existente no encerramento do exercício de 2017, no valor de R\$ 535.994,65, é superior em 47,09% em relação à apresentada no encerramento do exercício de 2016, demonstrando uma situação de **DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO** durante esta gestão. Assim, conclui-se pelo não atendimento do disposto no § 1º do art. 1º da LC Federal nº 101/2000. (pp. 35 a 38 da peça 1314404).

A insuficiência verificada ao final do exercício 2017 alcançou o montante de **R\$ 535.994,65**, superior em **47,09%** à apresentada no encerramento do exercício de 2016, caracterizando desequilíbrio financeiro durante a gestão.

Diga-se que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a geração da despesa da seguridade social, inscrição em restos a pagar, entre outros elementos previstos no artigo 1º, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sendo assim, o Ministério Público de Contas se manifesta pela manutenção do aponte, por violação expressa ao artigo 1º, §1º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e pelo **não atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal**.

**Item 10.1 – Dos Documentos da prestação de Contas. - Alínea “c” - Das demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, previstas no art. 2º, inciso III, alínea “c” da Resolução nº 1.052/2015.** Constataram-se inconsistências nas informações contábeis utilizadas para elaboração do Balanço Patrimonial (peça 850829), tendo em vista que os saldos iniciais de algumas contas, no exercício de 2017, estão diferentes dos saldos apresentados no encerramento do



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

exercício de 2016, bem como ocorreram alterações dos Indicadores de Superávit Financeiro de algumas contas, conforme consulta ao SIAPC acostada à peça 1314370. Tais situações evidenciam a realização de lançamentos contábeis posteriores ao encerramento do exercício, demonstrando não atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. (pp. 45 e 46 da peça 1314404).

As impropriedades nos registros contábeis podem redundar na produção de demonstrativos que não espelham a realidade patrimonial, tornando o sistema contábil da auditada passível de inconsistências, erros e omissões com potencial de torná-lo, senão totalmente ineficaz, decerto pouco confiável como ferramenta de tomada de decisões de gestão, bem assim prejudicando as atividades de controle e fiscalização.

Portanto, o *Parquet* anui às considerações da área técnica e opina pela manutenção do apontamento, com **alerta** à Origem para evitar a reiteração da inconformidade, sob pena de emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas.

## II – CONCLUSÃO

O contexto descrito nos autos, em especial o não atendimento ao artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal e as deficiências apresentadas nos demais mecanismos de controle fiscal, contábil e patrimonial, reveste-se de relevância bastante para ensejar a rejeição das contas em questão, forte no disposto pelo artigo 2º da Resolução nº 1009/2014.

Diante do exposto, opina este Ministério Público de Contas nos seguintes termos:

1º) **Não atendimento** à Lei Complementar Federal nº 101/2000;

2º) **Parecer desfavorável** à aprovação das contas de governo do senhor MATIONE SONEGO, com fundamento no artigo 2º da Resolução nº 1009/2014;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

3º) **Ciência** ao Procurador-Geral de Justiça e ao Procurador Regional Eleitoral, consoante o disposto no artigo 140 do Diploma Regimental;

4º) **Recomendação** ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.

É o Parecer.

MPC, em 13 de dezembro de 2018.

DANIELA WENDT TONIAZZO,

Adjunta de Procurador.

Assinado digitalmente.



## Certidão de Publicação de Pauta

Certifico para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, que foi publicado no Diário Eletrônico do TCE, na edição de 01 de Fevereiro de 2019, disponível no portal do TCE-RS, a Pauta da 3ª Sessão da Segunda Câmara, aprazada para o dia 06 de Fevereiro de 2019 - 10h30min, onde consta o seguinte Processo:

Processo: 005187-0200/17-2  
Órgão: PM de São João do Polêsine  
Matéria: Contas de Governo

Porto Alegre, 30 de janeiro de 2019.



## Certidão de Publicação de Pauta

Certifico para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, que foi publicado no Diário Eletrônico do TCE, na edição de 08 de Fevereiro de 2019, disponível no portal do TCE-RS, a Pauta da 4ª Sessão da Segunda Câmara, aprazada para o dia 13 de Fevereiro de 2019 - 10h30min, onde consta o seguinte Processo:

Processo: 005187-0200/17-2  
Órgão: PM de São João do Polêsine  
Matéria: Contas de Governo

Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2019.



Processo: 005187-0200/17-2  
Matéria: CONTAS DE GOVERNO  
Órgão: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE  
Exercício: 2017  
Gestor: MATIONE SONEGO  
Procuradora: TÂNIA JUSSARA MIROSLAW GRIGORIEFF - OAB/RS nº 32.823  
Órgão Julgador: SEGUNDA CÂMARA  
Data da Sessão: 13-02-2019

## SUSTENTAÇÃO ORAL

### PROCESSO DE CONTAS DE GOVERNO. PARECER FAVORÁVEL. DETERMINAÇÃO À ORIGEM. CIENTIFICAÇÃO DO CONTROLE INTERNO.

A EXISTÊNCIA DE INCONFORMIDADES QUE NÃO COMPROMETEM A GESTÃO DETERMINA A EMISSÃO DE **PARECER FAVORÁVEL** À APROVAÇÃO DAS CONTAS DE GOVERNO DO GESTOR.

AS INCONFORMIDADES VERIFICADAS JUSTIFICAM **DETERMINAÇÃO** À ORIGEM, NO SENTIDO DA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PREVENTIVAS E CORRETIVAS, BEM COMO **CIENTIFICAÇÃO** AO CONTROLE INTERNO DA AUDITADA.

Trata-se de Processo de Contas de Governo do Senhor Matione Sonogo, Administrador do Executivo Municipal de São João do Polêsine, exercício de 2017, com representação nos autos por advogada devidamente habilitada (peça 1523483).

A Supervisão de Instrução de Contas Municipais – SICM, ao consolidar o feito, destacou (peça 1314404):

#### DA GESTÃO FISCAL:

**Item 8.2.5.2** – Insuficiência financeira de R\$ 535.994,65 quando do encerramento do exercício de 2017, superior em 47,09% em relação à situação apresentada no exercício de 2016.

#### DOS DOCUMENTOS:

**Item 10.1** – Inconsistências nas informações contábeis utilizadas para elaboração do Balanço Patrimonial, tendo em vista que os saldos iniciais de algumas contas elencadas na peça 850829 estão diferentes daqueles saldos apresentados no encerramento do exercício de 2016, bem como ocorreram alterações nos Indicadores de Superávit Financeiro de algumas contas.





Devidamente intimado a prestar esclarecimentos, o Senhor Matione Sonego, Prefeito Municipal, manifestou-se (peça 1523482) e juntou documentos (peças 1523481, 1523510, 1523511, 1523514, 1523503, 1523504, 1523505 e 1523515).

O **Ministério Público junto ao Tribunal de Contas** manifestou-se por intermédio do Parecer nº 14969/2018 (peça 1647522), de lavra da Adjunta de Procurador Daniela Wendt Toniazzo, opinando pelo não atendimento à LRF; emissão de Parecer Desfavorável à aprovação das contas do Administrador; ciência ao Procurador-Geral de Justiça e ao Procurador Regional Eleitoral; e recomendação para adoção de medidas corretivas.

É o RELATÓRIO.

Passo ao VOTO.

Tocante ao **item 8.2.5.2**, que versa sobre insuficiência financeira, entendo que o valor elencado pelo Serviço de Acompanhamento de Gestão – SAG, incluindo o percentual de elevação entre 2016 e 2017, per si, não pode ser considerado como comprometimento real das finanças do Município. Demais disso, para se evitar maiores digressões quanto à matéria, haja vista que há consolidada jurisprudência desta Corte de Contas no sentido de que há que se considerar tratar-se de primeiro ano de gestão do Administrador, sendo possível a adoção de medidas no sentido de reverter o quadro deficitário apresentado nos cofres da municipalidade.

Dessa forma, entendo que se deva relevar o cenário apresentado no primeiro ano de mandato do Prefeito Municipal, de sorte a se emitir Parecer Favorável à aprovação de suas contas.

Tocante ao **item 10.1**, que versa, em síntese, sobre questões contábeis, entendo ser o caso de **determinação** à Origem para que proceda à técnica contábil correta, que será objeto de futuro exame de fiscalização, advertindo que a reincidência poderá acarretar em mácula ao exame da gestão de exercícios posteriores, porquanto a inconsistência de dados, ao meu juízo, pode prejudicar a plena consecução da missão constitucional desta Corte de Contas.

Por fim, entendo que as falhas apresentadas nos autos não maculam a globalidade do exercício.

Ante ao exposto, Voto por:

a) **emitir Parecer Favorável** à aprovação das Contas de Governo do Senhor Matione Sonego, Administrador do Executivo Municipal de São João do Polêsine, exercício de 2017, com fundamento no artigo 3º da Resolução nº 1009/2014;



b) **determinar** à Origem para que adote medidas imediatas visando reverter o quadro de insuficiência financeira apresentado no **item 8.2.5.2** e para que proceda à utilização da técnica contábil correta, para fins de se evitar as inconsistências relatadas no **item 10.1**, a ser objeto de futuro exame de auditoria das medidas adotadas nesse sentido, alertando que a reincidência poderá ensejar a emissão de Parecer Desfavorável; e

c) **cientificar** o Controle Interno do Município de São João do Polêsine quanto ao contido na presente decisão.

Em 13 de fevereiro de 2019.

Conselheiro Marco Peixoto,  
Assinado digitalmente pelo Relator.



**Relator: Conselheiro Marco Peixoto**  
**Processo n. 005187-02.00/17-2 –**  
**Decisão n. 2C-0043/2019**

– Contas de Governo do Administrador do **Executivo Municipal de São João do Polêsine** no exercício de **2017**.

A Secretária da Segunda Câmara certifica que, apresentado o relatório da matéria, o Conselheiro-Relator prolatou seu voto, constante nos autos, o qual foi acolhido em plenário.

Certifica, outrossim, que foi proferida a seguinte decisão:

*A Segunda Câmara, por unanimidade, acolhendo o voto do Conselheiro-Relator, por seus jurídicos fundamentos, decide:*

**a) emitir Parecer** sob o n. **20.003, Favorável** à aprovação das Contas de Governo do Senhor **Matione Sonogo** (p.p. Advogada Tânia Jussara Miroslav Grigorief, OAB/RS n. 32.823), Administrador do **Executivo Municipal de São João do Polêsine** no exercício de **2017**, com fundamento no artigo 3º da Resolução TCE n. 1.009/2014;

**b) determinar** à Origem que adote medidas imediatas visando reverter o quadro de insuficiência financeira apresentado no item 8.2.5.2 do Relatório de Gestão Fiscal e que proceda à utilização da técnica contábil correta, para fins de se evitar as inconsistências relatadas no item 10.1 do mesmo Relatório, a ser objeto de futuro exame de auditoria das medidas adotadas nesse sentido, alertando que a reincidência poderá ensejar a emissão de Parecer Desfavorável;

**c) cientificar** o Controle Interno do Município de São João do Polêsine quanto ao contido na presente Decisão.

Participaram do julgamento deste processo o Conselheiro-Presidente, Algir Lorenzon, o Conselheiro-Relator, Marco Peixoto, e a Conselheira-Substituta Letícia Ramos.

Plenário Gaspar Silveira Martins, em 13-02-2019.

Lisiane Glass,  
Secretária da Segunda Câmara.



## PARECER N. 20.003

Processo n. 005187-02.00/17-2

Processo de Contas de Governo do Administrador do **Executivo Municipal de São João do Polêsine**, referente ao exercício de **2017**. Falhas formais e de controle interno. Determinação. **Parecer Favorável**.

**A Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul**, reunida em Sessão Ordinária de 13 de fevereiro de 2019, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 71 da Constituição Estadual;

– considerando o contido no Processo n. **005187-02.00/17-2**, de Contas de Governo do Administrador do **Executivo Municipal de São João do Polêsine**, Senhor **Matione Sonego**, referente ao exercício de **2017**;

– considerando o fato de o Balanço-Geral da Administração Municipal e os demais documentos que integram o referido Processo de Contas de Governo conterem tão somente falhas de natureza formal, não prejudiciais ao Erário, bem como outras de controle interno, decorrentes de deficiências materiais ou humanas da Entidade, devidamente comprovadas nos autos, as quais, na sua globalidade, não comprometem as Contas em seu conjunto, embora ensejem determinação no sentido de sua correção para os exercícios subsequentes;



## Continuação do Parecer n. 20.003

### Decide:

– **Emitir**, por unanimidade, **Parecer Favorável** à aprovação das Contas de Governo do Administrador do **Executivo Municipal de São João do Polêsine**, correspondentes ao exercício de **2017**, gestão do Senhor **Matione Sonogo**, em conformidade com o artigo 3º da Resolução TCE n. 1.009, de 19 de março de 2014; **determinar** à Origem que adote medidas imediatas visando reverter o quadro de insuficiência financeira apresentado no item 8.2.5.2 do Relatório de Gestão Fiscal e que proceda à utilização da técnica contábil correta, para fins de se evitar as inconsistências relatadas no item 10.1 do mesmo Relatório, a ser objeto de futuro exame de auditoria das medidas adotadas nesse sentido, alertando que a reincidência poderá ensejar a emissão de Parecer Desfavorável;

– **Encaminhar** o presente Parecer, bem como os autos que embasaram o exame técnico procedido, à Câmara Municipal de Vereadores, para os fins de julgamento estatuído no parágrafo 2º do artigo 31 da Constituição Federal.

Plenário Gaspar Silveira Martins,  
13 de fevereiro de 2019.

Presidente

CONSELHEIRO ALGIR LORENZON

Relator

CONSELHEIRO MARCO ANTONIO LOPES PEIXOTO

CONSELHEIRA-SUBSTITUTA LETÍCIA AYRES RAMOS

Estive presente:

ADJUNTA DE PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
FERNANDA ISMAEL



## Certidão de Disponibilização Oficial

Consoante disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, e conforme pesquisa efetuada no Sistema de Informações para o Controle Externo, certifico a disponibilização no Diário Eletrônico relativa ao expediente abaixo, nos seguintes termos:

Comunicado/intimado:

Processo: 005187-0200/17-2

Órgão: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Matéria: Contas de Governo

Gabinete: Marco Peixoto

Data decisão: 13/02/2019

Decisão: 2C-0043/2019

Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, disponibilizado em 19/03/2019, no Boletim nº 397/2019, considera-se publicado na data de 20/03/2019.

Porto Alegre, 19 de março de 2019.

JÚLIO CÉSAR LANDIN  
Oficial de Controle Externo



## Certidão de Trânsito em Julgado

Processo: 005187-0200/17-2

Certifico, para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, conforme consulta ao Sistema de Controle Externo desta Egrégia Corte de Contas, que na data abaixo ocorreu o Trânsito em Julgado da Decisão referente ao seguinte expediente:

Data do Trânsito em julgado: 20/05/2019

Processo: 005187-0200/17-2

Órgão: PM de São João do Polêsine

Matéria: Contas de Governo

Exercício: 2017

Recursos: -x-

Assim, lavrei a presente certidão nesta data.

Porto Alegre, 03 de Junho de 2019.

Mariza Elena Lang  
Oficial de Controle Externo





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS  
DIREÇÃO-GERAL



Ofício DG nº 4234/2019

Porto Alegre, 03 de junho de 2019.

Ao Senhor  
Clovis Coletto  
Responsável pelo Controle Interno de São João do Polêsine  
Rua Guilherme Albertti nº 1631– Centro  
97230-000 – São João do Polêsine - RS

Senhor Responsável:

Levo ao seu conhecimento que a Segunda Câmara desta Corte de Contas, em Sessão de 13-02-2019, examinando o Processo de Contas de Governo nº 5187-0200/17-2, do exercício de 2017, desse Executivo Municipal, decidiu, entre outras deliberações, pela **cientificação** ao Sistema de Controle Interno do Município, nos termos da alínea “c” do *decisum*.

Comunico-lhe, outrossim, que na *home page* deste Tribunal [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br) (Consultas – Consulta Processual Pública), estão disponíveis o inteiro teor da Decisão e do Relatório e Voto do referido processo.

Atenciosamente,

Sandro Correia de Borba,

/SEPROC/HL



**Procedência:** SEADE-SECALC

**Destinatário:** SEADE-SEARQ - Setor de Arquivo

**Processo/Expediente nº 05187-0200/17-2**

**Contas de Governo Exercício: 2017**

**Órgão: Executivo Municipal de São João do Polêsine**

**TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO (ELETRÔNICO)**

- a) A decisão da Segunda Câmara, em Sessão de 13/02/2019, transitou em julgado em 20/05/2019 e todas as alíneas foram cumpridas (peça nº 1789030).
- b) Emitido Parecer, sob o nº 20.003, Favorável à aprovação das Contas do Senhor Matione Sonogo, Administrador do Executivo Municipal de São João do Polêsine, no exercício de 2017 (peça nº 1797011 ).
- c) O processo está em condições de ser encaminhado ao Legislativo Municipal para fins de julgamento, nos termos do § 2º do artigo 31 da Constituição Federal.

AD-95.2.1



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS  
DIREÇÃO-GERAL



Ofício DG nº 5205/2019  
Proc. nº 005187-0200/17-2

Porto Alegre, 05 de julho de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Presidente do Legislativo Municipal de São João do Polêsine  
Rua Elisa Sônego, nº 1525  
97230-000 – São João do Polêsine – RS

Senhor Presidente,

A decisão referente às Contas de Governo desse Município, exercício de 2017 pode ser examinada para posterior julgamento no “Portal > Jurisdicionados > Consulta Processual e Geração de Guias de Recolhimento > Consulta Processual e Geração de Guias (Apenas Jurisdicionados)”, nos termos do §2º do artigo 31 da Constituição Federal. Ressalto que o Parecer Prévio emitido por este Tribunal sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

A comunicação a esta Corte de Contas da decisão final dessa Câmara Municipal pode se dar de forma física, entregue neste Tribunal, ou forma eletrônica, no “Portal>Jurisdicionados >Processo Eletrônico>Acesso ao Sistema, gerando um protocolo avulso, do tipo “Manifestações Processuais”, nos termos do artigo 72 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado.

Atenciosamente,

Sandro Correia de Borba,  
Diretor-Geral.

## Certidão de Envio de Comunicação

Certifica-se que foi enviada comunicação eletrônica nos seguintes termos:

### Processo 005187-0200/17-2 - Matéria - Contas de Governo

- Órgão: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE
- Relator: Marco Peixoto
- Peça(s):
  - nº 2058479 - Termo de encerramento
- Data de envio da comunicação: 13/09/2023
- Motivo: Notificado - Disponibilização do Parecer Prévio
  - Destinatário: **Clovis Coletto** - Controle Interno - Responsável (e-com nº 89316/304382 )
  - Destinatário: **João Ernesto Dal Forno Vernier** - CM DE SAO JOAO DO POLESINE - Responsável (e-com nº 89316/304381 )

#### Observações:

A íntegra do expediente deve ser examinada para posterior julgamento por parte do Poder Legislativo competente, nos termos do artigo 31, §2º da Constituição Federal, podendo ser acessada no Portal do TCE/RS ([www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br)), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada no Portal deste Tribunal, na guia Para o Fiscalizado - Consulta Processual e Geração de Guias. O envio do julgamento pelo Legislativo deverá ser realizado por meio do Portal do TCE/RS([www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br)), na guia Para o Fiscalizado - Processo Eletrônico - Acesso ao Sistema, com criação de um e-protocolo avulso do tipo "Julgamento das Contas pelo Legislativo". Importante ressaltar que o prazo para julgamento está estabelecido nas normas locais, bem como há também o prazo de até 30 dias para encaminhar a esta Corte de Contas cópia da decisão sobre as contas anuais do Prefeito Municipal, conforme prevê a Resolução nº 1028/2015, art. 72: "A Câmara de Vereadores remeterá ao Tribunal, no prazo de até 30 (trinta) dias após o julgamento, para ciência, cópia da decisão sobre as contas anuais do Prefeito Municipal". Caso o referido Processo já tenha sido julgado pela Câmara de Vereadores, o resultado da votação (Decreto Legislativo) deverá igualmente ser encaminhado conforme orientação acima. Em caso de dúvidas quanto ao acesso ao Sistema, ligar para o Setor de Atendimento pelo telefone (51) 32149869.

Porto Alegre, 13 de Setembro de 2023

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

### Certidão de Consulta

Processo nº: 005187-0200/17-2  
Órgão: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE  
Destinatário: João Ernesto Dal Forno Vernier  
Matéria: Contas de Governo  
Motivo: Disponibilização do Parecer Prévio  
Prazo: dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 89316/304381, enviada a João Ernesto Dal Forno Vernier, em 13/09/2023, foi automaticamente consumada em:

**04/10/2023 23:59:59**

Porto Alegre, 05 de Outubro de 2023

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

### Certidão de Consulta

Processo nº: 005187-0200/17-2  
Órgão: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE  
Destinatário: Clovis Coletto  
Matéria: Contas de Governo  
Motivo: Disponibilização do Parecer Prévio  
Prazo: dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 89316/304382, enviada a Clovis Coletto, em 13/09/2023, foi automaticamente consumada em:

**04/10/2023 23:59:59**

Porto Alegre, 05 de Outubro de 2023

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS